



UNIVERSIDADE
ESTADUAL de LONDRINA

KARIMA OMAR HAMDAN

**RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS E OS PROJETOS POLÍTICOS
PEDAGÓGICOS DOS CURSOS DE SERVIÇO SOCIAL DAS
UNIVERSIDADES PÚBLICAS DO PARANÁ**

Londrina
2025

KARIMA OMAR HAMDAN

**RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS E OS PROJETOS POLÍTICOS
PEDAGÓGICOS DOS CURSOS DE SERVIÇO SOCIAL DAS
UNIVERSIDADES PÚBLICAS DO PARANÁ**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Serviço Social e Política Social da Universidade Estadual de Londrina — UEL como requisito parcial para a obtenção do título de doutora.

Orientadora: Profa. Dra. Andréa Pires Rocha

Londrina
2025

Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor, através do Programa de Geração Automática do Sistema de Bibliotecas da UEL

Hamdan, Karima Omar.

Relações Étnico-Raciais e os Projetos Políticos Pedagógicos dos cursos de Serviço Social das Universidades Públicas do Paraná / Karima Omar Hamdan. - Londrina, 2025.
239 f.

Orientador: Andréa Pires Rocha.

Tese (Doutorado em Serviço Social e Política Social) - Universidade Estadual de Londrina, Centro de Estudos Sociais Aplicados, Programa de Pós-Graduação em Serviço Social e Política Social, 2025.

Inclui bibliografia.

1. Serviço Social - Tese - Tese. 2. Educação - Tese - Tese. 3. Relações étnico-raciais - Tese - Tese. I. Rocha, Andréa Pires. II. Universidade Estadual de Londrina. Centro de Estudos Sociais Aplicados. Programa de Pós-Graduação em Serviço Social e Política Social. III. Título.

CDU 36

KARIMA OMAR HAMDAN

**RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS E OS PROJETOS POLÍTICOS
PEDAGÓGICOS DOS CURSOS DE SERVIÇO SOCIAL DAS
UNIVERSIDADES PÚBLICAS DO PARANÁ**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Serviço Social e Política Social da Universidade Estadual de Londrina — UEL como requisito para a obtenção do título de doutora.

BANCA EXAMINADORA

Profa. Dra. Andréa Pires Rocha
Universidade Estadual de Londrina - UEL

Profa. Dra. Ana Paula Procópio da Silva
Universidade do Estado do Rio de Janeiro –
UERJ

Prof. Dr. José Francisco dos Santos
Universidade Tecnológica Federal do Paraná -
UTFPR

Prof. Dr. Wagner Roberto do Amaral
Universidade Estadual de Londrina - UEL

Profa. Dra. Líria Maria Bettiol Lanza
Universidade Estadual de Londrina - UEL

Londrina, 10 de abril de 2025.

AGRADECIMENTOS

Esses anos de elaboração da tese foram muito desafiadores, sinceramente tive dúvidas se iria conseguir escrever e cumprir com o objetivo de finalizar essa tarefa, mas algo é certeza, sem o apoio que tive de algumas pessoas esse momento não se cumpriria.

De modo que agradeço a minha orientadora Prof.^a Dr.^a Andréa Pires Rocha, pela paciência e compreensão, tão perspicaz, atarefada e acostumada com um ritmo intenso, e em contrapartida teve que conviver comigo com tantas dificuldades. Eu sei que sem seu incentivo, criatividade, sugestões e auxílio eu não teria conseguido concluir essa etapa da minha vida.

A meu companheiro Leandro Evaristo Barbosa, pelo seu bom gosto musical, suas falas amorosas, seu incentivo e pelo tanto que acredita em mim, para sempre vou lembrar de você, em mais um dos meus infinitos momentos de inseguranças, me encorajou a enfrentar o processo seletivo, disse você que minha preparação não se iniciou no pouco tempo que tive para estudar, e sim desde o primeiro dia no jardim da infância, todos os instantes me encaminharam pra viver essa etapa acadêmica. Te amo profundo!

A minha mãe, Roberta Omar Hamdan, mulher sábia, elegante, corajosa, inteligente, todas as dificuldades que enfrentou a tornaram mais forte e perseverante e mesmo em meio a tantas adversidades a vontade de viver a faz transpor todas as barreiras da vida, você é inspiração. Para você meu amor mais puro e grato!

A meu pai, Rateb Muhamad Omar Hamdan (*in memoriam*), exemplo de amor dedicado, comprometido, carinhoso, com o senhor aprendi desde cedo a importância do conhecimento e como as injustiças do mundo são operadas política e economicamente e incidem na vida dos explorados e espoliados. E sobretudo o senhor me ensinou que o amor não morre mesmo com a separação que a vida nos impôs tão prematuramente.

A banca de qualificação da tese, em especial ao Prof. Dr. Wagner Roberto do Amaral e a Prof.^a Dr.^a Ana Paula Procópio da Silva pelas contribuições e sensibilidade em tratar das questões étnico-raciais.

Agradeço também ao colegiado do curso de Serviço Social da UNESPAR/Paranavaí, em especial as Professoras Doutoras Priscila Semsezem, Keila Pinna Valensuela, Marília Gonçalves Dal Bello e Sueli Godoi, que me incentivaram a

iniciar todo esse processo e não mediram esforços para que eu pudesse usufruir de uma licença integral.

Ao Amigo Wesley Luiz Delconti, que foi tão prestativo e humano no período que precedeu minha entrada no doutorado e extremamente generoso nos momentos finais desse processo.

Ao meu amigo de longa data Paulo Roberto de Oliveira, seu auxílio com a parte virtual da minha pesquisa de campo e a ajuda com o programa de transcrição das entrevistas foram imprescindíveis, sem contar seu bom humor e paciência que me acompanham ao longo da vida.

Ao Amigo Esdras Tavares, o início do processo seletivo do doutorado me proporcionou um reencontro com você, embora o dia da realização da prova tenha sido a primeira vez que te vi nessa vida, enfim, durante esse processo sua companhia foi um bálsamo para muitas dores e momentos difíceis, conta comigo sempre!

A Izabela Marassi e Juliana Doronin pela preocupação, incentivo e cuidado, obrigada pela doçura e gentileza.

A minha psicóloga Elisabete Colombo, seus apontamentos, acompanhamento e encaminhamentos foram e são essenciais nos momentos de crise.

Gratidão também a Fundação de Apoio FAFIPA e a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), na conjuntura que vivenciei no período, o apoio financeiro foi fundamental.

Não iremos embora

*Aqui
Sobre vossos peitos
Persistimos
Como uma muralha
Em vossas goelas
Como cacos de vidro
Imperturbáveis
E em vossos olhos
Como uma tempestade de fogo*

*Aqui
Sobre vossos peitos
Persistimos
Como uma muralha
Em lavar os pratos em vossas casas
Em encher os copos dos senhores
Em esfregar os ladrilhos das cozinhas pretas
Para arrancar
A comida de nossos filhos
De vossas presas azuis*

*Aqui
Sobre vossos peitos
Persistimos
Como uma muralha
Famintos
Nus
Provocadores
Declamando poemas
Somos os guardiões da sombra
Das laranjeiras e das oliveiras
Semeamos as ideias como o fermento na massa
Nossos nervos são de gelo
Mas nossos corações vomitam fogo
Quando tivermos sede
Espremeremos as pedras
E comeremos terra
Quando estivermos famintos
Mas não iremos embora
E não seremos avarentos com nosso sangue*

*Aqui
Temos um passado
E um presente*

*Aqui
Está nosso futuro.*

Tawfik Zayyad

HAMDAN, Karima Omar. **Relações Étnico-Raciais e os projetos políticos pedagógicos dos cursos de serviço social das universidades públicas do Paraná**. 2025. 239 fls. Tese de Doutorado. Programa de Pós-Graduação em Serviço Social e Política Social — Centro de Educação, Comunicação e Artes, Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 2025.

RESUMO

Este trabalho teve como objetivo geral analisar como a discussão sobre as relações Étnico-raciais é incorporada e operacionalizada nos Projetos Políticos Pedagógicos dos cursos de Graduação em Serviço Social das Universidades Públicas do estado do Paraná. É recorrente nos meios midiáticos a apresentação de dados estatísticos que apontam como as expressões da questão social se manifesta na vida da população negra em nosso país, o que por si já justificaria a realização de uma pesquisa na área, porém soma-se a isso o fato do Serviço Social ter como objeto de atuação a questão social o que impõe a necessidade constante de aprofundamentos em temas que se relacionem e para além sejam estruturantes da questão social, como no caso do racismo e ainda é importante mencionar que o público atendido pelo Serviço Social é em sua maioria composto pela população que pertence aos estratos mais pauperizados da sociedade, nessa esteira dados estatísticos tem demonstrado que essa camada populacional é em sua maioria pertencente a população negra, essa realidade indica a relevância da formação na área proporcionar conhecimentos sobre a questão étnico racial. Trata-se de uma pesquisa social, assim o primeiro passo se constitui na fase exploratória por intermédio de um levantamento bibliográfico para compreender como se origina o processo de escravização da população negra no Brasil Colonial e como se desenvolve e se mantém o racismo até o tempo presente. Nesse sentido é uma pesquisa descritiva de natureza qualitativa que tem como método de análise da realidade o materialismo histórico dialético. Ainda foi realizado uma pesquisa documental nos Projetos Políticos Pedagógicos que revelou a importância destes como elementos que norteiam todo o processo formativo, assim sendo destacamos a relevância de estudos que se dedicam a compreender aspectos relacionados a esses documentos, ainda realizamos uma pesquisa de campo junto as coordenações das dez universidades públicas no Paraná que possuem o curso de Serviço Social e os resultados apontam que foi consensual que o tema étnico- racial ainda não está suficientemente aprofundado nos currículos e na práxis formativa. Ou seja, as coordenadoras veem a discussão sobre relações étnico-raciais como essencial para a formação dos assistentes sociais e para o exercício profissional, mas reconhecem que a discussão no currículo é insuficiente e muitas vezes pontual, refletindo um desafio em tornar essa temática central na formação. Neste sentido, avaliam que embora as Diretrizes Gerais para os Cursos de Serviço Social da ABEPSS ofereçam espaço para a inclusão da temática étnico-racial, sua implementação depende do comprometimento dos docentes e da sensibilidade às questões sociais. Foi unanime o reconhecimento sobre a urgência de avançar nessa temática.

Palavras-chave: Relações Étnico-Raciais; Serviço Social; Projetos Políticos Pedagógicos, Questão Social; Racismo.

HAMDAN, Karima Omar. **Ethnic-Racial relations and the political- pedagogical projects of social work courses at public universities in Paraná.** 2025. 239 pp. Doctoral thesis. Postgraduate Program in Social Work and Social Policy - Center for Education, Communication and Arts, State University of Londrina, Londrina, 2025.

ABSTRACT

The general aim of this work is to analyze how the discussion of ethnic-racial relations is incorporated and operationalized in the Political Pedagogical Projects of the Undergraduate Social Work courses at public universities in the state of Paraná. Statistical data showing how the expressions of the social question manifest themselves in the lives of the black population in our country is recurrent in the media, which in itself would justify carrying out research in this area, but in addition to this, Social Work has the social question as its object of action, which imposes a constant need to delve deeper into issues that are related to and beyond the structuring of the social question, As in the case of racism, it is also important to mention that the public served by the Social Service is mostly made up of the population that belongs to the most impoverished strata of society, in this wake statistical data has shown that this population layer is mostly made up of the black population, this reality indicates the relevance of training in the area to provide knowledge on the ethnic-racial issue. This is social research, so the first step is the exploratory phase through a bibliographical survey to understand how the process of enslaving the black population originated in Colonial Brazil and how racism develops and continues to the present day. This is a descriptive and documentary study of a qualitative nature whose method for analyzing reality is dialectical historical materialism. A documentary study was also carried out on the Political and Pedagogical Projects, which revealed their importance as elements that guide the entire training process, thus highlighting the relevance of studies that are dedicated to understanding aspects related to these documents. We also carried out a field study with the coordinators of the ten public universities in Paraná that have a Social Work course and the results show that there was a consensus that the ethnic-racial theme is not yet sufficiently deepened in the curricula and in the training praxis. In other words, the coordinators see the discussion of ethnic-racial relations as essential for the training of social workers and for professional practice, but recognize that the discussion in the curriculum is insufficient and often one-off, reflecting a challenge in making this theme central to training. In this sense, they believe that although the ABEPSS General Guidelines for Social Work Courses offer space for the inclusion of ethnic-racial issues, their implementation depends on the commitment of teachers and their sensitivity to social issues. There was unanimous recognition of the urgent need to make progress on this issue.

Keywords: Ethnic-Racial Relations; Social Work; Political Pedagogical Projects; Social Question; Racism.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ABEPSS	Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social
ABESS	Associação Brasileira de Escolas de Serviço Social
ABPN	Associação Brasileira de Pesquisadores Negros
CBAS	Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais
CFESS	Conselho Federal de Serviço Social
CLT	Consolidação das Leis do Trabalho
CRESS	Conselho Regional de Serviço Social
DIEESE	Departamento de Estatística e Estudos Socioeconômicos
EAD	Educação a Distância
ENESSO	Executiva Nacional dos Estudantes de Serviço Social
FHC	Fernando Henrique Cardoso
GTPs	Grupos Temáticos de Pesquisa
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
INSS	Instituto Nacional de Seguridade Social
LDB	Lei de Diretrizes e Bases da Educação
MEC	Ministério da Educação
NEABs	Núcleos de Estudos Afro-Brasileiros
NOIS	Núcleo de Operações e Inteligência em Saúde
PEP	Projeto Ético-Político
PNAD	Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios
PPP	Projeto Político Pedagógico
PT	Partido dos Trabalhadores
SJ	Sociedade dos Jesuítas
SRAG	Síndrome Respiratória Aguda Grave
STF	Supremo Tribunal Federal
SUS	Sistema Único de Saúde
TEN	Teatro Experimental do Negro
UEL	Universidade Estadual de Londrina
UEM	Universidade Estadual de Maringá
UEPG	Universidade Estadual de Ponta Grossa
UFJF	Universidade Federal de Juiz de Fora

UFPR	Universidade Federal do Paraná
UNESPAR	Universidade Estadual do Paraná
UNICENTRO	Universidade Estadual do Centro-Oeste
UNILA	Universidade Federal da Integração Latino-Americana
UNIOESTE	Universidade Estadual do Oeste do Paraná

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	13
2 FORMAÇÃO SÓCIO-HISTÓRICA BRASILEIRA: O COLONIALISMO E A RESISTÊNCIA NEGRA	21
2.1 REFLEXÃO SOBRE A DECOLONIZAÇÃO DOS SABERES E O EPISTEMICÍDIO NEGRO NA ACADEMIA.....	21
2.2 A CONSTITUIÇÃO DA SOCIEDADE BRASILEIRA E SUA DIVERSIDADE ÉTNICA	34
2.3 ENTRE QUILOMBOS, MALÊS E TERREIROS, A RESISTÊNCIA HISTÓRICA	57
2.4 O CAPITALISMO E SUA CONTRIBUIÇÃO PARA O APROFUNDAMENTO DAS DESIGUALDADES RACIAIS	70
3 QUESTÃO SOCIAL E RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS NO BRASIL	88
3.1 FUNDAMENTOS SÓCIO-HISTÓRICOS DA QUESTÃO SOCIAL E DAS RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS NO BRASIL.....	88
3.2 RACISMO ESTRUTURAL E SUA INTERSECÇÃO COM A QUESTÃO CLASSE, RAÇA E GÊNERO	108
3.3 QUESTÃO SOCIAL E QUESTÃO RACIAL NO SERVIÇO SOCIAL: ELEMENTOS ESSENCIAIS PARA O PROCESSO FORMATIVO.....	126
4 A INCLUSÃO DE TEMÁTICAS LIGADAS AS RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS NOS PROJETOS POLÍTICOS PEDAGÓGICOS DOS CURSOS DE SERVIÇO SOCIAL DE UNIVERSIDADES PÚBLICAS DO PARANÁ	145
4.1 O SERVIÇO SOCIAL E AS ENTIDADES REPRESENTATIVAS DA CATEGORIA E A DISCUSSÃO SOBRE AS RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS	145
4.2 OS CURRÍCULOS MÍNIMOS, AS DIRETRIZES CURRICULARES DO SERVIÇO SOCIAL E AS EXIGÊNCIAS PARA OS PROJETOS POLÍTICOS PEDAGÓGICOS DOS CURSOS	162
4.3 A INCORPORAÇÃO E OPERACIONALIZAÇÃO DO DEBATE ACERCA DAS RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS NOS PPP'S DOS CURSOS DE SERVIÇO SOCIAL DAS UNIVERSIDADES PÚBLICAS DO PARANÁ.....	173
REFERÊNCIAS	218
APÊNDICES	229
ANEXOS	233

1 INTRODUÇÃO

Na madrugada de 9 de abril de 1948, cento e vinte (120) terroristas invadiram e, de forma violenta, abriram fogo e massacraram os habitantes que dormiam em um povoado próximo a Jerusalém, chamado Deir Yassin. Era o início oficial da ocupação Sionista Israelense da Palestina. Ainda nesse mesmo ano, aproximadamente setecentos e onze mil (711.000) palestinos, de acordo com dados da Organizações das Nações Unidas (ONU) foram expulsos de seus lares, trata-se da *Nakba* palavra árabe que significa catástrofe e demarca o princípio da diáspora e genocídio palestino.

Meu pai ainda não tinha feito 15 anos, mas já havia enfrentado ingleses e agora iria mais uma vez ter que lutar contra os terroristas que chegavam da Europa com a intensão de expropriar o país todo. Enfim, para defender sua casa, sua família, seu povo, assim como já haviam feito seus ancestrais, meu pai lutou. Meu avô notando o perigo que seu filho primogênito corria, o enviou a contragosto para o exílio no Brasil, em meados da década de 1950.

Passou um mês no navio, e chegou ao porto de Santos sem saber falar ou ler uma palavra sequer em português, mas logo se ajeitou com a mala e as vendas de porta em porta e os anos foram passando, mas seu amor pela Palestina jamais o abandonou, muito embora agora sentia seu coração dividido entre seu país de origem e o Brasil que se tornou a terra do coração.

Ao perguntarmos a meu pai sobre a guerra ele não conseguia responder o que viveu, as frases se embaralhavam e não saiam de seus lábios, ele simplesmente não conseguia falar, era muito sofrimento para lembrar e tomar forma de palavra. Enfim, meu pai se foi, mas seu coração está em mim. Ele me ensinou o valor dos livros, me ensinou também quem foi Che Guevara e quem o assassinou. Um dia ele me disse: *“eu gosto do Lula, gosto também do Brizola”*.

E quando eu tenho dias difíceis, eu me volto para a história do meu pai, para os horrores que sei, enfrentou. Me remeto a História da Palestina, penso no exílio de tantos imigrantes mundo afora, e reflito que mesmo com tantas batalhas a generosidade marcou a história do meu querido. Se estivesse vivo hoje meu pai teria noventa e dois anos, seria mais velho que o estado de Israel que ocupa a Palestina há setenta e sete anos e desde então ouvimos falar de genocídio, destruição, crimes de guerra e apartheid, conforme Achille Mbembe (2018, p. 41), “[...] a forma mais bem-sucedida de necropoder é a ocupação colonial contemporânea da Palestina”.

Sobre a minha ascendência é importante mencionar que minha mãe e toda sua família é brasileira, o que por vezes, faz com que eu sinta uma ambiguidade. Minha infância foi marcada pelo aroma de hortelã, amêndoas, canela e pimenta síria advindos da cozinha, o mesmo cheiro característico das ruas na Palestina, a língua árabe era muito acionada, sem contar que a religião islâmica também proporcionou forte influência na minha formação, embora eu não seja afeita a religiões.

Eu entendo que essa condição da diáspora palestina repercutiu em toda a minha vida, no meu modo de ver e encarar a realidade, na verdade percebo que passei a vida transitando entre dois mundos, um inspirado na cultura árabe e outro ocidental que se dá a partir das vivências cotidianas no Brasil. Enfim, percebo que situações de dualidade deixam marcas na vida dos exilados e que isso repercute para além, em seus descendentes.

Frequentemente deparo-me com reportagens nos meios midiáticos que promovem sérios engodos em relação a questão palestina o que contribui para a elaboração de estigmas e racismo em relação ao mundo árabe. Certa vez, ouvi de uma amiga que os árabes são feios e de outra colega de trabalho aos gritos que alunos não precisam entender sobre essas questões, não interessa isso para eles. Naquele momento olhei para ela e não senti a mínima vontade de responder, só pensei o que a falta de conhecimento ocasiona. Não vivemos em um mundo globalizado? Logo chegou à pandemia de corona vírus, espero que ela tenha entendido que os eventos são interligados e que situações que se dão a distância interferem sim na nossa realidade.

Edward Said (2007), desde o final da década de 1970 alerta sobre o modo como o Ocidente inventa e entende o Oriente, a partir de uma visão estigmatizada. Juntam-se variadas culturas e variadas etnias como se fosse algo que está dentro de um único caldeirão. Esses fatos corroboram para a elaboração de toda uma caricatura do oriente.

Sem contar que isso contribui para parca compreensão em relação a história. Há centenas de anos, ou melhor a milênios, aquele espaço geográfico vem sendo invadido por Impérios como o de Roma, o Otomano, a da Inglaterra, o da França. As últimas guerras e o atual genocídio que vem ocorrendo para além do território, podem ser explicados pela busca e expropriação de riquezas naturais.

Especificamente sobre a questão Palestina, além das constantes injustiças e todo apartheid a que a população é exposta, algo que me toca profundamente

é quando percebo que a pilhagem não foi só territorial. Tomar casas e vidas não é o bastante, mas é preciso também dominar culturalmente, quando vejo que a culinária, os trajes, as danças, os ritmos milenares são usurpados me sinto especialmente invadida. Sem contar o silêncio da mídia e dos governos que se indignam apenas, por exemplo com a Guerra na Ucrânia, como se Gaza e a Cisjordânia sejam territórios que abrigam terroristas e assim não importa o destino dessas pessoas, ainda que estejam sendo vítimas de crimes de guerra e atos que ferem os direitos humanos.

Ademais, paira no imaginário social uma associação de que o modelo branco, europeu é o que deve ser seguido como padrão, quem não se encaixa nessas condições é relegado a margem, no caso dos árabes, eles são os outros, os incultos, os bárbaros, os selvagens, aqueles de pele cor de canela. Toda essa conjuntura contribuí para a perpetuação de situações de racismo.

Essas circunstâncias que foram vivenciadas por mim na infância e as reflexões que foram feitas posteriormente, acabam por despertar o interesse por entender mais sobre aqueles que passam por situações que se ligam a expropriações, a diáspora, ao racismo. Possibilidade que se tornou real a partir do processo de doutoramento, quando a temática das relações étnico-raciais me permite um dia após o outro a possibilidade de estudar e entender mais sobre as injustiças que atravessam a vida das populações indígenas e negra em nosso país.

Enfim, quando a saudade do meu pai chega, eu olho suas fotos na sua casa, a mesma casa do seu pai, do seu avô e toda nossa ascendência até onde sabemos, e penso, nós voltaremos, porque é na Palestina que nós plantamos as oliveiras.

Sobre a realidade brasileira, dados estatísticos têm revelado intensas disparidades entre a população negra e a população branca no país, os primeiros ficam em notória desvantagem no que tange o acesso a saúde, ao mercado de trabalho qualificado, ao grau de escolaridade, a exposição a violência entre outros itens que revelam uma história de desigualdade profunda que tem suas raízes em um passado de escravização que necessita ser constantemente revisitado a fim de se fortalecer uma luta antirracista em dias atuais.

Nesse interim se revela também a importância que o Serviço Social, enquanto uma profissão que em seu cotidiano atende aqueles que vivenciam os resquícios das expressões da questão social, buscar aprofundamentos teóricos metodológicos que envolvam a temática. A problemática que a priori emerge e que se busca responder refere-se a: De que maneira o debate sobre as relações étnico-raciais vem sendo

incorporado e realizado nos cursos de Serviço Social das Universidades públicas do Paraná?

A motivação inicial para a realização de um estudo que tem como objeto de estudo as relações Étnico-raciais e Projetos Políticos Pedagógicos surge no ano de 2018 quando o curso de Serviço Social da Universidade Estadual do Paraná (UNESPAR), campus de Paranavaí inicia o processo de revisão da matriz curricular, o corpo docente então se reúne e dá início a ação que se estende por mais de um ano e meio. A revisão foi realizada sempre com o cuidado de não se afastar dos núcleos fundantes determinados pelas Diretrizes Curriculares do Serviço Social.

Ao fim do processo o documento completo é enviado para apreciação das instâncias superiores e então ocorreu a recomendação da necessidade de inclusão da temática sobre as relações Étnico-Raciais, História e Cultura Afro-Brasileira e Africana e Educação Ambiental. A indicação é de imediato acatada, porém uma indagação de pronto aflora: como uma questão tão importante está passando despercebida por tantos anos no curso de Serviço Social do qual faço parte como integrante do quadro de professores?

E para além dessa questão, imediatamente surge outro questionamento: por que há pouca discussão sobre o assunto no Serviço Social de modo geral se ao realizar os atendimentos percebe-se um número alto de pessoas negras ou afrodescendentes como usuárias das políticas sociais? Nesse momento o olhar de pesquisadora já atento se dá conta da necessidade da realização de pesquisa e mais que isso o imperativo de profunda discussão na unidade de ensino a qual pertenço sobre a temática. E, para além, como seriam as outras instituições de ensino superior que possuem o curso de Serviço Social em relação a essa situação no estado do Paraná?

É recorrente nos meios midiáticos a apresentação de dados estatísticos que apontam como as expressões da questão social se manifesta na vida da população negra em nosso país, o que por si já justificaria a realização de uma pesquisa na área. Porém soma-se a isso o fato de o Serviço Social ter como objeto de atuação a questão social o que impõe a necessidade constante de aprofundamentos em temas que se relacionem e para além sejam estruturantes da questão social, como no caso do racismo.

Evidencia-se também a importância social de se estudar como o período da escravização é determinante para a construção das relações sociais capitalistas e

permanece como elemento histórico decisivo para a compreensão da atualidade. Observa-se, portanto, a existência de uma conexão intransponível entre questão social e questão étnico-racial que precisa ser cada vez mais elucidada, pois só é possível propor formas de enfrentamento para aquilo que conhecemos. As armadilhas atuais só são desveladas e enfrentadas de maneira efetiva quando são expostas suas estruturas.

Frente a essa realidade o objetivo da pesquisa foi analisar como a discussão sobre as relações Étnico-raciais é incorporada e operacionalizada nos Projetos Políticos Pedagógicos dos cursos de Graduação em Serviço Social das Universidades Públicas do estado do Paraná. E os objetivos específicos referem-se a : a) Refletir como o racismo estrutural se mostra como determinante na formação das relações sociais brasileiras; b) Discutir a essencialidade do debate sobre a questão étnico-racial na formação em Serviço Social; c) Compreender o conceito de questão social adotado no serviço social e como se dá a sua interface com as relações étnico-raciais estabelecidas no Brasil; d) Estudar os Projetos Políticos Pedagógicos dos cursos de Serviço Social das universidades estaduais do Paraná afim de identificar elementos ligados a história, vivências, cultura e resistência da população negra; e) Entender, a partir das coordenações dos cursos de Serviço Social das Universidades públicas do Paraná se a questão Étnico-Racial é incorporada de forma transversal nos projetos políticos pedagógicos de seus respectivos cursos.

A hipótese inicial que moveu a pesquisa é de que vem sendo incorporado, mesmo que tardiamente, um debate sobre as relações étnico-raciais pelo Serviço Social e essa situação se vincula a dificuldades de compreender o racismo como estruturante das relações sociais capitalistas. A partir dessa percepção, sugerimos que esse atraso decorre de influências como as do mito da democracia racial e a parca compreensão sobre a questão do pacto da branquitude no Brasil.

Sobre a metodologia importante mencionar que se trata de uma pesquisa social, assim o primeiro passo se constitui na fase exploratória por intermédio de um levantamento bibliográfico para compreender como se origina o processo de escravização negra no Brasil colonial e como se desenvolve e se mantêm o racismo até o tempo presente. Trata-se de uma pesquisa de natureza qualitativa, uma vez que,

[...] trabalha com o universo de significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes, correspondendo ao espaço mais profundo das relações e processos. Traz por vantagem ser um estudo eficaz com nuances da vida e

comportamento humano social através de um tempo determinado, elenca a possibilidade de explorar uma conjuntura que interfere ou se deixa interferir na compreensão do mundo social em que se está inserido (Minayo, 2001, p. 21).

Também pretende-se elucidar elementos referentes a Questão Social, ao Serviço Social e sua constituição histórica, normativas, legislações mais especificamente as diretrizes curriculares e seus fundamentos e direcionamentos para poder compreender como se estabelecem os projetos políticos pedagógicos da formação em Serviço Social nas universidades públicas do estado do Paraná. Trata-se, portanto, de uma pesquisa documental, exploratória e descritiva.

Ressalta-se ainda que a realização de um trabalho científico não expressa neutralidade, ao contrário as posições assumidas ao longo do desenvolvimento do trabalho são perceptíveis. Nesse sentido a proposta desse estudo parte de escolhas de fontes bibliográficas que se preocupam com uma interpretação profunda da totalidade dos fenômenos sociais, dessa maneira a pesquisa se assenta no materialismo histórico-dialético.

Trata-se de uma revisão bibliográfica e na sequência realizou-se a pesquisa de campo, a partir da efetivação de contato via online por intermédio de correio eletrônico com nas universidades públicas do estado do Paraná que possuem o curso de Serviço Social, com o objetivo de ter acesso aos Projetos Políticos Pedagógicos dos Cursos de Serviço Social e demais documentações necessárias a conclusão da tese, bem como a aproximação com as (os) coordenadoras (es) para compreensão mais aprofundada sobre a concepção que envolve as relações étnico-raciais presentes no processo formativo em questão.

Na atualidade são oito (8) instituições que possuem em seus quadros o curso de Serviço Social, a saber : Universidade Federal do Paraná (UFPR) - Campus Matinhos, Universidade Federal da Integração Latino Americana (UNILA) — Foz do Iguaçu, Universidade Estadual de Maringá (UEM) — Campus Ivaiporã; Universidade Estadual de Londrina (UEL); Universidade Estadual do Paraná (UNESPAR) — Campus de Apucarana e Paranavaí, Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG), Universidade Estadual do Centro Oeste (UNICENTRO) — Campus Guarapuava, Universidade Estadual do Oeste do Paraná (UNIOESTE) - Campus de Francisco Beltrão e Toledo.

Tentamos entrevistar por meio do aplicativo Google Hangouts Meet a totalidade

das (os) coordenadoras (es) das universidades destas universidades, pois as mesmas localizam-se no estado do Paraná, lócus de pesquisa. Porém foram realizadas 8 entrevistas on-line, uma das coordenadoras apenas enviou as questões respondidas em arquivo Word e este material não foi considerado, pois a entrevista enquanto técnica para coleta de dados exige o contato direto entre pesquisador e entrevistado, e ainda outra coordenadora não respondeu ao convite.

Após as entrevistas, realizamos o download dos dados coletados para um dispositivo eletrônico próprio, com a finalidade de excluir todo e qualquer registro da plataforma virtual, ambiente compartilhado ou em “nuvem”. Os dados armazenados em dispositivo próprio serão armazenados em local seguro junto a pesquisadora durante cinco (5) anos a contar da data da finalização da referente pesquisa e posteriormente eles serão apagados pela pesquisadora.

Enfim, a pesquisa de campo objetivou um maior contato com a realidade dos cursos de Serviço Social do estado, utilizou-se como instrumento de coleta de dados na entrevista um roteiro de questões semiestruturadas, com um total de dez questões. A seguir as respostas foram transcritas e posteriormente os depoimentos colhidos foram apresentados na tese levando-se sempre em consideração o escopo teórico que foi elaborado nesse trabalho, nessa ação são elencados os aspectos mais citados durante a pesquisa de campo, nesse processo ganharam destaques elementos que se conectam as condições políticas e econômicas contemporâneas que repercutem no trabalho docente, a formação em Serviço Social e a questão étnico-racial e os avanços e retrocessos no que tange a referida temática.

Importante mencionar que a participação na pesquisa ocorreu mediante envio e assinatura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido. A identidade das (os) participantes da pesquisa serão asseguradas e as (os) mesmas (os) não serão identificadas. Conforme preconiza a Resolução Nº 466/2012 em relação ao protocolo de pesquisa buscou-se a o acesso à Plataforma Brasil — Base nacional e unificada de registro de pesquisa envolvendo seres humanos para registro do protocolo de estudo para que os tramites sejam efetuados e então o referido projeto de pesquisa foi apresentado e aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa envolvendo Seres Humanos da Universidade Estadual de Londrina- CEP\UEL. A aprovação se deu a partir do processo 58308122.1.0000.5231 cujo o termo encontra-se em anexo a tese. Após a conclusão do processo de Pesquisa e da defesa da Tese serão enviados exemplares do estudo em questão para as (os) coordenadoras (es) das universidades

das universidades que participaram da pesquisa.

No capítulo introdutório apresentamos a problematização do objeto da pesquisa, objetivos e hipótese. No segundo capítulo a priori realizamos reflexões sobre a decolonização dos saberes e o epistemicídio negro na Academia e a seguir dissertamos sobre a formação sócio-histórica brasileira a partir da perspectiva do colonialismo e das resistências da população negra. Nessa esteira, desenvolvemos um resgate sobre a constituição da sociedade brasileira e sua diversidade étnica, na sequência abordamos o contraponto da resistência histórica negra. Ao final do capítulo tecemos reflexões sobre o capitalismo e sua contribuição para o aprofundamento das desigualdades raciais.

No terceiro capítulo o tema central foi a questão social a partir da ótica das relações étnico raciais. Buscamos trazer os fundamentos sócio-históricos da Questão Social e das Relações Étnico-Raciais no Brasil. Refletimos sobre o racismo estrutural e sua Intersecção com a Questão Classe, Raça e Gênero. Ainda neste capítulo tentamos aproximar as problematizações do Serviço Social no que tange as discussões que vêm sendo realizadas sobre a referida temática. No último capítulo nos dedicamos a dissertar sobre a inclusão de temáticas ligadas as relações étnico-raciais nos Projetos Políticos Pedagógicos dos cursos de Serviço Social de Universidades públicas do Paraná.

Nessa esteira ganham destaque as documentações que norteiam o exercício profissional, destacamos o Currículos mínimos, as Diretrizes Curriculares Gerais para os cursos de Serviço Social da ABEPSS e ainda ganham destaque as entidades representativas da categoria e o fomento que em anos recentes vem ocorrendo no que tange as discussões sobre as relações Étnico-Raciais e finalizamos apresentando os resultados na pesquisa documental e de campo.

Para finalizar essa tese apresentamos as principais conclusões que foram obtidas a partir da realização desse trabalho e ainda é necessário pontuar que não temos a pretensão de esgotar o assunto, que é complexo e exige maiores aprofundamentos a fim de identificar como as questões Étnico-Raciais vêm sendo operacionalizadas no processo formativo do Serviço Social. De qualquer forma, acreditamos que a tese traz pistas importantes sobre os avanços já conquistados acerca da valorização do debate sobre a questão étnico-racial nos processos formativos tal como, aborda alguns desafios que ainda persistem.

2 FORMAÇÃO SÓCIO-HISTÓRICA BRASILEIRA: O COLONIALISMO E A RESISTÊNCIA NEGRA

É notório que a história, enquanto uma categoria analítica, é essencial para a elucidação e interpretação de questões determinantes para o aprofundamento sobre a realidade e suas expressões no presente. É a partir desse entendimento que ocorre o regresso ao passado, ou seja, na tentativa de entender questões nefrálgicas que incidem na realidade e reverberam em nossas vidas.

Há vários aspectos que incomodam e carecem de estudos mais aprofundados em relação ao país, portanto, para a realização desse estudo não há como deixar de citar a desigualdade econômica. Para enfatizar aspectos a ela relacionados é preciso retomar a formação social do Brasil, considerando que desta não se aparta o desenvolver do modo de produção capitalista, imbricado nesse processo existe uma história ladeada de seres humanos explorados, trata-se dos povos originários da América latina, bem como dos povos subtraídos do Continente Africano.

Em se tratando das vivências da população negra, é necessário salientar que resgates históricos que tratam destes percursos a partir do olhar europeu é comum no meio acadêmico, ainda que em uma perspectiva que se liga a uma visão crítica da sociedade. Entretanto nesse trabalho se busca privilegiar a História por intermédio de uma ótica que se vincula as consequências do colonialismo para formação sócio-histórica do Brasil.

2.1 REFLEXÃO SOBRE A DECOLONIZAÇÃO DOS SABERES E O EPISTEMICÍDIO NEGRO NA ACADEMIA

Durante séculos vem sendo legitimado um contexto epistemológico no qual o padrão da reprodução do conhecimento no ocidente tem se baseado na supressão de outras epistemologias possíveis. Conforme Santos (2009) por onde se espalhou a colonização teve um caráter epistemicida, na medida em que os conhecimentos da população local foram sendo suprimidos, seja por intermédio do genocídio, da catequização ou da escravização, o autor ainda destaca a importância das universidades e demais centros de formação serem palcos de discussão sobre a epistemologia.

De acordo com Santos (2009) toda a vivência social dá origem e também

reproduz conhecimento e nesse processo uma ou várias epistemologias são criadas, o autor pontua que:

[...] epistemologia é toda noção ou ideia, reflectida ou não, sobre as condições do que conta como conhecimento válido. É por via do conhecimento válido que uma dada experiência social se torna intencional e inteligível. Não há, pois, conhecimento sem práticas e actores sociais. E como umas e outros não existem senão no interior das relações sociais, diferentes tipos de relações sociais podem dar origem a diferentes epistemologias. As diferenças podem ser mínimas e, mesmo se grandes, podem não ser objecto de discussões, mas, em qualquer caso, estão muitas vezes na origem das tensões ou contradições presentes nas experiências sociais sobretudo quando, como é normalmente o caso, estas são constituídas por diferentes tipos de relações sociais. No seu sentido mais amplo, as relações sociais são sempre culturais (intra-culturais ou inter-culturais) e políticas (representam distribuições desiguais de poder). Assim sendo, qualquer conhecimento válido é sempre contextual, tanto em termos de diferença cultural como em termos de diferença política. Para além de certos patamares de diferença cultural e política, as experiências sociais são constituídas por vários conhecimentos, cada um com os seus critérios de validade, ou seja, são constituídas por conhecimentos rivais (Santos, 2009, p. 9).

Percebe-se então que a epistemologia se conecta a relações sociais, bem como se relaciona com a cultura e a política estabelecidas nas variadas sociedades, interessa entender como nesse contexto a herança do colonialismo também se estende para ciência e assim são mantidos padrões hegemônicos de conhecimento, que se conectam ao padrão europeu, porém tem ganhado cada vez mais êxito estudos que se vinculam a uma visão crítica decolonial, conforme pontua-se na citação a seguir:

O pensamento descolonial e as opções descoloniais (isto é, pensar descolonialmente) são nada menos que um inexorável esforço analítico para entender, com o intuito de superar, a lógica da colonialidade por trás da retórica da modernidade, a estrutura de administração e controle surgida a partir da transformação da economia do Atlântico e o salto de conhecimento ocorrido tanto na história interna da Europa como entre a Europa e as suas colônias.

[...]

Nós, estudiosos e pensadores descoloniais, podemos contribuir não ao relatar para os estudiosos, intelectuais e líderes indígenas qual é o problema, porque eles o conhecem melhor que nós, mas ao agir no domínio hegemônico da academia, onde a ideia de natureza como algo fora dos seres humanos foi consolidada e persiste. Descolonizar o conhecimento consiste exatamente nesse tipo de pesquisa [...] (Mignolo, 2017, p. 6).

Na busca por autoras que se dedicam a compreensão das formas de dominação empregadas aos povos que foram subjugados ao longo da História, há o encontro com Sueli Carneiro, como resultado de sua tese de doutoramento, em 2023

a autora publica a obra: Dispositivo de racialidade: a construção do outro como não ser como fundamento do ser, nesta a questão do epistemicídio ganha relevância. Em sua obra Carneiro (2023) cita autores e autoras como Bell Hooks, Roseli Fischmann, Carlos Hasenbalg, Charles Mills, Isildinha Baptista Nogueira, entre outros com o intuito de caracterizar as relações de poder que incidem no Brasil, nesse interim o racismo emerge como um dispositivo de poder nas sociedades que foram erigidas com base em um passado de escravização.

A autora evidencia a potencialidade do conceito de dispositivo, elaborado por Michel Foucault¹. Afirma a autora que:

Com a função principal de responder a uma urgência em determinado momento histórico, “o dispositivo tem uma função estratégica dominante”. A minha proposta é a de que essa noção de dispositivo oferece recursos teóricos capazes de apreender a heterogeneidade de práticas que o racismo e a discriminação racial engendram na sociedade brasileira, a natureza dessas práticas, a maneira como elas se articulam e se realimentam ou se realinham para cumprir um determinado objetivo estratégico, pois, em síntese, o dispositivo, para Foucault, consiste em “estratégias de relações de força, sustentando tipos de saberes e sendo por eles sustentadas”. Para os meus objetivos aqui, interessa sobretudo sublinhar que ao instituir um novo campo de racionalidade em que relações de poder, práticas e saberes se articulam, um dispositivo instaura uma divisão que tem efeitos ontológicos, constituindo sujeitos através da enunciação sobre o Outro (Carneiro, 2023, p. 28).

A partir dessa delimitação sobre o conceito de dispositivo, a autora busca então compreender como se dão as relações raciais no Brasil e aponta que existe um dispositivo de racialidade, que por intermédio da articulação de variados elementos conforma a racialidade como um mecanismo no qual “[...] a superioridade do Eu hegemônico, branco, é conquistada pela contraposição com o Outro, negro” (Carneiro, 2023, p. 13). Ou seja, o dispositivo de racialidade, colabora para perpetuação de situações de exclusão em relação a população negra no país e em contrapartida contribui para a manutenção da permanência da população branca nos espaços de poder, ainda complementa a autora que:

O dispositivo de racialidade ganha uma dimensão específica ao operar em conjunto com o biopoder² e ser por ele instrumentalizado. Combinado ao

¹ Para Foucault, um dispositivo é sempre um dispositivo de poder, que opera em um determinado campo e se desvela pela articulação que se engendra a partir de uma multiplicidade de elementos e pela relação de poder que entre eles se estabelece. O dispositivo expressa, ainda, um objetivo estratégico que atende a uma urgência histórica [...] (Carneiro, 2023, p. 27).

² Biopoder é uma forma de governar a vida. Foi posta em prática no Ocidente a partir do século 17 (Foucault, 2012). Divide-se em dois eixos principais: disciplina, o governo dos corpos dos indivíduos; e

racismo, o biopoder promove a vida da raça considerada mais sadia e mais pura e promove a morte da raça considerada inferior, afinal, como diz Foucault, “a função assassina do Estado só pode ser assegurada desde que o Estado funcione, no modo do biopoder, pelo racismo”. Contudo, para aqueles que sobrevivem, o dispositivo de racialidade reserva outras estratégias de assujeitamento. Dentre os seus elementos constitutivos destaco o epistemicídio, conceito que empresto de Boaventura de Sousa Santos para evidenciar o papel da educação na reprodução e permanência de poderes, saberes e subjetividades que o próprio dispositivo produz [...] (Carneiro, 2023, p. 13-14).

Sobre a racialidade, a autora a define como sendo:

[...] compreendida como uma noção relacional que corresponde a uma dimensão social, que emerge da interação de grupos racialmente demarcados sob os quais pesam concepções histórica e culturalmente construídas acerca da diversidade humana. Disso decorre que ser branco e ser negro são consideradas polaridades que encerram, respectivamente, valores culturais, privilégios e prejuízos decorrentes do pertencimento a cada um dos polos das racialidades (Carneiro, 2023, p. 22-23).

Segundo Carneiro (2023) o dispositivo de racialidade possibilita a construção das relações de contrastes que emergem desde o colonialismo europeu. O referido dispositivo possibilita a origem de uma ontologia da diferença, na medida que demarca uma cisão entre o Eu e o Outro, quando o Eu se afirma negando e inferiorizando o Outro. Nesse ínterim, Conforme Carneiro (2023), o Eu é asseverado como naturalmente sendo superior e assim torna-se um padrão a ser seguido. E o Outro, é entendido como inferior. Por isso, o dispositivo de racialidade:

[...] também produz uma dualidade entre positivo e negativo, tendo na cor da pele o fator de identificação do normal, e a brancura será sua representação. Constitui-se assim como uma ontologia do ser e uma ontologia da diferença. [...] (Carneiro, 2023, p. 31)

Carneiro (2023) cita Charles Mills e disserta sobre a sua teoria que versa sobre o contrato racial³. A referida autora utiliza os argumentos elaborados pelo Mills para identificar como se desenvolveu a ideia de superioridade branca. Para Carneiro o

biopolítica, o governo da população como um todo [...] com o biopoder, o poder de morte converteu-se no complemento de um poder que se exerce positivamente sobre a vida, interferindo em sua gestão, na sua majoração e em sua multiplicação. Transformou-se no exercício, sobre a vida, de controles precisos e de regulações de conjunto (Bertolini, 2018, p. 88).

³ Em seu livro de 1997, *The Racial Contract* [O contrato racial], Mills sustenta que as comemorações de efemérides ligadas à viagem de Colombo e as avaliações críticas e revisões historiográficas desses eventos colocaram a descoberto o mal-estar civilizatório segundo o qual o mundo em que vivemos foi “moldado fundamentalmente nos últimos quinhentos anos pelas realidades da dominação europeia e pela consolidação gradual da supremacia branca global” [...] (Carneiro, 2023, p. 34).

dispositivo de racialidade é um contrato firmado entre os brancos que se baseia na cumplicidade no que tange a subordinação que é imposta a população negra. Segundo ela, o contrato racial se desenvolve no Brasil desde o período colonial e acaba por basilar o dispositivo de racialidade objetivando assegurar os privilégios da branquitude. Disserta ainda que o dispositivo de racialidade se vale do biopoder para colocar em prática técnicas de extermínio do Outro, nesse sentido com base no contrato racial e a partir dos mecanismos racistas do biopoder o dispositivo de racialidade permite a escolha entre os que devem viver e aqueles que devem morrer:

[...] sob a égide do biopoder no polo subordinado da racialidade, as desvantagens se manifestam desde a infância, em que se acumulam fatores genéticos com condições desfavoráveis de vida para inscrever a negritude sob o signo da morte. Como contraponto, a branquitude se configura como signo que se consubstancia na maior expectativa de vida, nos menores índices de mortalidade e morbidade como consequência de seu acesso privilegiado aos bens socialmente construídos. Porém o que advogamos aqui é que o “deixar viver e deixar morrer” define as condições de vida e de morte a que a racialidade estará submetida em todos os seus vetores pelo poder de soberania que a informa e que decide sobre o valor de cada vida e de cada morte no âmbito da racialidade (Carneiro, 2023, p. 67).

A partir desses apontamentos é possível então afirmar que o extermínio do Outro é operacionalizado porque o racismo cumpre sua função e o Estado logra então o direito de matar, quando não diretamente o faz por omissão. Nesse sentido Carneiro (2023) faz uma denúncia que se refere ao genocídio orquestrado pelo Estado brasileiro em relação as populações indígenas e negras. Reflexões que dialogam sobremaneira com o debate realizado por Achille Mbembe no ensaio que debate sobre necropolítica, pois também amplia reflexões sobre biopoder foucaultiano, demonstrando o quanto a racialização o transforma em necropoder.

Existem outras formas de provocar a morte para além dos danos físicos e uma dessas formas, segundo a autora, trata-se do epistemicídio. Carneiro (2023) caracteriza-o como um dispositivo que efetua as estratégias que tratam de inferiorizar intelectualmente os negros e a busca é de anulação enquanto sujeito de conhecimento e, em contrapartida, é valorizada a intelectualidade branca.

Carneiro (2023) caracteriza o epistemicídio a partir do conceito elaborado por Boaventura de Souza Santos, nesse sentido recorre-se ao autor.

Afirma Santos (2009) que nos últimos dois séculos uma epistemologia vem procurando se manter como hegemônica no que tange a produção e a reprodução do conhecimento, trata-se da produção intelectual branca e europeia, torna-se evidente

então que esse assunto se relaciona a colonialidade que também se impõe por intermédio do domínio dos saberes, apresenta-se a seguir o conceito de epistemicídio elaborado por Boaventura de Souza Santos:

El epistemicidio es el proceso político-cultural a través del cual se mata o destruye el conocimiento producido por grupos sociales subordinados, como vía para mantener o profundizar esa subordinación. Históricamente, el genocidio ha estado con frecuencia asociado al epistemicidio. Por ejemplo, en la expansión europea el epistemicidio (destrucción del conocimiento indígena) fue necesaria para “justificar” el genocidio del que fueron víctimas los indígenas (Santos, 1998, p. 208).

Percebe-se que para Boaventura Santos há um processo de desmantelamento da cultura e dos saberes de povos que são subjugados ao longo da história e nesse sentido torna-se evidente também a violência empregada em múltiplas frentes pela colonização e assim sendo resta evidente uma relação entre genocídio e epistemicídio, assim as técnicas utilizadas para perpetuação do poder também dispõem do uso do domínio dos saberes.

Segundo Carneiro (2023, p. 87) a partir do conceito elaborado por Boaventura Santos é possível compreender “[...] o processo de destituição da racionalidade, da cultura e da civilização do Outro” que ocorreu no passado e se estende até a atualidade. Sobre as maneiras que se desenvolve o epistemicídio em relação aos povos subjugados, a autora expõe que:

Para além da anulação e desqualificação do conhecimento dos povos subjugados, o epistemicídio implica um processo persistente de produção da indigência cultural: pela negação ao acesso à educação, sobretudo a de qualidade; pela produção da inferiorização intelectual; pelos diferentes mecanismos de deslegitimação do negro como portador e produtor de conhecimento e pelo rebaixamento da sua capacidade cognitiva; pela carência material e/ou pelo comprometimento da sua autoestima pelos processos de discriminação correntes no processo educativo. Isto porque não é possível desqualificar as formas de conhecimento dos povos dominados sem desqualificá-los também, individual e coletivamente, como sujeitos cognoscentes. E, ao fazê-lo, destitui-lhe a razão, a condição para alcançar o conhecimento considerado legítimo ou legitimado. Por isso o epistemicídio fere de morte a racionalidade do subjugado, sequestrando a própria capacidade de aprender. É uma forma de sequestro da razão em duplo sentido: pela negação da racionalidade do Outro ou pela assimilação cultural que, em outros casos, lhe é imposta (Carneiro, 2023, p. 88-89).

Carneiro (2023, p. 89) aponta que o epistemicídio é um processo permanente de produção da inferioridade intelectual ou mesmo da negação de que os sujeitos apresentam condições de concretizar suas capacidades intelectuais, sua efetivação

ocorre sob aqueles que são entendidos como diferentes e racialmente inferiores, assim o dispositivo de racialidade é empregado e visa obter “o controle de mentes e corações”. A partir dessa definição, segundo a autora, é possível compreender as variadas formas que se desenvolvem as contradições da população negra no que tange a educação, bem como é possível entender as desigualdades raciais que se manifestam na sociedade.

Nesse movimento de negar o Outro e todo conhecimento por ele produzido, nega-se sua condição de produzir cultura e civilidade, assim se obtém uma razão racializada que afirma a superioridade europeia, sendo o território europeu o único a ser considerado como epistemologicamente legítimo. Portanto, o epistemicídio ainda colabora para o reforço da ideia da irracionalidade de pessoas negras.

Conforme Silva (2021) o processo de diáspora negra viabilizada pelo tráfico via atlântico trouxe para o continente americano africanos e a partir desse processo quase todas as sociedades americanas vivenciaram o sistema colonial, o trabalho escravo e a agricultura de plantation, porém no decorrer histórico existe uma tentativa de elaborar identidades nacionais que sejam principalmente baseadas a partir das contribuições europeias, percebe-se nessa conjuntura a tentativa de invisibilização da contribuição da população negra para o desenvolvimento econômico, cultural e político dos variados países que compõem o novo mundo. Acresce a autora que:

Ao longo de quase quatro séculos o projeto colonial na América latina universalizou ideais civilizatórios que estabeleceram a superioridade ocidental europeia e a expansão do espaço da modernidade como objetivos de desenvolvimento para os povos dominados, ocultando a contradição entre a universalidade da razão, da liberdade e da igualdade e as violências, escravidões, destruições e mortes perpetradas pelo colonialismo. A submissão a essa racionalidade tem como eixos estruturais a naturalização de uma codificação hierárquica das diferenças entre conquistadores e conquistados resumida na ideia de raças superiores e inferiores e a articulação de todas as formas históricas de controle do trabalho, de seus recursos e de seus produtos, em torno do capital e do mercado mundial, que nas Américas foi sintetizado em um modo de produção baseado no latifúndio, na monocultura e no trabalho escravo (Silva, 2021, p. 46).

Percebemos então uma tentativa de ocultamento sobre o Outro, nesse interim Carneiro (2023) recorre a Charles Mills para explicar essa visão epistemológica do negro como não Ser, para Mills para além dimensão política e moral o contrato racial também possui uma dimensão epistemológica, na qual são inscritas normas de cognição invertidas que os signatários do contrato racial devem acatar. Para a autora

essa é base na qual se funda o epistemicídio, conforme destaca-se no fragmento a seguir:

[...] o contrato racial também tem uma dimensão epistemológica, afinal requer suas próprias “normas e procedimentos para determinar o que conta como conhecimento moral e factual do mundo”. Contudo, “as coisas são necessariamente mais complicadas”, pois a realidade sancionada oficialmente diverge da realidade efetiva, de modo que, para fazer parte do contrato racial, “é preciso aprender a ver coisas de maneira errada”. É o que Mills chama de “epistemologia invertida”, com a observação de que as percepções erradas são devidamente sancionadas pela autoridade epistêmica branca (Carneiro, 2023, p. 93).

Carneiro (2023) acrescenta que o epistemicídio tanto embasa a deslegitimação da cultura dos povos subjugados, como também trata de legitimar epistemologicamente a cultura do dominador e dessa maneira o que ocorre é uma justificativa para elevação do padrão cultural ocidental. Assim sendo, o conhecimento que foge ao molde hegemônico é desconsiderado e entendido como primitivo e subdesenvolvido. A referida autora a partir das ideias de Boaventura Santos disserta sobre o que significa para a humanidade a destituição intencional dos saberes dos povos subjugados e a consequência é um empobrecimento no que tange as possibilidades de conhecimento:

Essa é uma das consequências irremediáveis da dimensão epistemológica do contrato racial. Nesse sentido, colonialismo e racismo se constituíram enquanto aparato global de destruição de corpos, mentes e espíritos, pela vinculação e subordinação da sobrevivência cognitiva do dominado aos parâmetros da epistemologia ocidental (Carneiro, 2023, p. 95).

A autora afirma que para compreender como se dá a relação de educação e racialidade no Brasil é preciso entender historicamente como esse processo se desenvolve. Por aqui, o epistemicídio se vincula a priori ao ato da Igreja Católica de tentar suprimir e controlar o conhecimento oriundo da população negra por um longo período de tempo, a partir da República o racismo científico passa a ser apregoado por pensadores nacionais. As matrizes teóricas e filosóficas valorizadas serão as europeias. A autora cita Nina Rodrigues e suas escritas que tentam silenciar e apagar toda forma de conhecimento africano e nesse afã de desqualificar tudo o que advém do continente africano, atribui-se até mesmo o patrimônio cultural e científico originário do Egito a povos brancos. Nas ideias defendidas por Nina Rodrigues,

[...] negros são incapazes de civilização e, se civilização houve na África, não pode ser atribuída aos povos negros, e sim a um ramo da raça branca. O dispositivo de racialidade, assim, demarca e distribui de forma maniqueísta o bem e o mal entre as raças. Tal concepção buscará abarcar toda a experiência negra africana ou da diáspora e relativizar experiências diaspóricas, contrastantes com os princípios irremovíveis que asseguram a incapacidade crônica de africanos e seus descendentes para a civilização, a sua menoridade e conseqüente necessidade de tutela (Carneiro, 2023, p. 101).

Carneiro (2023) elucida que a desqualificação moral do negro auxilia na negação de sua cultura e ao mesmo tempo contribui para a supervalorização cultural da branquitude. Situações como essa ao longo da história fazem com que o epistemicídio auxilie para que situações de desigualdade entre brancos e negros seja perpetuada. Em relação ao período da pós-abolição uma das dimensões fundamentais do epistemicídio se trata da não garantia do acesso à educação pública e isso inclui a desqualificação de condições efetivas para que a população negra possa acessar o ensino, esse processo de exclusão escolar promove o epistemicídio e compõe o dispositivo de racialidade.

Para ela, a questão que se apresenta é a manutenção de privilégios, bem como a garantia de uma estrutura social hierarquizada a partir de parâmetros raciais e de classe. Frente a essa conjuntura o controle do acesso é importante, na medida que ele integra uma gama de oportunidades raciais que devem repercutir em equidade e justiça social, acresce a autora ainda que uma educação hierarquizada não condiz com uma educação que se baseie em equidade e justiça social. Frente a essas afirmações conclui-se que a educação é um elemento estratégico e imprescindível dentro da engenharia do dispositivo de racialidade.

Entendo que no início da República o controle dos que teriam acesso à escola pública foi acionado para isso. Depois, o instrumento passou a ser o controle do acesso ao ensino de qualidade. O sucateamento do ensino público coincide com a afirmação social de uma classe média branca que pode pagar pela qualidade da educação. É também um momento e um processo de demarcação dessa classe média branca em relação às classes populares notadamente negras [...] (Carneiro, 2023, p. 109).

Toda exclusão escolar que afeta a população negra, em específico, no ensino fundamental assume nova conformação na medida que pessoas negras alcançam níveis educacionais superiores, uma vez que a trajetória escolar pode ter sido tumultuada e ainda pode acumular inseguranças em relação à própria capacidade intelectual. Nas palavras da autora:

Nas dificuldades e desafios que se apresentam para as pessoas negras que adentram o nível universitário manifestam-se o acúmulo do conjunto das determinações que as acompanham em toda a trajetória escolar, no que tange ao conflito racialidade/saber e poder. É no ensino superior que esse conflito alcança uma arena privilegiada, onde a potencialidade do negro para o conhecimento erudito é construída e reconstruída, negada ou afirmada. Adentrar a universidade, longe de significar superação dos estigmas e estereótipos, é o momento da confrontação final, no campo do conhecimento, do negro com os mecanismos que o assombra ao longo de toda a sua trajetória escolar. Ali estão a branquitude do saber, a profecia autorrealizadora, a autoridade exclusiva da fala do branco — os fantasmas que têm de ser enfrentados sem mediações, em nome do que Foucault chamou de “insurreição dos saberes” (Carneiro, 2023, p. 119).

Conclui-se que para Carneiro (2023) o dispositivo de racialidade atrapalha a mobilidade social da população negra na medida em que exclui ou a subordina nos espaços de educação formal, base profícua do epistemicídio. Para ela, desde o período colonial o racismo apresenta um papel central no que se refere a formação social do Brasil, e que interfere inclusive na estrutura das classes sociais, uma vez que a população negra é condicionada nos estratos economicamente mais pobres e em contrapartida são assegurados privilégios para a população branca. Nesse sentido, a pobreza passa a ser “condição crônica da existência negra, na medida em que a mobilidade de classe torna-se controlada pela racialidade” (Carneiro 2023, p. 58). Percebe-se então que riqueza e pobreza então são racializadas.

É possível também pontuar que a autora disserta sobre as dinâmicas utilizadas para subjugar o Outro, mas que também ressalta as maneiras de resistência e luta do movimento negro contra o sistema de exploração erigido historicamente contra a população negra, pontua a autora que o dispositivo de racialidade exige a criação de estratégias de insurgências contra o biopoder. E nessa situação a educação é uma ferramenta que auxilia no despertar crítico e para além do saber acadêmico a autora ressalta que espaços como escolas de samba, terreiros, coletivos de movimentos negros, entre outros espaços proporcionam uma formação que resguarda a memória coletiva negra.

Pode-se apontar ainda que o conhecimento que as forças hegemônicas procuram desqualificar geralmente é aquele que pertence as minorias ou aos povos subjugados e essa forma de domínio se estende até mesmo as distintas formações executada nas universidades. Ribeiro (2017), por sua vez, apregoa que os conhecimentos que por vezes são difundidos nas universidades apresentam uma

herança colonial e acabam então por robustecer a hegemonia política que se vincula a colonialidade, conforme pode se verificar no fragmento a seguir:

Os conhecimentos transmitidos nas universidades carregam a herança colonial e contribuem para reforçar a hegemonia cultural, econômica e política da modernidade/colonialidade [...] a estrutura da universidade como arbórea, o que significa que os conhecimentos são hierarquizados e fronteiras epistêmicas não podem ser rompidas. A instituição decide sobre quais são os saberes úteis e inúteis, legítimos e ilegítimos, seguindo a lógica monocultural eurocêntrica (Ribeiro, 2017, p. 48).

Reforça a autora que os saberes locais, com ênfase naqueles oriundos dos povos que são subjugados socialmente, aqui se incluem as populações negras e indígenas, por vezes são apartados das discussões acadêmicas, e assim se perpetua a colonialidade do saber. Após realizar uma crítica no que se refere ao modo como a universidade se estrutura Ribeiro (2017) afirma que decolonizar as universidades são ações necessárias e para tanto reforça a importância da transdisciplinariedade⁴, que não se refere apenas a conexão de várias disciplinas, mas sim a articulação de vários conhecimentos “[...] diferentes formas culturais de conhecimento devem poder conviver no mesmo espaço universitário, sem o parcelamento do conhecimento e a recusa da experiência [...]” (Ribeiro, 2017, p. 48). Frente a essa possibilidade salienta a autora que se abre espaço para a valorização de conhecimentos ancestrais, como da população negra e indígena.

Frente a importância de decolonizar as universidades ainda é necessário pontuar que, segundo (Santos; Santos, 2020) historicamente no país o epistemicídio tem repercutido em relação a produção de intelectuais negros, e isso se dá a partir de dois modos, primeiro por meios da deslegitimação de pessoas negras como fontes de conhecimento e assim se desconsidera o conhecimento acadêmico por elas produzido. E o outro modo é a partir do desprezo empregado no que tange o conhecimento desenvolvido pela militância negra para além do circuito universitário.

Ainda pontuam que muitos negros que ganharam notoriedade se concentravam no campo literário no Brasil, todavia não era evidenciado que se tratava de pessoas negras, como no caso de Machado de Assis e Lima Barreto. Argumentam ainda que

⁴ A Transdisciplinaridade [...] busca religar saberes e, nesse processo, valoriza o saber disciplinar, especializado, como parte, “incorpora a linearidade disciplinar, transcendendo-a e ultrapassando-a, superando, contudo, resultados unidimensionais e reducionistas” (Petraglia, 2008). A Transdisciplinaridade não nega a disciplinaridade e a interdisciplinaridade, as incorpora e, também, amplia as relações com o conhecimento e com a vida (Suanno, 2015, p. 110-119).

os autores que muitos só alcançaram visibilidade de maneira tardia como Carolina Maria de Jesus e ainda:

Nas ciências sociais, Milton Santos só foi reconhecido no Brasil quando já havia recebido o laureamento máximo dado a um geógrafo no exterior. Outros sequer figuram como referência epistemológica nas produções científicas brasileiras nem são mobilizados para explicação dos fenômenos sociais. É o caso de Guerreiro Ramos, Clóvis Moura, Lélia Gonzalez, Abdias Nascimento, Maria Beatriz Nascimento, Neusa Santos Sousa, Sueli Carneiro, Kabengele Munanga, dentre outros, que somente muito recentemente têm sido redescobertos por pesquisadores e pesquisadoras negras que, em busca de pertencimento e de seus mais velhos, no caminho percorrido, reconhecem neles seus pioneiros no campo da ciência militante/ativista (Santos; Santos, 2020, p. 78).

Sobre a valorização de intelectuais negros no Brasil, Oliveira (2016) faz uma reflexão sobre a construção de produção do conhecimento contra hegemônico na luta contra o racismo e as desigualdades sociorraciais no campo educacional brasileiro.

E nessa perspectiva destaca o autor que a presença de um grupo de intelectuais negros na academia é recente, afirmando que em termos históricos a população negra sempre foi excluída da educação formal, especialmente em relação a educação superior, porém, a partir da redemocratização do país na década de 1980. Como resultado da luta do movimento negro começa haver então uma entrada maior de pessoas negras nas universidades e mesmo que de forma ainda tímida na década de 1990, a presença de pesquisadores negros já começa lograr evidencia no que tange os circuitos intelectuais do país.

Conforme Oliveira (2016) e Passos (2015) o movimento negro vem contribuindo historicamente para o enfrentamento do racismo e das desigualdades sociorraciais no país. Acrescenta Passos (2015) que o movimento negro também auxiliou na elaboração de uma agenda pública no que tange o combate às desigualdades raciais. Nesse cenário se destacam as políticas de ações afirmativas desenvolvidas no ensino superior, que segundo a ela, trazem à tona o papel da universidade frente à democratização do acesso ao ensino superior.

Afirma ainda que não há como negar a repercussão positiva das ações afirmativas no interior das universidades, espaços até então destinados tradicionalmente a elite cultural, econômica e política. Apesar do espaço acadêmico estar mais plural não se apresenta menos conflituoso, tão pouco menos desafiador, nesse sentido cabe a universidade reforçar sua função social.

Conforme Oliveira (2016) a intelectualidade negra vem produzindo aportes que

possibilitam entender aspectos que se conectam a situação da população negra no Brasil, bem como vem contribuindo também na produção não só de reflexões, mas vem dando suportes que permitem pensar em formas combativas no que tange a realidade que se sabe é permeada pelas desigualdades sociorraciais. Frente a isso, pontua o autor que a formação de uma elite intelectual negra tem contribuído para várias áreas do conhecimento.

Ainda que pesquisadores negros contribuam para diversas áreas do conhecimento Oliveira (2016) sinaliza que ainda em termos de presença numérica há muito a ser conquistado. Reportagem vinculada no portal de notícias da Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF) em 29 de novembro de 2023 atesta a desigual proporção entre professores negros e brancos em universidades no país:

O Brasil soma mais de 58 mil professores negros em Instituições de Ensino Superior (IES). Os dados, referentes ao ano de 2022, foram levantados pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep). Ainda de acordo com o levantamento, mulheres negras atuando como docentes representam 26.770 pessoas; e homens negros, 31.541 indivíduos. Em comparação, o número de professores brancos atuando no Ensino Superior é mais que o dobro, chegando a 176.778 docentes (Portal UFJF, 2023).

Apesar dessa desigualdade em termos numéricos, para Oliveira (2016) muitos desses docentes vem alcançando destaque no cenário acadêmico nacional, nas associações de pesquisa, na formação de professores, e em instituições governamentais e assim os mesmos vem realizando pesquisas que permitem a compreensão das relações raciais e assim suas produções atuam numa perspectiva decolonial, na medida que questionam conhecimentos colonizadores e eurocêntricos. Nessa esteira, esses intelectuais,

Enquanto sujeitos coletivos se organizam e criam associações científicas como os vários Núcleos de Estudos Afro-Brasileiros e Indígenas (NEABs) existentes desde meados dos anos 90 do século passado nas universidades brasileiras e a Associação Brasileira de Pesquisadores Negros (ABPN) existente a partir do ano 2000, buscando mapear, problematizar, analisar e produzir conhecimento com objetivo de dar visibilidade a subjetividades, desigualdades, silenciamentos e omissões em relação a determinados grupos sociorraciais e suas vivências. Portanto, articulam a militância política e a produção do conhecimento sobre a realidade étnico-racial a partir da sua própria vivência racial [...] (Oliveira, 2016, p. 109).

Para Oliveira (2016) esses intelectuais produzem um conhecimento científico que se baseia em análises de pessoas que vivenciaram em sua trajetória o significado

de viver em uma sociedade desigual em termos raciais e assim acabam por enriquecer as discussões que envolvem a população negra no país e ainda questionam muitos aspectos que se referem ao conhecimento que até então foi produzido nas ciências sociais sobre as relações raciais e ainda contribuem para trazer à tona a disputa de poder que se faz presente no cenário acadêmico.

Frente as contribuições que intelectuais negros vêm fomentando em várias áreas do conhecimento e ainda a partir dos vários apontamentos até então realizados sobre vários assuntos que se conectam a realidade acadêmica é que nas próximas seções deste capítulo apresentaremos elementos da constituição da sociedade brasileira a partir de lentes que interseccionam historicamente questão de classe e étnico-racial, auxiliando na compreensão do o racismo e a escravidão como elementos fundantes da formação sócio-histórica do país. Além disso, daremos ênfase para reflexões sobre a resistência negra a partir da interpretação da luta de classes.

2.2 A CONSTITUIÇÃO DA SOCIEDADE BRASILEIRA E SUA DIVERSIDADE ÉTNICA

[...]

Na fresta eu olho a luz do céu
Com a mão no chão eu oro em Yoruba
Cheiro de angústia balançando ao leu
Madeira e sal empesteiaram esse lugar
Tudo a mexer, a embrulhar
Suor a descer, viagem a levar.

(Luciane Dom)

Este tópico é dedicado a elucidar alguns pontos que se considera primacial no desenvolvimento sócio-histórico e cultural do Brasil. Antes disso, é essencial apontarmos que para uma análise sobre a consolidação do modo de produção capitalista é necessário levar em consideração o processo de acumulação primitiva obtido no contexto colonial e escravocrata.

Ao tratar de explorações econômicas, Marx (2013) explica que para ser instaurado, o capitalismo requer a necessidade de condições propícias que se dão com base em espoliações. Nesse sentido torna-se necessário a exploração de

riquezas, a acumulação de capitais, que posteriormente darão origem as indústrias. A partir desse apontamento enfatiza o referido autor que a exploração das Américas, bem como a escravização de pessoas do continente Africano, são elementos fundamentais e auxiliam a elaboração das condições ideais para o incremento do capitalismo:

A descoberta das terras auríferas e argentíferas na América, o extermínio, a escravização e o soterramento da população nativa nas minas, o começo da conquista e saqueio das Índias Orientais, a transformação da África numa reserva para a caça comercial de peles-negras caracteriza a aurora da era da produção capitalista. Esses processos idílicos constituem momentos fundamentais da acumulação primitiva. A eles se segue imediatamente a guerra comercial entre as nações europeias, tendo o globo terrestre como palco [...] (Marx, 2013, p. 533).

Percebe-se que para Marx (2013), as condições para o estabelecimento do capitalismo estão baseadas na tomada das Américas, uma vez que o sistema colonial possibilita o aprofundamento das navegações, estas por sua vez, favorecem a organização de um comércio mundial.

O monopólio por parte de alguns países das navegações e do comércio possibilita a aglomeração de capital nas mãos de alguns setores da sociedade europeia. Nesta esteira, a organização colonial tem uma dinâmica específica que favorece a aquisição de mercadorias manufaturadas advindas da Europa pelas colônias. Percebe-se então que se origina dessa trama um mercado novo para o que se produz na Europa.

Em todo esse processo ainda há que se mencionar que toda a produção de riqueza nas colônias, bem como a extração das riquezas naturais como a de metais preciosos são deslocadas para a Europa e esse processo de espoliação fornece as bases para a Revolução Industrial na Inglaterra e de forma mais geral também auxiliam nas condições gerais para a Revolução burguesa na Europa:

O sistema colonial amadureceu o comércio e a navegação como plantas num hibernáculo. As “sociedades Monopolia”z (Lutero) foram alavancas poderosas da concentração de capital. Às manufaturas em ascensão, as colônias garantiam um mercado de escoamento e uma acumulação potenciada pelo monopólio do mercado. Os tesouros espoliados fora da Europa diretamente mediante o saqueio, a escravização e o latrocínio fluíam à metrópole e lá se transformavam em capital (Marx, 2013, p. 535).

Ao tratar do rapto intenso de africanos para as Américas encontra-se em Willians (2020) algumas reflexões importantes, a partir dos pressupostos elaborados

por Marx sobre as questões que envolvem a acumulação primitiva e como a tomada das Américas e a escravização de africanos são basilares para o desenvolvimento do capitalismo.

O autor procura explicitar como se origina a Revolução Industrial na Inglaterra e rastreia de onde vem o dinheiro dos bancos e das grandes indústrias. A partir daí elabora a tese de que o mover financeiro da referida revolução foi possível muito em parte devido ao comércio triangular estabelecido entre as Colônias, a África e a Inglaterra, nesse sentido o trabalho escravizado e o tráfico negreiro são fundamentais para a Revolução Industrial Inglesa.

Segundo Williams (2020) o comércio triangular envolve a Metrópole, no caso a Inglaterra, as colônias e África, a metrópole então gera os produtos manufaturados que são trocados por seres humanos em África, que posteriormente são vendidos nas Colônias e a moeda de troca estabelecida era os produtos tropicais, e assim o ciclo se repete.

A matéria prima tem como destino a Europa, após manufaturada ocorre a venda desses produtos para a colônia e para a Europa também. Importante mencionar que no caso brasileiro, alguns produtos vão manufaturados para o velho continente, como no caso o açúcar.

Todo esse processo estimula a indústria inglesa, uma vez que se alarga a necessidade de manufaturados tanto pra África, quanto para as colônias, e algumas indústrias se expandem bastante nesse período, como a de construção naval, o que ocasiona o desenvolvimento da Marinha Britânica e sua potência militar, e assim se fortalece o império e as práticas imperialistas, várias cidades portuárias tornam-se importantes polos econômicos, desenvolve-se manufaturas como a de algodão para abastecer a África e as Colônias, e ainda ganha relevância a indústria de ferro para a construção dos navios e para a elaboração de artefatos para a contenção dos Africanos escravizados.

Para assegurar a expansão europeia é necessário a produção de produtos tropicais no Novo Mundo e a escravização negra é entendida como uma possibilidade efetiva, uma vez que os europeus experimentaram também a escravização branca, bem como a indígena, mas essas não apresentaram o mesmo êxito devido a inúmeros fatores, a escravização negra moldou-se ao processo de produção em larga escala, aqui trata-se de grandes plantações que o mercantilismo exigia no período. A mão de obra negra tinha o menor custo e ainda se tratava de algo inesgotável, uma vez que

havia todo um continente repleto de pessoas a serem raptadas.

Pontuamos em linhas atrás que para Marx (2013) e Williams (2012) não há como negar que o colonialismo gera intensas transformações econômicas e sociais, nesse sentido, o fim do feudalismo na Europa ocorre em concomitância ao estabelecimento do modelo escravista colonial nas Américas, necessário pontuar que o estabelecimento desse processo histórico não aconteceu isento de lutas e resistências por parte dos escravizados, nessa conjuntura cabe mencionar a emergência da Revolução do Haiti (1791 -1804) elaborada por escravizados e que alcançou a liberdade destes e a própria Independência do Haiti.

A referida Revolução, segundo CLR James (2010) foi responsável por questionar os ideários burgueses, a coragem de Toussaint Louverture, de Jean-Jacques Dessalines, e ainda de cerca de 500 mil escravizados no Haiti, que naquele período era uma colônia importante, questionou a burguesia do período, bem como os valores de igualdade, liberdade e fraternidade proposta na Revolução Burguesa (1789-1799) e demonstrou que nem todos os homens são considerados iguais dentro da perspectiva burguesa, os haitianos insubmissos revelaram que naquele momento histórico, são legatários de direitos apenas homens brancos e europeus.

Conforme CLR James (2010) a Revolução do Haiti foi vitoriosa e em decorrência disso a burguesia impôs bloqueios e violências para travar o desenvolvimento do país como um território livre e nessa esteira elaborou mecanismos de invisibilidade e silenciamentos sobre a referida Revolução e como consequência até o presente essa história é pouco difundida, enfim a França não aceitou a independência e posteriormente diversas ditaduras foram impostas ao país e na contemporaneidade o Haiti vivencia uma longa crise econômica, política e social.

De qualquer modo a Revolução do Haiti é importante porque questionou as bases do colonialismo, do escravismo e da proposta burguesa de sociedade, esse fato reverberou em mudanças dentro da América Latina e do Caribe e fez com que a houvesse sinais de alerta sobre como a insurgência dos escravizados poderia questionar as bases do colonialismo e representar uma ameaça sem precedentes ao acúmulo de capital, nesse sentido o fornecimento de matérias primas e todo o comércio a partir do tráfico de seres humanos de África poderia sofrer abalos.

Dito, em linhas gerais, sobre a importância da escravidão para a consolidação do modo de produção capitalista faz-se necessário um regresso histórico mais longo para o entendimento do modelo colonial português, sob o qual o Brasil foi subjugado.

Para tanto recorre-se a Alencastro (2021) que inova em sua obra ao realizar suas considerações sobre o processo de colonização ibérica não hispânica na América Latina.

O autor tece reflexões explicando o colonialismo, não como um apêndice da história Europeia, mas que tem sua constituição vinculada a uma rede mercantil que se desenvolve no Atlântico Sul, com ênfase no tráfico de seres humanos escravizados da costa Africana em especial na de Angola. Busca informações para a composição de sua narrativa em arquivos no Brasil, Portugal, Angola e variados países colonizados por Portugal. O autor utiliza fontes primárias, bem como termos e palavras do período colonial em sua análise, o que provoca uma viagem no tempo ao leitor tamanha verossimilhança apresentada.

Importante lembrar que nos idos de 1500 a colonização se inicia pelo litoral. A princípio se cativam os indígenas e logo a seguir é colocado em prática o processo de extermínio dessa população. O poder da Igreja católica foi importante pilar para justificativa da violência colonial, não é à toa que Marx (2013), ao citar Howij, refere-se a isso:

As barbaridades e as iníquas crueldades perpetradas pelas assim chamadas raças cristãs, em todas as regiões do mundo e contra todos os povos que conseguiram subjugar, não encontram paralelo em nenhuma era da história universal e em nenhuma raça, por mais selvagem e inculta, por mais desapiadada e inescrupulosa que fosse (Howij, s/d *apud* Marx, 2013 p. 533-534).

Importante pontuar que na citação anterior podemos observar expressões de desprezo as características étnico-raciais dos povos indígenas e africanos, mas, ainda assim, há uma crítica em relação ao poder e violência impetrada pelo cristianismo.

Importante mencionar ainda a dimensão que a palavra “étnico” apresenta no que tange a questão étnico-racial e sobre esse assunto pontuam Amaral e Bilar (2020) que:

A expressão “étnico” da questão étnico-racial revela as atrocidades, etnocídios e desumanidades cometidas pelo modo de produção capitalista em seu processo de expansão e consolidação, impactando povos indígenas inteiros e, portanto, originários desse território, assim como as populações africanas afetadas pela diáspora e pela escravidão colonialista (Amaral; Bilar, 2020, p. 181).

Ainda sobre o período colonial Alencastro (2021) afirma que em 1545, quando

sobrevém a descoberta e utilização da Prata de Potosí que faz com que o então Peru, na atualidade território da Bolívia, vivenciasse uma ativa inserção comercial metropolitana. Para instrumentalizar essa exploração, europeus lançam mão da *Pax Christiana*, “[...] *Batalion* denomina de ‘mito justificador’ [...]” (Alencastro, 2021, p. 13), trata-se de uma estratégia que possibilita vangloriar o Deus Católico em detrimento dos chamados hereges e infiéis, respectivamente os luteranos e os muçulmanos.

Logra-se pela missão a recompensa do encontro dos metais preciosos de *Potasí*. Evidencia-se que a igreja e aristocracia então se alinham na missão de evangelização da América hispânica⁵, união esta que se repete ao longo da história e que se expande também para a América Portuguesa. Percebe-se então a Inquisição, segundo Alencastro (2021), como um potente aparelho ideológico, que por intermédio da repressão religiosa disciplina a política e a economia de Portugal nos territórios explorados.

Interessante pontuar a visão propagada pelos europeus sobre a África, entendida como um inferno devido as condições climáticas, em contrapartida a América é descrita como um paraíso:

Narrativas sobre a estranheza da fauna e os rigores do clima ampliam o caráter desantropomórfico e desnaturante das perversões atribuídas às sociedades do Continente Negro. [...] com o advento dos descobrimentos as transfigurações do imaginário ocidental se ampliam. Entretanto, o jesuíta Sandoval sugere um determinismo geográfico. No seu tratado sobre a escravidão negra, ele sustenta que os calores do deserto da África misturavam todas as espécies e raças da natureza nas vizinhanças dos poços, criando um ecossistema particular capaz de engendrar hibridações monstruosas. Tal circunstância fazia da África o continente de todas as bestialidades, o território de eleição do demônio (Alencastro, 2021, p. 53).

O discurso da fé em Cristo como redentora e libertadora não faz parte só da narrativa dos católicos. Segundo Alencastro (2021, p. 40) “[...] no terceiro quartel do século XVII [...] o trabalho escravo africano afigura-se irreversível no Brasil”. Em dois relatórios portugueses que são produzidos pelo Conselho da Fazenda e pelo Conselho Ultramarino em meados do século XVII e apresentados pelo autor resta

⁵ De acordo com Alencastro (2021) ainda sobre os territórios colonizados por espanhóis, nos idos dos séculos XV e XVI vivencia-se o período do Santo Ofício e assim foram alojados tribunais da inquisição nos seguintes territórios: Lima (1570), México (1571) e Cartagena (1610). Com isso, em 1620, espanhóis conseguem por intermédio da ação de inquisidores exterminar comerciantes portugueses instalados no Peru, para além dessa ação o pavor disseminado pela Inquisição intimidava e amedrontava um número incontável de pessoas, além de contribuir para a naturalização da escravização, tanto os indígenas, quanto os africanos, passam pelo processo de conversão.

evidente que Angola se estabelece como o “[...] nervo das fábricas no Brasil”, cuja renda representava a “substância principal desta coroa [...]”, ou seja, o principal fornecedor de escravos para a colônia brasileira e o principal aporte econômico para Portugal.

Elucida o referido autor que nesse cenário percebe-se porque a colonização de Angola não se baseia apenas na extração das riquezas naturais ou na produção agrícola do referido território, mas sobretudo fundamenta-se no comércio de pessoas escravizadas, o que evidencia uma alta lucratividade envolvida nesse processo:

Nossa história colonial não se confunde com a continuidade do nosso território colonial. Sempre se pensou o Brasil fora do Brasil, mas de maneira incompleta: o país aparece no prolongamento da Europa. [...] a colonização portuguesa, fundada no escravismo, deu lugar a um espaço econômico e social bipolar, englobando uma zona de produção escravista, situada no litoral da América do Sul, e uma zona de reprodução de escravos centrada em Angola. Desde o final do século XVI, surge um espaço ateritorial, um arquipélago lusófono composto dos enclaves da América Portuguesa e das feitorias de Angola. [...] essas duas partes unidas pelo oceano se completam num só sistema de exploração colonial cuja singularidade ainda marca profundamente o Brasil contemporâneo (Alencastro, 2021, p. 9).

Um ponto que chama a atenção deste processo é uma informação apresentada por Chauí (2001) de que não houve uma descoberta das Américas, já que não havia uma disponibilidade de espera relacionada a chegada dos europeus, nesse sentido não existiu uma descoberta do Brasil. O mito do descobrimento se trata de um engodo, realmente a terra não havia sido dominada por europeus, mas estava no mesmo local e habitada por povos nativos.

Esclarece Chauí (2001) que ao ser tomado por Portugal e se transformar em Colônia, a terra é a seguir descrita por Pero Vaz de Caminha, como um paraíso. Esse discurso começa a provocar no imaginário a ideia de que o país é abençoado e existe um propósito divino a ele reservado, esses apontamentos compõem a ideia do mito fundador brasileiro.

E é ainda no período do Brasil Colônia, segundo a autora, que emergem fatores que possibilitam a elaboração deste mito fundador, o primeiro se refere à identificação com o paraíso, denominado por ela como a elaboração mítica do símbolo “Oriente”. O segundo se refere a contribuição da teologia cristã que atribui sentido providencial para a situação vivenciada e o terceiro fator se refere a construção da figura do monarca como representante de Deus na Terra, o que daria ao mesmo o direito de usufruir de terras e riquezas:

Esses três componentes aparecem, nos séculos XVI e XVII, sob a forma das três operações divinas que, no Mito fundador, respondem pelo Brasil: a obra de Deus, isto é, a Natureza, a palavra de Deus, isto é, a história, e a vontade de Deus, isto é, o Estado (Chauí, 2001, p. 58).

Na esfera econômica, é importante destacar que o extrativismo foi a primeira atividade econômica impetrada pelos colonizadores e os indígenas representam nesse momento a mão de obra na extração de pau-brasil, que teve seu ciclo de 1500 a 1530. Não tarda a ganhar evidência a extração da cana de açúcar⁶, fazendo com que os povos originários deixassem de ser a única mão de obra operacionalizada. Em contrapartida cresce a procura por mão de obra escravizada nos engenhos e a rota marítima desenvolvida pelo capital mercantil torna-se a solução, assim, portugueses, luso-africanos e brasílicos inauguram o maior comércio de escravizados do Atlântico.

De qualquer forma, importa mencionar que são apontados múltiplos contextos sobre o porquê de ter sido exitosa a escravização sobre os povos negros e em contrapartida a escolha pela escravização de mão de obra indígena ter apresentado algumas dificuldades a mais para sua realização.

Primeiro ponto a ser destacado é que os nativos que viviam no interior do território da colônia brasileira eram bem mais combativos e resistentes ao avanço do colonizador e assim atacam os núcleos que surgiram na Bahia, Espírito Santo e Rio de Janeiro, a saída que os brancos encontram é a utilização de outros povos indígenas para guerrearem entre si.

Conforme Alencastro (2021) havia ainda uma disposição social de alguns povos indígenas como os aruaques, os tupis, os jês, os caribes que dificultavam à permuta em massa de escravizados. Os caciques não entendiam a vantagem de vender os cativos de batalha, o que equivale a afirmar que redes internas de venda de indígenas não obtiveram êxito esperado, uma vez que as comunidades indígenas conheciam a coleta e a caça como modo de sobrevivência e não de comércio.

Por outro lado, ao enfrentar tentativas de invasões por parte de outros europeus as autoridades coloniais buscaram realizar pactos com povos indígenas para combater com os invasores, fato este que ocasiona o incremento da política de Descimentos e ainda a frágil presença militar na América portuguesa impõe a

⁶ Isso se dá na segunda metade do século XVI ao final do século XVII, a seguir, tem início o ciclo do ouro, final do Século XVII até o fim do século XVIII.

metrópole a necessidade desses acordos.

Segundo Alencastro (2021) isso se deu em decorrência da pouca presença militar na América Portuguesa, pois a mesma deveria sempre ser combativa em relação as invasões de outros europeus no território brasileiro o que faz com que a Coroa Portuguesa procure resguardar uma convivência menos rude com os indígenas, pois a intenção era a cooptação dos mesmos para usá-los como aliados contra outros europeus que tentavam realizar suas incursões no território dominado pela metrópole.

Para Alencastro (2021) havia três maneiras de tomar posse de indígenas, a saber: a) Resgastes: quando os indígenas já pertenciam a outros povos indígenas, e somente quando estes já estavam sentenciados a morte, apenas nessas condições poderiam ser subtraídos pelos brancos, porém poderiam permanecer em cativeiro por até dez anos; b) Cativos: indígenas aprisionados em guerras e nessa categoria permaneciam cativos até o final da vida; c) Descimento: tratava-se de deslocamentos propositalmente impostos aos indígenas próximo a vilas, Portos de Trato e cidades. Essa categoria de posse foi a mais letal, devido a imposição de trabalho forçado e exposição prolongada a variadas doenças para as quais os mesmos não possuíam anticorpos.

Um fato que sem dúvida dificulta a escravização indígena refere-se as questões epidemiológicas desencadeadas com a vinda dos europeus para a América portuguesa, esclarece Alencastro (2021) que o espaçamento geográfico entre o território e a pouca convivência com animais domesticados evitava a disseminação em larga escala de zoonoses, assim os indígenas permaneciam resguardados de pandemias que assolavam a Europa.

Acompanhando os europeus vieram doenças como a varíola, a rubéola, a tuberculose, a lepra, a escarlatina, doenças sexualmente transmissíveis como a sífilis, gonorreia, entre outras que acentuaram a mortandade indígena do período colonial o que aprofunda a demanda pela escravização negra.

Todavia, esses elementos não retiram a probabilidade do comércio de escravizados indígenas. O imenso território brasileiro não exclui trocas de indígenas escravizados entre distintas capitanias, a pretensão era de auxiliar na diminuição de fugas e ainda contribuir para a dessocialização dos mesmos.

Ocorre o comércio por intermédio de permutas entre as colônias portuguesas, mas havia dificuldades em relação à condução marítima no que tange os portos

coloniais. Ainda descreve o autor que para entender sobre a situação dos indígenas no período colonial há que se voltar ao comércio estabelecido no Atlântico, uma vez que a escravização de africanos se confirma compatível com a estruturação do circuito mercantil do período.

Enfim, percebe-se então que existe a probabilidade de comércio de indígenas a partir de trocas estabelecidas entre as distintas capitânicas. Mas havia dificuldade relacionada aos transportes marítimos entre os distintos portos coloniais, bem como a indisponibilidade de uma rede mercantil dedicada ao comércio de gêneros tropicais, esses fatos são entraves para estabelecer uma efetiva comercialização indígena.

A inexistência uma rede mercantil com condições de colocar em prática a mercantilização em larga escala de indígenas de uma capitania para outra, é a explicação mais plausível para a dificuldade de estabelecimento de um mercado sólido de escravização indígena na América Portuguesa:

[...] mesmo não sendo impossível, a acumulação proporcionada pelo trato de escravos índios se mostrava incompatível com o sistema colonial. Esbarrava na esfera mais dinâmica do capital mercantil (investido no negócio negreiro), na rede fiscal da Coroa (acoplada no tráfico atlântico africano), na política imperial metropolitana (fundada na exploração complementar da América e da África portuguesa) e no aparelho ideológico de Estado (que privilegiava a evangelização dos índios) [...] (Alencastro, 2021, p. 127).

Ou seja, a estruturação de um mercado destinado a escravização indígena mostra-se inconciliável com o modo de acumulação existente no período, não só pela organização do sistema mercantil. Portanto, o lucro gerado pelo comércio de indígenas era bem menor em comparação ao lucro obtido com a escravização de africanos, e ainda a escravização de indígenas a priori não combina com a engenharia do modo colonial, uma vez que existe o estabelecimento de uma ordem própria do capital mercantil, bem como de interesses fiscais da Coroa, no que se refere ao estabelecimento de uma política imperial de taxação sobre os escravizados nos Portos Africanos, porém apesar disso não há como deixar de mencionar o genocídio a que são submetidos os povos indígenas desde o período colonial até o tempo presente.

Sobre o período colonial ainda há que se mencionar o interesse de arrecadação de impostos a partir do tráfico negreiro por parte da coroa, o que determinou a escolha ideológica por conversão dos indígenas ao cristianismo. Nesse sentido a evangelização das populações indígenas torna-se saída para cooptação destes, nesse último aspecto os descimentos também colaboram deixando os indígenas mais

vulneráveis a catequização:

[...] instruções régias dadas a Martim de Sá, à sua partida em 1617 para a governadoria do Rio de Janeiro, enfatizam o implante de aldeamentos para impedir trato dos holandeses e ingleses em Cabo Frio. Quando os holandeses invadem a Bahia (1624-25), os índios aliados passam a constituir, segundo testemunho direto do padre Antônio Vieira, “a principal parte do nosso exército, e que mais horror metia aos inimigos”. A exemplo de outros documentos do gênero, uma sesmaria fluminense cedida em 1630 aos jesuítas — vasto território cobrindo praias e sertões do rio Macaé até o rio Paraíba — registra o motivo da concessão. Visava-se o aldeamento de índios capazes de combater os holandeses e outros inimigos europeus que carregavam pau-brasil e tencionavam levantar fortins na área [...] (Alencastro, 2012, p. 124).

Todos esses fatores só reforçam a ideia de que a escravização de indígenas ocorreu no Brasil Colônia ainda que com nuances diferenciadas da escravização de pessoas negras. O referido autor ainda se dedica a elucidar aspectos relacionados aos indígenas e ao comércio de africanos escravizados na América portuguesa. E para tanto esclarece que etimologicamente:

[...] cativo define o indivíduo feito prisioneiro (*captivus* = prisioneiro), ainda detido por seu captor ou pelo traficante [...]. Significado diverso tem, portanto, a palavra escravo, característica de um estado jurídico de reificação permanente do indivíduo adquirido para uso de seu proprietário (Alencastro, 2021, p. 88).

Importante notar que nessa diferença semântica a coroa portuguesa com o passar dos anos reconhece os indígenas de forma diferenciada dos escravizados oriundos do continente Africano, o que não minimiza em nada os horrores e genocídio que os povos originários vivenciaram.

Conforme Amaral e Bilar (2020) a questão indígena tem profunda conexão com a questão social no país, vinculação está que pode ser verificada por intermédio da espoliação dos territórios, dos etnocídios que foram cometidos contra essas populações que sofrem ao longo do desenvolvimento histórico uma série de violências, epidemias, escravização, invisibilidades. Toda essa conjuntura que afetou os povos indígenas historicamente se vincula ao processo de escravidão negra em nosso país e revela lutas e resistências destas populações ao longo dos séculos.

Amaral e Bilar (2020) pontuam que a questão indígena no Brasil é caracterizada desde o século XVI pela violência do colonialismo europeu que se guia por interesses comerciais e de expansão do capitalismo que busca a exploração das riquezas

naturais e a espoliação dos territórios e dos povos indígenas:

[...] segundo Pacheco de Oliveira e Freire (2006), diferentes registros e estudos indicam que o Brasil do ano de 1500 era habitado por cerca de 1.400 povos indígenas diferentes, com estimativas que vão de 1.500.000 a 5 milhões de pessoas. Inúmeras pesquisas arqueológicas assinalam ainda a ocupação do território brasileiro por populações paleoíndias há mais de 12 mil anos (Funari; Noelli, 2005 *apud* Amaral; Bilar, 2020, p. 183).

Pontuam Amaral e Bilar (2020) que seja no Brasil Colonial, Imperial e nas distintas fases republicanas as relações com as populações indígenas sempre foram balizadas pela espoliação dos territórios, seja pela utilização destes para monocultura agrícola e agropecuária, ou para construção de ferrovias, de rodovias, de hidroelétricas, de mineradoras, entre outros empreendimentos, que serviram de base para a urbanização do país.

Os referidos autores também destacam que durante o período colonial houve constantemente a escravidão indígena deslocando essas pessoas para o trabalho forçado em fazendas e ainda a referida população vivencia seja no período colonial, Imperial ou Republicano uma forte descaracterização eugênica que contou com técnicas de amansamento, miscigenação e conversão a trabalhadores nacionais e para tanto também é acionado o mito da democracia racial, assim:

Os povos indígenas no Brasil, comum e vulgarmente chamados de “índios”, são historicamente marcados por estereótipos, percebidos ora como “um ser sem civilização, sem cultura, incapaz, selvagem, preguiçoso, traiçoeiro, etc.”, ora como “um ser romântico, protetor das florestas, símbolo da pureza, quase um ser como o das lendas e dos romances” (LUCIANO, 2006, p. 30). O desconhecimento sobre essas populações, seus distintos modos de ser, suas tradições, sua diversidade étnica e linguística, suas resistências históricas e seus pertencimentos territoriais pode ter como consequência a reprodução de visões preconceituosas e de atitudes discriminatórias no cotidiano da vida social e, fundamentalmente, do exercício profissional (Amaral; Bilar, 2020, p. 183).

Todavia, é necessário pontuar que essa lógica de diferenciação entre que tipo de exploração e extermínio afetaria os povos originários e, como isso se daria sob os corpos negros africanos, foi piamente justificado pela igreja.

Ao longo de três séculos diretivas régias procuram inibir a escravização indígena em contrapartida a escravização negra torna-se cada vez menos questionada o comércio de pessoas negras é sempre incentivado pela metrópole, bem como pelo capital mercantil do período. Ainda em meados do século XVII são

estabelecidas as bases que impulsionam o trato negreiro ao mercado brasileiro:

[...] canibalismo e guerras intertribais parecem justificar o tráfico negreiro. Bem nas primeiras linhas da sua história geral das guerras angolanas (1681), Cadornega, o pai da Historiografia angolista, agita o espectro da antropofagia para numa só frase enunciar as virtudes redentoras do tráfico. Do “resgate de peças que servem de utilidade ao comércio, e com estes resgates se evitam não haver tantos açougues de carne humana, e instruídos na Fé de Nosso Senhor Jesus Cristo indo batizados e catequisados se embarcam para as partes do Brasil ou para outros que tem uso católico”. Livrados de acabar esquartejados e pendurados nos “açougues” — fantasma reiterativo nas guerras escravistas nos dois lados do Atlântico Sul —, os prisioneiros africanos podiam ser alçados aos navios negreiros para serem salvos, de corpo e alma, na escravatura católica d’além-mar [...] (Alencastro, 2021, p. 53).

Percebe-se que na obra de Alencastro é recorrente argumentos que demonstram como a igreja engendra uma narrativa na qual ganham relevância aspectos religiosos que objetivam justificar o tráfico negreiro.

Esclarece o autor que o jesuíta Antônio Vieira, conhecido por seus sermões, utiliza sua oratória para justificar o sistema escravista. O clero também lucra com todo esse processo, uma vez que recebe uma porcentagem quando ocorre o batismo obrigatório das pessoas escravizadas, o que já acontece no Porto de embarque, assim só seriam transportados aqueles que eram forçados a experimentar o referido rito cristão.

Segundo Alencastro (2021, p. 53), “[...] o padre Antônio Vieira interpreta o tráfico negreiro como um ‘grande milagre’ de Nossa Senhora do Rosário: extraídos da África Pagã, os negros podiam ser salvos para o Cristo no Brasil Católico”. De início, o comércio de pessoas negras se dá em algumas partes localizadas no litoral, em sentido norte-sul, em contrapartida caravanas de camelos viajavam para o interior do território. O contato com a costa Africana faz com que os navios mercantes dos europeus, ao longo dos séculos conformem a geografia do comércio que marcará a história de África.

Não obstante, os navios negreiros europeus ainda vão determinar o ritmo das caravanas, o que é naturalizado por Antônio Viera como uma premonição divina. Determinações geográficas, bem como a ideologia cristã continuam a se mesclar na análise de Alencastro à medida que aponta os variados significados do intenso e contínuo rapto e transporte de Africanos via Atlântico Sul, corroborando com a hipótese de que África e América não podem ser entendidas de modo unilateral.

A função ideológica da religião no que tange a justificação da escravização atravessa a obra de Alencastro (2021) e nesse sentido os jesuítas são sempre lembrados, a defesa da sociedade de Jesus (SJ) em relação a escravização negra está presente tanto em Angola como no Brasil.

Nesse sentido a religião cristã é apresentada como elemento que ajusta as necessidades da expansão ultramarina ao sistema escravista. Vários documentos são apresentados e ganham evidência a exemplo da bula *Romanus Pontifex* (1455)⁷, que determina o aceite da escravização desde que os povos escravizados sejam submetidos a catequese; as cartas ânuas; os sermões de Vieira e Nóbrega que, além de justificar a escravização condicionada a catequese, trata ainda de criar argumentos religiosos sobre o direito de posse do senhor, desde que este se submetesse a fé católica.

O missionário Baltazar Barreira também é lembrado por dedicar-se a conversão a fé em Cristo em Cabo Verde, Angola e Guiné. As cartas por ele escritas tratam de instruir os religiosos da Sociedade dos Jesuítas (SJ) e atribuem visões de sinais divinos que auxiliavam os portugueses em batalhas. Fazia referências a cruzes no céu, visões da Virgem, espadas de fogo, exaltando a bravura dos conquistadores. Percebe-se em suas cartas a naturalização e a legitimação da violência realizada pelos conquistadores.

Para Peterson (s/d *apud* Alencastro, 2021), as sociedades estratificadas são oriundas de uma invasão violenta de um sujeito sob outro. Em maior parte, essa modalidade é restrita ao início das sociedades e ficam resguardadas as mesmas. Mas o modo de apropriação impetrado no sistema escravista tem uma dinâmica própria que reduz os seres humanos dominados a valores meramente comerciais. Há uma coisificação do ser humano que se renova e é justificada de forma contínua. Em especial na América Portuguesa, onde segundo Alencastro (2021) o sistema escravista de 1550 a 1850 continuou ancorado no saque de pessoas de povoados Africanos. Fato esse que demonstra a importância de compreender os contextos ligados a religião, bem como os decretos que no decorrer dessas décadas corroboraram para o trato negro.

⁷ “[...] essa mesma bula papal também avançará a primeira justificação evangélica do tráfico negro. Tal doutrina será claramente desenvolvida no “Sermão XIV”, um dos sermões do Rosário pregados na Bahia pelo Padre Antônio Vieira. Latentes na prática religiosa e social, as justificativas do tráfico negro incorporam-se na parenética, na retórica sacra, para legitimar a realidade cotidiana seiscentista” (Alencastro, 2021, p. 183).

Baltazar Barreira prega a legitimidade do tráfico negreiro para os religiosos da Sociedade dos Jesuítas (SJ), pois se estes não se comprometessem com a escravização negra esbarrariam nos interesses da Coroa e a partir disso se constrói o sentido da colonização:

Sem retórica nem autos célebres, Barreira toma a parte que lhe cabe — e ela não é pequena — no enunciado do sentido da colonização. No mundo da mercadoria triunfante surgia, vindo das regiões e sombras da morte, o argumento mais definitivo em favor do tráfico: o comércio negreiro apresentava-se como um elo fundamental da inserção da África no mercado mundial. Suprimi-lo seria pôr em xeque o domínio ultramarino português e romper a cadeia de comércio montada no Império do Ocidente. Acessoriamente, as almas dos negros que poderiam ser remidos pela escravidão na América se perderiam no paganismo dos sertões africanos (Alencastro, 2021, p. 178).

Por sua vez o Padre Antônio Vieira na América Portuguesa trata de tecer com afincos defesas em relação a escravização dos negros, bem como ao transporte via atlântico destes, em seus sermões esse processo significa um milagre, pois assim as almas teriam a oportunidade de conhecer o Deus Cristão e com isso poderiam alcançar a salvação. Percebe-se que a partir da utilização de uma retórica religiosa que os jesuítas justificam o tráfico negreiro.

É importante frisar que, segundo Alencastro (2021), foi a partir de 1580 que o comércio negreiro se destaca como a principal base da economia do período:

[...] desde então, o número de Africanos deportado para as Américas ultrapassa o volume do tráfico transaariano de escravos para o Magrebe, assim com o tráfico marítimo para os portos europeus e as ilhas atlânticas. A partir daí, o comércio negreiro deixa de ser apenas uma entre várias atividades ultramarinas iniciadas com os Descobrimientos e converte-se no principal esteio da economia no Império do Ocidente (Alencastro, 2021, p. 78).

Marcondes e Mota (2017) também apontam que o tráfico de seres humanos de África se tornou um comércio lucrativo na época do Brasil Colônia e Imperial. As exportações de matéria prima crescem, bem como o próprio mercado interno, o que ocasiona a demanda crescente de força de trabalho escravizada. Nesse ínterim estima-se que doze milhões de pessoas são raptadas de sua terra natal e posteriormente embarcadas involuntariamente para a América do Norte e do Sul, bem como para as ilhas do Caribe, destes uma média de cinco milhões tem como destino o Brasil.

Para os autores, esse amplo e intrincado empreendimento do tráfico de seres humanos pelo atlântico configurou-se por todo o século XVI, mas sobretudo no século XVII começa a expandir-se de maneira exponencial. Segundo Alencastro (2021) Angola desponta como o principal fornecedor de mão de obra escravizada para o Brasil, esse tipo de negociação rende tamanho lucro que não há como classificar o tráfico de escravizados como algo secundário na economia do período. Para ele, as particularidades que compõem a formação do Brasil Colônia são vinculadas a ações que se dão em distintos espaços geográficos que se conectam a exploração mercantilista do período que se expande via Atlântico Sul, e assim originam um espaço aterritorial que dá origem a uma espécie de “arquipélago lusófono”, entre Brasil e África Ocidental. Enfim, emerge um desenho do Atlântico Sul que é pautado no Tráfico de seres humanos.

Alencastro (2021) pontua que a colonização é um processo que detém sentidos e práticas diversas de domínio e exploração, pois garantir que venham e manter pessoas em territórios colonizados não traduz retorno financeiro imediato, isso só acontece quando é possível combinar colonização com ganho econômico, o que leva a exploração colonial expandir seu poderio econômico. Ou seja, ainda que haja o domínio territorial, este por si só, não é capaz de garantir a exploração econômica:

[...] o excedente econômico ultramarino escapava à Metrópole quando caía em circuitos avessos à malha portuguesa (como sucedia em Goa) ou encahava na conquista (no caso de Moçambique), onde o produto do trabalho extorquido aos nativos era consumido pelos colonos ou vazava pelo ralo do comércio regional. [...] Consta-se que a presença de colonos num território não assegura a exploração econômica desse mesmo território. A dominação colonial não se apresenta forçosamente como uma decorrência da exploração colonial (Alencastro, 2021, p. 19).

Nota-se que até o final do século XVII ainda não há a ideia das Terras de Santa Cruz como uma unidade territorial, fato este que se dá devido às condições geográficas, como ventos e correntes e do comércio estabelecido no Atlântico. O Maranhão, o Piauí, o Ceará, o Pará e a Amazônia apresentam dificuldades de navegação à época, fato este que impõe restrições para o estabelecimento em larga escala do comércio de corpos negros.

Em contrapartida Angola tem os laços cada vez mais enredados a esse comércio, uma vez que era mais fácil chegar a Luanda, do que nos territórios supracitados. Em 1621 Grã Pará e Maranhão, a atual Amazônia, se tornam uma

unidade territorial com governo distinto ao do Brasil, o que acomoda perfeitamente o desenho geográfico comercial da época, no qual a navegação era a vela.

Para assegurar a dominação e a exploração colonial então o tráfico de seres humanos de África para o Brasil emerge como alternativa que impulsiona a economia do período. Destaca-se o intenso comércio promovido por essa relação, porém o tráfico de pessoas africanas excede as intervenções comerciais, ou seja, o trato negreiro, o comércio de seres humanos é algo muito lucrativo, mais até do que o que se ganha a partir da venda da produção obtida por intermédio do trabalho escravizado.

Realizando a reprodução da produção colonial, o tráfico negreiro se apresenta como um instrumento da alavancagem do Império do Ocidente. Pouco a pouco essa atividade transcende o quadro econômico para incorporar ao arsenal político metropolitano. Dessa sorte, a problemática apresentada nas páginas precedentes investe-se aqui de todo o seu significado: o exercício do poder imperial no Atlântico — como também as trocas entre o Reino e as colônias — equaciona-se no âmbito negreiro (Alencastro, 2021, p. 28).

Para o referido autor, a partir do momento que a lógica colonial escravista é assimilada pelos colonos, a execução do comércio de pessoas escravizadas transforma de modo incisivo a dinâmica do sistema colonial. Nota-se modificações em relação à escravização e o escravismo, este último torna-se um sistema que não se restringe as intervenções comerciais relacionadas ao tráfico negreiro, o mesmo passa a ser pilar da economia, do desenho populacional, bem como da organização societal e a política, não só da metrópole, mas das colônias como um todo.

Conforme Alencastro (2021) Lisboa se torna a capital negreira do Atlântico, uma vez que o comércio de pessoas escravizadas deixa de ser uma das atividades ultramarinas e se torna o motor principal da economia Imperial. Isso se dá, não somente pelas necessidades que emergem do Brasil, mas especialmente por conta do *Asiento*⁸, firmado entre comerciantes portugueses e a coroa de Espanha. Tem origem então o processo que desemboca em África por intermédio de acordos entre portugueses e bandos jagas⁹, o que repercute nos territórios do Congo e de Angola,

⁸ “No direito público espanhol dos séculos XVI-XVIII o *Asiento* configura um contrato entre a Coroa e um particular ou uma companhia segundo o qual a monarquia concede ao assentista certos privilégios, geralmente sob a forma de monopólio comercial. Significa também o contrato do rei com um mercador-banqueiro mediante o qual o último adianta ao primeiro uma certa soma em crédito ou moeda a ser entregue em uma determinada cidade, sob o compromisso de que o monarca pagará o principal mais juros etc. Por comodidade, uso aqui a palavra *Asiento* exclusivamente para me referir aos contratos régios relativos ao fornecimento de africanos à América. ‘*Assientos*’, G. BLEIBERG, *Diccionario de historia de España*, vol.I, pp. 394-5” (Alencastro, 2021, p. 78-79).

⁹ “Oriundos do povo imbangala, os bandos jagas incorporavam nas suas fileiras os prisioneiros mais

e que dá início a permuta intensa de produtos coloniais via Atlântico. Ampliam-se as vinculações, em contrapartida elevam-se os embargos por parte de Angola devido a aliança estabelecida entre governadores daquele território e os proprietários do Asiento. Esse processo causa uma mudança por intermédio do refluxo de capitais que antes estavam lotados no Império lusitano no oriente e passam então a serem alocados no Império Ocidental da metrópole.

Sobre estatísticas que envolvem o tráfico negreiro sublinha o referido autor foram realizadas cerca de 12 mil viagens dos portos africanos para o Brasil ao longo de três séculos. As travessias tinham a duração de no mínimo seis semanas, porém referências diretas sobre essas viagens são raras. Ainda que muitos jesuítas portugueses estivessem presentes nas viagens não havia descrição sobre os horrores pelo qual os africanos passavam, com exceção de alguns relatos feitos por estrangeiros, mas os testemunhos registrados durante o império não extrapolam o número de 30 narrativas.

Afirma ainda que o tráfico de africanos no Atlântico faz surgir mudanças no sistema colonial, uma vez que desde o século XVII os interesses brasílicos¹⁰ se voltam para as extensões territoriais escravistas da América do Sul e nos portos de trato Africano, emerge uma trilha que conecta o Brasil a África Ocidental o que o autor chama de “carreiras bilaterais”.

No século XVIII as estatísticas apontam que 15% dos navios que ancoram no Porto de Luanda vêm de Portugal, o restante é oriundo do Brasil, com ênfase nos Portos do Rio de Janeiro, Bahia e Recife. Importante mencionar que a maioria desses barcos retorna direto para a costa brasileira e agora não mais carregados apenas de mandioca, cachaça, tabaco, ou de mercadorias africanas como marfim e metais valiosos, mas sim de pessoas africanas sequestradas e escravizadas.

Para continuar ainda a buscar elementos que auxiliam na compreensão de nossa realidade, novamente recorre-se a Alencastro (2021), o intelectual ainda tece

aptos, na sequência de um rito iniciatório, avolumando seu exército depois de cada campanha. Provocavam grande pavor nos outros combatentes nativos quando investiam com o seu grito de guerra ‘puté!puté!’” (Alencastro, 2021, p. 89).

¹⁰ “[...] para designar a sociedade colonial da América Portuguesa dos séculos XVI, XVII e da primeira metade do Século XVIII, quando a palavra brasiliense se referia sobretudo aos índios, e brasileiro principalmente aos cortadores de pau-brasil [...]. Os ‘brasílicos’ tornam-se ‘brasileiros’, no sentido atual da palavra ao longo do século XVIII, depois que a economia do ouro engendra uma divisão inter-regional do trabalho e um mercado interno na Colônia, fazendo assim emergir a ideia de filiação a uma comunidade suprarregional dotada de uma mesma língua e vivendo num mesmo território” (Alencastro, 2021, p. 28).

suas análises a partir do território Africano, uma vez que o comércio desenvolvido via Atlântico promove o acúmulo de bens, bem como a troca de mercadorias nos variados territórios pertencentes a África. Se refere à exportação de gêneros alimentícios do Brasil para África. Jesuítas enviavam mandioca para os missionários em Angola e recebiam pessoas escravizadas como forma de pagamento.

Alimentos de origem brasileira eram comercializados nas feiras e portos de trato africanos e assim a farinha de mandioca preparada ao modo dos indígenas e dos brasileiros torna-se popular por lá. Exemplos de outros alimentos brasileiros popularizados: o amendoim, o milho, a batata, o feijão, o mamão, a goiaba, a pitanga, o araçá e o abacaxi oriundo da Amazônia que é cultivado em África Central e Ocidental desde início do século XVII é que só tem seu cultivo estendido no Brasil a partir do século XIX.

Atualmente as plantações de mandioca vão desde o Sul do Saara até o Sul de Angola e Moçambique. A mandioca representa uma das principais fontes de calorias da população Africana. Ainda:

Nas idas das plantas alimentares e nas vindas dos negros, os vocabulários brasileiros e africanos se misturam nos pratos sul-atlânticos. No Congo e em Angola a palavra tupi beiju se refere, como no Brasil, ao bolo de mandioca. Porém, o mingau de tapioca, aqui conhecido como quiçamã, tira seu nome da província angolana de Quiçama. Da mesma forma *fubá* — farinha de milho —, vem do quimbundo *fuba*, cuja pronúncia paraxítone é ainda corrente no Nordeste. *Mungunzá*, assim como *canjica*, vem ainda do quimbundo, sugerindo que o prato — mistura de milho com leite de vaca — corria entre os povos sul-angolanos, tradicionais criadores de gado, antes de entrar no cardápio brasileiro. Antes de servir como mistura nos mingaus, caldos e farinhas. Comida fácil de ser guardada, preparada, repartida em gamelas, embolada com as mãos e depressa ingurgitada nas paradas no sertão africano, no porão dos navios, no canto das senzalas e nos canaviais do Brasil (Alencastro, 2021, p. 95).

A partir desses apontamentos de Alencastro (2021) percebe-se que a obra em questão é atravessada pela relação que se estabelece de exploração do tráfico de escravizados africanos, pois essa situação tem implicações cruciais na formação histórica brasileira.

Outro ponto destacado por Alencastro (2021) refere-se a um elo fundamental do sistema escravista, a dessocialização aplicada aos nativos da América e de África, quando os sujeitos são capturados e posteriormente afastados de sua comunidade original e a seguir sofrem um processo de despersonalização, quando são convertidos em mercadoria nas sociedades escravistas, uma vez que quanto maior a distância da

comunidade de origem, maior seria a possibilidade de utilidade dos escravizados nas atividades laborais, a ideia era de quanto mais afastado de seu local de origem menor seriam as tentativas de fuga. Elemento este que irá compor o projeto de genocídio do negro brasileiro, debate imensamente marcado pelas reflexões de Abdias do Nascimento (2016).

Essa lógica aplicada na América Portuguesa faz com que aqueles escravizados que não apresentam tentativas de fuga tem seu valor acrescido, enquanto os que já haviam tentado a fuga e a seguir foram recapturados tenham o seu valor no mercado diminuído, pois eram entendidos como aqueles que conheciam o território e que, portanto, eram rebeldes causadores de revoltas e que estimulavam a criação de Quilombos.

A partir da captura em África, o indivíduo é introduzido em um processo mercantil que possibilita sua despersonalização e sua dessocialização. Note-se que até cinco transações poderiam ser executadas até o destino final na América portuguesa. Até o fim do século XVII, a maioria dos angolanos advêm de locais distantes a pelo menos dois meses de caminhada até o porto de trato, no qual permaneciam até o embarque que poderia demorar até cinco meses, a viagem para o outro lado do Atlântico custava mais dois meses.

Ao chegarem ao Brasil já possuíam um histórico que beirava um ano de cativo, sem contar a agonia de saber o que seria o futuro, muitos lançavam-se ao mar não resistindo ao sofrimento e a melancolia causado por todo o processo tortuoso da captura ao embarque, quando eram marcados a brasa. Todos esses fatores representam as dificuldades e parte do horror vivenciados nos navios negreiros, que transportavam etnias distintas, assim os deportados se viam em um ambiente estranho, com pessoas que falavam línguas diferentes:

“Marca”, em quimbundo, se diz Karimu. * Karimbo era o ferrete oficial de prata ou ferro esquentado na brasa com que se marcavam os negros no momento do embarque, no ato da cobrança dos direitos de exportação. Daí as palavras carimbo e carimbar. Dessa sorte, o substantivo e o verbo — mais usados na língua portuguesa do Brasil — definindo as hierarquias, o escopo da propriedade, a validade dos documentos, a autoridade pública exercida pelo Império e pela República brasileira, derivam do gesto, do instrumento que imprimia chancela legal ao comércio de humanos. Da palavra que situa o momento preciso de reificação do africano (Alencastro, 2021, p. 180).

Enfim, ao chegarem aos Portos de Trato no Brasil eram novamente submetidos ao comércio e ainda apanhavam ao chegar ao destino final o intuito desse ato era

desumanizá-los, aterroriza-los, fazê-los reconhecer qual o lugar lhes era destinado e ainda acostamá-los com o clima e a organização das fazendas.

A partir do momento que ocorre uma inclusão dos africanos as fazendas brasileiras é possível a reprodução de todo esse sistema escravista. Nesse sentido o escravizado começa a fazer parte de uma linha de produção, que se origina em África no momento da captura, passa pelos ritos do batismo cristão e ao chegar à América portuguesa é surrado como se fosse um ritual de iniciação, a partir de então o africano é incorporado a toda uma lógica da produção econômica do período, conforme descrito no fragmento a seguir:

Não obstante, é somente na altura que os africanos se incorporam aos engenhos e às fazendas, e se conformam ao estatuto imposto pela sociedade luso-brasileira, que o processo de reprodução social se arremata. Perecendo como pessoa ao cair cativo no Continente Negro, o africano converte-se em mercadoria — em “peça” marcada a ferro e tributada pela Coroa no porto de trato —, para renascer como fator de produção implantada na América portuguesa. No volver da morte social padecida na África, o escravo é inserido no Novo Mundo valendo-se de uma relação existencial mediatizada pelo trabalho organizado pelo seu senhor. Dessa forma, para que o processo produtivo colonial não se interrompesse ao agarrar novos fatores de produção, o africano deveria ser ressocializado no seu novo status de escravo luso-brasileiro. Senhores, feitores e velhos escravos tinham de travar entendimento com os recém-chegados para integrá-los, no mais curto prazo possível, aos trabalhos de cooperação ampliada da agricultura comercial. Por esse motivo, a cultura escravista preexistente na comunidade condiciona a procura de novos escravos (Alencastro, 2021, p. 150).

No terreno do contexto político e comercial, Alencastro (2021) disserta sobre a Guerra dos Trinta Anos entre Inglaterra e França (1618-1648) como sendo um período caracterizado por embargos comerciais, bem como de troca de alianças, culminando na constituição da União Ibérica¹¹. Ou seja, houve a unificação de Portugal e Espanha (1580 a 1640) décadas nas quais o reino português fica sob o domínio espanhol, porém o poder da monarquia portuguesa só se reestabelece a partir de 1688 quando, enfim, Madri e o Papa reconhecem a Coroa Portuguesa.

No século XVII a Holanda ascende como potência marítima e comercial, assim sendo acaba por fazer invasões ao Brasil¹², as quais tiveram como resultado o

¹¹ De acordo com Behrens (2004) desde 1580 como consequência do falecimento de D. Sebastião, Portugal acaba por ser anexado a Coroa Espanhola o que ocasiona uma monarquia dualista na qual é reconhecida a existência de duas coroas e um só soberano. Fato que perdurou até 1640 período caracterizado como União Ibérica.

¹² “Uma das principais motivações para o ataque Holandês ao Brasil era deslocar os conflitos entre a Holanda e a Espanha para o cenário ultramarino. Como Portugal e suas colônias estavam atrelados ao soberano espanhol em função da união Ibérica, os inimigos de Espanha, também se tornaram inimigos

assentamento no nordeste brasileiro, em especial em Pernambuco, esse fato se desenrola entre 1630 e 1654, período no qual houve batalhas holandesas contra portugueses, espanhóis, bem como contra os nativos. Segundo o autor, os holandeses se interessavam pela produção e extração da cana de açúcar o que recaí no interesse de lucros a partir da mão de obra escrava. Então a Holanda volta suas ações para o tráfico negreiro:

No alto mar corsários saqueavam os tumbeiros. Boa parte dos 3 mil escravos vendidos no Novo Mundo pelos holandeses entre 1623 a 1637, incluindo os primeiros africanos desembarcados na América do Norte, eram presas que os holandeses arrancavam não das praias africanas, mas dos barcos portugueses capturados no alto-mar [...] (Alencastro, 2021, p. 190).

A pressão Holandesa, bem como a preferência pela América Espanhola nos portos africanos, faz com que o número de braços africanos no Brasil diminuísse o que encoraja portugueses e brasileiros a guerrearem nas fortalezas holandesas em busca de retomar escravizados. Sobre o volume do tráfico Atlântico Alencastro (2021) informa que o número de africanos trazidos para o Brasil entre os anos de 1600 a 1625 é de 150 mil africanos e de 1625 a 1650 é de 100 mil o que aponta uma diminuição que se liga aos conflitos com a Holanda, fato esse que faz com que a escravização indígena seja acrescida.

Emergem então com muito afinco as caçadas aos indígenas empreendidas pelos Bandeirantes. Pontua Alencastro (2021) que neste contexto emerge a bandeira de Raposo Tavares que, entre julho de 1628 até meados de 1630, capturam entre 40 a 60 mil guaranis da província jesuítica do Guairá, “no coração do atual estado do Paraná” (Alencastro, 2021, p.192). A referida província foi alvejada em 1629 e destruída em 1631, quando 12 mil guaranis remanescentes e padres jesuítas colocam-se em fuga através dos rios Paraná e Paranapanema até alcançarem o Uruguai. Após essa investida, entre 1632 a 1633, os bandeirantes paulistas voltam-se para missões de Itaim, na região hoje denominada Mato grosso do Sul e a seguir se deslocam até as aldeias dos Tapes, ao sul do atual estado do Rio Grande do Sul, em seis anos os Tapes são dizimados.

De acordo com Suchanek (2012) populações indígenas foram escravizadas

de Portugal. E foi justamente pela América Portuguesa que os holandeses resolveram dar início a sua estratégia ofensiva” (Behrens, 2004, p. 8).

ainda que no imaginário social sobressaia-se a crença de que a mão de obra africana substituiu totalmente o trabalho compulsório indígena. Percebe-se que os interesses da exploração colonial não admitiam a autonomia das aldeias dos nativos originários. Para os jesuítas representavam almas a serem capturadas para o catolicismo, uma vez que o protestantismo se expandia, a contrarreforma da igreja católica necessita de novos fiéis e para Portugal os indígenas além de fornecedores de alimentos ainda poderiam contribuir como força militar.

Enfim percebe-se também que a invasão e assentamento holandês no Brasil foi um dos quesitos que levou ao aumento da demanda pela mão de obra indígena, assim como o assentamento holandês em Angola e em outras regiões da África sob o domínio português. E os bandeirantes, por sua vez se beneficiaram do comércio de indígenas na medida que organizavam bandeiras para aprisioná-los. Suchanek (2012) esclarece que não houve uma total substituição de mão de obra escravizada africana pela mão de obra escravizada indígena, mas o que houve foi a utilização ao mesmo tempo de ambas. E ainda, a escravização de africanos era uma fonte a mais de lucro, mas não a única.

Indígenas foram utilizados pelo interesse na adição de mais uma fonte de renda e ainda a autora corrobora com as ideias de Alencastro (2021) ao afirmar que o comércio de pessoas africanas acabou por gerar lucros maiores do que o produto do trabalho da mão de obra indígena. A prioridade da escolha entre qual mão de obra acionar é dada de acordo com as possibilidades do momento e ainda o que sempre prevalece é exatamente aquela que promove maior lucro ao comerciante.

Ao findar o século XVII o Brasil que teve sua formação a partir da exploração de seres humanos sequestrados da região de Angola já estava consolidado. O mercado atlântico de seres humanos também permaneceu e ainda recebeu uma justificação teológica de que tudo se baseava em uma grande obra de caridade cristã de evangelização. O sistema de escravização, ao chegarmos ao século XVIII, ainda dominava o modo de produção, a barreira imposta pelos indígenas que permaneciam mais no centro do país foi derrubada e o território colonial a partir de então se consolida.

Nas décadas a seguir o ciclo econômico do ouro promove uma divisão inter-regional do trabalho no país, todavia mantém-se com base no trabalho escravizado e ainda é o tráfico negreiro que vai abastecer todos os desdobramentos regionais e setoriais do setor econômico de Minas Gerais.

Ainda acrescenta Alencastro (2021) que desde 1550 todos os ciclos econômicos no Brasil, a saber o do açúcar, o do ouro e o do café são abastecidos pelo trabalho escravizado que mantem a colônia até chegarmos ao século XIX. Importante pontuar que dá a impressão de haver um paradoxo que em um mesmo momento histórico no qual na Europa tomava forma o trabalho livre ainda houvesse lugares no mundo nos quais o trabalho escravizado era acionado. Entre os séculos XVI até o XVIII na Europa ganha evidência a manufatura e posteriormente surge a grande indústria a qual exigia mão de obra livre.

No entanto, no então chamado Novo Mundo o trabalho escravizado ainda se constitui como base da produção e de toda organização societal, porém esses processos de extração de mão de obra escravizada não se deram sem movimentos de resistências, como será abordado na próxima seção.

2.3 ENTRE QUILOMBOS, MALÊS E TERREIROS, A RESISTÊNCIA HISTÓRICA

Nesse tópico dissertamos sobre a importância dos movimentos sociais ao longo do desenvolvimento histórico no país e nesse interim há que se mencionar que essa temática é cara ao Serviço Social, uma vez que a direção política assumida pela categoria evidencia a posição profissional em meio a um contexto de conflito de classes.

No decorrer de seu processo de desenvolvimento histórico a profissão passa por um período de renovação no Serviço Social o que possibilita a ascensão de uma posição política de comprometimento com os ideais da classe trabalhadora, nessa esteira cabe mencionar a participação de assistentes sociais em variados e importantes movimentos sociais no Brasil a partir da década de 1970 o que evidencia o compromisso que a partir de então passará a ser estabelecido com a população usuária de seus serviços e assim a interlocução com os movimentos sociais é fundamental para que na atualidade o exercício profissional seja vinculado a uma perspectiva crítica e voltada para a mobilização e a educação popular nos espaços sócio-ocupacionais profissionais, bem como em variadas lutas sociais.

Nesse sentido é importante compreender aspectos que se conectam ao passado e que auxiliam na elucidação sobre os caminhos profissionais na atualidade. Cabe mencionar ainda que a história dos movimentos sociais no país remonta ao período da colonização, embora as características e objetivos pleiteados pelos

movimentos sociais vão sendo moldados de acordo com os variados períodos históricos, mas houve por parte da população explorada variadas lutas e destaca-se nesse período a resistência negra e indígena que não se sujeitou passivamente aos horrores que lhes foram outorgados, ao contrário emergem nesse cenário vozes e corpos que buscavam viver em liberdade, ideais esses que foram fundamentais para a abolição da escravidão e que até hoje expiram movimentos étnico-raciais contemporâneos.

Para Moura (1983), a escravização de pessoas negras no Brasil é o fato histórico-social mais relevante para se entender constituição sócio-histórica do país. No entanto, alerta ele que mesmo assim não há uma apropriação ou um estímulo para que uma vasta gama de cientistas sociais se dedique a estudar o modo de produção escravista e suas ramificações, bem como as sequelas econômicas, culturais, políticas e psicológicas que desta relação restam para a sociedade brasileira. Ou seja, para Clóvis Moura, entender o período da escravização e todos os seus contornos é fundamental.

Durante o referido período o escravizado é visto pelo senhor como um objeto e a sua humanidade sofre constante tentativas de anulação, porém na rebeldia e insurgência contra o que lhe é posto, o escravizado se recusa a perpetuar essa condição e sua humanidade se fortalece. Em contrapartida o escravizador é capturado pela lógica desse sistema e não almeja mudanças nessa estrutura, tornando-se assim exemplo de homem alienado. Esclarece Moura (1983) que os quase quatrocentos anos de escravização desembocam na moldagem do conjunto de crenças, valores e hábitos da sociedade brasileira, e assim sendo esse período precisa ser estudado e compreendido para a afirmação de uma práxis social assertiva:

Montado o sistema escravista, o cativo passou a ser visto como coisa e o seu interior, a sua humanidade foi esvaziada pelo senhor até que ele ficasse praticamente sem verticalidade; a sua rehumanização só era encontrada e conseguida na e pela rebeldia, na sua negação conseqüente como escravo. Por outro lado, o branco senhor de escravos era o homem sem devir porque não desejava a mudança em nenhum dos níveis da sociedade. Completamente obturado pelo sistema fechado, o senhor de escravos é o exemplo do homem alienado. E, por isto mesmo, os quatrocentos anos de escravismo foram definitivos na plasmacão do *ethos* do nosso país. Penetrando em todas as partes da sociedade, injetando em todos os seus níveis os seus valores e contra-valores, o escravismo ainda hoje é um período de nossa história social mais importante e dramaticamente necessário de se conhecer para o estabelecimento de uma práxis social coerente (Moura, 1983, p. 124).

Ainda durante o período escravista são vivenciados uma série de movimentos por parte dos escravizados de natureza contestatória ou reivindicatória, alguns bem organizados outros com estrutura mais frágil, porém todos têm como pano de fundo o modo de produção escravista e a necessidade de rever bases desse sistema.

Moura (1983) pontua que, a época que escrevia seu texto, a maior porcentagem de pesquisas sobre a população negra refere-se a levantamentos quantitativos que incluem questões referentes as desigualdades sociais e raciais. O que o leva a considerar que em uma sociedade pautada no escravismo colonial que foi substituída por um modelo de capitalismo dependente tende a compreender assuntos que envolvem a questão negra sem relacioná-la com o seu passado histórico, uma vez que o caminho do estudo histórico converge para o passado de escravização.

Enfatiza que em um modelo de sociedade que vivencia o capitalismo dependente que tem a competição como base, faz com que as análises sobre os fatos que se deram no período de escravização ocorram com base em uma narrativa que tenta reverter os fatos contra a própria população negra.

Além disso, a memória histórica étnica dessa população sofre ataques que procuram suprimi-la, o que se almeja é que essa parcela populacional se entenda como “flutuante e ahistórica” (Moura, 1983, p. 125). Portanto, em uma perspectiva de se contrapor a invisibilidade imposta a história de luta e resistência das pessoas negras escravizadas no Brasil, se faz essencial um resgate dessa história.

Moura (1981) aponta o quilombo como expressão da resistência do escravizado, esclarece que independente da proporção em relação ao tamanho, com condições de vida estável ou precárias, onde houvesse escravização, lá despontaria o quilombo como componente que demonstra as fragilidades do sistema escravista.

O surgir dessas unidades apresenta condições de organização, uma vez que apesar de sofrer constantes investidas de destruição, o mesmo sempre renasce em novos territórios o que demonstra também possibilidades de resistência. Os quilombos não são algo momentâneo que emergiram poucas vezes, tratavam-se algo constante no período escravista.

Os quilombos tinham proporção territorial variada e geralmente em concordância com o número de pessoas ali estabelecidas, eram comunidades bem organizadas com atividades ligadas à agricultura. A logística social se assemelha com as realizadas em África, porém desenvolvidas a partir das condições dispostas no Novo Mundo. Na América Espanhola e nas colônias inglesas, francesas e holandesas

os quilombos recebem nomes variados como: *cimarrones*, *marroons* e *palenques*.

O quilombo enquanto um local para o abrigo de escravizados fugitivos, ou mesmo quando há o ato de raptos de outros escravizados representa perdas econômicas para os senhores de engenho. De acordo com Moura (1981) a experiência tribal vivenciada em África ressurgiu nos quilombos inclusive como uma forma de negação ao sistema escravista e ainda a dinâmica existente evidenciava valores e normas estabelecidas não mais pelo senhor, ou pelo sistema do qual ele é representante, mas sim ditadas pelos insubmissos.

Outro aspecto importante de ser mencionado, se refere as guerrilhas que, segundo Nascimento (2019), eram quase que constantes. Possuíam como objetivo reunir os escravizados fugitivos e ofertar-lhes condições de sobrevivência de forma permanente e nesse sentido destaca-se o modo de vida semelhante com os dos povos africanos, uma vez que daí emergem técnicas agrícolas, produção de armas e modos de governo. A guerrilha era entoada por homens experimentados em combate que enfrentavam as tropas oficiais, os capitães do mato e até os moradores vizinhos:

Edison Carneiro, estudando as formas de luta dos escravos, caracteriza-as da seguinte maneira: a) a revolta organizada, pela tomada do poder, que encontrou a sua expressão nos levantes dos negros males (muçulmanos), na Bahia, entre 1807 e 1835; b) a insurreição armada, especialmente no caso de Manuel Balaio (1839) no Maranhão; c) fuga para o mato, de que resultaram os quilombos, tão bem exemplificados no de Palmares [...]. Devemo-nos lembrar, porém, para que não fique o panorama incompleto, de duas outras formas de resistência usadas pelos escravos: 1) as guerrilhas, como já foi dito acima e 2) a participação [...] do escravo em movimentos que, embora não sendo seus, adquirirão novo conteúdo com a sua participação [...] (Nascimento, 2019, p. 88).

A guerrilha podia se mover, e esse é um dos motivos de nessas ocasiões contar com número baixo participantes, as ações então se convertiam em roubos em estradas de alimentos e tudo o que não era ainda produzido no quilombo. Desta forma, é importante observarmos que os quilombos estavam intimamente relacionados com as guerrilhas urbanas. Acontecimentos que colocam em xeque a estrutura militar no período do Brasil Colônia, denotam também reconhecer o significado das revoltas baianas que ocorreram de 1807 a 1844, bem como significa dar a devida importância de entender quem foram os protagonistas da revolta dos Alfaiates em 1798, também na Bahia.

Admitir esses fatos é reconhecer que o período de escravização tem protagonistas que se rebelam, enfim é valorar os Quilombos e todos os movimentos que se originam

no seio dos escravizados.

Neste sentido, adverte Moura (1983) que entender o negro como sujeito histórico, supõe compreendê-lo como atuante desde os primórdios da escravização no país. Supõe também valorar a experiência da República de Palmares¹³, como a maior experiência de organização quilombola do Brasil.

Sobre a República de Palmares esclarece Nascimento (2019) que nos idos de 1590 africanos conseguiram se libertar das correntes que os amarravam e rumaram para o interior de florestas, onde atualmente estão localizados os estados do Alagoas e Pernambuco. A princípio eram poucos, mas com o passar do tempo o número de pessoas se estendeu até alcançar o contingente de trinta mil, entre homens e mulheres, que formaram então uma comunidade que vivia sob uma organização socioeconômica e política própria, esse foi o primeiro local no qual se estabeleceram africanos livres no Novo Mundo.

A República dos Palmares que para época apresentava um contingente enorme de pessoas ocupou um território cuja dimensão alcançou um terço do território de Portugal. Importante notar que a terra era compartilhada por todos, bem como o resultado do trabalho coletivo também era propriedade de todos. Praticavam um modelo de agricultura heterogêneo, oposto ao sistema de monocultura exercido no Brasil Colônia, comercializavam a partir de escambo com os vizinhos indígenas ou brancos. Ainda por serem organizados a partir do modelo africanizado tornaram-se versados em combates.

Segundo Nascimento (2019) Palmares de 1595 a 1695 funcionou de maneira avessa a organização colonial, desafiou o exército, o latifúndio e a Igreja católica, manteve-se firme diante de 27 guerras com portugueses e com os holandeses que invadiram Pernambuco. O último rei de Palmares foi Zumbi, que resistiu bravamente a várias lutas, destruição, morte de filhos e outros parentes até que, segundo Moura:

[...] transforma-se em guerrilheiro, ninguém mais o consegue localizar com segurança: somente pela traição será morto, tempos depois. Numa das batidas contra os homens de Zumbi as tropas legais conseguem aprisionar um dos seus lugares-tenentes, mulato de "maior valimento". Prometendo-lhe liberdade, pediram que denunciasse onde Zumbi se encontrava. Foi assim conduzida a tropa até o líder quilombola que se encontrava oculto já "tendo

¹³ Ocorrida em 12 de agosto de 1798, contou com a participação de variados segmentos da população. Lutavam em prol da emancipação política brasileira e o rompimento com a situação colonial, bem como clamavam pela abolição da escravização. Os componentes do movimento eram homens brancos livres e homens negros livres e escravizados. Por haver vários alfaiates engajados no movimento ficou conhecida como Revolta dos Alfaiates.

lançado fora a pouca família que o acompanhava", ficando somente com 20 companheiros num "sumidouro que artificialmente havia fabricado". Nesse local foi encontrá-lo a tropa, atacando-o de surpresa. Assim mesmo pelejou "valerosa ou desesperadamente" matando um homem e ferindo alguns, sendo em seguida assassinado com seus companheiros. O Governador Caetano de Melo Meneses ordenou que sua cabeça fosse pendurada em um pau e exposta "no lugar mais público desta Praça a satisfazer os ofendidos e justamente queixosos e atemorizar os Negros que supersticiosamente julgavam esse imortal". Estava terminada a República de Palmares (Moura, 1981, p. 196)

Ainda convém salientar, conforme Nascimento (2019), que os negros escravizados se rebelam e participam de insurreições, lutas armadas em prol da extinção do sistema escravista em todas as regiões do Brasil, com ênfase nas áreas com um maior número de contingente populacional de escravizados. Em decorrência dos referidos movimentos ocorre a emergência de quilombos por toda extensão territorial do país, os quais possuíam estrutura semelhante à da república de Palmares. Tratava-se de organizações sociais compostas por africanos e afro-brasileiros que não aceitavam a ausência de liberdade.

Ao tratar do assunto que envolve as formas de resistência negra ao longo da História, há que se citar as revoltas ocorridas na Bahia de 1807 a 1809, nesta ocasião, conforme descreve Nascimento (2019) os escravizados fundam uma sociedade secreta, a Ogboni¹⁴, cuja ações referem-se ao combate da escravização.

Em fevereiro de 1813 aproximadamente seiscentos escravizados procuram tomar a capital da Bahia, porém o levante foi contornado violentamente. A reação do estado levou muitos dos insurgentes a morte, outros tiraram sua própria vida e vários deles presos. Todavia em maio do mesmo ano outra revolta estava por vir, porém sofreu uma traição e teve que ser abortada. Das trinta e nove pessoas capturadas, doze morreram ainda na prisão vítimas de tortura, quatro foram executados na Praça da Piedade no dia 18 de novembro de 1814, e aqueles que restaram foram castigados com chibatadas ou foram banidos.

Segundo Nascimento (2019) e Moura (1981) e conforme já mencionado, variadas e intensas insurreições foram vivenciadas na Bahia até que em 1835. Ações de resistência lideradas por escravizados ioruba e escravizados islamizados. Neste

¹⁴ "Na Nigéria existe uma tendência muito forte de formar associações e corporações devido a sua grande extensão de terras e também uma forte expressão política. Estas associações são formadas com o interesse comum de proteger a população em economia, política, recriação e religião. A sociedade secreta Ógbóni é encontrada em terras Yorubá, e sustentada pela tradição de ter surgido nos primórdios de Ilé Ifè. Venera a terra como fonte da vida, simbolizada pelo òrìṣá Edan". Disponível em: <https://www.efunlase.com/include.php?conteudo=ogboni>. Acesso em: 24 jul. 2023.

contexto eclode o mais importante levante do período, conhecido como a Revolta dos Malês. Tratou-se de algo bem organizado, quem dela participou trazia consigo brincos que facilitava a identificação dos participantes e ainda estavam acomodados em roupas brancas.

Participavam da revolta armada pessoas que vinham de distintas localidades da capital do referido estado, além de participantes oriundos de Santo Amaro, Itaparica entre outras localidades. A ação estava calçada em termos financeiros, apesar de ter sido delatada, as autoridades da capital baiana não conseguiram impedir que ao cair da noite de 24 de janeiro de 1835 a revolta ocorresse, porém, a repressão foi violenta e o resultado foi a vitória da infantaria e da cavalaria, sabe-se que forças navais foram acionadas e assim:

[...] até forças navais cooperaram na matança: a Fragata Bahiana que, naquele momento, se achava ancorada no porto de Salvador. Contra força de tamanha superioridade em poder de fogo e tropas, apesar das pequenas vitórias parciais conseguidas durante a luta, os escravos sofreram clamorosa derrota. Entre alguns africanos livres e escravos, foram aprisionadas 81 pessoas. Luísa Mahin, mãe de Luís Gama e participante ativa do movimento, figurava entre os prisioneiros. Entre os líderes constam os nomes dos escravos Diogo, Ramil, James, João, Carlos, todos capturados. Foram condenados à morte por desejar a liberdade, por ela lutando e dando suas vidas os seguintes antepassados africanos: Gonçalo, Joaquim e Pedro, escravos, e os “livres” Jorge da Cunha Barbosa e José Francisco Gonçalves, os quais foram fuzilados a 14 de maio de 1835. Vários outros foram punidos com chibata, muitos, sob torturas, morreram nas prisões (Nascimento, 2019, p. 76).

Enfim, segundo Nascimento (2019), no Rio de Janeiro, em São Paulo e por toda extensão geográfica do país quilombos se espalham. O autor enumera um que ganhou visibilidade, trata-se do Quilombo Jabaquara, localizado nos territórios montanhosos da cidade de Santos, no qual havia grande número de escravizados que se evadiam em grande número das fazendas de café localizadas no interior de São Paulo. O referido autor também menciona a província fluminense na qual estava localizada a Fazenda Freguesia, nesta escravizados travaram embate bélico e acabaram por matar o capataz, depois invadiram outras fazendas e acabaram rumando para o interior das florestas. Tinham como líder o escravizado Manuel Congo, apesar do grupo ter vencido embates com as tropas do governo, na data de onze de dezembro de 1838 foram assassinados por tropas imperiais, cujo comandante era Lima e Silva, o duque de Caxias. Restou Manuel Congo, para ser enforcado nove meses após a captura.

Outra província citada é a de Minas Gerais, na qual emerge como Mártir um africano de nome Isidoro. Tem evidência aqui o Quilombo dos Garimpeiros composto por escravizados evadidos da mineração, neste foram entrincheirados Isidoro e seus companheiros. Para capturá-los o governo promoveu intensa perseguição ao referido Quilombo, Isidoro acabou ferido a bala, após detido o mesmo foi torturado violentamente e faleceu em 1809.

Conforme Nascimento (2019) ainda em Minas Gerais tiveram destaques o Quilombo do Ambrósio (1746-1747), bem como o Quilombo de Sapucaí, considerado durante um bom período de tempo incansável, entretanto o Quilombo do Campo Grande (1726 -1759) é o que teve um número maior de pessoas, cerca de vinte mil pessoas. O modo de organização da produção, bem como toda estrutura de convivência assemelhava-se com Palmares. O mesmo encontrou seu fim através das ações de Bartolomeu Bueno do Prado, bandeirante paulista afamado, o resultado de suas ações no Quilombo do Campo Grande é a coleção de 3.900 pares de orelhas retiradas dos corpos dos quilombolas.

Outro fato apresentado por Nascimento (2019) refere-se a província do Maranhão quando em 1839, sob a liderança de preto Cosme e Manuel Balaio os escravizados promovem uma guerrilha cujo território de extensão refere-se a três mil quilômetros, se juntam a luta pessoas brancas, os chamados Bem-te-Vis, também contrários ao governo imperial.

Novamente Duque de Caxias tratou de comandar as forças militares para conseguir esfacelar a revolta. Preto Cosme foi morto por enforcamento, assim que o movimento da Balaiada sofre derrota, os bem-te-vis se alinharam as tropas imperiais e entregaram os escravizados, que posteriormente foram assassinados de maneira cruel.

Realizar essa trajetória, além de tornar evidente o percurso histórico da população negra, ainda demonstra o destaque que possui no que tange os movimentos que conquistaram mudanças sociais expressivas no Brasil. Em contrapartida pode ser notado como tem sido operado o afastamento político da resistência negra na história do Brasil.

Segundo Silva (2021) os quilombos, as insurreições e as guerrilhas que se deram durante o período colonial, bem como os movimentos negros que acontecem após a abolição ocorrem por toda América Latina e o Caribe, nesse sentido existem muitas afinidades entre as relações raciais desenvolvidas no Brasil e na América

Espanhola, como por exemplo a existência do mito da democracia racial e a falta de reconhecimento por parte da branquitude no que se refere a mobilizações e resistências da população negra.

Silva (2021, p. 50) a partir das elaborações de Clóvis Moura nos informa que a existência do escravismo em toda América Latina conectadas a processos de independência vinculada as exigências do sistema econômico então vigente fizeram com que a resistência negra ocorresse em todo território da América Latina, nesse sentido o que houve foi “uma práxis dinâmico/radical dos negros!”. Um fato que merece destaque é a aproximação temporal que existe entre a instituição da República e a Abolição legal da escravidão:

No Brasil, em particular, foram 66 anos até a decisão institucional. A independência formal realizada em 1822 pelo príncipe herdeiro da coroa portuguesa nos tornou Império sem destituir o escravismo como modo de produção central. A abolição como ato ocorreu somente em 13 de maio de 1888 e no ano seguinte a República foi então proclamada. Independência, Abolição e República ocorrem em datas diferentes, mas fazem parte de processos articulados que desembocaram numa sociedade racista, latifundiária, classista e de capitalismo dependente (Silva, 2021, p. 52).

Moura (1983) enfatiza que durante o período de escravização o negro luta por objetivos concernentes a condição que lhe era imposta e, ao fazer isso, participava ativamente em movimentos de outros setores sociais e políticos. Mas, como fruto do racismo, esse protagonismo negro não repercute politicamente. Depois da abolição a situação se repete, pessoas negras passam a atuar em movimentos que buscam transformações sociais e políticas, os quais permanecem subjugados pelas lideranças brancas.

Importante salientar que Moura (1983) tece críticas aos “marxistas de cátedra”, para os quais a questão negra se entende apenas como uma expressão do conflito entre as classes. Para o autor, a questão negra é um dos aspectos mais importantes da questão social, porém analisar de forma tangencial em relação a leitura clássica sobre o proletariado europeu no século XIX é “[...] simplificar - dentro de categorias muito gerais - um problema bastante mais complexo [...]” (Moura, 1983, p. 126), o que prejudica as reflexões que envolvem a compreensão da classe trabalhadora no Brasil.

Disserta Moura (1983) que em uma sociedade tão desigual como a do Brasil, existe aqueles que recusam que a questão do trabalhador negro possui

particularidades. Entendem eles que os movimentos em prol da causa negra fogem ao padrão das reivindicações do movimento geral do proletariado e, nessa direção, podem provocar desunião em torno de uma mesma causa que se refere ao conflito entre as classes:

Olhando o negro brasileiro sem ter estudado o seu comportamento no passado a não ser através de uma ótica acadêmica e eurocêntrica, esses marxistas universitários mitificam grande parte da nossa história social, desvalorizam fatos como Palmares e a constante insurreição negra, supervalorizam alguns fatos secundários, tudo determinado pela necessidade de comprovar os seus esquemas metodológicos. Como dissemos, o problema da escravidão que perdurou nacionalmente durante praticamente quatro séculos tem menos importância, para eles, do que o surto migratório que veio após 1888 e formou uma população livre superposta à negra, numa sociedade que ainda tinha - como tem até hoje - na sua estrutura, gravada fortemente, grande parte dos elementos negativos do escravismo (Moura, 1983, p. 126).

Ainda sobre questões referentes as formas de lidar com as consequências, ou o que realmente significou o passado escravista o autor fala da tentativa de apagar os registros, quando então Rui Barbosa decreta que fossem eliminados os arquivos da escravidão. E, além disso, aprova e incentiva a imigração europeia em um ato que revela uma tentativa de substituição de ex-escravizados pela mão de obra branca e a política adotada a partir de então é a de branqueamento.

Moura (1983) informa que o colonizador europeu utilizou discursos de desqualificação do negro o que fez com que quantidades expressivas destes assimilassem a ideia de superioridade "branca" e assim muitos acabaram por procurar se assemelhar ao branco. Nesse sentido assim como na escravização procurou-se a partir de um discurso hierárquico desqualificar o negro após a abolição. O discurso de inferioridade étnica procura da mesma maneira desqualificar o negro, bem como os elementos pertencentes a sua cultura.

Porém assim como no período colonial, após a abolição, a luta, a participação em movimentos de protestos, traz elementos de valorização e nesse sentido sua origem e ancestralidade ganham protagonismo. Segundo Moura (1983), os movimentos negros que a ele eram contemporâneos ainda tinham que estabelecer batalhas com a tese do branqueamento e com as teorias de desqualificação do negro devido as características fenotípicas. As relações de poder se originam a partir das perspectivas do agente colonizador e, nesse sentido, há uma cisão em relação as atividades consideradas inferiores e em tese deveriam ser executadas por negros.

Esta divisão social do trabalho no Brasil, transformada em ideologia considerada democrática pelos interesses do colonizador, inicialmente, e das classes dominantes brasileiras atuais por herança, ciclicamente aproveitada e dinamizada introjetou-se, de certa forma, na consciência do colonizado, do oprimido, transformando-o, muitas vezes; em reflexo passivo dessa ideologia. Essa ideologia de dar as costas às origens étnicas do Negro, isto é, a formação de uma sociedade supostamente aberta vem acompanhada do mito da democracia racial e que é um elemento desarticulou da consciência do Negro brasileiro. A chamada democracia racial é o suporte ideológico no qual se assenta uma política discriminatória, racista, de extermínio contra o Negro brasileiro (Moura, 1983, p. 127).

Apesar de haver historicamente esta tentativa de inferiorização do negro com o intento de subjugá-lo e até mesmo eliminá-lo da história, pode-se afirmar que houve variada, ativa e diversificadas formas de resistência por parte da população. Moura (2021) evidencia que aprofundamentos teóricos sobre a cultura e a origem étnica estão se ampliando desde que Nina Rodrigues apresenta seus estudos sobre a presença do africano no Brasil e que a partir de então variados autores tem se dedicado ao estudo da temática.

Para Moura (2021), preocupações sobre locais de origem dos africanos e sua cultura também são questões que despertaram o interesse do colonizador que almeja conhecer todos os aspectos concernentes a aqueles que desejam dominar.

Sabe-se que os africanos advêm de distintos territórios, distintos povos, distintas organizações sociais que ocorriam em África, não havia, portanto, uma homogeneidade no que se refere a cultura e os elementos que a compõem, sendo assim ao chegarem ao Brasil traziam consigo hábitos e costumes distintos e uma das diferenças que é necessário sinalizar refere-se a linguagem. As inúmeras e diversificadas línguas nativas tornavam-se um dificultador para a organização política e cultural dos africanos trazidos para o Brasil. Esse fato acabou por exigir que os escravizados elaborassem uma língua para promover uma melhor comunicação o que facilitou e permitiu a compreensão entre si. Assim puderam intensificar suas apreensões sobre a realidade que os circundava:

Com a criação desse código de linguagem alternativo, puderam dar maior abrangência ao universo organizacional, de lazer, de práticas religiosas e de comunicação geral. Yeda Pessoa de Castro fala-nos de um *dialeto das senzalas* elaborado na interação do espaço escravo; com isso eles conseguiam certa unidade de pensamento. A etnolinguista citada destaca a existência de um *dialeto das senzalas*, ao lado de outros como *dialeto rural*, *dialeto das minas* e *dialetos urbanos*. Sobre o primeiro ele é o aspecto particular que nos interessa especificamente aqui. Yeda pessoa de Castro

escreve: “Nas senzalas, a necessidade de comunicação entre os povos linguisticamente diferenciados deve ter provocado a emergência de uma espécie de língua franca ou *dialeto das senzalas*. O desenvolvimento não só das línguas bantos, como certas línguas banto e kwa, o que levou Greenberg (1966) a classificá-las em uma só família por ele denominada de *Congo-Cordofaniana*. Também é compreensível se o processo de nivelamento — consequência do isolamento tanto quanto do contato direto e permanente de inúmeros grupos linguisticamente diferenciados nas senzalas — tivesse sido induzido pela língua do grupo etnicamente majoritário ou de maior prestígio sociológico” (Moura, 2021, p. 233-234).

O referido autor destaca aspectos sobre a comunicação linguística como uma medida que admite vislumbrar o intercâmbio que havia entre grupos sociais distintos. Destaca que esse tipo de ação como uma estratégia de defesa dos escravizados possibilitou aos mesmos elaborarem nas senzalas um código linguístico, que por sua vez os auxiliaram na transmissão a outros de seus pensamentos, esse fato é considerado pelo autor como uma ação política, uma vez que através da comunicação estabelecida foi possível transpor as barreiras provocadas pelas variedades de línguas existentes e assim começar a se unir em prol de problemas que os afetavam em conjunto.

Conforme pontua Moura (2021) para além da senzala, existe a casa grande, com todas as suas formas de dominação que também utilizava a língua para perpetuar e defender seus interesses. Do mesmo modo que os escravizados acionavam a língua para se preparar para o trabalho ou para resistir aos mandos senhoriais, a casa grande também por intermédio da utilização da linguagem livre se organizava em grupos para defender seus interesses.

Nesse cenário, segundo Moura (2021), as religiões africanas são constantemente desmerecidas e entendidas como exóticas, perigosas, características de povos incivilizados e por esse motivo precisavam ser proibidas e relegadas, apenas os batuques eram autorizados. Esse tipo de situação ocorria devido a abrangência da Igreja Católica, nesse sentido eram valorados apenas os dogmas da fé cristã. Apenas a religião que detinha o monopólio da fé poderia explicar o que era ou não permitido, nesse sentido a igreja, busca por intermédio do sincretismo se aproximar e distorcer a religião do escravizado. Para tanto acionou a catequese, realizando batismos coletivos e compulsórios, emerge então as ações de cristianização, tomando conta de modo exclusivo de assuntos ligados ao sagrado, ao divino e assim tecer um controle social, cultural e político.

As reflexões de Moura (2021) e Nascimento (2019) nos levam a

considerar que o sincretismo, naquele momento é acionado de maneira hierárquica, uma via de mão única, no qual seus valores teológicos não sofrem interferências, a aposta era de que as religiões dos escravizados desapareciam frente a religião católica, o discurso era de que a conversão religiosa contribuía para o alcance da civilidade.

Um quesito básico do sincretismo segundo Nascimento (2019, p. 122) é a relação de paridade religiosa, fato que não ocorria nessa relação, uma vez que os escravizados eram batizados conforme os ritos católicos. Acrescenta o autor que para além da escravização física, também havia a escravização espiritual, tanto que conforme já mencionado ao longo deste trabalho a Igreja católica estabelece relações com tráfico e é parte constituinte do sistema colonial, e frente a essa realidade “[...] o procedimento da Igreja Católica e dos seus sacerdotes ajudou a marcar o sentimento cristão brasileiro com uma indelével característica de tirania e sadismo” (Nascimento, 2019, p. 122).

Moura (2021) afirma que esse tipo de discurso serve para camuflar, por intermédio do uso da religião, o que realmente significou o colonialismo e o resultado disso para a África tal como para o Brasil. Note-se que os intelectuais da época defendiam a escravidão como algo necessário para o desenvolvimento do país, frente a essa realidade restava aos escravizados cuidarem-se de si mesmos. Lógica essa que os levou a elaborar táticas de preservação como a linguagem das senzalas, a preservação de suas religiões, por vezes os rituais religiosos se revestiam de elementos cristãos como forma de acomodar suas crenças, essas estratégias são fatos que auxiliaram na resistência negra, uma vez que auxiliaram na preservação da identidade étnica.

Toda essa luta e resistência da população negra ocorreu durante os quase quatrocentos anos de escravização, porém assumindo novas formas persiste até os dias atuais, pois os níveis de consciência social estão mais aprimorados, o processo dessa luta deixou cicatrizes no explorado em contrapartida o explorador saí ileso. A história hegemônica não abriu durante muitas décadas espaço para os mártires e heróis negros e essa trajetória de exclusão secular faz, segundo Moura (2021), com que a população negra por vezes assimile valores dos brancos até mesmo como maneiras de autodefesa e tentativa de inclusão social.

Percebe-se então que variadas táticas foram acionadas na tentativa de enfraquecer a resistência da população negra e todo esse contexto se dá na busca

de dominação para ampliação de ganhos econômicos e ao se referir ao acúmulo de capitais é necessário entender o papel do capitalismo em meio toda essa situação, e é exatamente sobre as desigualdades raciais e o capitalismo que se desenvolve o tópico a seguir.

2.4 O CAPITALISMO E SUA CONTRIBUIÇÃO PARA O APROFUNDAMENTO DAS DESIGUALDADES RACIAIS

Sabe-se que a expansão europeia sob variados continentes tem início no século XV e desta resulta o contato de europeus brancos com variadas populações não brancas dos territórios colonizados. Os nativos acabavam por ser submetidos compulsoriamente a um domínio cultural e político, tal como a um mercado internacional por intermédio do comércio exercido pelos europeus. Frente a essa situação entender aspectos sobre as relações econômicas são fundamentais para o desvelar das relações sociais, assim sendo as contribuições de Marx sobre as etapas da acumulação primitiva auxiliam a compreensão do emergir da sociedade capitalista. E sobre os países europeus que saem na frente em busca de colônias o autor destaca a violência empregada e como esse processo colonial teve papel relevante na transição do feudalismo para o capitalismo:

Os diferentes momentos da acumulação primitiva repartem-se, agora, numa sequência mais ou menos cronológica, principalmente entre Espanha, Portugal, Holanda, França e Inglaterra. Na Inglaterra, no fim do século XVII, esses momentos foram combinados de modo sistêmico, dando origem ao sistema colonial, ao sistema da dívida pública, ao moderno sistema tributário e ao sistema protecionista. Tais métodos, como, por exemplo, o sistema colonial, baseiam-se, em parte, na violência mais brutal. Todos eles, porém, lançaram mão do poder do Estado, da violência concentrada e organizada da sociedade, para impulsionar artificialmente o processo de transformação do modo de produção feudal em capitalista e abreviar a transição de um para o outro. A violência é a parceira de toda sociedade velha que está prenhe de uma sociedade nova. Ela mesma é uma potência econômica (Marx, 2013, p. 534).

Uma observação importante sobre os europeus e a colonização é apresentada por Césaire (2020) quando o autor descreve episódios de dominação colonial e a violência empregada quando vilas inteiras em África são dizimadas, nas Américas há o desaparecimento de civilizações como os Incas os Maias. Sinaliza que:

[...] a colonização, repito, desumaniza até o homem mais civilizado; que a

ação colonial, o empreendimento colonial, a conquista colonial fundada no desprezo pelo homem nativo e justificada por esse desprezo, inevitavelmente, tende a modificar a pessoa que o empreende; que o colonizador, ao acostumar-se a ver o outro como animal, ao treinar-se para tratá-lo como um animal, tende objetivamente, para tirar o peso da consciência, a se transformar, ele próprio em animal (Césaire, 2020, p. 23).

Percebe-se então que práticas violentas tendem a desumanizar também aqueles que as perpetram, porém existe um objetivo que impulsiona essas modalidades de ação e este se conecta a busca pela ampliação do comércio e então assiste-se a aurora do capitalismo.

Williams (2020), centra-se no colonialismo inglês e acrescenta que o tráfico de africanos escravizados é considerado como um fim em si mesmo, pois para além de abastecer as colônias no que se refere a mão de obra se concretiza como uma atividade que colabora para a produção de lucro a partir do mercado de corpos humanos. Dessa maneira contribui para a acumulação de capital, uma vez que a Grã-Bretanha ainda no século XVIII é a maior traficante de pessoas escravizadas, proporcionando lucros tão intensos que trazem condições objetivas para impulsionar a Revolução Industrial e, como consequência, o capitalismo industrial.

Percebe-se então que o capitalismo tem marcos importantes em relação a sua origem e desenvolvimento, porém ao se tratar do Brasil há que se destacar que existem diferenças desse processo de amadurecimento capitalista. Segundo Ianni (1988) o incremento da manufatura e da grande indústria na Europa, bem como o processo de escravização no Novo Mundo, onde se expandiram as *plantations*¹⁵, o engenho e as *encomiendas*¹⁶, tem como base o trabalho escravizado, eventos que ocorrem no mesmo período histórico, porém estes se dão sob a égide do mesmo ente, o capital comercial¹⁷.

¹⁵ Edgar Tristram Thompson – o primeiro a construir uma “teoria da plantation [...] concebida para esclarecer o processo de formação de classes nas sociedades tipificadas por poderosas instituições de trabalho forçado” – a qualificou como “um grande latifúndio, localizado em uma área de recursos abertos [open resources], no qual as relações sociais entre diversos grupos raciais ou culturais são baseadas em autoridade, envolvendo a subordinação de trabalhadores residentes para com um senhor com a finalidade de produzir um item agrícola que seja vendido no mercado mundial” (Ferreira Filho, 2016, p. 18).

¹⁶ “As encomiendas eram o ato de distribuir terras conquistadas às ordens militares. Entretanto, o modelo de encomienda que foi aplicado na América não se referia às terras, mas aos índios. Ou seja: a Coroa concedia aos colonos o usufruto do trabalho indígena. Para conseguir uma encomienda era necessário ter certo poder político e, tendo em vista o valor que o trabalho indígena passou a ter, os encomienderos logo se tornaram proprietários de grandes propriedades” (Mariano; Ferro, 2014, p. 1170).

¹⁷ “O capital comercial divide-se em: (1) capital de comércio de mercadorias; e (2) capital de comércio de dinheiro. O capital global da sociedade sempre se encontra como mercadoria no mercado ou como dinheiro, que será transformado posteriormente em mercadoria. Essas duas funções do capital, o qual

Na medida que o capital comercial se amplia na Inglaterra como consequência dos resultados alcançados frente a existência das grandes navegações, floresce o processo da acumulação primitiva. Isso faz com que aquele país vivencie intensa acumulação de capital comercial e, ainda a partir de então, a separação entre o trabalhador e a propriedade dos meios de produção torna-se algo comum, todo esse processo origina o trabalhador livre.

Para o referido autor, foi o capital comercial que possibilitou as formações sociais elaboradas no Novo Mundo. Estas, por sua vez, ocasionaram a acumulação de capital nas metrópoles. Essa lógica, intermediada pelo mercantilismo, possibilita que a Inglaterra impusesse as condições de comércio que países como Portugal, Espanha e outros deveriam se submeter.

Pontua Ianni (1988) que a questão da separação do trabalhador dos meios de produção trata-se de um processo que se deu tanto na agricultura, quanto nas corporações de ofício. E ainda o capital comercial é responsável pela solidificação e pela expansão do trabalho escravizado em termos globais. Toda organização social nas colônias e das metrópoles estava conectada ao comércio de metais preciosos, ao açúcar, ao algodão e os demais produtos coloniais. Esses processos sacralizados pela mão do Estado, aliados à divisão do trabalho convergem na transição para o capitalismo. Necessário pontuar, que no mesmo contexto em que emerge a figura do trabalhador livre europeu na condição de operário, o trabalhador escravizado continua a existir expropriado de todos os direitos humanos.

Não se objetiva apagar as situações particulares das colônias em seus distintos territórios, pois existem condições específicas em cada uma delas que determinaram, segundo o referido autor, características da *plantation* no sul dos Estados Unidos, da *encomienda* no México e do engenho de açúcar no Brasil. Isso se dá pelo fato de que havia exigências específicas de capital, tecnologia, terra, entre outras necessidades como o custo para obtenção da mão de obra. Porém na base de cada forma de organização social existe dois quesitos primordiais: o trabalho escravizado e a conexão com o capital comercial europeu.

O comércio entre as colônias e as metrópoles eram comandadas pelo capital mercantilista, uma vez que as negociações seguiam os padrões do Estado, de

se encontra confinado na esfera da circulação, se autonomiza e passa a ser o negócio de uma classe específica de capitalistas atribuída pela divisão social do trabalho. Dessa forma, o capital-mercadoria torna-se capital de comércio de mercadorias ou capital comercial [...]” (Ferreira, 2016, p. 2).

empresas estatais ou privadas europeias. Durante todo o período colonial o excedente econômico sofre elevada exportação para as metrópoles, apenas uma baixa quantia de excedente gerado nas colônias ali permanecia, e era somente o necessário para dar seguimento aos empreendimentos. Assim de acordo com as demandas do mercantilismo é que foram gestadas as bases para a sociedade colonial, foi o capital comercial quem ditou as regras das formações sociais no novo Mundo. As fases de exploração do trabalho escravizado eram dependentes do movimento do capital comercial europeu.

O capital comercial tinha demanda crescente de mercadorias e, para que as mesmas fossem produzidas nas colônias, foi utilizado o trabalho escravizado conforme já mencionado. Há dois quesitos que impedem o assalariamento da mão de obra nas colônias e referem-se:

Em sua análise das condições que produziram a escravatura no Novo Mundo, Marx ressalta dois pontos. Em primeiro lugar, a disponibilidade de terras baratas ou devolutas, o que permitiria que o assalariado, em pouco tempo, pudesse abandonar a *plantation*, o engenho ou outra unidade produtiva, para tornar-se sitiante, ao menos produzindo o essencial à própria subsistência. Em segundo lugar, as metrópoles não dispunham de grandes reservas de mão-de-obra, para encaminhar às colônias e dinamizar a produção de fumo, açúcar, prata, ouro etc. [...] (Ianni, 1978, p. 10-11).

Sobre as reservas de mão de obra, segundo Prado Júnior (2011), naquele período histórico a Europa não apresentava condições de fornecer a população necessária para o povoamento do Novo Mundo, uma vez que no século XVI a mesma ainda não havia se restabelecido da peste que a havia devastado no final do período feudal. Estima-se que em 1500 a população do velho continente não tinha ultrapassado em número a do milênio anterior, fato este que não legitima a ocupação de outros territórios e a comercialização de seres humanos.

Retomando as reflexões de Ianni (1988), entre os séculos XVI e XVIII o capitalismo comercial expandiu-se, porém acabou finalmente a sucumbir ao capital industrial. Essa transmutação se deu devido a variadas circunstâncias como por exemplo, comerciantes e donos de fábricas voltaram seus interesses para a produção, planejando e cuidando dos seus próprios negócios. Concomitantemente na Inglaterra se alargava a acumulação de capital financeiro devido ao protagonismo deste país em relação a ampliação do capital mercantil e nesse período também se alarga a divisão entre os trabalhadores e os meios de produção. O trabalhador então começa a vender

sua mão de obra cada vez mais na área urbana e industrial, outros fatores também colaboraram para o advento do capital industrial¹⁸, a saber:

[...] paulatinamente, pois a vida econômica passou a ser comandada pelo movimento das forças produtivas e das relações de produção. Na indústria, na agricultura e na mineração dinamizaram-se as forças produtivas e desenvolveram-se econômica, social e politicamente as relações de produção. Os mercados nacionais e internacionais passaram a ser inundados também por produtos manufaturados, em quantidades crescentes e nas mais diversas qualidades e modas. As colônias europeias passaram a receber, em quantidades crescentes as manufaturas inglesas. O capital industrial impunha-se sobre o comercial e o financeiro. Assim, ao longo dos séculos XVI a XVIII foi crescendo a importância da produção industrial: embarcações, metalurgia (principalmente armas), tecidos de lã, tecidos de algodão etc. Mas foi no século XVIII que o capital industrial conquistou a preeminência sobre o capital comercial. Foi uma transição histórico-estrutural complexa, na qual o capital produtivo passou a colorir e dar sentido ao conjunto das relações de produção e do processo de realização da mercadoria [...] (Ianni, 1988, p. 19-20).

Na medida em que o capitalismo industrial é instaurado, segundo Ianni (1988) a acumulação passa a ser determinada pelo capital industrial e a partir de então entram em crise as relações comerciais tanto internamente, quanto externamente, uma vez que o referido capital começa a influenciar e tomar conta da comercialização dos produtos produzidos nas colônias. Devido a esse fator, a independência política do Brasil, bem como os questionamentos sobre o período da escravização, são situações contemporâneas e assim carecem de uma análise em conjunto.

Em 1772 foi proibido a utilização de mão de obra escravizada na Inglaterra e em 1888 houve a promulgação da Lei que decreta a abolição da escravização no Brasil. É mais de um século de diferença e, nesse ínterim, modificam-se as condições políticas e econômicas no Novo Mundo, as transformações referem-se as estruturas políticas e administrativas que haviam sido estabelecidas no mercantilismo, o que recai em uma luta interna em relação a independência e a abolição.

Resguardadas as diferenças entre os variados países do Novo Mundo, resta evidente que a ruína da escravização é delimitada a partir da expansão do capitalismo inglês, sabe-se que cada colônia ou país na América e nas Antilhas tem uma história particular no que se refere a escravização e cada um se organizou de maneira

¹⁸ O capitalismo industrial trata-se de um novo estágio no que tange o desenvolvimento do capitalismo, a partir de então o capitalismo comercial, também denominado de mercantilismo é substituído e variados fatores econômicos, sociais e políticos acabaram por influenciar nessa nova fase do capitalismo. Novos maquinários são adicionados ao processo de produção o que vai configurar a Revolução Industrial na Europa. mercantilismo, o que recai em uma luta interna em relação a independência e a abolição.

específica e diferenciada mediante o mercado mundial.

Importante citar que as colônias da América Espanhola tiveram um estatuto jurídico e político particulares e diferenciados em comparação ao Brasil, bem como era diferente o que ocorria nas colônias inglesas, francesas, holandesas, mas em comum existe o fato de que em todas houve intervenção relacionadas ao aprofundamento do capitalismo inglês. Para Ianni (1988), na medida em que a produção industrial se torna protagonista no processo de comercialização, as exigências em relação ao processo de produção das mercadorias também sofrem alteração, esse fato é determinante para que a Inglaterra inicie o combate a escravização em suas próprias colônias.

Segundo Willians (2020), coube aos capitalistas a princípio encorajarem a escravização nas Índias Ocidentais e depois a eliminarem, pois na medida que o capitalismo inglês sentiu que não era mais viável manter esse tipo de mão de obra, já era hora de extingui-la. As necessidades erigidas no capitalismo comercial agora sucumbem ao mesmo tempo em que prospera o capitalismo industrial.

Conforme esclarece Ianni (1978) a organização das forças produtivas no mercantilismo não acomodava mais as relações de escravização e nesse ínterim as relações de produção até então estabelecidas no Brasil entram em desacordo com as necessidades do capitalismo, note-se que:

[...] Isso ficou especialmente evidente na expansão urbana ou seja, na diferenciação interna das estruturas socioeconômicas e políticas urbanas. É verdade que inicialmente a vida urbana estava constituída no espírito e no interior da formação social escravista. Progressivamente, no entanto, surgem na cidade (Rio de Janeiro, São Paulo, Porto Alegre, Salvador, Recife e outras) interesses autônomos e divergentes, quando aos interesses prevaletentes no escravismo. Essas transformações eram ampliadas e aceleradas inclusive pela crescente influência econômica e política dos ingleses nos negócios no Brasil. A abolição do tráfico de africanos, os investimentos e os empréstimos ingleses, a difusão das ideias liberais entre políticos, profissionais liberais, jornalistas e novos empresários, além de outros fatos indicam a progressiva influência inglesa, essencialmente antiescravista. Simultaneamente, devido a interrupção do tráfico de africanos para suprir a agricultura escravista, inicia-se e expande-se rapidamente a imigração de europeus [...] (Ianni, 1988, p. 25).

Segundo Ianni (1988), outro ponto que é importante citar é a Guerra do Paraguai (1864-1870), entendida como algo que evidencia as fragilidades da escravização enquanto um sistema político e econômico naquele período, uma vez que restam evidentes as dificuldades de se sobressair frente os paraguaios, o que culmina na necessidade de utilizar pessoas escravizadas nos combates.

Essa guerra é considerada um divisor de águas e como um dos fatores que provoca de forma irreversível o declínio da Monarquia e da escravização no Brasil. O fim da guerra culmina no aceleração do aprofundamento capitalista no Brasil e é ainda nesse contexto histórico que a Igreja e o Exército divergem em relação a defesa e o combate da escravização.

Não à toa que a campanha abolicionista e a republicana aconteceram no mesmo período histórico. Em variadas regiões tiveram o apoio dos mesmos grupos sociais. A Abolição da Escravização ocorreu em 13 de maio de 1888 e a Proclamação da República se deu em 15 de novembro de 1889 e revelam os vitoriosos em relação a disputa que vinha ocorrendo entre a aristocracia escravocrata decadente e os barões do café do oeste paulista, em franca ascensão.

Moura (2021) faz importantes reflexões sobre a Guerra do Paraguai, segundo ele os escravocratas conseguiram adiar a resolução da crise em relação a abolição da escravização, acionaram o discurso de patriotismo para os abolicionistas e ainda localizaram uma oportunidade de branquear a população uma vez que enviaram para a guerra um contingente enorme de pessoas negras para as batalhas, locais dos quais a maior destes não retornou e muitos que voltaram acabaram sendo escravizados novamente.

O referido autor ainda esclarece que nesse período por parte da população negra não ocorre a insurgência característica que possibilitou a formação do Quilombo de Palmares, para Moura (2021) não existe notícias de grandes movimentos negros de contestação a essa situação, muito devido às medidas jurídicas que já haviam sido promulgadas em favor da classe escravizada:

[...] não é por acaso que um ano depois da Guerra do Paraguai é promulgada a Lei do Ventre Livre, que dá aqueles escravos descontentes a esperança de que, através de medidas institucionais, a abolição chegaria. A classe senhorial manipula mecanismos reguladores novos e arma uma estratégia que consegue deslocar sutilmente o fim do escravismo das lutas dos escravos para o parlamento (Moura, 2021, p. 289).

Segundo Moura (2021) ao findar a Guerra o Brasil está em uma condição desfavorável, totalmente dependente e endividado e ainda há descontentamentos em variados segmentos sociais, devido a isso a monarquia tenta impedir conflitos maiores entre escravos e senhores e ainda tem que honrar as dívidas internacionais adquiridas durante a Guerra.

Ao findar a Guerra do Paraguai, a escravidão estava ruindo economicamente e socialmente, não somente nas regiões decadentes do Nordeste, mas também nas regiões que despontavam economicamente, como em São Paulo.

Para dissertar sobre o período pós abolição recorremos a Florestan Fernandes (2007) que aponta que a escravização é parte constituinte do capitalismo. Nesse sentido também esclarece o autor que o trabalho assalariado se compõe a partir de uma sociedade pré-capitalista e colonial, assim não há como negar que a questão racial está interligada com as relações entre as classes sociais.

Essas questões são premissas para se pensar sobre a origem e o desenvolvimento da classe trabalhadora no Brasil. Segundo o sociólogo, as pessoas negras passam a vivenciar uma realidade social preparada pelas elites, mesmo que ao longo da história colonial haja interações, aquisições e apropriações de elementos da cultura africana no Brasil. Não é possível modificar os rumos adotados em meio a esse processo, no qual a população negra teve que se estabelecer em uma realidade social que não os respeita como ser humano.

Portanto, deve-se destacar que quando ocorre a abolição da escravização, esse segmento populacional é então impelido a um processo de exclusão socioeconômica, somado ao genocídio que também se mostra, segundo Abdias do Nascimento (2016), no branqueamento do corpo e da cultura.

Moura (1992) disserta que o intento das elites de branqueamento da população brasileira se torna um ato real e, nesse ínterim, as estruturas que mantem a propriedade privada continuam inabaladas. O autor ainda acrescenta que com o fim da escravização os negros são marginalizados e assentados nos postos mais degradantes do sistema de trabalho livre. Nesse sentido o racismo é remanejado e o que se observa é a elaboração de maneiras que impeçam que a população negra e seus descendentes tivesse a possibilidade de se introduzir na sociedade capitalista em igualdade de condições. Importante salientar que nessa época, devido toda a herança da constituição de sua história colonial o país assume um modelo de capitalismo dependente.

Em relação ao Brasil importante citar que a passagem da mão de obra escravizada no modo de produção escravista para o assalariamento acabou dando origem a uma defasagem em relação absorção destes pelo mercado de trabalho. Ao dissertar sobre o lugar destinado aos ex-escravizados em relação ao mundo do trabalho livre, Florestan Fernandes (2008) sinaliza que a essa parcela populacional

não é se quer destinado uma posição no exército industrial de reserva.

Explica o autor que no período que antecede a abolição, nas regiões que as plantações agrícolas entram em declínio, os fazendeiros se livram de dívidas a partir da opção da venda da força de trabalho escravizada para os barões do café do Leste e do Sul, estes por sua vez, tratam de buscar soluções para enfrentar perdas ocasionadas com o advento do trabalho livre. Nos locais onde a produção era baixa, os ex-escravizados em sua maioria deveriam escolher entre trabalhar em condições análogas a escravização ou então deveriam se submeter a uma ínfima economia de subsistência se subordinando por vezes a total deterioração econômica.

Nesse sentido percebe-se que a recente condição econômica baseada no trabalho assalariado não fornece as mínimas condições necessárias para que a população negra do período adentre nas relações de produção que são adotadas a partir de então na sociedade brasileira.

Várias questões emergem das relações de exploração a que são expostas as pessoas negras logo após a época de escravização. Dentre elas pode-se mencionar a ausência de postos formais de trabalho, a necessidade de habitar locais insalubres como as moradias coletivas, que no Rio de Janeiro, por exemplo, após a reforma urbanística do início do século XX são em sua maioria desativadas pelo poder público, concomitantemente há uma expansão de loteamentos clandestinos e irregulares nas periferias, ausência ou poucas condições de escolarização.

Nota-se a discrepância de oportunidades, uma vez que em meados do século XX os imigrantes já haviam alcançado melhores condições de vida para si e sua família e a população negra continuava sem nenhum tipo de assistência por parte do Estado.

Diante do exposto Fernandes (2008) rechaça a ideia de democracia racial, uma vez que o referido segmento populacional não tem as mesmas oportunidades e se quer é tratado de maneira igualitária, a liberdade nesses termos é um ordenamento jurídico, porém não a acompanha um planejamento social inclusivo, como resultante desse processo as marcas da escravização permanecem e refletem na vida daqueles que descendem diretamente dessa história.

Enfim, conforme já mencionado anteriormente, o referido autor procura entender como se deu passagem do período do regime escravocrata para a sociedade de classes, que exige o trabalho assalariado. Resta evidente que não há um fim das explorações, mas sim uma revitalização das relações estabelecidas no período da

escravização. Percebe-se então que o Racismo é parte do funcionamento do capitalismo, dessa maneira o referido modo de produção acomoda e utiliza-se do mesmo.

Percebe-se então que o capitalismo no Brasil incorpora as desigualdades ocasionadas pelas relações raciais do período de escravização e ainda as reatualiza. Nesse contexto, o mito da democracia racial busca acobertar as relações de desigualdade racial no país, estas por sua vez impõem a subalternização da população negra e, em contrapartida, também permitem a posição de privilégios da elite branca, pois se é creditada a ideia de convivência harmoniosa, não existe um conflito de interesses e não há o que se combater:

[...] engendrou-se assim um dos grandes mitos de nossos tempos: o mito da “democracia racial brasileira”. Admita-se, de passagem que esse mito não nasceu de um momento para outro. Ele germinou longamente, aparecendo em todas as avaliações que pintavam o jugo escravo como contendo “muito pouco fel”, e sendo suave, doce e cristãmente humano. Todavia, tal mito não possuiria sentido na sociedade escravocrata e senhorial. A própria legitimação da ordem social, que aquela sociedade pressupunha, repelia a ideia de uma “democracia racial” [...]. A ordenação das relações sociais exigia, mesmo, a manifestação aberta, regular e irresistível do preconceito e das discriminações raciais — ou para legitimar a ordem estabelecida ou para preservar as distâncias sociais em que ela se assentava. Com a abolição e a implantação da República, desapareceram as razões psicossociais, legais ou morais que impediam a objetivação de semelhante ideia. [...] Infelizmente, como no passado a igualdade perante Deus não proscovia a escravidão, no presente, a igualdade perante a Lei só iria fortalecer a hegemonia do “homem branco” (Fernandes, 2008, p. 309- 310).

Na procura pela compreensão do Brasil e como se dão as relações raciais no capitalismo também se recorre a Lélia Gonzalez. Segundo Barreto (2018) a referida autora tem sua produção teórica elaborada entre as décadas de 1970 e 1980, período caracterizado pela Ditadura Militar (1964-1985), seguidos pela redemocratização do país, época no qual emergem e se consolidam vários movimentos sociais. O movimento negro brasileiro também se engendra nesse processo e Lélia impulsiona discussões que acabam por serem incorporadas no projeto político deste movimento.

Barreto (2018) elucida que na década de 1970 Gonzalez volta sua atenção para apreensão de como se deu o desenvolvimento do capitalismo no Brasil com ênfase na questão racial. Nesse período pode-se perceber na produção teórica da mesma, alusões marxistas, que diminuem na década posterior.

Na década de 1980 Gonzalez têm uma aproximação com o Afrocentrismo e em sua obra resta evidentes referências a psicanálise e ao feminismo. Esse processo pelo

qual a intelectual e ativista desenha suas teorias revela as mudanças no que tange os debates políticos em termos nacionais e internacionais sobre a questão negra e ainda revelam os frutos dos contatos de Gonzalez com teóricos e ativistas oriundos de vários países.

Barreto (2018) expõe que na década de 1970 a produção de Gonzalez volta-se para o descortinar da estrutura do capitalismo e as mazelas da questão racial e o debate se dá em torno do “desenvolvimento desigual e combinado”¹⁹ do Brasil no qual características como:

1) a permanência de uma formação produtiva anterior à própria formação do capitalismo; 2) dependência econômica neocolonial (exportação de matéria prima para as metrópoles; 3) uma grande **massa marginalizada (exército industrial de reserva)**,²⁰ onde se concentra a população negra, que após a abolição da Escravatura saiu do centro da produção econômica para a sua periferia. (Barreto, 2018, p. 17, grifos da autora).

Gonzalez (2018) a exemplo de outros autores mencionados também volta sua atenção para o racismo, sobre o qual esclarece que o mesmo se trata de uma construção ideológica. O discurso que legitima o racismo é então reforçado após a abolição da escravização, percebe-se que ele beneficia interesses de uma classe sobre a outra, e ainda é crível o sucesso da ideologia quando os prejudicados pela construção ideológica em voga internalizam e reproduzem as ideias daquilo que lhes é introjetado.

Para a referida autora existem processos diferenciados de acumulação sob a égide do capitalismo monopolista que são legados do período da escravização.

¹⁹ “A ‘problemática do desenvolvimento desigual e combinado’ origina-se de um debate da época proveniente do campo das ciências sociais, originário das análises da Teoria da Dependência, que enfatizava que as particularidades das relações capitalistas nos países da América Latina. A gênese do debate sobre o ‘desenvolvimento combinado’ vem da teoria de teóricos marxistas como Lenin e Leon Trotsky, que mostravam como em alguns países, onde a expansão do sistema capitalista ocorreu de forma tardia, havia a concentração, em seu interior, de distintas fases de desenvolvimento das forças produtivas. Acredito que Lélia tenha sido, provavelmente, a primeira a analisar o tema inserindo a questão racial e mostrando que no lado menos favorecido do desenvolvimento desigual e combinado concentrava-se a população negra” (Barreto, 2018, p. 17, grifos da autora).

²⁰ “José Nun (1969) foi importante expoente do pensamento histórico-estrutural nos estudos sobre marginalidade e pioneiro ao tratar o tema como um conceito relativo ao lugar ocupado por determinados grupos sociais na esfera produtiva. Em uma perspectiva crítica de recorte marxista, Nun denunciou a formação de uma ‘subclasse’ dentro do proletariado latino-americano composta pelo (i) exército industrial de reserva, população excedente de trabalhadores à disposição do capitalismo, com possibilidade de incorporação ao processo produtivo, e pela (ii) superpopulação relativa, constituída pela população que excede os limites da incorporação do sistema produtivo” (Alves; Escorel, 2012, p. 102). Depois de vários debates acerca desse conceito na atualidade alguns teóricos preferem a utilização do termo exclusão social.

Disposição geográfica da população negra, quando a maior parte destes vivem nos territórios periféricos em relação aos territórios ocupados pela elite, ou seja, maior parte da população negra ocupa as regiões subdesenvolvidas, nos quais tem destaque formas pré-capitalista de produção, (lavoura, mineração, entre outros).

Percebe-se ainda uma divisão racial do trabalho, no qual a população negra é escamoteada para as posições mais marginalizadas. Ressalta ainda a autora que negros e brancos pobres sofrem os efeitos do capitalismo, mas os trabalhadores brancos obtêm vantagens frente aos postos de trabalho na medida que em um processo competitivo em que as qualificações em termos educacionais sejam iguais, a escolha tende a ser pelo trabalhador branco.

Não por acaso e sim por articulação política que existe um Brasil subdesenvolvido que deve ser usufruído pela população negra e um Brasil em desenvolvimento²¹ que é composto em sua maior porção pela população branca. Isso se dá pelo fato de que, desde o final do século XIX até a década de 1930 do século XX, houve ações de incentivo por parte dos governos de todo um sistema de imigração europeia, com vistas a solucionar a questão de mão de obra no Sudeste e no Sul.

Segundo Gonzalez (2018) em relação ao acesso à educação, ainda que tenha ocorrido algumas melhorias no período que compreende os anos de 1950 a 1973 no que tange o nível de escolaridade da população brasileira, a população negra ainda em sua maioria não tinha acesso as posições mais elevadas no que se refere o então chamado 2º grau e ao ensino superior. Essa situação acaba por relegar a população negra aos postos menos privilegiados de trabalho, ainda que o capitalista branco seja o maior beneficiário da exploração do trabalho, a maioria branca acaba por ser beneficiada por esse cenário, uma vez que as vantagens competitivas abarcam de forma majoritária trabalhadores brancos. As desigualdades raciais segundo Gonzalez (2018) nos revelam a funcionalidade do mito da democracia racial:

Tais condições remetem-nos ao mito da democracia racial enquanto modo de representação/discurso que encobre a trágica realidade vivida pelo negro no Brasil. Na medida que somos todos iguais “perante a lei” e que o negro é “um cidadão igual aos outros”, graças à “lei áurea”, nosso país é o

²¹ Octavio Ianni (1991) menciona Hélio Jaguaribe para explicitar a teoria sobre uma dualidade persistente no Brasil e que procura explicar a ideia da existência de dois Brasis, sendo um pujante, tecnológico, desenvolvido cujo acesso é restrito a uma minoria e o outro que é atrasado, lento e dependente do primeiro, neste habitam as camadas empobrecidas da população. O Brasil desenvolvido necessita do Brasil pobre para sua continuidade. Explica o autor ainda que a população negra após o processo de Escravização não conta com apoio estatal o que culmina em um processo de constantes desigualdades que alimentam a percepção da existência de dois países distintos ocupando o Brasil.

grande complexo da harmonia inter-racial a ser seguido por aqueles em que a discriminação racial é declarada. Com isso, o grupo racial dominante justifica sua indiferença e sua ignorância em relação ao grupo negro. Se o negro não ascendeu socialmente e se não participa com maior efetividade nos processos políticos, sociais, econômicos e culturais, o único culpado é ele próprio. Dadas as suas características de “preguiça”, “irresponsabilidade”, “alcoolismo”, “infantilidade”, e etc., ele só pode desempenhar, naturalmente os papéis sociais inferiores. O interessante a se ressaltar, nessas formas racionalizadas da dominação/opressão racial, é que as correntes ditas progressistas também refletem, no seu economicismo reducionista, o mesmo processo de interpretação etnocêntrica [...] (Gonzalez, 2018, p. 68).

Para além da referida autora caracterizar a que serve o mito da democracia racial, ainda menciona as correntes progressistas que denunciam as desigualdades provocadas pelo capitalismo, mas que não conseguem se perceber como replicadoras de uma injustiça racial que ocorre de modo paralelo e que objetiva a perpetuação da exploração capitalista. Além disso a autora questiona que se o fato dessas correntes entenderem a questão negra apenas sob o prisma socioeconômico não estariam contribuindo em relação ao reforço do racismo. Lélia vai além na reflexão, demonstrando que a invisibilidade que as questões étnico-raciais são postas pela esquerda, acaba mascarando que o racismo faz parte da construção das nossas relações sociais e que essa falta de reconhecimento se assemelha aos das correntes conservadoras que almejam manter seus privilégios:

[...] o paternalismo-liberalismo racial que permeia o discurso “revolucionário”, na luta contra o monopólio do capital, revela uma forma de perpetuação dos mecanismos de dominação utilizados pelo sistema que combate. Também ele reage negativamente quando uma minoria negra, consciente do racismo disfarçado, denuncia os diferentes processos de marginalização a que seu povo está submetido (Gonzalez, 2018, p. 69).

Enfim, chama a atenção na obra de Lélia Gonzalez a análise sobre a tese da dependência e desenvolvimento no qual se evidencia duas compreensões distintas. Primeiro que a desigualdade social no Brasil é desenvolvida a partir da naturalização dos fatos que ocorreram no Brasil escravista, como se houvesse apenas um *continuum* sucessivo de fatos. E um segundo posicionamento no qual as explicações sobre a desigualdade no país derivam do fato de que desde o período colonial já vivenciava o capitalismo ainda que sob o julgo dos países no qual a industrialização ocorreu antes. A autora entende pertinente a segunda opção e nesse sentido o que aqui desponta é uma forma de capitalismo dependente.

Como exposto até o presente, Lélia se apoia no conceito de massa marginal

para explicitar que a uma parte dos trabalhadores não é ofertada as possibilidades de adentrar no mercado formal de trabalho, nem como exército industrial de reserva, tratam-se de trabalhadores que vão permanecer em postos informais de trabalho e essa ideia ajuda a intelectual a compreender as relações de trabalho desiguais, racistas e sexistas estabelecidas no Brasil.

Segundo ela, o capitalismo dependente estabelecido no Brasil conseguiu tirar proveito das relações de trabalho profundamente desiguais e nesse sentido o racismo é acionado como uma forma de produzir e manter as desigualdades. Nesse cenário o racismo é determinante para que haja uma divisão racial do trabalho.

Para Moura (1994) a questão do racismo abarca opiniões divergentes e conflitantes devido ao seu significado social e que vem sendo sustentáculo de manutenção da ordem burguesa. Reforça que é somente o situando em meio ao ordenamento do capitalismo que é possível desvelar seu significado ao longo da história bem como no cenário atual:

Deduz-se, portanto, sem muito esforço, que o racismo pode ser considerado — da forma como o entendemos atualmente — um dos galhos ideológicos do capitalismo. Não por acaso ele nasceu na Inglaterra e na França e depois desenvolveu-se tão dinamicamente na Alemanha. O racismo é atualmente uma ideologia de dominação do imperialismo em escala planetária e de dominação de classes em cada país particular (Moura, 1994, p. 3).

É notório que não há uma teoria científica que justifique o discurso de superioridade étnica. Nesse sentido segundo ele, o racismo possui um papel político, econômico e social e em variados períodos ele se revigora e é praticado de forma desafiadora, exatamente porque ideologicamente tem a função de propiciar o domínio e a expansão de nações dominadoras sobre nações e territórios dominados:

Apenas desta forma poderemos compreender por que se trata de um conceito tão polêmico e, também, por que em determinados contextos políticos e momentos históricos o racismo adquire tanta vitalidade e se desenvolve com tanta agressividade: ele não é uma conclusão tirada dos dados da ciência, de acordo com pesquisas de laboratório que comprovem a superioridade de um grupo étnico sobre outro, mas uma ideologia deliberadamente montada para justificar a expansão dos grupos de nações dominadoras sobre aquelas áreas por eles dominadas ou a dominar. Expressa, portanto, uma ideologia de dominação, e somente assim pode-se explicar a sua permanência como tendência de pensamento. Vê-lo como uma questão científica cuja última palavra seria dada pela ciência é plena ingenuidade, pois as conclusões da ciência condenam o racismo e nem por isso ele deixa de desempenhar um papel agressivo no contexto das relações locais, nacionais e internacionais.

(Moura, 1994, p. 1).

Percebe-se então que o racismo se ancora na negação de forma parcial ou total da humanidade das pessoas negras e de outras populações consideradas não brancas, auxiliando dessa maneira na dominação de populações negras e também de nativos das colônias.

A justificativa para esse tipo de dominação se modifica ou é utilizada de variadas maneiras ao longo da história. Em um primeiro momento a religião é acionada e há uma divisão entre cristãos e pagãos, posteriormente, no final do século XVIII a luta por igualdade e liberdade, pressupostos da Revolução francesa, não inclui os não brancos.

Percebe-se acentuar uma cisão entre os homens brancos (os europeus) e os sub-homens (populações nativas dos territórios colonizados). No século XIX o darwinismo social, o evolucionismo, o racismo científico e o discurso da civilidade europeia são acionados e nota-se então uma conexão entre esse discurso e a expansão imperialista de potências europeias.

Ainda para compreender questões relacionadas ao racismo recorre-se a Williams (2020) o autor busca explicações que envolvem a questão econômica inglesa, enquanto marxista ele compreende que as relações sociais são determinadas pela forma de organização da sociedade, esta não se aparta do modo de produção material da vida. Esse movimento reflexivo do autor o auxilia a compreender como se dá a estruturação e manutenção do racismo e para o alcance desse intento percebe o autor que é necessário entender o processo da escravização de africanos.

Para Williams (2020) a escravização de Africanos trata-se de uma questão econômica e sendo assim esse processo não se origina de diferenças fenotípicas, pois as relações de produção vão precisar do comércio e exploração de seres humanos, e somente a partir dessa necessidade que ganha evidência o discurso ideológico de que diferenças físicas demarcam uma suposta superioridade branca.

A escravidão no Caribe tem sido identificada com o negro de uma forma demasiado estreita. Com isso deu-se uma feição racial ao que é basicamente um fenômeno econômico. A Escravidão não nasceu do racismo: pelo contrário, o racismo foi consequência da escravidão. O trabalho forçado no Novo Mundo foi vermelho, branco, preto e amarelo; católico, protestante e pagão (Williams, 2020, p. 34).

Não há como negligenciar que existe uma conexão profunda entre racismo e

questão social, pois é possível compreender que ambos são estruturais e estruturantes das relações sociais no Brasil, uma vez que ao visitar a História do país resta evidente que o trabalho escravizado foi a base da sociedade colonial e não há dúvidas sobre as condições desumanas e exploratórias nas quais este trabalho compulsório se realiza. Toda a realidade degradante a qual é vivenciada pela população negra do período escravista é justificada a partir de discursos que tratam de desumanizar a mesma, assim se obtém êxito na naturalização de toda a brutalidade cometida e como consequência o racismo é renovado e perpetuado até os dias atuais. Nessa esteira, entendemos como relevante compreender o modo como as relações étnico-raciais se desenvolvem na sociedade capitalista, conforme explicitado na citação a seguir:

O necessário debate da questão étnico-racial efetiva-se na medida em que a mesma, sob o rigor da análise crítica da sociedade capitalista e seu processo de produção e reprodução, deve ser considerada como um dos eixos estruturais e estruturantes das relações sociais. Sobretudo, quando se tem por horizonte a superação desta sociabilidade, que alcança no atual estágio de crise do capital os patamares mais insustentáveis de vida, gerando a absurda contradição entre o modo de produção e o pleno desenvolvimento das condições de vida e usufruto coletivo do que é produzido por parte de seus/suas reais produtores/as (ABEPSS, 2018, p. 16).

Importante mencionar que o racismo científico é aplicado nas teorias raciais em voga no Brasil a partir do século XIX. Com o aprofundamento do capitalismo no final do período da escravização a relação de produção até então adotada passa a ser compreendida como entrave à imigração de europeus no país bem como responsável pelo atraso brasileiro no que tange seu desenvolvimento social e econômico.

Nascimento (2019) esclarece que ao final do período da escravidão há uma culpabilização dos negros e seus descendentes (agora libertos a própria sorte já que não lhes fora disponibilizado o mínimo de resquícios da riqueza que ajudaram a alavancar para a aristocracia agrária e para o país) pelos infortúnios econômicos e sociais que afligem o Brasil, sendo assim os mesmos passam a ser entendidos e apontados como pertencentes a uma “raça” inferior. Essa questão ganha tamanha evidência que ideias de embranquecimento da população passam a ser defendidos por parte de intelectuais e políticos, nesse sentido a aposta é que a imigração em massa de brancos europeus pode contribuir de forma decisiva ao longo dos anos para tal intento:

A tese do branqueamento baseava-se na presunção da superioridade branca,

às vezes pelo uso dos eufemismos raças “mais adiantadas” e pelo fato de ficar em aberto a questão de ser a inferioridade inata. À suposição, juntavam-se mais duas: Primeiro — a população negra diminuiria progressivamente em relação à branca. Segundo — a miscigenação produzia “naturalmente” uma população mais clara, em parte porque o gene branco era mais forte e em parte porque as pessoas procurassem parceiros mais claros [...] (Skidmore, 2012, p. 81).

Importante mencionar que segundo Hasenbalg (1982) as primeiras teorias acadêmicas sobre as relações raciais no Brasil têm Gilberto Freyre como seu propagador. O referido autor enumera uma série de subsídios positivos do africano, bem como dos indígenas para a cultura brasileira e a partir disso nega a existência do racismo no país e prega a existência de um convívio pacífico entre brancos, e a população não branca:

[...] Freyre criou a mais formidável arma ideológica contra o negro. A ênfase na flexibilidade cultural do colonizador português e no avançado grau de mistura racial da população do país o levou a formular a noção de democracia racial. A consequência implícita desta idéia é a ausência de preconceito e discriminação raciais e, portanto, a existência de iguais oportunidades econômicas e sociais para negros e brancos [...] (Hasenbalg, 1982, p. 84).

As ideias defendidas pelos teóricos do embranquecimento da população brasileira são frustradas, esclarece Guimarães (1999) que o pensamento de que a sociedade está dividida em raças que supostamente representam uma hierarquia biológica já foi superada pela ciência, somos todos pertencentes a uma única raça humana composta por variadas etnias. Corroborando Telles (2003) ao pontuar que a terminologia raça a partir de uma perspectiva sociológica é uma construção social sem legitimidade biológica, mas que vem sendo utilizada por intermédio de ideologia racista e é perpetuada em práticas sociais que contribuem para o ordenamento social tal qual o conhecemos:

Ainda que raça não tenha nenhum sentido biológico, sob o ponto de vista sócio-histórico, raça continua sendo um recurso político-ideológico de estigmatização, segregação, dominação e exploração em todo o mundo. Embora sua existência não seja mais validada pelas ciências naturais, sua existência é real nas mentes e na vida social concreta dos sujeitos. E mesmo esvaziada de sentido biológico, a ideia de raça persiste, sobretudo, no âmbito das relações de poder e dominação para a manutenção de uma sociedade desigual (ABEPSS, 2018, p. 14).

Sob essa perspectiva pode se verificar que o conceito sobre a existência de raças distintas é utilizado como um mecanismo de manutenção da exploração

capitalista. Conforme pontuamos ao longo desse tópico o capitalismo é produtor de desigualdades e sobre elas se assenta e é sobre as contradições que permeiam a questão social e a questão racial que se discorre a seguir.

3 QUESTÃO SOCIAL E RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS NO BRASIL

A formação sócio-histórica do Brasil demonstra que a constituição do país revela um lastro de desigualdade racial que repercute nas áreas econômica, social e cultural, enfim nas variadas esferas que compõem a realidade social e como fruto dessa organização a questão social emerge e suas múltiplas manifestações recaem nos segmentos populacionais mais vulnerabilizados. A nossa história colonial revela que os quase quatrocentos anos de escravização de pessoas negras, repercute até os dias atuais o que revela uma indissociabilidade entre questão social e questão racial e é a partir dessa premissa que desenvolve-se a primeira parte desse capítulo.

Para que o capitalismo se mantenha como modo de produção hegemônico alguns elementos são fundamentais e na tentativa de desvendar aspectos concernentes a esse sistema de exploração no qual se arrolam a questão da classe, da raça, do gênero/sexualidades e território e que é desenvolvida a segunda parte deste capítulo. E para finalizar ressalta-se que o racismo é componente estrutural das relações sociais na qual uma classe subjuga outra e essa situação há que ser valorizada quando pensamos sobre o Serviço Social.

Na história mais recente da profissão percebe-se que há um avanço em relação ao acúmulo teórico, bem como nos debates que vem ocorrendo em seu interior e até mesmo na posição que as entidades organizativas da categoria vêm assumindo, mas ainda existe um conflituoso e longo caminho a percorrer. Importante sinalizar que a questão étnico-racial carece de maiores estudos no tange a formação e conseqüentemente sobre o trabalho profissional.

3.1 FUNDAMENTOS SÓCIO-HISTÓRICOS DA QUESTÃO SOCIAL E DAS RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS NO BRASIL

[...]

Cuidado com aqueles que falam em nome de
Deus! O que Deus nunca disse
E ainda se acham acima de todos!

[...]

(MC Marechal - Favela Vive 5)

Muito se discute sobre a questão social e como a mesma tem se manifestado na realidade, porém resta evidente que não há apenas um significado e uma única interpretação. Por isso, para o intuito desse estudo entende-se como importante trazer breves explicações sobre o seu conceito.

A industrialização que inicialmente ocorre na Europa faz com que teóricos a partir do século XIX se interessem em conceituar a questão social. No século XX a inquietação sobre a temática prossegue. Robert Castel (1998) faz uma análise da sociedade salarial europeia e dedica-se a estudar como a questão social se conforma e as consequências da mesma para aqueles que tem dificuldades de se manter na sociedade capitalista.

Informa o autor que em 1830 a expressão questão social é acionada pela primeira vez e refere-se as transformações que ocorrem na Europa Ocidental em relação a mudanças sociais, políticas e econômicas impulsionadas pelo avanço da industrialização. Nesse sentido a classe trabalhadora passa a representar uma ameaça à ordem econômica vigente, o que torna evidente a contradição que se mostra no crescimento econômico de um lado e o aprofundamento do pauperismo do outro. A constatação dessa dinâmica possibilita que o social seja pela primeira vez reconhecido como algo a ser enfrentado economicamente e politicamente por intermédio de um ordenamento jurídico.

Percebe-se então que, para o autor, a questão social se relaciona a dificuldade e a necessidade de se manter a coesão na sociedade, já que uma determinada parcela da população representa um potencial risco de ruptura a ordem estabelecida, conforme verifica-se na citação a seguir:

A “questão social” é uma aporia fundamental sobre a qual uma sociedade experimenta o enigma de sua coesão e tenta conjurar o risco de sua fratura. É um desafio que interroga, põe em questão a capacidade de uma sociedade (o que, em termos políticos, chama-se uma nação) para existir como um conjunto ligado por relações de interdependência. Essa questão foi explicitamente nomeada como tal, pela primeira vez, nos anos 1830. Foi então suscitada pela tomada de consciência das condições de existência das populações que, são ao mesmo tempo, os agentes e as vítimas da Revolução Industrial. É a questão do pauperismo (Castel, 1998, p. 30).

Conforme Castel (1998), a Revolução Industrial desencadeia a necessidade de uma sociedade salarial como forma de tentar fazer frente a questão social. Toda conjuntura do período deixa em evidência os supranumerários, os desfiliaados, os

desterritorializados, que estão na sociedade, mas se encontram a margem desta. E ainda, segundo o autor, o modo de tratamento destinado aos vários segmentos populacionais depende do fato destes serem aptos ou não ao trabalho.

Para Castelo (2010) as situações vivenciadas pela classe trabalhadora ganham atenção das elites econômicas e do Estado na medida em que a luta operária pressiona e ainda se organiza por intermédio de sindicatos e partidos de trabalhadores, antes disso as questões ligadas a pobreza eram tratadas a partir de ações repressivas e caritativas. Sobre essa situação o autor descreve:

Das sombras das periferias às luzes da ribalta, os trabalhadores passaram celeremente a ser motivo de preocupação das classes dominantes, dada a nova conjuntura política de protestos e reivindicações populares. O esquecimento e desprezo deram lugar ao repentino interesse da classe burguesa pelas condições de vida e de trabalho dos operários. Entre 1830 e 1840, surgiram diversos estudos patrocinados pelo Estado britânico sobre a “questão social”. A partir de 1845, as autoridades públicas fizeram inspeções rotineiras às fábricas. Segundo tais estudos, a “questão social” era estritamente relacionada à concentração populacional, imigração do campo para a cidade, urbanização, industrialização e baixa eficiência do Estado na área social a partir das leis dos pobres (Castelo, 2010, p. 90).

As variadas maneiras de explicitação da questão social evidenciam sua possibilidade de apresentarem-se como uma categoria de análise da realidade. A partir dos autores consultados até o presente, algo comum é revelado a presença de uma contradição no seio da sociedade capitalista, uma vez que a riqueza é socialmente produzida, mas os frutos desta relação permanecem nas mãos de poucos. Ao fazer a leitura sobre essa perspectiva é possível remeter a análise levando-se em consideração a maior parte da população, ou seja, a classe trabalhadora. Nesse sentido a busca é por desvelar as situações de desigualdade social que se dão devido ao modo que é estruturada a sociedade.

No Brasil os estudos sobre o referido conceito emergem nas ciências sociais no início do século XX. Desde então, variados ramos da ciência se preocupam com a temática cujos variados teóricos ocupam-se de desvelar como a questão social impulsiona as relações sociais no modo de produção capitalista.

Nessa esteira está a produção de conhecimento do Serviço Social, que tem se dedicado sobre o conceito em uma expectativa, de explicar a consolidação da profissão no Brasil. Uma das definições mais clássicas e reproduzidas é a síntese apresentada na obra clássica publicada por Iamamoto e Carvalho (2006):

A Questão Social é não senão as expressões do processo de formação e desenvolvimento da classe operária e seu ingresso no cenário político da sociedade, exigindo o seu reconhecimento como classe por parte do empresariado e do Estado. É a manifestação, no cotidiano da vida social, da contradição entre o proletariado e a burguesia, a qual passa a exigir outros tipos de intervenção, mais além da caridade e repressão (Iamamoto; Carvalho, 2006, p. 77).

Segundo os autores, o surgimento da questão social está vinculado ao emergir do trabalho livre, nesse cenário as condições exploratórias a que são submetidos os trabalhadores impulsionam a resistência destes, essa situação é tida como uma ameaça à ordem burguesa e nesse sentido é necessário que haja um controle social sob essa massa.

São variados aportes sobre a questão social, porém nota-se que a questão racial, que também está imbricada nesse processo, passa despercebida. Por isso, defende-se neste trabalho a necessidade de maiores aprofundamentos e, nesse sentido, é necessário que se recorra a autores que realizam contribuições entendendo aspectos que se referem ao colonialismo europeu, trazendo perspectivas que rompem com a bússola eurocentrada que é utilizada para o entendimento das relações sociais no mundo.

Segundo Quijano (2005) existe uma estrutura de poder que se ancora no Eurocentrismo. Há então um padrão de poder que ao ser estabelecido origina um novo modo de organização mundial, trata-se da colonialidade do poder. Conforme o autor, a globalização, ainda em curso, refere-se a um processo que tem seu início a partir da dominação da América e do emergir do capitalismo. Para o estabelecimento do padrão de poder eurocentrado é necessário que haja uma classificação social da população mundial a partir da ideia de raça.

Segundo ele essa ideia de raça diz respeito um conceito determinado, com a intenção principalmente de controle do trabalho, da cultura e dos recursos pertencentes a distintos povos de variados territórios. Uma vez que caracterizar alguém como Espanhol ou Português referia-se somente a um local de origem ou a procedência geográfica, todavia a partir do estabelecimento da Colonização da América esse tipo de caracterização passa a ter também uma conotação racial.

Desde então, segundo o referido autor identidades sociais novas emergem, como indígenas, negros, mestiços e frente a essa conjuntura o europeu se autodetermina como o modelo de ser humano a ser seguido. O emergir desse padrão auxilia na formatação de um novo modelo a ser imitado, que se trata do europeu

branco, o considerado civilizado.

Nesse contexto, o ser humano dotado de racionalidade é o europeu, já que este possui condições de dominar a natureza e aqueles que não se encaixam nessa lógica são considerados primitivos, pois se conectam com o estado de natureza. Conforme Quijano (2005), permanece então uma das maneiras de legitimar as ações realizadas para domínio da população negra. Percebe-se o insurgir de uma nova divisão do trabalho: a racial, na qual determinadas funções são definidas de acordo com a cor da pele das pessoas. Essa estrutura é estabelecida pelo europeu que segue no comando e subjuga negros, mestiços e indígenas.

Essa maneira particular de eleger os considerados inferiores e superiores ajudou a imprimir a ideia de que brancos europeus deveriam ser remunerados ao exercer atividades laborativas, em contrapartida os colonizados, considerados inferiores, deveriam ter o resultado de seu trabalho totalmente expropriado. De acordo com essas perspectivas, as pessoas negras e povos originários, deveriam ser tratados como propriedade que poderia ser disposta, bem como os recursos naturais de seu território de origem.

A seguir as palavras do autor sobre o privilégio do branco europeu no que se refere as remunerações:

A classificação racial da população e a velha associação das novas identidades raciais dos colonizados com as formas de controle não pago, não assalariado do trabalho, desenvolveu entre os europeus ou brancos a específica percepção de que o trabalho pago era privilégio dos brancos. A inferioridade racial dos colonizados implicava que não eram dignos do pagamento do salário. Estavam naturalmente obrigados a trabalhar em benefício de seus amos. Não é muito difícil encontrar, ainda hoje, essa mesma atitude entre os terratenentes brancos de qualquer lugar do mundo. E o menor salário das raças inferiores pelo mesmo trabalho dos brancos, nos atuais centros capitalistas, não poderia ser, tampouco, explicado sem recorrer-se à classificação social racista da população do mundo. Em outras palavras, separadamente da colonialidade do poder capitalista mundial (Quijano, 2005, p. 120).

Apreende-se que essa lógica de divisão racial se espraia para variados campos sociais além do trabalho e assim ocorre a aceitação de um sistema cultural europeu que passa então a determinar uma religião a ser seguida, bem como todo um sistema de conhecimento científico que começa então a ser validado, nesse cenário o que é produzido por outros tende a ser ignorado ou apropriado pelo dominador. Frente a essa conjuntura a Europa adquire uma centralidade mundial e a linha temporal da

história passa a ser definida de acordo com o padrão de desenvolvimento europeu.

Para Quijano (2005) dissertar sobre as maneiras que se estabelece o domínio da subjetividade dos indivíduos, é importante para entender as bases do eurocentrismo. Nessa esteira podemos pontuar que há todo um processo de construção subjetivo de que o racional, o belo, o moderno baseiam-se em parâmetros europeus. Emerge nesse contexto as propostas estabelecidas na Europa, como por exemplo o liberalismo que passa a ser a doutrina econômica a ser seguida. Sobre o eurocentrismo, enfatiza o autor que:

[...] é, aqui, o nome de uma perspectiva de conhecimento cuja elaboração sistemática começou na Europa Ocidental antes de mediados do século XVII, ainda que algumas de suas raízes são sem dúvidas mais velhas, ou mesmo mais antigas, e que nos séculos seguintes se tornou mundialmente hegemônica percorrendo o mesmo fluxo do domínio da Europa burguesa. Sua constituição ocorreu associada à específica secularização burguesa do pensamento europeu e à experiência e às necessidades do padrão mundial de poder capitalista, colonial/moderno, eurocentrado, estabelecido a partir da América (Quijano, 2005, p. 126).

Os apontamentos até então realizados permitem afirmar que para Quijano (2005) o eurocentrismo dá a tônica para a distensão do capitalismo europeu para o restante do mundo. Importante mencionar que só a partir do domínio da América é que essa forma de produção se torna a dominante. Enfim, percebe-se que a manifestação do capitalismo na América depende de variados aspectos que se relacionam a distintas realidades, seja no que se refere as relações estabelecidas para a produção, bem como em relação as distintas etnias que aqui se arrolaram.

Os aspectos que se referem a nossa colonização até então pontuados permitem afirmar que para uma análise que envolve a classe trabalhadora há que se superar quesitos que se ligam ao eurocentrismo que nos apresenta uma classe trabalhadora com características europeia. A composição dos trabalhadores brasileiros se conecta a uma história de relações sociais marcadas pelo colonialismo, pelo racismo, pela escravização e pelo genocídio indígena.

Frente a essa constatação é que ganha evidencia o entendimento de Octavio Ianni (1991) sobre a questão social, uma vez que o autor inclui aspectos concernentes a questão racial como forma de explicar a realidade da classe trabalhadora no Brasil. Aponta que a instauração da República no Brasil e passando pelos distintos governos que se seguiram a questão social:

[...] reflete disparidades econômicas, políticas e culturais, envolvendo as classes sociais, grupos raciais e formações regionais. Sempre põe em causa as relações entre amplos segmentos da sociedade civil e do poder estatal (Ianni, 1991, p. 3).

Para o autor durante o período de escravização havia uma questão social, pois o escravizado não tinha acesso ao resultado de seu trabalho e ainda era propriedade de outro. Na consolidação dessas relações, restava a esses trabalhadores escravizados formas de resistência, conforme verifica-se na citação a seguir:

É claro que, durante a vigência do regime de trabalho escravo, havia uma questão social. O escravo era expropriado no produto do seu trabalho e na sua pessoa e sequer podia despor de si. Era propriedade do outro, do senhor, que podia dispor dele como quisesse: declará-lo livre ou açoitá-lo até a morte. A contrapartida, na perspectiva do escravo, era o suicídio, a tocaia contra o senhor e os membros da família deste e capatazes, rebelião na senzala, fuga, formação de quilombo, saque e expropriação. Não havia dúvidas sobre a situação relativa de um e outro, escravo e senhor, negro e branco. Não se abria qualquer possibilidade de negociação. A questão social estava posta de modo aberto, transparente (Ianni, 1991, p. 3).

De acordo com o autor, na medida em que a mão de obra escravizada é substituída pelo trabalho livre ocorrem lutas por melhores condições de trabalho o que evidencia a questão social e nesse sentido a contradição social passa a ser entendida como algo que pode ser discutido, ainda que em termos práticos, as ações de repressão e violência por parte do Estado predominem. Porém gradativamente as elites dominantes e os governos acabam por entender que negociações podem ser efetuadas. Nesse sentido ao longo das décadas de 1920 e 1930, a questão social passa a ser enfrentada a partir de meios políticos, todavia a repressão policial nunca deixou de ser acionada contra distintas manifestações dos trabalhadores, seja no meio urbano ou rural.

A partir da década de 1930 e principalmente a partir 1950 a industrialização se acentuou bem como a urbanização e assim a economia brasileira cresceu, porém, a distribuição de renda continuou desigual, pontua Ianni (1991, p. 3) que “[...] Enquanto a economia cresce e o poder estatal se fortalece, a massa dos trabalhadores padece”. Essa constatação leva a compreensão de que a questão social traz elementos de desigualdade, uma vez que há uma discrepância entre os indicadores econômicos e os indicadores sociais do país o que revela a existência de uma dualidade em nossa sociedade. Demonstra ainda que o avanço do capital e o fortalecimento do Estado se dão a partir da exploração dos trabalhadores, exatamente aqueles que são os mais

afetados pelas expressões da questão social.

Conforme o autor, a questão social apresenta em termos estruturais desigualdade e contradições. O desenvolvimento do capitalismo é responsável por migrações de trabalhadores do campo para os centros urbanos, estes buscam por melhores condições de vida, ao longo do decorrer histórico as condições de mobilidade populacional são determinadas pelas diferentes etapas de reprodução do capital. Todavia as reivindicações por acesso a direitos a empregos, melhores salários, condições dignas de trabalho, regulamentação trabalhistas, habitação, educação, saúde, direitos políticos e de cidadania permanece ativa, no campo ou nas cidades. Sobre a heterogeneidade daqueles que vivenciam a questão social, esclarece o autor que:

Aos poucos, a história da sociedade parece movimentada por um vasto contingente de operários agrícolas e urbanos, camponeses, empregados e funcionários. São brancos, mulatos, negros, caboclos, índios, japoneses e outros. Conforme a época e o lugar, a questão social mescla aspectos raciais, regionais e culturais, juntamente com os econômicos e políticos, isto é, o tecido da questão social mescla desigualdades e antagonismos de significação estrutural (Ianni, 1991, p. 4).

No decorrer histórico os que experimentam as expressões da questão social aliam-se em movimentos sociais, em sindicatos em partidos políticos e realizam atos contestatórios. Desta forma, percebe-se a existência de lutas pela cidadania nas quais ora podem estar presentes segmentos da população que representam os negros, ora aqueles que representam os indígenas, ocorrem não só reivindicações de cunho econômico e político, mas também culturais.

Segundo Ianni (1991) os elementos que compõem a questão social são variados e frente a isso acabam por suscitar variadas e antagônicas explicações. Alguns a ligam ao desemprego, a marginalidade, a violência, há os que citam a necessidade de apaziguar as relações entre trabalho e capital, existem os que citam atos contestatórios, greves, revolução. São mencionados aspectos fundamentais da desigualdade social que atravessam o país, porém algo é comum e refere-se ao reconhecimento de que a questão social se situa na base dos movimentos que ocorrem na sociedade, sobre as distintas afirmações aponta o autor que:

Vista em perspectiva histórica ampla, é possível constatar que a questão social recebe não só diferentes denominações, como também explicações. A influência do evolucionismo, darwinismo social, arianismo, positivismo,

catolicismo, liberalismo, neoliberalismo, estruturalismo, marxismo e outras correntes de ideias revela-se nos termos em que alguns autores procuram descrever, explicar, resolver ou exorcizar as manifestações da questão social (Ianni, 1991, p. 5).

Esclarece o referido autor que Nina Rodrigues²², ao dissertar sobre os lavradores de Canudos mencionava coletividades anormais. Por sua vez Oliveira Viana²³ privilegiava o uso de soluções autoritárias e um Estado forte, capaz de implementar medidas que incentivam a imigração, já que entende indígenas e a população negra como incapazes para o trabalho. Outros teóricos falam em desorganização e patologias sociais dentre os quais, segundo Ianni (1991), vários utilizavam essas terminologias, mas as mesmas até o presente são acionadas e por vezes até servem de base para a implementação de políticas destinadas a classe trabalhadora. Nesse sentido perpetuam-se no seio das elites dominantes a ideia de que as manifestações dos trabalhadores se constituem em ameaças a harmonia social e assim defendem a aplicação de repressão policial e militar.

Destarte, pontua Ianni (1991) que a elite dominante tem problemas no que tange os posicionamentos que devem assumir frente as reivindicações populares e a resposta ofertada é a repressão tanto preteritamente, quanto na atualidade. Exemplifica o autor que Tobias Barreto em 1877, período que ocorre o declínio da cana de açúcar no Nordeste e já se demonstra irreversível a abolição da escravização, apresentava discursos equivocados sobre a população e a situação social do país. Defendia Barreto que a organização do país se dava devido a corte, mas que o povo era disforme, sem ligações entre si, com exceção da língua, dos péssimos costumes e do espírito de subserviência, sem nenhuma inspiração nobre em comum.

Esse modo de refletir sobre a população não é privilégio pretérito, mantem-se presente, segundo o referido autor carece a esses interpretes explicações de

²² “Com a obra *As Coletividades Anormais* (1939), Nina Rodrigues (1862-1906) passa a ser considerado o pioneiro nos estudos sobre ‘psicologia das multidões’, em virtude de estudar as manifestações populares no final do século XIX. [...] As manifestações populares, para Rodrigues, eram consideradas “seitas” ou epidemia de loucura. Assevera que as lideranças são a expressão da demência e a atuação dos líderes é uma doença que contamina os seus seguidores” (Góes, 2015, p. 84).

²³ “Oliveira Vianna (1883-1951) é comumente tido como um dos intelectuais mais afeitos a uma visão da história do Brasil baseada nas teorias de superioridade ‘racial’ e do racismo ‘científico’, oriundas da intelectualidade europeia da segunda metade do século XIX. As temáticas da ‘raça’, do arianismo e o racismo marcaram a obra e a recepção de Vianna nos meios acadêmicos brasileiros. A partir dos anos 1950, críticas contundentes como as de Nelson Werneck Sodré e Sérgio Buarque de Holanda ao viés explicitamente racista de sua obra, bem como ao autoritarismo e ao conservadorismo de seus diagnósticos e prognósticos sociais, relegaram o autor ao ostracismo intelectual, no que se refere aos ‘estudos raciais’, condição na qual Vianna ainda se encontra” (Trapp, 2013, p. 110-111).

como é nutrida a organização dos setores dominantes e dos setores governamentais. Algumas décadas após a abolição da escravização, segundo Ianni (1991), Gilberto Amado²⁴ continua a realizar o mesmo tipo de observação, e assim profere que população organizada não é a maioria no país e que as cidades são preenchidas por pessoas que em sua maioria são obtusas. Os discursos citavam vaqueiros, pescadores, cangaceiros, entre outros, com o intuito de explicitar que há uma vasta gama de pessoas improdutivas que se encontram inertes, sossegadas com a sua pobreza. Além disso classifica que muitos não possuem disposição para o trabalho e para cuidar de sua saúde e isso se deve graças a inutilidade das etnias que compuseram nossa população. Enfatiza que essas pessoas são bem descritas na obra de Euclides da Cunha, Os Sertões.

Apesar de transcorridos muitas décadas dessas afirmações racistas, percebe-se que ainda existe no imaginário social uma culpabilização que transfere as vítimas do modo de organização societal o ônus de sua situação, conforme destaca-se na citação a seguir:

Muito tempo depois, praticamente um século após a Abolição da Escravatura, ainda ressoa no pensamento social brasileiro a suspeita de que a vítima é culpada. Há estudos em que a “miséria”, a “pobreza” e a “ignorância” parecem estados de natureza, ou da responsabilidade do miserável, pobre, analfabeto. Não há empenho visível em revelar a trama das relações que produzem e reproduzem as relações sociais (Ianni, 1991, p. 6).

Ainda esclarece o referido autor que inúmeros estudos mencionam que as desigualdades sociais trazem nas entrelinhas a perspectiva de que os indicadores econômicos não acompanham os sociais por conta de incapacidades das populações carentes em se manter por conta própria. Esse tipo de teoria não apresenta de maneira objetiva quais são as causas da miséria e reforçam a perspectiva da existência de dois “brasis”: um desenvolvido, moderno, outro subdesenvolvido, portanto, diferentes, mas que permanecem em relação. Ianni (1991) cita Hélio Jaguaribe e explica que para o mesmo, uma das causas desse dualismo social advêm pelo modo que houve a abolição da escravização, sobre essa situação esclarece o autor que:

²⁴ “Gilberto Amado afirma que, no Brasil, inexistente um povo e a população das cidades não poderia ser classificada como pessoas ‘cultas’; ao expor sobre as populações locais, as desqualifica, isto é, não existe a ‘vocação’ para o trabalho, são ‘primitivos’, descendentes de ‘raças selvagens’ [...]. Em suma, Gilberto Amado [...] propõe que o processo de condução das instituições brasileiras seja realizado pelas elites [...] nesse caso, é necessário um governo autoritário” (Góes, 2015, p. 91).

[...] estranhamente, no entanto, explica esse “dualismo” sem demorar-se nas suas reciprocidades. Sequer alude a que um é condição do outro, apenas lembra a origem desse estado social: viria do modo que se deu o término da “servidão”. A rigor, esta parece ser a origem do segmento “primitivo” da sociedade nacional: “Não se levou em conta a necessidade de assistência especial, em matéria de educação e de outras facilidades, para incorporar ex-escravos e suas famílias as condições aptas a lhes permitir o pleno desfrute da cidadania. A reprodução familiar da ignorância e da miséria manteve, assim, no curso das quatro gerações que nos separam da abolição, o dualismo básico entre participantes e excluídos dos benefícios da civilização brasileira [...] (Ianni, 1991, p. 6).

Segundo Ianni (1991) a impressão é que a partir da abolição que é iniciado o desenvolvimento da miséria e da ignorância. A tese apresentada por Jaguaribe leva a entender que as pessoas que acabaram de sair da escravidão que atrapalhavam as possibilidades de crescimento do Brasil. Porém cabe mencionar que, como temos demarcado ao longo dessa tese, as situações de desigualdade ocorrem a partir de processos que envolvem condições próprias do capitalismo, nesse sentido progressos econômicos das elites dominantes acabam por provocar pauperismo aos trabalhadores, nesse sentido há toda uma estrutura que promove a desigualdade social.

Destaca o autor que existem variadas tentativas de naturalizar a questão social, mas ele destaca duas. A primeira refere-se a tentativa de reduzir as expressões da questão social em problemas unicamente da assistência social. E a outra refere-se a transformar as demandas sociais em situações que decorrem da violência e do caos social e a resposta nesse cenário e a segurança e a repressão. Essas ações revelam uma criminalização da questão social que, segundo Ianni (1991), leva segmentos populacionais a serem responsabilizados e ainda parte do pensamento social do país fundamentam esse tipo de ação que servem de base para a implementação de políticas que criminalizam grupos de pessoas que pertencem a classe subalterna.

Para Ianni (2004) a questão social se arrola com a questão racial, e ainda acrescenta o referido autor que uma sociedade sem classes possibilitaria uma convivência sem desigualdades raciais e sobre esse assunto declara:

[...] raça e a classe são constituídas simultânea e reciprocamente na dinâmica das relações sociais, nos jogos das forças sociais. Essa é a fábrica da dominação e alienação que pode romper-se, quando uns e outros, assalariados de todas as categorias, simultaneamente negros e brancos, em suas múltiplas variações, compreendem que a sua emancipação implica a transformação da sociedade: desde a sociedade de castas à de classes, desde a sociedade de classes à sociedade sem classes. Na sociedade sem

classes, todos podem realizar-se como pessoas, indivíduos e coletividades. As diversidades não se transformam em desigualdades, distintas modalidades de alienação. Os distintos traços fenotípicos não se transformam em estigmas. Ao contrário, as diversidades de todos os tipos participam da formação, conformação e transformação policrônica e polifônica da sociedade (Ianni, 2004, p. 147).

Nota-se então para Ianni (2005) que para o alcance da cidadania, bem como para o alcance de uma transformação da sociedade, é necessário pensar o país em uma perspectiva que inclua as classes sociais e para tanto há que se levar em conta as contradições da história assim como as diferenças étnicas, regionais e culturais. Segundo ele, ao se pensar em questões relativas à contradição capital versus trabalho, bem como a questão de gênero e sobre a natureza há que se equacionar a questão regional e a racial, pois estas referem-se a problemas que afligem parcela significativa da população, mas que as classes dominantes não demonstram interesse de resolução. Além disso, acabam por mascarar ou reprimir as situações que envolvem as mesmas usando variadas formas de violência.

No decorrer de nossa história, como se demonstra exhaustivamente neste trabalho, a questão étnico-racial sempre esteve presente, inclui-se aí os indígenas, o africano, o português e o espanhol e os diversos imigrantes que aqui desembarcaram.

Lanza, Santos e Rodrigues (2016), pontuam que o Brasil tem sua formação e desenvolvimento social vinculado a chegada de distintos povos, nessa conjuntura os imigrantes fazem parte de nossa história e suas influências são observáveis em termos sociais, econômicos e políticos, nessa esteira destacamos a imigração forçada de pessoas negras para o nosso continente, conforme destaca-se no fragmento a seguir:

As migrações se expressam em toda a história nacional como um aspecto relevante para analisar a atual sociedade brasileira. O Brasil se constituiu como um país aberto a novos povos, pois, desde sua colonização, as migrações marcam sua formação social e política. A primeira manifestação de fluxo migratório constituiu-se de portugueses, que vieram em busca de novas explorações de riquezas. Depois, houve a migração forçada com o sequestro de africanos escravizados pelos portugueses, por três séculos, e muitas cidades brasileiras foram construídas essencialmente por esses imigrantes (Lanza; Santos; Rodrigues, 2016, p. 56).

Segundo Ianni (2005, p. 10) há que ser evidenciado os descendentes dos negros escravizados, “marcado pela diáspora e pelo holocausto” e que são a maioria da nossa população e assim compõem a maior parte da nossa massa de

trabalhadores e assim:

Esta é a ideia: quando refletimos sobre a presença do negro na sociedade brasileira, podemos esclarecer o presente, repensar o passado e imaginar o futuro. Se pensamos que o futuro pode ser o lugar da emancipação, da terra sem males ou do socialismo, cabe reconhecer que o negro contribui decisivamente para a invenção e a realização desse futuro, a região mais transparente (Ianni, 2005, p. 10).

E ainda a hierarquização presente nas senzalas é um aspecto de destaque no escravismo, pois facilita o desenvolvimento de uma cultura política baseada na autocracia, na qual os trabalhadores devem ser tutelados, controlados e confinados, então esse *modus operandi* serve para além do sistema de escravização. Enfim esse modo de organização é revigorado com auxílio de leis e por intermédios de teorias sociais que se baseiam por exemplo no darwinismo social entre outras.

Destarte, os apontamentos realizados até aqui evidenciam que para Ianni (1991) a questão social atravessa variadas esferas que compõem a vida em sociedade, o autor dedica-se a entender aspectos importantes no que tange a formação socioeconômica do país. Nesse ínterim convém destacar o protagonismo que o autor estabelece a questão social e como a população negra é arrolada nesse processo que inclui exploração e preconceito. Prossegue Ianni (2005) e pontua que a formação social escravocrata foi uma exitosa fonte de variados preconceitos com destaque para o racial.

Nesse sentido o racismo vai sendo recriado conforme o avançar da história brasileira até chegar nos tempos atuais, nos quais o ambiente de trabalho assalariado também representa um local marcado por lutas, mas também de reprodução de preconceitos, intolerâncias, e até mesmo de segregação, nessas circunstâncias o preconceito racial converte-se em uma importância técnica de controle e dominação.

Informa o autor que os setores dominantes, aí incluem-se as elites, componentes do clero, das forças armadas e até mesmo intelectuais acabam por elaborar e difundir mitos. Como por exemplo pode-se destacar a ideia de que a história da formação da sociedade brasileira é composta por “revoluções brancas” ou que situações de conflito são resolvidas pela conciliação, que o brasileiro é cordial, não gosta de contendas, que o Brasil é composto por uma democracia racial, é como se não existissem conflitos ou que estes não são tão graves. Vê-se, portanto que a ideologia dominante se renova ao longo do tempo e para além é como se esta tivesse

condições de resolver problemas, ajustar arestas e antagonismos, em meio a isso a violência avança pela vida cotidiana.

Frente a esses apontamentos pode-se, segundo Ianni (2005) afirmar que a população negra enfrenta situações de alienação nas quais a elite, inclusive a intelectual mascara a realidade social de modo furtivo. O intento é encobrir que o racismo está presente nas variadas instâncias de convívio social, seja no trabalho, nas escolas e faculdades, no meio político, nas instituições públicas e privadas, enfim o mesmo atravessa as subjetividades, o sentir, o pensar o agir.

Essas são questões se colocam em nosso cotidiano e açambarcam a questão social, e assim para o autor:

É óbvio que a questão social pode ser o fermento mais importante da transformação da sociedade brasileira, de uma sociedade de classes para uma sociedade sem classes, reconhecendo-se que o negro tem uma participação decisiva na composição e nos movimentos da questão social. Em larga medida, foi a questão social que provocou o declínio e a abolição do regime de trabalho escravo, dando lugar ao regime de trabalho livre. É assim que se realiza lenta e contraditoriamente a transição da sociedade de castas em sociedade de classes. Mas na sociedade de classes o trabalhador “livre” está hierarquizado em branco e negro, imigrante europeu e ex-escravo, índio, asiático, africano e ibérico; todos distribuídos desigualmente na estrutura da sociedade, participando desigualmente do produto do trabalho coletivo. Há várias hierarquias, barreiras, intolerâncias, discriminações e também segregações. É como se o tecido da sociedade estivesse pouco articulado, subdividido em diferentes estratos estanques, alheios, estranhos. E esta tem sido uma das condições a partir das quais as “elites”, os donos do poder, exercem seu mando e desmando. Estão sempre empenhadas em manter o povo disperso, desunido, fragmentado, em termos sociais, étnicos, de gêneros, religiosos, regionais e outros aspectos. Sim, as “elites”, compreendendo não só políticos e empresários, mas também setores militares e religiosos, bem como intelectuais, direta e indiretamente empenham-se em dispersar o povo, mantê-lo fragmentado, tanto no espaço da sociedade nacional como em seus diversos setores sociais (Ianni, 2005, p. 13).

Esses aspectos, entre outros, demonstram que a população negra é uma categoria social fundamental. A drástica conjuntura vivenciada ao longo da sua história até a atualidade confirma a importância de sua participação para a transformação da sociedade. Nós idos de 1978 afirmava Ianni a partir de Mariátegui²⁵(1961) que a realidade da luta de classes tem características particulares

²⁵ “José Carlos Mariátegui, considerado um precursor do marxismo latino-americano [...]. Seu livro, *Sete ensaios de interpretação da realidade peruana*, publicado em 1928, é apontado como o mais influente, original e inovador estudo do processo histórico de uma nação realizado por um intelectual na América do Sul. Há quem afirme que a publicação dos *Sete ensaios* marca, de fato, a data de nascimento do marxismo na região. Afinal, Mariátegui, ao contrário de muitos, não ‘copia’ ou ‘transfere’ mecanicamente sistemas teóricos europeus para sua realidade, mas realiza, na prática,

quando os explorados pertencem em sua maioria a um dado segmento populacional e os exploradores pertencem em sua maioria a outro.

E ainda no mesmo período histórico salienta o autor que o capitalismo apresenta uma capacidade de controle, disciplina e repressão como forma de enfrentamento às desigualdades sociais que afetam a população negra. Porém não tem exibido condições de definir soluções de acordo com as necessidades dos explorados, dessa conjuntura então emergem as situações de tensão entre as classes. Em meio a esse panorama recentemente na história da sociedade brasileira algumas situações merecem destaque, como por exemplo o aprofundamento do conservadorismo e de políticas econômicas que privilegiam o mercado em detrimento da classe trabalhadora.

No Brasil, desde a década de 1990, políticas econômicas neoliberais vêm sendo adotadas, desde o primeiro Governo de Fernando Henrique Cardoso (FHC)²⁶, são acatadas as determinações de organismos multilaterais e assim o país passa a se sujeitar a autorregulação do mercado, sem a interferência Estatal. O que prevalece é o incentivo à livre concorrência, passando-se a vivenciar a:

[...] reestruturação produtiva, privatização acelerada, enxugamento do Estado, políticas fiscais e monetárias sintonizadas com os organismos mundiais de hegemonia do capital como FMI e BIRD, desmontagem dos direitos sociais dos trabalhadores, combate cerrado ao sindicalismo, propagação de um subjetivismo e de um individualismo exacerbados da qual a cultura “pós moderna” é uma expressão, animosidade direta contra qualquer proposta socialista contrária aos valores e interesses do capital [...] (Antunes, 2003, p. 86).

As propostas neoliberais se adequam completamente no contexto brasileiro da década de 1990, devido a administração pública brasileira ter uma imagem marcada pela ineficiência e incredibilidade. Assim, a partir do discurso de falência do Estado, o governo FHC intensifica os ajustes. Posteriormente o país vivencia governos do Partido dos Trabalhadores nos quais as políticas ainda continuam sob a égide do mercado, mas também se voltam de maneira mais intensa para o atendimento de demandas sociais da população mais empobrecida.

De acordo com Silva (2022) a intensificação da crise capitalista e a acentuada aplicação de políticas voltadas ao atendimento do mercado faz com que maneiras de

o primeiro esforço bem-sucedido para ‘nacionalizar’ o arcabouço teórico de Marx em nosso continente” (Pericás, 2010, p. 335).

²⁶ Primeiro mandato de FHC é de 1995 a 1998 e o segundo é de 1999 a 2002.

controle social, violências e disparidades sociais sejam intensificadas o que repercute no acirramento de questões raciais e de gênero e ainda o país apresenta posição de destaque em relação ao ranking de indicadores de violação de direitos humanos.

A referida autora esclarece que a maioria dos trabalhadores, se encontram em situações econômicas desfavoráveis, e que nesse ínterim tem que lidar de modo mais próximo com as situações que decorrem em consequência do ajuste estrutural da economia, a maior parte das pessoas nessa situação é negra, pobre e feminina.

Segundo Silva (2022) a ampliação das desigualdades sociais é acompanhada pelo aumento da violência e da mortalidade nos territórios pertencentes a periferias e favelas dos centros urbanos no país. As consequências das reformas realizadas pelo Estado no que tange instituições e políticas sociais reverberam na vida de uma grande maioria da população que sem direitos assegurados tem suas condições de sobrevivência afetadas e nesse cenário aumentam os índices de encarceramento, a repressão policial e o genocídio.

Ao se tratar de questões que referem-se ao modo como o Estado brasileiro vem enfrentando as situações de crise e como o mesmo acaba por imputar a população pobre a culpa pelas desigualdades sociais, pode-se pontuar que:

[...] a urgência, no Brasil como na maioria dos países do planeta, é lutar em todas as direções não contra os criminosos, mas contra a pobreza e a desigualdade, isto é, contra a insegurança social que, em todo lugar impele ao crime e normatiza a economia informal de predação que alimenta a violência (Wacquant, 1999, p. 8).

Wacquant (1999) entende a criminalidade como uma das expressões da questão social e ainda faz alusão a realidade da sociedade capitalista no que tange os elevados índices de criminalidade e do encarceramento em massa que vem ocorrendo nos países periféricos. O referido autor destaca que o contexto de aplicação de medidas neoliberais nos países em desenvolvimento faz com essa situação alcance níveis alarmantes e nesse cenário o Estado tem assumido cada vez mais funções repressoras, o caráter é de um Estado penal, e complementa:

[...] por um conjunto de razões ligadas a sua história e sua posição subordinada na estrutura das relações econômicas internacionais (estrutura de dominação que mascara a categoria falsamente ecumênica da “globalização”), e a despeito do enriquecimento coletivo das décadas da industrialização, a sociedade brasileira continua caracterizada pelas disparidades sociais vertiginosas e pela pobreza de massa que, ao se combinarem, alimentam o crescimento inexorável da violência criminal,

transformada em principal flagelo das grandes cidades (Wacquant, 1999, p. 4-5).

Sinaliza Wacquant (1999, p. 6) que o Brasil apresenta elementos que precisam ser mencionados quando pensamos sobre o encarceramento. Refere-se à disparidade entre as classes, a questão étnico-racial e a discriminação em relação a cor da pele presentes nas instituições jurídicas e nas forças armadas e acrescenta que a população negra sofre constante vigilância por parte das instituições jurídicas, que tende a impor penas mais duras que para as pessoas brancas e ainda [...] Penalizar a miséria significa aqui “tornar visível” o problema negro e assentar a dominação racial dando-lhe um aval de Estado.

Bento (2022) acrescenta que estamos vivenciando um período de acirrada polarização social, incitada pela disparidade de raça e gênero que segue em ampliação devido as políticas de ajuste de cunho neoliberal, a autora ainda cita a renomada filósofa Marilena Chauí que complementa essa afirmação afirmando não se tratar somente de transformações históricas do capitalismo, mas sim de um novo modo de totalitarismo.

E sobre o desenrolar desse assunto esclarece Xavier (2020) que desde 2008 quando se acentua uma crise global em todo o mundo avolumam-se os movimentos conservadores alicerçados em ideias de supremacia branca e crítica aos direitos humanos, bem como intensificam-se os discursos de condenação a ação do Estado enquanto ente regulador de políticas sociais. Essas ações são calcadas em ideais ultraliberais que se alastram a partir daí e há a emergência de perspectivas conservadoras nos mais variados países e com isso partidos de esquerda sofrem derrotas e acabam perdendo espaços políticos.

Prossegue a referida autora e acrescenta que o Brasil não saí ileso, reforça que desde 2014 o país vem sofrendo as consequências de transformações econômicas, políticas e sociais, além de vivenciar as repercussões da crise econômica de 2008. No ano de 2016 a presidente Dilma Rousseff reeleita democraticamente, sofre um processo de *impeachment* e, como consequência, foi destituída do poder. O vice, Michel Temer, assume a presidência do país e, a partir de então, assiste-se ao desmantelar do resultado das lutas pela redemocratização do país, que aconteciam desde o período Militar (1964-1985). Foram muitos os retrocessos na esfera econômica e social:

O governo Temer reduziu e congelou os gastos nas áreas sociais (Emenda Constitucional nº 95 — chamada pelos opositores de PEC da morte) e empreendeu reformas trabalhistas (Lei 13.467/2017) alterando e flexibilizando os dispositivos da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT). O Governo Temer deixa como herança, austeridade e um rastro de corrupção que o levou à prisão em 2019 na Operação Lava Jato (Xavier, 2020, p. 19).

A denominada Operação Lava Jato concentrou sua atenção a casos de corrupção no qual está envolvida a Petrobrás. Trouxe consigo inúmeros elementos ilegais no que se referem aos tramites dos processos e canalizou seu foco nos membros do Partido dos Trabalhadores (PT). Dentre eles o então ex-presidente Luís Inácio Lula da Silva, que em 2018 acabou preso, sendo impedido de se candidatar as eleições daquele ano. De acordo com Xavier (2020) toda essa conjuntura acaba por repercutir em termos de instabilidade política o que contribuiu para intensificar uma onda conservadora que vinha sendo gestada por segmentos da elite inconformados desde 2003 quando o PT ascende ao poder pela primeira vez.

Para a referida autora esses segmentos não objetivam apenas a detenção do poder político, suas intenções se dilatam para a alteração da perspectiva de direitos, bem como para forma com o Estado vinha até então se portando em relação a políticas sociais e ainda esses grupos almejam que sejam retirados os empecilhos para o seu acesso a bens como recursos hídricos, florestas, terras, entre outros.

A partir de 2016 a 2022 o país passa a ser governado por governos de extrema direita, nesse cenário são realizadas políticas de ajuste econômico intensamente voltadas para o atendimento do mercado:

O Golpe Parlamentar de 2016 intensificou o processo de austeridade e ajustes fiscais, como forma de atender às determinações do capital imperialista. O período após o Golpe Parlamentar de 2016 caracteriza o desmonte das políticas públicas e a destruição e retirada de direitos, tendo como foco a Reforma Trabalhista e a Reforma da Previdência (Silva, 2022, p. 3).

Frente a essa conjuntura, e em meio a uma crise econômica, aliado ao fortalecimento de ideias conservadoras em um cenário de ofensiva aos direitos humanos no ano de 2018 Jair Messias Bolsonaro vence as eleições. Assume a presidência em 2019 e suas ações convergem para a diminuição do Estado no que tange a proteção social e os Direitos humanos, o mesmo coloca em prática uma reforma previdenciária que repercute em diminuição de direitos aos trabalhadores, e ainda induz e incentiva o processo de desregulamentação dos territórios indígenas e

das comunidades quilombolas e ainda no seu governo são postas em prática medidas de desproteção a floresta amazônica e as inúmeras áreas de proteção ambiental, ainda são realizadas reformas que repercutem em diminuição da aplicação de políticas públicas sociais e até mesmo o fim de muitas delas. Ainda no Governo Bolsonaro ocorre:

[...] uma estratégia de militarização dos postos governamentais, como forma de sustentação política e de controle, mais de 20 ministérios passam a ter em seu comando militares das forças armadas; inclusive alargando a participação dessas forças em ações de controle social nos estados. A forte militarização também vem acompanhada da flexibilização da legislação do uso de armas para civis, promessa de campanha do então Presidente, com a desculpa de promover a proteção dos cidadãos e cidadãs (Xavier, 2020, p. 20).

Prossegue a autora sobre as ações do referido governo e explica que:

Faz parte desse projeto o ataque frontal aos grupos vulnerabilizados como a população negra, LGBTI, povos indígenas, mulheres. Os primeiros ataques desses setores dirigidos à população negra tiveram início ainda na campanha eleitoral e seguiram imediatamente a posse como presidente. O debate sobre a inexistência do racismo como causa estrutural das desigualdades raciais; as tentativas de desregular direitos da população negra, como a política de cotas nas universidades; o não reconhecimento dos direitos trabalhistas das trabalhadoras domésticas; a criminalização dos negros, sobretudo dos jovens; o tratamento com inferioridade e a veiculação de imagens simbólicas de negros subordinados como a do deputado Hélio Fernando Barbosa Lopes (Hélio Bolsonaro), fazem parte do repertório perverso desses setores. Ainda no intuito de afirmar o desprezo pelo debate sobre a questão racial, o Presidente empossou, recentemente, Sérgio Camargo como presidente da Fundação Cultural Palmares. O órgão foi criado em 1988 e está voltado para estimular, integrar, preservar, proteger e disseminar as culturas negras; inclusive a de acompanhar o reconhecimento das comunidades quilombolas. Sérgio Camargo trata a questão racial como uma falsa questão, não acredita que existe racismo no país e chama o movimento negro de “escoria maldita” (Xavier, 2020, p. 20).

Todos esses ataques impetrados contra a população negra, pontua a autora, só potencializaram a violência, a morte e o descaso no atendimento as desigualdades raciais. Bento (2022) acresce que durante o governo Bolsonaro ocorre o aprofundamento do desmonte de direitos trabalhistas, bem como de direitos relacionados a sindicalização de trato coletivo e ainda ocorre o enfraquecimento de instituições públicas como por exemplo o Ministério do Trabalho, essas ações visam a contenção da classe trabalhadora e o enfraquecimento de todos os canais historicamente alcançados que promoviam diálogos e conquistas de direitos a classe trabalhadora. Um exemplo da piora nas condições de vida dos trabalhadores, de

acordo com Bento (2022) trata-se na ampliação do trabalho “uberizado”:

A Alma Preta, agência de jornalismo especializada em temática racial, destaca que jovens negros têm “uberização” do trabalho como uma das poucas alternativas ao desemprego, compondo, por exemplo, 71% dos entregadores ciclistas de aplicativo, segundo pesquisa da Aliança Bike (Bento, 2022, p. 118)²⁷.

Ainda, segundo a autora, há que se lidar com as consequências da reforma da previdência e o congelamento dos gastos públicos que será de 20 anos. Todos esses fatores acabam por incidir em enxugamento de políticas públicas que tem como alvo de atendimento à população mais empobrecida. Ainda em meio a esse contexto, em março de 2020, chega ao Brasil uma pandemia que se alastrava ao redor do mundo, trata-se do Corona vírus (Covid 19). A partir de então são determinadas ações de quarentena pelo país, apenas os serviços considerados essenciais permanecem em funcionamento, o objetivo era evitar que o sistema de saúde entrasse em colapso, essas ações acabaram repercutindo em desempregos e dificuldades principalmente para a população pauperizada que não podiam exercer suas atividades laborais.

Frente a essa realidade evidenciou-se uma crise sanitária devido à ausência de condições relativas à prevenção, seja pela necessidade de trabalhar o quanto antes, bem como devido as restrições econômicas que afetam os mais pobres como por exemplo dificuldades em relação ao abastecimento de água ou mesmo a compra de álcool gel. Nesse contexto pandêmico além do descaso do Presidente Bolsonaro em relação a pandemia e o elevado número de mortes, outro aspecto também é perceptível e refere-se a questão racial:

A pandemia atingiu inicialmente uma população com condições muito favoráveis e foi dura mesmo neste grupo de pessoas brancas, ricas e com amplo acesso à saúde. Com a ampliação da contaminação para outros grupos, verificamos que ao desagregar os casos por raça/cor, mesmo em menor número, a população negra sofreu maior impacto. De 30 mil casos notificados como Síndrome Respiratória Aguda Grave (SRAG), confirmadas para COVID-19, analisados pelo Núcleo de Operações e Inteligência em Saúde (NOIS, 2020), a diferença na taxa de óbitos entre negros (55%) e brancos (38%) é assustadora (Xavier, 2020, p. 22).

Percebe-se frente a esses apontamentos que apesar da questão social e suas

²⁷ “Guilherme Soares Dias. ‘As empresas nos tratam como lixo, apesar de dependerem de nós’, diz entregador de aplicativo. Alma Preta, 23 jul.2020. Disponível em: <https://almapreta.com.br/sessao/cotidiano/as-empresas-nos-tratam-como-lixo-apesar-de-dependerem-de-nos-diz-entregador-de-aplicativo>” (Bento, 2022, p. 144).

manifestações reverberem na vida de todos a população negra enfrenta desafios maiores. No entanto, vale destacar que toda essa conjuntura perversa ganha ares de esperança quando, após 580 dias privado de liberdade, Lula passou a cumprir medidas cautelares em liberdade no dia 8 de novembro de 2019. Após os trâmites jurídicos imbricados no processo teve suas condenações anuladas pelo Supremo Tribunal Federal (STF) e pôde concorrer à eleição presidencial em 2022 da qual saiu vitorioso.

A partir de 2023 novamente o Partido dos Trabalhadores ascende ao poder no que tange a cadeira presidencial, porém a situação social do país é alarmante e os índices de desigualdade avolumaram-se no período em que o país esteve entregue ao mando de líderes conservadores. São muitos os desafios enfrentados e, como pontua Xavier (2020), muito embora a constituição federal de 1988 assegure variados direitos, os retrocessos vêm ocorrendo ao longo do processo histórico e ainda há um longo caminho para que oportunidades de igualdade sejam efetivadas, todavia no que se refere a lutas sociais o movimento negro continua combatente e resistente.

3.2 RACISMO ESTRUTURAL E SUA INTERSECÇÃO COM A QUESTÃO CLASSE, RAÇA E GÊNERO

Muitos dados são apresentados sobre a composição da sociedade no Brasil o que evidencia que existem aqui múltiplas etnias, porém ganha destaque o número de pessoas que reconhecem sua origem a partir do processo de diáspora que se origina em África. Dados revelados pelo IBGE em 2022, por intermédio da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD-Continua), demonstram que a população brasileira aumentou em 2021 e alcançou o número de 212,7 milhões de pessoas o que evidencia uma alta de 7,6% em comparação com 2012. E ainda o percentual de pessoas que auto se declaram brancas retrocedeu de 46,3% para 43%. Em contrapartida pessoas que se autodeclaram pretas aumentou de 7,4% para 9,1%, e de Pardas o acréscimo foi de 45,6% para 47%.

Apesar dos números estatísticos apontarem uma elevação em relação ao reconhecimento das pessoas no que se refere a origem étnico-racial, os casos que envolvem o racismo continuam a acontecer. Ainda é preciso pontuar que os estudos que se dedicam a examinar elementos relacionados as desigualdades sociais e a questão étnico-racial a partir de uma perspectiva crítica, comumente se deparam com a questão da mulher negra, uma vez que indicadores sociais acabam por evidenciar

que esse segmento populacional historicamente tem se encontrado em situações de extrema vulnerabilidade. Enfim, para compreender particularidades que se vinculem a realidade social que envolve a população negra, aspectos relacionados a interseccionalidade entre gênero, a classe ganham relevância.

Ao tratar de situações que se entrecruzam e que refletem de forma mais intensa na vida de mulheres negras, a intenção não é a de negar o antagonismo entre as classes, mas sim de expandir a compreensão que circundam diversas situações de desigualdade no seio do capitalismo.

A seguir um fragmento da Declaração de *Combahee*²⁸, no qual essa perspectiva é exposta:

Percebemos que a libertação de todos os povos oprimidos exige a destruição dos sistemas político-econômicos capitalistas e imperialistas, bem como do patriarcado. Somos socialistas por acreditarmos que o trabalho deve ser organizado para o benefício coletivo daqueles que trabalham e criam os produtos, e não para o lucro dos patrões. Os recursos materiais devem ser igualmente distribuídos entre aqueles que os criam. Não estamos convencidas, contudo, de que uma revolução socialista que também não seja uma revolução feminista e antirracista garantirá nossa libertação. Chegamos ao ponto de precisarmos desenvolver uma compreensão das relações de classe que leve em conta a posição de classe específica das mulheres negras. Geralmente, somos escanteadas na força de trabalho [...]. Precisamos articular a situação real de classe dessas pessoas, que não são meramente trabalhadoras sem raça e sem sexo, mas para quem as opressões racial e sexual são determinantes significativos para suas vidas laborais e econômicas. Embora concordemos, em essência, com a teoria de Marx, uma vez aplicada às relações econômicas muito específicas por ele analisadas, sabemos que sua análise deve ainda ser expandida para que possamos compreender nossa situação econômica específica enquanto mulheres negras (Declaração Coletiva do Rio Combahee, 1977, p. 201).

Nesse contexto pode-se afirmar que gênero e classe social são elementos acionados para perpetuação de relações de subalternidade, bem como para a naturalização das distintas situações que advém em decorrência do modo como se estrutura a sociedade, o que acaba por facilitar que situações de desigualdades sejam ignoradas ou pouco compreendidas. Desse modo ganham notoriedade outros

²⁸ “No ano de 1977 foi publicado nos EUA o texto de autoria do coletivo Combahee River intitulado *The Combahee River Collective Statement*. O coletivo Combahee River foi uma organização feminista composta por intelectuais e ativistas negras como Audre Lorde [...]. A organização atuou em Boston, entre os anos 1974 e 1980, e uma de suas fundadoras foi a escritora e ativista Barbara Smith. Entre 1977, data da publicação do manifesto, e 1979, foram realizados sete acampamentos feministas para estimular a troca de ideias e fortalecer os movimentos feministas negros no país. Esse texto tem sido considerado o manifesto do movimento feminista negro nos EUA por ser um dos primeiros registros publicados sobre o tema e por reconhecidamente ter influenciado os trabalhos de autoras como Angela Davis, Bell Hooks e diversas outras” (Sanchez, 2022, p. 54).

aspectos que incluem a questão do gênero como um fato importante para o desvelar da realidade, estudos nessa direção emergem nos Estados Unidos e são decorrentes da experiência vivenciada por intelectuais ligadas ao feminismo negro, conforme aponta-se na citação a seguir:

Para a efetivação dessa conclusão foram fundamentais os estudos e as contribuições do feminismo negro norte americano. Judit Grant, Patrícia Collins e Kimberlé Crenshaw são referências ao estabelecerem a “interseccionalidade” de marcadores sociais da diferença. Para além de análises centradas na categoria de gênero, as autoras preocupam-se com a composição de identidades e a produção de condições diversas de classe, vivência de situações de pobreza, educação e acesso a recursos simbólicos que, grosso modo, poderiam contribuir para a consolidação de estratégias políticas de reivindicação e autonomia social. Desse modo, suas análises estendem-se para diversos eixos de opressão (Terra, 2019, p. 159).

Sobre a interseccionalidade entende-se que é:

[...] uma conceituação do problema que busca capturar as consequências estruturais e dinâmicas da interação entre dois ou mais eixos da subordinação. Ela trata especificamente da forma pela qual o racismo, o patriarcalismo, a opressão de classe e outros sistemas discriminatórios criam desigualdades básicas que estruturam as posições relativas de mulheres, raças, etnias, classes e outras [...] (Crenshaw, 2002, p. 177).

A interseccionalidade nesta perspectiva não pode ser compreendida de modo exógeno ao capitalismo, pois este modo de produção aciona elementos que lhe servem de base e sustentação. Nesse sentido:

A interseccionalidade é uma ferramenta que permite ampliar a compreensão dos elementos produtores da desigualdade social. Considerando a desigualdade como fenômeno inerente ao modo de produção capitalista, a chave da interseccionalidade nos permite perceber como a raça, o gênero, a classe social e a geração agravam a condição de ser mulher negra no mundo contemporâneo [...] (Terra, 2019, p. 150).

Zárate (2011) também informa que o conceito de interseccionalidade emerge no final dos anos de 1980 a partir dos estudos de Kimberlé Crenshaw, cuja experiência a partir de vivências no feminismo negro estadunidense dão bases para compreensão de que o feminismo é edificado a partir da ideia de uma mulher branca, heterossexual e de classe média, conforme descreve a citação a seguir:

El concepto de interseccionalidad fue introducido a finales de los años 80 por Kimberlé Crenshaw (1989) como una forma de describir las interconexiones

existentes entre raza y género. La autora mostraba como ni los estudios sobre género ni los referentes a la raza podían dar cuenta de la opresión de las mujeres negras en Estados Unidos, ya que su experiencia no era la suma de esas opresiones sino una intersección concreta que conllevaba discriminaciones y violencias específicas. Sus contribuciones, enmarcadas en el Feminismo Negro norte-americano, seguían el intento de cuestionar el sujeto del feminismo, que se había construido sobre la idea de una mujer blanca, heterosexual y de clase media. La idea de que la experiencia de opresión de las mujeres no podía ser explicada por un sólo marco explicativo como el género ya había sido desarrollada por movimientos sociales en diferentes lugares antes de la introducción del término [...] pero el desarrollo teórico del concepto de interseccionalidad a nivel internacional permitió la profundización teórica en relación a las interconexiones de las estructuras de poder como el género, la raza, la sexualidad, la clase social, la edad o la discapacidad (Zárate, 2011, p. 39).

Percebe-se assim que para Crenshaw (2002) há vários eixos de poder como raça, etnia, gênero e classe que podem ser descritos metaforicamente como avenidas que servem de base para estruturação social, econômica e política. Essas vias por vezes têm sido entendidas como distintas e excludentes, como no caso do racismo, do patriarcado e da exploração de classe, porém esses sistemas acabam por ser complementares e originam interseções imbricadas entre si.

Ainda segundo a referida autora, mulheres negras na maioria das vezes acabam por estarem situadas em locais no qual o racismo, a classe e o gênero se entrecruzam. Desta forma, correm mais riscos de serem influenciadas por vários eixos de poder, sendo atingidas por várias frentes de desigualdade, a essa situação, a autora dá o nome de danos interseccionais, quando as desvantagens coexistem com vulnerabilidades já instaladas o que recai em uma dimensão singular do desempoderamento.

Conforme Crenshaw (2002) mulheres nem sempre experimentam o sexismo da mesma maneira, homens e mulheres também não vivenciam o racismo de forma igualitária. Para compreender essas diferenças as vulnerabilidades interseccionais podem auxiliar a entender as situações que perpassam a vida de mulheres marginalizadas. A referida autora ainda cita exemplos que ela dá o nome de opressão interseccional e menciona que estes acabam por serem os mais drásticos e refere-se então as violências perpetradas contra mulheres que tem como pano de fundo a raça ou a etnia.

[...] essa violência pode ser concebida como uma subordinação interseccional intencional, já que o racismo e o sexismo manifestados em tais violações refletem um enquadramento racial ou étnico das mulheres, a fim de concretizar uma violação explícita de gênero. Tragédias recentes na Bósnia,

em Ruanda, no Burundi e em Kosovo ilustram tristemente o fato de que a longa história de violência étnica contra as mulheres não está relegada a um passado distante. Enquanto esses são os exemplos mais recentes e conhecidos de violência interseccional, essa vulnerabilidade específica não assumiu papel importante apenas no conflito armado, mas também em outros contextos (Crenshaw, 2002, p. 178).

Então existem outros contextos que não se restringem aos conflitos bélicos nos quais estupros podem ser entendidos como manifestações da opressão interseccional, como, por exemplo, quando propagandas racistas ou sexistas são direcionadas a grupos específicos de mulheres e acabam por incentivar a agressão sexual. Não só as mulheres são vítimas da subordinação interseccional, estereótipos de gênero também são acionados contra os homens e acabam por facilitar a operacionalização de violências de conotação sexual contra eles. A referida autora ainda cita o exemplo de que propagandas racistas nos Estados Unidos acabaram por anteceder e fundamentar o linchamento de homens de origem afro-americana.

Necessário pontuar que a propaganda tencionada contra mulheres acaba por recair em variadas formas de danos e assim podem ser entendidas como uma outra modalidade de opressão interseccional, como por exemplo a tendência de dúvidas em relação a honestidade daquelas que buscam por algum tipo de proteção jurídica. Conforme Crenshaw (2002) nos Estados Unidos mulheres negras ou latinas dificilmente presenciam que os homens acusados de estupro sejam processados ou presos. Ainda existem estudos que indicam que a identidade racial da vítima assume um papel de protagonismo em relação aos resultados alcançados, uma vez que há evidências de que jurados são levados a crer que mulheres pertencentes a população negra ou latina consentem com relações sexuais mais facilmente, isso se dá entre outros fatores devido a propagandas que contribuem para a manutenção no imaginário social de estereótipos sexualizados.

Propagandas direcionadas a mulheres pertencentes as minorias raciais pode repercutir em condicionamento político destas, especialmente no que se refere ao incremento de políticas reprodutivas e de bem-estar social, as quais interferem em direitos reprodutivos de mulheres pobres. Esse tipo de situação pode ser compreendido como discriminação interseccional, uma vez que estereótipos de gênero apontam diferenças entre as mulheres que se baseiam em percepções sobre condutas sexuais e ainda caracterizam determinados grupos étnicos como

indisciplinados sexualmente. Frente a isso, mulheres que se encontram na intersecção desses estereótipos acabam por estarem mais vulneráveis a ações punitivas que se baseiam em como as identidades são entendidas pelo outro.

Em se tratando de vulnerabilidades que repercutem em situações de discriminação interseccional a questão da saúde da mulher negra no Brasil merece atenção. Segundo Santos (2022) estereótipos raciais e de gênero acabam por repercutir em situações nas quais ocorre a desumanização de mulheres negras e esse fato acaba por acrescer situações nas quais as mesmas acabam expostas a variadas dificuldades de saúde, bem como a intransigência, a discriminação, a violência psicológica e física ao procurarem os serviços de saúde. A autora aponta ainda que a desigualdade em relação a saúde e os direitos reprodutivos das mulheres negras no país tem sofrido controle desde o período da escravização e foram elaborados socialmente e culturalmente, ainda que fatos como esse sejam denunciados pelos movimentos negros femininos, é comum acontecer situações dessa natureza em instituições de saúde.

Em que pese que a partir da luta do movimento negro tenham sido elaborados documentos de atenção à saúde da mulher negra²⁹, as desigualdades de acesso aos serviços, bem como condições de moradia e lazer precárias, problemas ligados a ausência de segurança, de previdência social, de proteção a maternidade e a infância podem resultar em adoecimentos e até mesmo ocasionar a morte, uma vez que discrepâncias socioeconômicas, políticas e culturais fazem parte da rotina desse segmento populacional.

Teixeira (2022), em artigo publicado no Correio Brasiliense, cita Jurema Werneck, médica e ativista negra brasileira que explica que o racismo institucional está presente nos setores basilares da sociedade brasileira o que beneficia a elite dominante. Em contrapartida as demandas das minorias acabam por serem negligenciadas e deslegitimadas e nesse contexto o racismo deixa as pessoas expostas a altos riscos:

O racismo expõe as pessoas a riscos enormes. Seja na hipertensão, diabetes, seja na gravidez, no parto, seja na saúde neonatal infantil. Expõe.

²⁹ Em 2009, através de uma Portaria 992 de 13 de maio, e chegaram a lançar a Política Nacional de Saúde Integral da População Negra com um compromisso firmado pelo Ministério da Saúde do Brasil no combate às desigualdades no SUS e à promoção da saúde da população negra. Entre elas estava a importância de melhorarmos os dados da mortalidade materna, que é extremamente abrangente entre as mulheres negras (Souza; Vicente, 2023).

Está exposto. Foram criadas piores condições de vida aquelas pessoas, tá cara que vai ter impacto na saúde, o sistema finge que não tem, isso é uma camada do racismo institucional. Esta cegueira ou esse deixar acontecer, fingir que não está acontecendo (Jurema Werneck, 2020).

Evidencia Crenshaw (2002) que atos de discriminação intencional não incidem apenas no que se refere ao descaso em relação a saúde ou a violência sexual, ocorrem em várias áreas que compõem a realidade social, estão presentes no ambiente de trabalho, nos locais destinados à educação e em outros espaços. Estes fatos atingem mulheres mais precisamente por pertencerem ao gênero feminino e ainda podem ser mais drásticos quando essas pertencem a grupos étnicos subalternizados, como no caso da mulher negra.

Desta forma encontra-se o que a autora denomina de discriminação composta, quando a questão étnico-racial faz com mulheres negras sejam excluídas de vagas de empregos destinadas a mulheres no geral e ainda acabam também sendo afastadas de vagas de empregos a serem ocupadas somente por homens, o que reflete uma distinção de gênero. Percebe-se então haver eliminações baseadas em um perfil étnico-racial e de gênero.

Em locais de trabalho que segregam por gênero e pertencimento étnico-racial, as mulheres negras se deparam com a discriminação composta, uma vez que em muitos casos mulheres brancas são contratadas para trabalhar em postos administrativos ou nos quais haja uma interação próxima com o público e em contrapartida mulheres negras são acionadas para exercer atividades ligadas ao trabalho industrial ou assumem vagas cujas funções estão ligadas ao exercício de tarefas manuais como de limpeza e ainda existem outras situações que segregam por gênero, cuja função é exercida apenas por homens.

Nesse sentido a discriminação é composta, pois as vagas que supostamente são envoltas em maior prestígio são dispostas a mulheres brancas ou ainda o trabalho é destinado apenas aos homens, ainda que estes sejam homens negros, já que determinadas funções laborais são consideradas inadequadas para mulheres. Pontua Crenshaw (2002) que em relação a educação, mulheres negras podem ter maiores dificuldades no que se refere a oportunidades ou ainda terem menos anos de estudo em comparação a mulheres brancas ou em relação aos homens de uma maneira geral.

De acordo com Gonzalez (2018) no Brasil os tramites que envolvem os

recursos humanos favorece mais a contratação de mulheres brancas. Desde o processo de industrialização e urbanização da década de 1950 novas probabilidades são abertas no que se refere a vagas de emprego em setores como escritórios, bancos, entre outros. Isso se dá por conta da exigência de níveis de escolaridade mais altas o que acaba por dificultar a entrada de mulheres negras nestes postos de trabalho e ainda são criados elementos discriminatórios para dificultar mais ainda esse processo como por exemplo exigência de “boa aparência”.

Nesse cenário, de acordo com Gonzalez (2018), ainda que mulheres negras alcancem índices mais altos no que tange a escolaridade e capacitação técnica, mantem-se ainda a seleção racial. Não são raros casos de rejeição, nos quais as vagas a serem preenchidas partem da premissa de uma “boa aparência”. Esse fato, segundo a autora, significa que candidatas negras não representam prioridade de contratação.

Dados apresentados pelo Departamento de Estatística e Estudos Socioeconômicos (DIEESE) em 2023 baseado nos indicadores da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNAD Contínua), realizada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) apontam que apesar de melhorias em relação a recuperação financeira do Brasil, não houve uma equiparação econômica em relação as mulheres negras no país. A população negra ainda permanece como o segmento populacional mais desprotegido em relação ao mercado de trabalho.

No segundo trimestre de 2022, o índice geral de desemprego foi de 9,3%, nessa conjuntura, quando diz respeito as mulheres negras, essas chegam a 13,9%. Para homens brancos a taxa foi 6,1% e das mulheres brancas o índice foi de 8,9%, o que revela que as mulheres negras apresentam um índice maior de desemprego que todos os outros segmentos populacionais. Sobre a remuneração, as mulheres negras também se encontram em desvantagem, uma vez que homens brancos continuam a ter melhores salários. No segundo trimestre de 2022 a média salarial do homem branco é de R\$3.708, seguido pela mulher branca com R\$2.774. Em contrapartida os homens negros receberam uma média de R\$2.142 e a mulher negra uma média de R\$1.715.

Outra vez a desigualdade se manifesta quando se trata de trabalhos informais, uma vez que as mulheres negras representam 47,5% de pessoas imersas nessa realidade, por sua vez, os homens negros somam 46,9%, as mulheres brancas representam 34,9% e a menor porcentagem de pessoas inclusas nessa modalidade é novamente composta por homens brancos, cerca de 34,5%.

Outro dado que também sinaliza a desigualdade refere-se à ocupação de postos formais de trabalho que somam 98, 2 milhões de ocupados, destes 53,3 milhões são negros e 44,9 milhões não negros, dentre esses destacam-se os cargos de chefia, nos quais os homens brancos são maioria e representam 5,6%, as mulheres brancas somam 4,7% e os homens negros 2,3% e as mulheres negras 2,1%, esses dados apontam uma forte discrepância, levando-se em consideração que a maior parte da população brasileira é composta por afrodescendentes.

Os dados estatísticos revelam então uma intensa desvantagem que atinge as mulheres negras. Crenshaw (2002) aponta que em se tratando das desigualdades e violências que se dão em decorrência do gênero e da raça estamos diante de uma interseccionalidade estrutural, que se dá a partir de:

Uma gama completa de circunstâncias em que as políticas se intersectam com as estruturas básicas de desigualdade, criando uma mescla de opressões para vítimas especialmente vulneráveis. Em alguns casos, a discriminação de gênero ocorre dentro de um contexto em que algumas mulheres já são vulneráveis devido a raça e/ou a classe. A vulnerabilidade das mulheres refugiadas à violência sexual constitui um exemplo de problema interseccional [...]. Em termos mais gerais, as condições que prevalecem nos campos de refugiados especialmente a falta de produtos básicos para a sobrevivência [...] em especial, o diferencial em recursos disponíveis para refugiados africanos em comparação àqueles destinados a vítimas de conflitos étnicos na Europa [...] (Crenshaw, 2002, p. 180).

Em relação a diferentes tratamentos dispensados a refugiados, um fato recente chama a atenção, pois segundo Oliveira (2022) deslocamentos forçados não se tratam de novidade e tem sua origem relacionada a desastres naturais ou variadas modalidades de conflitos. Como exemplo desse tipo de situação, no início de 2022 ganha destaque nos meios midiáticos a investida russa contra o território ucraniano a partir de então desenrola-se a denominada guerra na Ucrânia, ora ainda em curso, como consequência desse fato o fluxo migratório de ucranianos tem tido volume expressivo pelo mundo, situação amplamente divulgada pela mídia mundial.

Porém outros contextos de deslocamento compelido também estão ocorrendo, todavia não recebem o mesmo destaque, nessa conjuntura logra evidencia o tratamento ofertado aos refugiados que advêm da Europa e aqueles originários de outras regiões. Oliveira (2022) faz menção a situação de diáspora palestina e a todo conflito bélico que se estende no interior dos territórios palestinos, ocupados ilegalmente por Israel, bem como menciona a diferença empregada pelos governos de variados países ao redor do mundo em relação as políticas de acolhimento

empregadas aos refugiados ucranianos e aquelas destinadas a refugiados advindos de países Africanos ou do Oriente Médio.

Outro exemplo de interseccionalidade estrutural pode ser estabelecido quando consequências do modo como está organizada a sociedade estabelece interferências em políticas e acaba dando origem a responsabilidades que são dispostos de maneira desigual a mulheres negras. A política se arrola com a estrutura societal e dá origem a subordinações, como exemplo dessa situação pode-se citar as responsabilidades que são delegadas as mulheres como efeito das políticas de ajuste estrutural nas economias dos países que estão em desenvolvimento.

Essa lógica potencializa as cargas que as mulheres precisam dar conta, nesse sentido as mesmas vivenciam reflexos mais intensos em decorrência dessa situação. Por exemplo, quando o Estado se ausenta em relações a prestação de serviços sociais, assim diminui ou extingue os recursos disponíveis para políticas ofertadas a segmentos populacionais como crianças, doentes e idosos. Nesse cenário as responsabilidades acabam sendo destinadas mais severamente as mulheres, pois historicamente esta recebe a carga da cuidadora.

No Brasil, de acordo com Gonzalez (2018, p. 71) logo após o término do período de escravização é a mulher negra quem assume a posição basilar em suas comunidades, “[...] foi o sustento moral e a subsistência dos demais membros da família [...]” e ainda seu trabalho físico era dobrado, já que se dividia na realização das tarefas nas casas das patroas e ainda faziam o trabalho junto a sua família. Geralmente, antes de sair para trabalhar, cabia a mesma a busca de água na bica, atividade comum nas favelas, e depois preparar os alimentos para sua família, bem como os afazeres relacionados a sua casa. Ainda passavam as coordenadas para as filhas mais velhas em relação aos cuidados com os filhos menores. Geralmente, para realização de tudo isso, acordavam as três ou quatro horas da madrugada e as sete ou oito horas já estavam à disposição em seu local de trabalho, onde permaneciam até o período noturno para servir o jantar e a seguir deixar tudo arrumado antes de retornar ao lar. E segundo a autora nos dias atuais a dupla jornada da mulher negra ainda persiste.

Dados do DIESSE divulgados em 27 de abril de 2022 revelam que as mulheres representam cerca de 92% das pessoas que se dedicam ao trabalho doméstico no Brasil e destas 65% são negras. Outro dado pertinente é que a maioria tem mais do que quarenta anos e a renda mensal é inferior a um salário-mínimo. E

ainda o percentual de mulheres que não são asseguradas pelo Instituto Nacional da Seguridade Social (INSS) é de 76%, o que revela o alto grau de informalidade presente na vida dessas mulheres.

Conforme Davis (2016) às mulheres negras sempre foi destinado o papel de terem empregos para além dos afazeres domésticos em maior quantidade do que mulheres brancas. Para entender a dimensão que o trabalho ocupa na vida das mulheres negras basta se voltar para o período da escravização, pois enquanto escravizadas essas mulheres tinham outros aspectos de sua vida relegados a inexistência. Pontua a autora que para se entender a exploração das mulheres negras na escravização é necessário avaliar seu papel como trabalhadora, fato que ainda é decisivo para entender na atualidade como se desenvolve a vida desse segmento populacional:

A história das mulheres pobres e negras é a história da inserção precarizada do trabalho com salários mais baixos. O lugar dessas mulheres na divisão social, sexual e racial do trabalho se vincula, entre outras coisas, à necessidade de construção de alternativas de sobrevivência — trabalho informal e por encomenda, trabalho doméstico e de diaristas, cuidadoras (Silva, 2022, p. 4).

Segundo Crenshaw (2002) situações que se referem as desigualdades entre as classes sociais acabam por determinar quais mulheres deverão executar distintas tarefas e quais contratarão os serviços destas. Nesse cenário mulheres pertencentes as camadas mais empobrecidas da população são encarregadas de prestar serviços a famílias mais abastadas e ainda são obrigadas a cuidarem de sua própria família. Para a autora, a consequência do ajuste estrutural da economia acaba por imputar as mulheres pertencentes as minorias sociais cargas a mais de trabalho e aquelas que pertencem as elites acabam sendo afiançadas pela lógica do mercado:

[...] a tomada de decisões por instituições distantes do local do problema pode criar fardos monumentais para a vida de mulheres social e economicamente marginalizadas de todo o globo. À medida que os efeitos de decisões tomadas à distância fluem através de estruturas de subordinação justapostas e atingem a base, o peso do fardo sobre os ombros das mulheres torna-se mais intenso. Por consequência, o arrocho que ocorre em algumas economias pode funcionar como um estrangulamento econômico e social para aqueles sujeitos menos capazes de redistribuir as consequências de políticas de austeridade impostas de cima para baixo. O ônus desse processo não atinge o topo da pirâmide, mas a sua base, um lugar geralmente marcado pelo gênero, pela classe e, frequentemente, pela raça (Crenshaw, 2002, p. 181).

Fato observável, segundo Bento (2022), em dados disponíveis, como o do relatório Mortes evitáveis por covid-19 no Brasil³⁰, apontam que ao menos 120 (cento e vinte) mil mortes ocorridas até o mês de março de 2021 poderiam não ter ocorrido se medidas de políticas públicas de controle sanitário e ações farmacológicas tivesse sido realizada e ainda dificuldades de acesso a hospitais ocasionou perda de vidas de 20 mil pessoas, de acordo com o referido relatório. Esses episódios segundo a autora demonstram a adoção da necropolítica que repercute diretamente de forma mais incisiva na população pobre, indígena e negra.

Em meio a esse contexto reflexões sobre as condições de vida da população negra, segundo Gonzalez (1984) revelam a existência de uma divisão racial do trabalho e está se espraiando para as variadas esferas que compõem a realidade social, fato este observável quando se verifica os locais destinados a esse segmento populacional, geralmente afastados dos centros urbanos, em condições precárias de habitação e essa situação segregadora se dá como se fosse algo natural.

Necessário pontuar que as cidades capitalistas são marcadas pela segregação espacial, as mesmas desenvolvem-se com locais destinados a moradia de ricos e locais periféricos destinados aos pobres e a população negra acaba por vivenciar em seu cotidiano as consequências desse tipo de organização do espaço, ao pensarmos sobre essa realidade o território revela sua importância analítica e sua interseccionalidade com outros condicionantes sociais.

Há mais de quarenta anos Lélia Gonzalez (2018) já alertava sobre esse tipo de ocorrência como consequência dos processos de acumulação capitalista e ainda esclarece que uma das heranças do período da escravização refere-se a hierarquia geográfica que atinge a população negra que acaba por ocupar os territórios mais periféricos do país. Em outras palavras, o maior agrupamento da população negra acontece precisamente nas regiões onde as condições de vida são mais precárias, bem como a violência nesses locais é mais acirrada, essa situação remete segundo a autora a uma divisão racial do espaço, como bem apresentado pela autora na citação a seguir:

[...] os diferentes índices de dominação das diferentes formas de produção econômica existentes no Brasil parecem coincidir num mesmo ponto: a

³⁰ Werneck, Guilherme Loureiro *et al.* Mortes evitáveis por Covid-19 no Brasil. **OXFAM**, 2021. Disponível em: <https://www.oxfam.org.br/especiais/mortes-evitaveis-por-covid-19-no-brasil/>. Acesso em: 1 maio 2025.

reinterpretação da teoria do “lugar natural” de Aristóteles. Desde a época colonial aos dias de hoje, percebe-se uma evidente separação quanto ao espaço físico ocupado por dominadores e dominados. O lugar natural do grupo branco dominante são moradias saudáveis, situadas nos mais belos recantos da cidade ou do campo e devidamente protegidas por diferentes formas de policiamento que vão desde os feitores, capitães de mato, capangas, etc, até à polícia formalmente constituída. Desde a casa grande e do sobrado até aos belos edifícios e residências atuais, o critério tem sido o mesmo. Já o lugar natural do negro é o oposto, evidentemente: da senzala às favelas, cortiços, invasões, alagados e conjuntos “habitacionais” (...) dos dias de hoje, o critério tem sido simetricamente o mesmo: a divisão racial do espaço (...). No caso do grupo dominado o que se constata são famílias inteiras amontoadas em cubículos cujas condições de higiene e saúde são as mais precárias. Além disso, aqui também se tem a presença policial; só que não é para proteger, mas para reprimir, violentar e amedrontar. É por aí que se entende porque o outro lugar natural do negro sejam as prisões. A sistemática repressão policial, dado o seu caráter racista, tem por objetivo próximo a instauração da submissão psicológica através do medo. A longo prazo, o que se visa é o impedimento de qualquer forma de unidade do grupo dominado, mediante à utilização de todos os meios que perpetuem a sua divisão interna. Enquanto isso, o discurso dominante justifica a atuação desse aparelho repressivo, falando de ordem e segurança sociais (Gonzalez, 1979 *apud* Gonzalez, 1984, p. 232-233).

Segundo Gonzalez (2018) essa situação é exemplo da persistência histórica do racismo o que revela seu vigor estrutural na medida em que a divisão racial do trabalho se estabelece, conforme já salientado nesse trabalho o racismo estrutural é base para manutenção do antagonismo entre as classes e para o modelo de estratificação social na contemporaneidade.

Afirma Gonzalez (2018, p. 66) que brancos e negros vivenciam as consequências da exploração capitalista, porém a desigualdade racial deixa evidente que mesmo os brancos pobres acabam por ser beneficiários do racismo estrutural, ainda em que pese o fato dos donos dos meios de produção se beneficiarem diretamente da exploração de trabalhadores negros, a maior parte dos brancos acaba que por desfrutar dos resultados do racismo, uma vez que os mesmos usufruem de recompensas “materiais e simbólicas”.

Segundo Gonzalez (2011, p. 15) nos países latino-americanos é comum que historiadores e sociólogos se esquivem em relação a utilização de indicadores raciais em suas pesquisas sobre as situações vivenciadas pela população negra no período que se estende da pós abolição da escravização até a contemporaneidade, o que em termos de elaborações teóricas culmina no estabelecimento de uma prática que torna invisível o referido segmento. A justificativa acionada por esses intelectuais se baseia na defesa de que a deficiência em relação a variável racial em suas pesquisas ocorre devido ao fato “[...] de que os negros foram contidos no interior da sociedade abraçada

em condições de relativa igualdade com outros grupos raciais”.

Esse tipo de situação, segundo a referida autora são mais característicos dos países de língua espanhola, uma vez que no Brasil no início da década de 1980 intelectuais que foram exilados no período da Ditadura Militar começam a retornar com outra postura já que aqui eram vistos como brancos e no exterior sofreram discriminação racial.

Conforme Gonzalez (2011) silêncios sobre a situação da população negra se dão devido ao sucesso do mito da democracia racial, e ressalta a autora que as esquerdas também são permeadas por essa realidade, em específico quando não conseguem admitir nada a mais do que as contradições entre as classes como determinantes da realidade social. E, nesse ínterim reproduzem análises eurocêntricas e acabam tornando-se cúmplices da dominação que esperam combater.

A referida autora reiteradamente em sua obra chama a atenção para as consequências dos ideais de branqueamento e o mito da democracia racial, se refere também ao atraso político dos movimentos feministas a ela contemporâneos, pois os mesmos ao serem liderados por mulheres brancas e pertencentes a classe média acabavam por repetir situações de negação do racismo, assim o discurso adotado pela esquerda vislumbrava a importância de denúncias e reivindicações em torno da burguesia, porém não atava-se a questões relacionadas a discriminação racial e em meio a esse contexto é escamoteada um elemento decisivo a dependência da mulher branca tem se ancorado na exploração da mulher negra.

Diferentes segmentos feministas, de acordo com Gonzalez (2018), ao tomarem contato com as denúncias de superexploração da mulher negra, por vezes reage de forma a entender a fala destas como atitudes de revanche ou de cobrança, ou ainda entendem o discurso como emocional e assim:

O que não se percebe é que, no momento em que denunciemos as múltiplas formas de exploração do povo negro, em geral, e da mulher negra em particular, a emoção, por razões óbvias, está muito mais em quem nos ouve. Na medida em que o racismo, enquanto discurso, situa-se entre os discursos de exclusão, o grupo por ele excluído é tratado como objeto e não como sujeito. Conseqüentemente, é infantilizado, não tem direito a voz própria, é falado por ele. E ele diz o que quer, caracteriza o excluído de acordo com seus interesses e seus valores. No momento em que o excluído assume a própria fala e se põe como sujeito, a reação de quem ouve só pode se dar nos níveis acima caracterizados. O modo mais sutilmente paternalista é exatamente aquele que atribui o caráter de “discurso emocional” à verdade contundente da denúncia presente na fala do excluído [...] (Gonzalez, 2018, p. 74-75).

Percebe-se que Gonzalez ao discorrer sobre os processos de desigualdades raciais que prevalecem na sociedade não deixa de refletir sobre a estrutura de dominação presente nas relações sociais no Brasil e nesse contexto recorreremos a Bento (2022, p. 19) que disserta sobre o pacto narcísico da branquitude. Para a autora esse fenômeno se conecta a organização social hierárquica estabelecida pela classe dominante e é algo fundamental para a manutenção das desigualdades raciais no país. Para a referida autora o pacto da branquitude trata-se de uma “herança inscrita na subjetividade do coletivo, mas que não é reconhecida publicamente”.

Percebe-se então que o pacto narcísico da branquitude refere-se a uma espécie de acordo que é perpetuado de geração em geração que objetiva reproduzir e manter a estrutura de dominação e ainda são acionados discursos que envolvem a exaltação da meritocracia, assim parcelas populacionais são excluídas, nesse bojo aspectos desumanos da escravidão são ocultos, o que revela a importância da discussão sobre o passado de escravização a que foram submetidos a população negra no país. Pode-se pontuar então que Bento (2022) esclarece sobre situações em que não há reconhecimento por parte dos brancos sobre a não identificação da herança escravocrata nas instituições e no desenrolar da história do Brasil.

Entende-se então que há um problema sobre as relações que se estabelecem entre negros e brancos, que refere-se a questão da perpetuação da supremacia branca, o que contribui para que um grupo mantenha a dominação sobre o outro, exemplos podem ser constatados na política, na economia, nas mais variadas instituições, instâncias nas quais se percebe com nitidez que um grupo tem assegurado privilégios e outro vivencia condições de vida mais precárias e convive mais diretamente com situações que repercutem até mesmo em um número mais elevado de mortes.

Essa conjuntura pode ser verificada ao se recorrer aos dados do “Atlas da Violência 2021”, no qual Cerqueira *et al.* (2021), pontua que há uma profunda conexão entre a questão racial e as mortes violentas que ocorrem no Brasil. Esse fato não é algo recente pois desde a década de 1980, momento no qual as taxas referentes aos homicídios começam a se avolumar, nota-se que os homicídios em relação a população negra também crescem com destaque para os mais jovens. Também aponta que os movimentos negros há décadas pautam essa situação:

Em 2019, os negros (soma dos pretos e pardos da classificação do IBGE) representaram 77% das vítimas de homicídios, com uma taxa de homicídios por 100 mil habitantes de 29,2. Comparativamente, entre os não negros (soma dos amarelos, brancos e indígenas) a taxa foi de 11,2 para cada 100 mil, o que significa que a chance de um negro ser assassinado é 2,6 vezes superior àquela de uma pessoa não negra. Em outras palavras, no último ano, a taxa de violência letal contra pessoas negras foi 162% maior que entre não negras. Da mesma forma, as mulheres negras representaram 66,0% do total de mulheres assassinadas no Brasil, com uma taxa de mortalidade por 100 mil habitantes de 4,1, em comparação a taxa de 2,5 para mulheres não negras (Cerqueira *et al.*, 2021, p. 49).

Ao considerarmos os dados dos últimos dez anos, segundo Cerqueira *et al.* (2021) percebe-se que há uma diminuição dos homicídios no Brasil. Entre os anos de 2009 e 2019, as taxas de homicídio decresceram 20,3%, porém entre os negros houve uma redução de apenas 15,5%, em contrapartida para os não negros essa diminuição é de 30,5%, nesse sentido, a redução das taxas homicídio de não negros é 50% maior do que a da população negra. O autor aponta os motivos que levam a essas condições na citação a seguir:

Os dados apontam, dessa forma, que a redução geral das taxas de homicídios se concentrou muito mais sobre a população não negra do que entre a população negra. As razões para isso são diversas: a associação de variáveis socioeconômicas e demográficas, que definem um lugar social mais vulnerável aos negros na hierarquia social e que limitam o seu acesso e usufruto às condições de vida melhores (CERQUEIRA; MOURA, 2014); a reprodução de estereótipos raciais pelas instituições do sistema de justiça criminal, sobretudo as polícias, que operam estratégias de policiamento baseadas em critérios raciais e em preconceitos sociais, tornando a população negra o alvo preferencial de suas ações (SINHORETTO; BATITUTTI; MOTA, 2014); e a ausência de políticas públicas específicas que combatam as desigualdades vividas por essa parcela da população (Cerqueira *et al.*, 2021, p. 50).

Para Bento (2022) é preciso reconhecer e estabelecer diálogos sobre essas relações para que haja avanços no que tange a formatação de uma sociedade mais justa. Situações desiguais em relação ao gênero, raça entre outras estão imbricadas no modo em que são implicitamente desenvolvidos pactos para continuidade do modelo civilizatório em voga.

É necessário entender a perspectiva que aflora quando a atenção é voltada para a populações indígenas e negra, pois nessas situações é possível observar que as desigualdades vivenciadas pelos mesmos precisam ter centralidade no debate, esse tipo de deslocamento de perspectiva questiona o branco como modelo universal que serve de exemplo de civilização:

[...] as instituições públicas, privadas e da sociedade civil definem, regulamentam e transmitem um modo de funcionamento que torna homogêneo e uniforme não só os processos, ferramentas, sistema de valores, mas também o perfil de seus empregados e lideranças, majoritariamente masculino e branco. Essa transmissão atravessa gerações e altera pouco a hierarquia das relações de dominação ali incrustadas. Esse fenômeno tem um nome, branquitude, e sua perpetuação no tempo se deve a um pacto de cumplicidade não verbalizado entre pessoas brancas, que visa manter seus privilégios. É claro que elas competem entre si, mas é uma competição entre segmentos que se consideram “iguais” (Bento, 2022, p. 18).

Obviamente não existe uma tratativa secreta entre os brancos para manutenção de seus privilégios, porém a sistemática exploração que atinge a população negra em variadas instituições sofre negação e silenciamentos, trata-se de um pacto velado que por sua vez, apresenta um componente narcísico de autopreservação como se aquele que é considerado diferente pudesse de alguma maneira ameaçar o modelo universal privilegiado. Esse sentimento de constante medo se configura como um dos principais componentes do racismo e preconceito, ou seja, o modo como vemos o outro repercute na maneira como reagimos a ele.

Conforme esclarece Bento (2022) a maioria dos privilegiados não se entende como pertencente a um grupo que historicamente obteve vantagens a partir da expropriação do trabalho de outros. Apesar de ser tratado como mérito, o espólio branco é permeado por nódoas advindas da relação de exploração de bens materiais e imateriais oriundas do passado e que repercutem na formação de grupos que descendem de colonizadores escravocratas, o que, por sua vez, abre caminhos para condições de vida melhores para essas pessoas.

Enfim, adverte Bento (2022) que a população branca é entendida como vencedora e a população negra acaba por ser culpabilizada por situações de subalternidade social, econômica e política. Ainda, segundo a autora não é deletável experienciar nenhuma das duas condições, seja na situação de expropriado ou de expropriador e nesse sentido a negação é a saída usual.

Os brancos, em sua maioria, não reconhecem o passado para entender os contornos históricos que repercutem na realidade e ainda não agregam o desenvolvimento de sua própria história, enquanto segmento populacional, ao racismo. Segundo Bento (2022, p. 121) para além “[...] a ausência de compromisso moral e o distanciamento psicológico em relação aos excluídos são características do pacto narcísico”.

Pactos narcísicos tem como exigência uma cumplicidade estabelecida no silêncio pelos partícipes do grupo social dominante e ainda o passado recheado de atos desumanos deve ser apagado. A história deve ser reelaborada lembrando os feitos positivos o que permite usufruto da herança sem culpa. É nessa perspectiva que as instituições se mantêm enquanto transmissoras desses pactos coletivos.

Portanto, a classe trabalhadora não está inerte ao pacto da branquitude. Segundo Taylor (2018) variados autores marxistas apontam que racismo e capitalismo estão imbricados entre si. Para manter a dominação e para dividir os trabalhadores o capitalismo lança mão do racismo, ao contrário segundo a referida autora trabalhadores teriam maiores probabilidades de união e organização.

E ainda, para Taylor (2018, p. 179) sem um entendimento entre as variadas organizações que se dedicam a lutas anticapitalistas sobre o papel do racismo no que tange a perpetuação das relações sociais antagônicas a classe trabalhadora não conseguirá atingir seu “potencial revolucionário”. O racismo se desenvolveu a princípio como elemento facilitador da escravização de africanos.

Importante mencionar que todos os trabalhadores são explorados e sofrem explorações no capitalismo, devido ao sexismo, a homofobia, a xenofobia, discriminação em relação a religião, entre outras, mas existem aqueles cujas consequências das explorações são mais acentuadas, como no caso de trabalhadores não brancos.

Segundo Taylor (2018) é do interesse de todos os trabalhadores superar as cisões, mas entender por que trabalhadores brancos ignoram a existência de privilégios é questão basilar e, para responder o motivo disso, a autora expõe duas razões.

A primeira razão é a competição, conforme a referida autora, o capitalismo utiliza a lei de falsa escassez, e nessa perspectiva a ideia é de que não existe como atender a demanda das necessidades de todos. Nesse cenário naturaliza-se a competição por itens como habitação, educação, postos de empregos e qualquer item que é valorado em nossa sociedade.

Frente a essas situações de intensas competições a tendência é crer no pior em relação a outros trabalhadores assim se naturaliza no ideário social que alguns merecem mais do que outros. A segunda razão se mostra no que foi descrito por Marx em *A Ideologia Alemã* que se refere a perspectiva de que as ideias da classe dominante são propagadas como ideias de todos. A sociedade vivencia o racismo,

então os sujeitos inseridos nessa realidade acabam por desenvolverem ideias racistas.

Aponta Taylor (2018) que perder de vista as diferenças entre os trabalhadores é arriscado, pois se não houver unidade em prol das situações de desigualdade que o outro vivencia dificilmente haverá unidade em prol de uma luta coletiva em larga escala. Nesse sentido se trabalhadores brancos não assumirem que a luta antirracista é de todos dificilmente se unirão em prol de uma luta revolucionária:

É por isso que Lênin disse que um partido revolucionário baseado no marxismo deve ser “uma tribuna dos oprimidos”, disposto a lutar contra a opressão de qualquer grupo de pessoas, independentemente da classe dos afetados. E é por isso que, apesar das calúnias antimarxistas dos acadêmicos e até de pessoas que se consideram parte da esquerda, a ideia de que o marxismo esteve do lado de fora da luta contra o racismo nos Estados Unidos e no mundo afronta a história e o legado dos revolucionários negros que entendem o marxismo como uma estratégia para emancipação e libertação (Taylor, 2018, p. 195).

A referida autora aponta que é um desafio atual fazer com que comunidades marxistas assumam que as explorações se dão de modo desigual e isso não deve ser fator de cisão, ao contrário entender e lutar contra o racismo apresenta um grande potencial de união.

Ponderações como essas demonstram a necessidade de intervir no que tange o modelo de dominação no que se refere a raça e gênero, desenvolvido nas organizações e na sociedade de modo geral, nesse sentido o movimento feminista negro vem avançando na atualidade no Brasil ao denunciar e pressionar diversos setores sobre a situação das mulheres negras no país. Nessa perspectiva dissertar sobre a história da desigualdade e as interseccionalidades a que estão expostas as mulheres negras contribui para entender a discrepância econômica e social entre a população negra, branca e indígena no Brasil.

Essas breves reflexões sobre como o racismo se manifesta e incide na vida da totalidade dos trabalhadores nos remete a pensar sobre o assistente social como um profissional que apesar de ter uma formação que visa compromisso com as lutas sociais também está imerso na dinâmica do capitalismo, sobre esse assunto discorre-se a seguir.

3.3 QUESTÃO SOCIAL E QUESTÃO RACIAL NO SERVIÇO SOCIAL: ELEMENTOS ESSENCIAIS PARA O PROCESSO FORMATIVO

As implicações contíguas do aprofundamento do modo de produção capitalista no Brasil no início do século XX são facilmente observáveis por intermédio do processo de industrialização e urbanização, estes por sua vez tornam mais expostas as sequelas da questão social e a partir de então o modo como a sociedade se organiza passa a requisitar a adaptação e o surgimento de novas profissões, entre elas o Serviço Social.

A crise mundial do capitalismo no final dos anos de 1920 acaba por redimensionar as funções do Estado no que tange sua relação com a força de trabalho, e assim no Brasil são modificadas as formas de gerir as refrações da questão social, que a partir de então não é apenas tratada de forma repressiva, mas também por intermédio da administração de políticas sociais.

Essa alteração faz emergir a necessidade da contratação de um técnico que possa auxiliar na oferta de respostas as tensões sociais do período, nesse sentido percebe-se então a vinculação entre a atuação do assistente social e a questão social:

A profissionalização do Serviço Social pressupõe a expansão da produção e de relações sociais capitalistas, impulsionadoras da industrialização e urbanização, que trazem, no seu verso, a “questão social”. A luta dos trabalhadores por seus direitos invade a cena política, exigindo do Estado o seu reconhecimento público. O Estado amplia-se, nos termos de Gramsci (1978), e passa a administrar e gerir o conflito de classe não apenas via coerção, mas buscando construir um consenso favorável ao funcionamento da sociedade no enfrentamento da questão social (Iamamoto, 2009, p. 12).

Sobre a profissão e a questão social no Brasil, Silva (2014) apresenta distintos posicionamentos assumidos por alguns intelectuais do Serviço Social que refletem sobre o assunto. Segundo ela, José Paulo Netto entende a questão social por intermédio do arcabouço econômico, social e político que acompanha o desenvolvimento da classe operária no Brasil e sua emersão no sistema de produção e reprodução do capital.

Nessa perspectiva a questão social se origina a partir da transição do capitalismo concorrencial para o monopolista, que se dá no final do século XIX na Europa. Período no qual o capital passa a adotar uma nova postura para lidar com as complexidades que surgem a partir do aprofundamento do pauperismo.

Silva (2014) pontua que para Netto não existe dúvida em relação ao emergir do Serviço Social e sua ligação com a questão social, porém não de modo

automático, o referido autor chama atenção para o desenvolvimento da profissão no capitalismo monopolista no Brasil, momento no qual o aumento do pauperismo ocasiona modificações nas relações sociais e na sociedade em termos gerais.

Outra autora citada por Silva (2014) é Marilda Iamamoto cuja visão sobre a questão social já foi mencionada no início desse capítulo, ora retoma-se aqui a título de complementariedade. Sobre Iamamoto, a autora aponta que há que se destacar a demarcação da emergência da questão social no Brasil no final do século XIX, quando o trabalho livre se amplia e o trabalhador é atado ao sistema de exploração imposto nas fábricas. Porém essa relação é marcada por resistência por parte dos trabalhadores, o que leva a burguesia a buscar por estratégias de dominação e controle, uma vez que nessa conjuntura há ameaças a ordem até então estabelecida.

Como forma de enfrentamento a essa situação o Estado é compelido a lançar mão de legislações sociais como forma de amenizar os conflitos. Ainda há que se destacar que a questão social se manifesta como resultante de modificações sociais que se originam a partir do processo de industrialização, que ocorre a partir do aprofundamento do capitalismo no Brasil.

Silva (2014) também cita Faleiros que entende a questão social como manifestação dos antagonismos que perfazem o capitalismo industrial devido a luta de classes, que se dá em decorrência de mudanças econômicas e políticas e ainda cita o autor as alterações na legislação social. O referido autor ainda faz menção ao emergir da classe operária europeia, no século XIX, bem como a perspectiva da igreja católica, portanto, as bases de implantação do Serviço Social coadunam com os ideais católicos do período.

Resguardadas as diferenças sobre a concepção dos autores no que tange a questão social, há algo que chama a atenção que se refere ao entendimento da classe operária no Brasil a partir dos determinantes da classe trabalhadora europeia. Nenhum dos intelectuais citados faz menção as diferenças de composição da massa de trabalhadores brasileiros e aos longos anos de escravização e colonialismo que deixa marcas deletérias nas relações sociais do país.

Sobre o desenvolvimento da profissão, Netto (2007) afirma que os principais espaços sócio-ocupacionais destinados aos primeiros assistentes sociais estão interligados as sequelas negativas que originam-se das contradições imbricadas no desenvolvimento do capitalismo monopolista, o público atendido é oriundo da classe trabalhadora.

Iamamoto (2006), por sua vez pontua que no período de sua gênese no Brasil, na década de 1930 o serviço social adota uma postura de neutralidade frente aos interesses sociais do Estado e da classe trabalhadora e nessa perspectiva se afasta de análises que envolvam criticidade em relação a realidade das relações sociais.

Ainda nas décadas de 1930 e 1940 segundo Netto (2007) fica muito evidente a vinculação do Serviço Social aos ideais cristãos fundamentados em um modelo de assistencialismo no qual a igreja católica assume posição de centralidade.

Em meio a esse processo ainda cabe pontuar que nesse cenário o conservadorismo apresenta grande influência no amago da profissão. A quadra histórica em questão é marcada pela transição do capitalismo concorrencial para o monopolista, período definido pelo autor como aquele no qual o capital expande seus alicerces de exploração com a finalidade de expandir o seu rendimento financeiro. E o Serviço Social:

[...] com um posicionamento moralizador em face das expressões da “questão social”, captando o homem de maneira abstrata e genérica, configurou-se como uma das estratégias concretas de disciplinamento e controle da força de trabalho, no processo de expansão do capitalismo monopolista. Essa concepção conservadora, não jogando luz sobre a estrutura societária, contribui para obscurecer para os Assistentes Sociais, durante um amplo lapso de tempo, os determinantes da “questão social” e caracterizou uma cultura profissional acrítica, sem um horizonte utópico que os impulsionasse para o questionamento e às ações consequentes em prol da construção de novos e diferentes rumos em face das diretrizes sociais postas e assumidas pela profissão (Forti, 2013, p. 99).

Setubal (1983) esclarece que a partir da década de 1940 os Estados Unidos começam a alargar progressivamente seu sistema econômico e cultural em termos mundiais e o Serviço Social brasileiro começa a sofrer influências da escola americana. Em 1941 ocorre o Congresso Internacional de Serviço Social em *Atlantic City* e quatro bolsas de estudos são ofertadas à assistentes sociais brasileiras³¹ que, ao retornarem ao país, passam a difundir o que aprenderam nos Estados Unidos e dão início a um novo período na profissão.

³¹ “A influência norte-americana na profissão substituiu a europeia, que marcou a conjuntura anterior, tanto no nível da formação profissional — com alteração curricular — como nas instituições prestadoras de serviços. O marco desta mudança de influência situa-se no Congresso Interamericano de Serviço Social realizado em 1941, em Atlantic City (EUA). Posteriormente, foram criados diversos mecanismos de interação mais efetiva, como o oferecimento de bolsas aos profissionais brasileiros e a criação de entidades organizativas. Os assistentes sociais brasileiros começaram a defender que o ensino e a profissão nos Estados Unidos haviam atingido um grau mais elevado de sistematização; ademais, ali, na ação profissional, o julgamento moral com relação à população cliente é substituído por uma análise de cunho psicológico” (Bravo; Matos, 2006, p. 125).

Teorias da psicologia e da sociologia passam a ser empregadas com o intuito de apregoar teores científicos ao arsenal teórico metodológico então em voga e o modelo de atuação a ser privilegiado é composto por metodologias de caso, grupo e comunidade e instrumentos como triagem, entrevista, entre outros são adotados.

Cabe mencionar Netto (2005), segundo o qual a instauração do regime autocrático burguês em 1964, traz mudanças significativas para a profissão que começa a vivenciar a Renovação no Serviço Social, não é o objetivo aqui explicitar o processo que se inicia e que no decorrer da história foi decisivo para a existência do referido movimento, mas é importante citar que o mesmo questiona o conservadorismo que se mantém presente na profissão, e que as modificações que passam a ocorrer são possíveis devido a algumas particularidades como a conjuntura política da época de repressão a movimentos sociais, a interlocução com as ciências sociais e a adoção da teoria social crítica de Marx.

Conforme Netto (2005) o processo de Renovação no Serviço Social é composto por três perspectivas diversificadas, a modernizadora, a reatualização do conservadorismo, porém a que vai conquistar hegemonia no seio da profissão é a terceira intitulada de intenção de ruptura, nesta a busca é pelo rompimento com o conservadorismo, e a aproximação com os ideais da classe trabalhadora.

Ainda sobre esse período histórico e os novos rumos que a partir de então são adotados cabe ainda sinalizar que é em meados da década de 1970, segundo Netto (2006) que começa a ser gestado o Projeto Ético Político do Serviço Social, uma vez que a direção social da profissão, conforme se pontua até o presente, começa a sofrer substanciais modificações. O Serviço Social assume posicionamento mais crítico e de defesa da classe trabalhadora frente a realidade social.

Na década de 1980 ainda ocorre a aprovação do currículo mínimo, mais precisamente em 1982. Ainda é importante citar as Oficinas de Revisão Curricular organizadas pela Associação Brasileira de Escolas de Serviço Social (ABESS) a partir de 1993, todo esse processo culmina na aprovação das Diretrizes Curriculares de 1996, porém ocorrem alterações substanciais realizadas pelo Ministério da Educação e Cultura (MEC) no conteúdo formulado para o referido currículo, mas mesmo com esses ajustes avanços são alcançados e a partir de então adota-se a discussão sobre o direcionamento da formação profissional, seus objetivos e conteúdo, bem como sobre a função social da profissão. Também é enfatizado a importância no desenvolvimento de uma prática reflexiva e conseqüentemente sobre as relações de

classe que incidem na realidade brasileira.

Enfim, os breves apontamentos aqui realizados sobre o Serviço Social permitem afirmar que a profissão não possui um percurso histórico linear e assim cada momento vivenciado obedece a fatores que circundam a realidade social.

A partir dessa perspectiva corrobora ABEPSS (2018), ao afirmar que o Serviço Social no Brasil vem alcançando legitimidade como uma profissão que tem o exercício profissional socialmente determinado e que, por conseguinte, seus agentes estão subordinados as determinações e contradições da condição de trabalhador assalariado. Nesse sentido, as transformações societárias incidem sobre os rumos adotados na profissão, bem como na vida dos profissionais bem como dos usuários dos serviços ofertados:

O atual quadro sócio-histórico não se reduz, portanto, a um pano de fundo para que se possa, depois, discutir o trabalho profissional. Ele atravessa e conforma o cotidiano do exercício profissional do assistente social afetando as suas condições e as relações em que se realiza o exercício profissional, assim como a vida da população usuária dos serviços sociais (Iamamoto, 2009, p. 7).

Na atualidade frente ao acirramento da questão social decorrente da ampliação das bases de políticas neoliberais assiste-se também o reforço de ideias conservadoras e ações repressivas por parte do Estado em relação a classe trabalhadora. Situações que exigem dos profissionais maior aprofundamento teórico metodológico, ético político e técnico operativo como requisito para o enfrentamento dessa realidade:

Com sua interferência na estrutura e na regulamentação das relações de trabalho, nas formas de organização política e jurídica do Estado e das instituições, a ofensiva neoliberal do grande capital diversificou e ampliou a degradação do trabalho e da vida social, atingindo duramente as condições de existência da classe trabalhadora e dos setores marginalizados. Ao materializar-se na exploração, na dominação, na desigualdade, na violência objetiva e subjetiva, a acumulação capitalista e o neoliberalismo criaram as bases concretas para a reprodução social da barbárie manifesta em ideias, valores e comportamentos (Barroco, 2015, p. 626).

Entre variados desafios postos aos profissionais de Serviço Social não há como deixar de mencionar a importância do debate sobre a questão étnico racial. Neste sentido, chama-se a atenção para o fato de que o pacto da branquitude também se reproduz no interior da profissão, tal como na sociedade. Prova disso é a ausência de

pensadoras e pensadores negros em disciplinas como Fundamentos do Serviço Social. Linhas atrás o texto trouxe o olhar clássico sobre a história da profissão, no entanto, o debate hegemônico se quer cita a existência de profissionais negros, que desde a década de 1950 estão trazendo a questão racial para a profissão.

Destaque é dado por Rocha e Silva (2022) sobre a atuação antirracista de Sebastião Rodrigues Alves, o qual estava atuando no movimento negro desde o final dos anos 1940. Nesta mesma linha, Magali Almeida (2019) cita Ferreira (2010) a qual aponta que Sebastião Rodrigues Alves³², embora de maneira conservadora, na década de 1960 já assinalava a existência do racismo em instituições de assistência social, bem como já alertava sobre a passividade de profissionais de Serviço Social ao se depararem com situações nas quais ocorriam discriminação racial.

Além disso já pontuava sobre a necessidade de existência de uma disciplina sobre a questão negra no Brasil nos cursos de Serviço Social. Conforme pode-se verificar no fragmento abaixo:

Segundo Alves (1966, p. 103), mesmo que a população negra conseguisse acessar as instituições sociais, o assistente social sofria de “falta de prescrição de atitudes [...] diante de um caso negro”. Para tanto, a sugestão de Alves (1966, p. 104) é que fosse “criada uma cadeira nos Cursos de Assistentes Sociais, com os conhecimentos de bioantropossociologia para completa elucidação do problema negro-brasileiro” (Ferreira, 2019, p. 86).

Ferreira (2019) evidencia limitações em relação a obra de Alves, as quais estão em consonância com o período histórico no qual o autor estava imerso. Mas, de qualquer forma, aponta que a leitura do assistente social se constitui em um marco em relação aos estudos que se referem as relações étnico-raciais e o Serviço Social no Brasil. Para a autora, Sebastião Alves é um dos pioneiros (as) negros (as), uma vez que participava de movimentos negros. Além disso, a autora descreve a importância do resgate de sua obra para evitar a reprodução de uma história que se liga apenas a pessoas brancas na profissão.

Sobre silenciamentos e desconhecimentos de autoras negras no Serviço Social recorre-se também a Rocha (2022) que realiza uma importante contribuição sobre Maria de Lourdes Nascimento:

³² “[...] Assistente Social, militante do movimento negro que em 1966 como fruto de seu trabalho de conclusão de curso tem publicado o livro ‘Ecologia do grupo afro-brasileiro’¹³ (IPEAFRO, s/d); se apresenta como um importante marco na trama sócio-histórica, ainda, considerando o contexto da obra e do Serviço Social, naquela conjuntura, caracterizada por fortes influências culturalista e de integração do negro na sociedade emergente [...]” (Correa, 2022, p. 432).

[...] foi uma assistente social que, entre os anos de 1940 e 1950, estava em intensas atividades políticas, artísticas, educativas e antirracistas voltadas à denúncia e à construção de resoluções para os problemas impostos pelo racismo no Brasil. Foi uma das fundadoras do Teatro Experimental do Negro (TEN) e referência do movimento negro brasileiro, porém invisibilizada pelo racismo estrutural (Rocha, 2022, p. 269).

Segundo Rocha (2022) o racismo acaba por balizar as mais variadas situações e ampara na solidificação de ideias que aquilo que é elaborado por pessoas negras seja tido como irrelevante o que no campo da produção do conhecimento acaba por repercutir em invisibilidades, e é essa lógica que segundo a autora ocorreu com Maria de Lourdes do Nascimento, o que repercute no Serviço Social, conforme exposto na citação a seguir:

Essa lógica, a nosso ver, fez com que Maria de Lourdes do Nascimento não fosse reconhecida na história do Serviço Social. Isso nos leva a considerar que, por ser uma profissão inserida na divisão social e técnica do trabalho, e delineada no bojo do Estado burguês, liberal e racista, ela também reproduz o mito da democracia racial e a impetra invisibilidades. Na década de 1940, o Serviço Social era composto majoritariamente por mulheres brancas, de elite e católicas conservadoras. Então, quem era Maria de Lourdes naquele contexto? Ela era [...] a pessoa que provocava incômodos e trazia à tona as verdades que são difíceis de dizer até atualmente [...] (Rocha, 2022, p. 276).

Esses apontamentos permitem afirmar que embora o Serviço Social tenha vivenciado mudanças a perspectiva na atuação contínua de enquadramento dos sujeitos a ordem do capital, situação essa começa a sofrer questionamentos a partir do movimento de reconceitualização, no qual a categoria passa a questionar as bases que até então legitimam a profissão.

Nesse sentido, embora haja progressos em relação a indagações sobre a estrutura social no interior da categoria, ainda há muito o que se avançar no que tange a compreensão sobre as relações étnico-raciais pelos assistentes sociais e é nesse sentido que se destaca a iniciativa de intelectuais negras que marcam presença nas lutas assumidas pela profissão.

Nesse contexto ressalta-se as contribuições de Almeida *et al.* (2019), uma vez que o panorama no qual emerge a crítica ao conservadorismo na profissão, assistentes sociais negras denunciam o silêncio sobre o racismo estrutural no que se refere a formação, bem como ao exercício profissional. Ainda destacam a existência de preconceito racial como componente que auxilia na manutenção das desigualdades

sociais que afligem a população negra. As autoras descrevem a importância da compreensão do período de escravização como determinante em relação a manutenção de relações econômicas e sociais opressoras.

Assistentes sociais negras, conforme Almeida *et al.* (2019) marcam presença na década de 1980 e cooperam ativamente no processo de redemocratização no país, conforme afere-se na citação a seguir:

A presença dos assistentes sociais (os) dessa geração com atuação na década de 1980 deram significativa contribuição ao processo de redemocratização nos sindicatos, nos movimentos sociais, nos partidos políticos progressistas e na renovação da profissão. Nos espaços sócio-ocupacionais por onde passaram, o ativismo desses assistentes sociais deixou registro da necessidade do enfrentamento da violência racial e sexista. Suas proposições de enfrentamento às discriminações de gênero e raça produziram fissuras que desestabilizaram a pretensa “ordem social” (des)organizada pelo racismo. O enfrentamento do racismo é central para desvelar os processos sócio-históricos-políticos que configuraram a desigualdade social e racial, bem como a lógica que articula raça e classe no capitalismo nas sociedades de herança escravista (Almeida *et al.*, 2019, p. 170).

Segundo Ferreira (2019) e Almeida *et al.* (2019) um estudo de 1986 que merece destaque é o Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) de Elisabete Aparecida Pinto, que em 2003 é convertido em livro sob o título de O Serviço Social e a questão étnico-racial — Um estudo de sua relação com usuários negros. Conforme Ferreira (2019, p.87) esta obra revela o descaso do Serviço Social no que tange a questão étnico-racial em meados da década de 1980.

Elisabete Pinto entrevista 30 assistentes sociais das quais 29 não conheciam nenhum livro de Serviço Social que tratavam da temática e apenas uma citou a Revista Serviço Social e Sociedade, que até aquele período não havia ainda publicado ao menos um artigo sobre o assunto. Outro ponto de destaque na obra se refere a persistência “em negar, negligenciar, não encarar, a questão étnico-racial”, fato em si que revela aspectos relacionados não só a atuação profissional naquele momento, mas também relacionados a formação, conforme destaque na citação a seguir:

Nesse contexto, qual é o papel do Serviço Social? Como e quando os profissionais vão encarar o racismo como uma questão social? Até o presente momento, tanto os profissionais considerados conservadores como os progressistas não têm assumido a questão étnico-racial como uma categoria explicativa da realidade. As produções teóricas mais avançadas e atualizadas também não se reportam ao tema. Por meio da prática ou do processo de trabalho, o importante é frisar que a formação profissional não tem dado conta de algumas questões e pontuo e reitero aqui a necessidade de se repensar a

questão étnico-racial, bem como a de gênero (Pinto, 2003, p. 16).

Ao realizar a reflexão sobre as origens do Serviço Social no Brasil é possível pontuar, segundo Gonçalves (2018) que os trabalhadores negros são apartados do atendimento dos primeiros assistentes sociais e um dos motivos dessa ação se dá devido as ações de tentativa de embranquecimento da população. Não há uma iniciativa do Estado brasileiro de incorporação dessa parcela populacional se quer no exército industrial de reserva e conseqüentemente não há políticas planejadas para o atendimento da mesma:

Na gênese do Serviço Social, na década de 1930, esta população permaneceu escanteada. Diluída na condição de pobre e miserável, tornou-se objeto de uma caridade que, mais do que flertar, estabeleceu ligações perigosas com a política eugenista do Estado brasileiro. Produto histórico das relações sociais, a profissão esteve estreitamente vinculada às ideias da classe dominante e reproduziu ou reforçou o status quo. De um lado, recebeu investidas eugenistas sob o argumento de que, para assegurar moralmente o destino da comunidade nacional, era preciso contribuir para melhorar a raça. De outro, e sem sair do universo ideológico conservantista, a categoria se viu sob o manto do mito da democracia racial, ideologia responsável por propagar a ideia de uma escravidão branda e de uma convivência pacífica entre os povos, não havendo, portanto, no Brasil um problema negro, como se reconhecia existir em outros países. Em ambos os casos, de harmonia entre as raças e de eugenia, os (as) primeiros(as) assistentes sociais não perceberam que o nó da questão social, núcleo elementar da profissão, residia justamente na ofuscada questão racial (Gonçalves, 2018, p. 515).

Nesse sentido segundo a referida autora a questão racial não é unicamente uma expressão da questão social, ela é uma das bases do antagonismo entre as classes na sociedade brasileira pois, o capitalismo trata de esconder rapidamente as raízes das mazelas imbricadas na questão social. Assim o fez com a escravização, tratou logo de resolver o excedente de mão de obra na Europa importando-a ao Brasil para substituir o trabalho escravizado, logrou duplo êxito, a partir de então os negros abandonados à própria sorte, sujeitos a uma política eugênica, ainda são acusados de serem um problema social.

A urbanização segregacionista do final do séc. XIX e início do séc. XX, das cidades brasileiras, segundo Gonçalves (2018) também utilizam medidas de eugenia na medida que cortiços são demolidos, o centro é estabelecido para as elites dominantes.

Salienta Rolnik (1989 *apud* Gonçalves, 2018) que as ações higienistas serviram de base para variadas medidas de desenvolvimento do espaço urbano e em São

Paulo, no que hoje é o centro da cidade, mais especificamente na Praça da Sé, inúmeras moradias coletivas, hotéis e pensões foram demolidos e cederam lugar para instalação das classes dominantes.

No Rio de Janeiro para enfrentar essa situação os negros se organizam, mas o poder público trata logo de usar a força policial para acabar com esse movimento e ainda lança mão do discurso de que o negro pertence as classes perigosas e as moradias coletivas são vinculadas a epidemias de doenças como a febre amarela. Assim uma questão sanitária é rapidamente transformada em questão moral e a solução encontrada é a de extinguir esse tipo de moradia do centro da cidade como forma de resolver o aumento de contágio de doenças, afastar aqueles que originam problemas para a polícia e por fim ainda se estabelece políticas de controle social.

Ações dessa natureza rotulam os negros como pertencentes as classes perigosas, mesmo antes de terem a chance de se tornarem pertencentes a classe trabalhadora. Devido a constituição eugênica da classe trabalhadora no Brasil os ex escravizados não conseguiram se enquadrar sequer no exército industrial de reserva. Conforme já mencionado, resta aos negros então uma vida muito precarizada e assim os mesmos tornam-se alvo de ações caritativas em especial da Assistência Social. Tem-se o encontro do Serviço Social e as classes dita perigosas, levando em consideração o estreito vínculo que a profissão tem em sua origem com a Igreja Católica:

[...] salta aos olhos, por exemplo, a Carta Constitucional de 1934, que vislumbrava introduzir na legislação brasileira um programa unitário de ação social. Do capítulo Assistência Social, art. 138, lê-se: Incumbe à União como aos Estados e aos Municípios, nos termos da lei federal: velar pela saúde pública assegurando o indispensável amparo aos desvalidos, criando serviços especializados e estimulando os serviços sociais cujas finalidades procurará coordenar; incentivar a educação eugênica e sexual; [...] adotar medidas de higiene social, visando impedir a propagação das doenças transmissíveis; socorrer as famílias de prole numerosa; cuidar da higiene mental incentivando a luta contra os venenos sociais. Parágrafo único: todos os problemas relativos à saúde e à assistência públicas serão estudados e coordenados por Conselhos Técnicos e pelos órgãos criados visando o aperfeiçoamento da raça (Aguilar Filho, 2011, p. 104 *apud* Gonçalves, 2018, p. 518-519).

A partir desse fragmento a referida autora pontua o que as classes dominantes desejam que a atuação do Serviço Social viesse promover, nota-se o cunho conservador e a questão social representada apenas como questão moral. Com o tempo a profissão abandona as ações de caridade e ao intervir produz resultados na

vida daqueles que atende, porém, a população negra do período tinha outros órgãos dedicados ao “aperfeiçoamento da raça”.

Muitas disputas teóricas têm se construído sobre a questão social na profissão, todavia aparta-se da discussão a questão racial, nesse sentido o debate também se afasta em relação a aqueles que no início do século XX não é permitido ao menos pertencer ao exército industrial de reserva. Na década de 1930 o branqueamento é pauta política do Estado e de instituições ligadas a ele, a Igreja Católica também se insere nessa conjuntura devido sua luta contra o avanço das ideias comunistas, bem como em decorrência de sua busca de manutenção de fiéis e defesa da propriedade privada:

[...] sendo a fé católica considerada um dos elementos constitutivos da nacionalidade, não será obra do acaso se nomes expoentes do mundo católico aderem ao integralismo. Notáveis representantes da Ação Católica e do clero nutriam fortes simpatias pelo fascismo europeu [...] (Gonçalves, 2018, p. 519).

Importante salientar que ainda nas primeiras décadas da profissão surgem publicações no Serviço Social que exortam traços eugênicos na sociedade brasileira. Ainda são presentes o racismo, o preconceito, a xenofobia, a inferiorização e culpabilização dos negros pela própria condição precarizada, porém apesar de todos a esses apontamentos sobre o passado conservador da profissão a questão que emerge, segundo ela é porque, mesmo na atualidade, o serviço social tem dificuldade em reconhecer que a questão racial é nuclear a questão social? Tal questionamento é ressaltado no fragmento disposto a seguir:

Ante o exposto, cabe indagar: por que o Serviço Social ainda guarda reticências em perceber que a questão racial é nuclear à questão social? Se a questão social é produzida compulsoriamente pelo capitalismo (NETTO, 2001b), qual a nossa dificuldade em compreender que a questão racial e seu mais grave subproduto, o racismo, fazem parte das relações que impulsionam e dinamizam a sociedade burguesa? Ora o modo de produção capitalista beneficiou-se enormemente do escravismo e amparou as bases da opressão racial, possibilitando que está se mantenha e continue a sustentar a reprodução do capital. Para a visão turva do Serviço Social acerca das relações étnico-raciais talvez tenha contribuído uma certa tradição marxista que considerava que os problemas raciais se resolveriam por meio da luta dos(as) trabalhadores(as) em geral. O problema é que esta formulação, demasiada abstrata, não percebeu que o racismo estava entranhado no seio da classe trabalhadora não negra, que viu vantagens em se identificar com o ex-senhor de escravos (GONÇALVES; GÓES, 2017). O racismo é parte do processo por meio do qual o capitalismo tornou-se (e se mantém) sistema dominante (CALLINICOS, 1993); é esta arma de dominação que fragmenta a classe trabalhadora, em especial neste momento em que o capitalismo não

pode mais integrar massas imensas que se tornam cada vez mais supérfluas, descartáveis; em que a barbárie não é mais momentânea, mas tende a se tornar regra (TOSEL, 2011); o que, aliás, não é novidade para os(as) escravizados(as), que tiveram dificuldades de serem aceitos como parte das classes laboriosas e desde sempre foram considerados(as) classes perigosas (Gonçalves, 2018, p. 520).

Percebe-se que a referida autora entende que a questão racial é estruturante da questão social, posição que coadunamos, uma vez que a massiva escravização que ocorreu no país conforma a classe trabalhadora até os dias atuais, é impossível realizar uma análise desta no Brasil se não fizermos um recorte de raça e gênero.

É notório que a questão social é resultante da relação contraditória entre as classes sociais no modo de produção capitalista, autores como Lamamoto, Netto e outros no Serviço Social em suas análises baseiam-se nessa perspectiva, porém concordamos com Gonçalves (2018) quando afirma que não há como pensar na constituição sócio-histórica brasileira, sem pensar que a questão racial e um dos seus desdobramentos o racismo também estão envolvidos nessa relação, já que são decisivos para a o estabelecimento e a manutenção da ordem burguesa.

Essa situação em relação a questão Étnico-Racial por parte do Serviço Social, segundo Gonçalves (2018) pode estar entrelaçada com a tradição marxista que credita que os problemas raciais são resolvidos por intermédio da luta da classe trabalhadora. Todavia, é necessário pontuar que essa perspectiva não considera que o racismo se estabelece e beneficia o trabalhador branco que ideologicamente se identifica com ideais elitistas.

Entendemos que o racismo é componente que torna o capitalismo sistema hegemônico e também atua como um mecanismo que auxilia na fragmentação da classe trabalhadora, não há como eliminar a ordem do capital sem sobrepujar a questão social e para tanto há que se considerar a questão racial.

De acordo com Ferrugem e Machado (2022) os assistentes sociais, assim como todo conjunto da sociedade, também são submetidos e vivem as consequências causados pelo racismo estrutural seja no processo formativo ou nos espaços sócio-ocupacionais. Segundo elas, é comum nos locais de discussão coletiva da profissão onde o debate sobre as relações étnico-raciais se estabelece ocorrer relatos de estudantes de serviço social e de profissionais sobre vivências relacionadas ao racismo estrutural, e isso se dá de variadas maneiras.

A primeira maneira citada pelas referidas autoras, se dá por intermédio da

impassibilidade ou da negação em relação a qualidade técnica da produção realizada por pessoas negras. A segunda refere-se ao indeferimento de orientar trabalhos que se dedicam ao estudo de temática referente as relações étnico-raciais. Terceira se mostra no baixo índice de programas de pós-graduação em Serviço Social que aderiram a política de cotas. Quarta é a recusa de admissão de trabalhos em eventos que se referem a variadas temáticas que se ligam a questões da população negra.

Esses apontamentos aliados a outros fatores, segundo Ferrugem e Machado (2022) são elementos a serem levados em consideração quando nos remetemos ao compromisso que a categoria assume em um projeto político profissional que visa a construção de uma sociedade mais justa e igualitária. As autoras reconhecem que existe uma parcela dos profissionais comprometidos na realização de debates, bem como na inclusão da questão étnico racial na academia e nos espaços sócio-ocupacionais, além de haver publicações das entidades representativas da categoria dedicadas a reflexões sobre o racismo e suas consequências para a sociedade.

Porém, reforçam Ferrugem e Machado (2022) que essas ações não são suficientes para ajustar a defasagem que existe em relação ao prolongado silêncio que perdurou na formação em serviço social no que tange a questão étnico-racial. E ainda acrescentam que é necessário incluir categoricamente a questão racial como elemento fundamental, não como algo inexistente ou como algo que pouco repercute na conformação da realidade. “Se o racismo é estruturante da sociedade burguesa brasileira, a luta antirracista tem que ser constante” (Ferrugem; Machado, 2022, p. 260).

Ferreira (2019) alerta que existe variadas percepções sobre a ocorrência de debates envolvendo a questão étnico-racial no Serviço Social, para alguns parecem ser insuficientes, para outros há avanços em escala considerável.

A autora descreve que o passado da profissão é conservador e que variados intelectuais do Serviço Social buscam por transformações na profissão e nesse sentido a mesma segue em busca ininterrupta de ruptura com o conservadorismo, essa busca trata-se de um processo ainda em curso.

As contribuições de Ferreira (2019) nos levam a pensar a profissão de uma maneira dialética, incluída em um processo histórico, e assim as respostas dadas pela profissão obedecem aos movimentos que ocorrem na sociedade como um todo.

Dias (2015), também faz uma análise sobre a questão étnico-racial e o Serviço Social pontuando que ideários racistas fundamentados em teorias de

miscigenação e de embranquecimento populacional são atos de caráter político e ideológico. Esse ideário ainda está em andamento, uma vez que discursos de que o país é composto de variadas etnias que aqui vivem em uma democracia social ainda estão em curso. Reconhece a autora que o Brasil apresenta uma composição étnica variada, porém há muito o que se avançar no que se refere a direitos sociais. Segundo ela sobrevive no imaginário social formas de embranquecimento cultural, social, político e econômico.

Silva (2009 *apud* Dias, 2015) esclarece que a Constituição Federal de 1988 trouxe avanços ao compreender que o racismo e o preconceito racial são vigentes no Brasil e assim é necessário que ocorram ações de enfrentamento. E nesse cenário, destaca o protagonismo do movimento negro que por sua vez vem demonstrado a necessidade do aprofundamento do debate político, bem como a necessidade de ações efetivas que visam a promoção de igualdade racial. Como resultado e após a Conferência de Durban³³ em 2001, emergem a implantação das políticas afirmativas no país:

Essas políticas espelham-se nas medidas adotadas pelo governo dos Estados Unidos na década de 1960, denominadas políticas de ação afirmativa. Essas políticas atuam como alternativas de combate à discriminação, visando à garantia da equidade e inclusão social. Alguns autores como Brandão (2004), Jaccoud (2008) e Gomes (2001) afirmam que as políticas afirmativas são uma alternativa viável no sentido de promover justiça social e propiciar aos beneficiados, subsídios de se incluir socialmente, bem como demonstrar o quão intenso é o racismo no país (Dias, 2015, p. 317).

Importante mencionar segundo Dias (2015), que apesar dos avanços em relação a implantação das políticas alternativas, as quais possuem limites como falta de continuidade, de recursos ou de alcance. E pondera a autora que é primordial o fortalecimento de debates sobre o assunto uma vez que a sociedade brasileira convive cotidianamente com os reflexos do mito da democracia racial. Silva Filho (2004 *apud* Dias, 2015) esclarece que houve aumento em relação ao número de estudantes negros que buscam pelo curso de Serviço Social e que em um passado próximo essa parcela populacional era apenas atendida pelos assistentes sociais

³³ Sinaliza Dias (2015) que em Durban, na África do Sul em 2001 ocorreu a III Conferência Mundial contra o Racismo, a Discriminação Racial, a Xenofobia e as Formas Conexas de Intolerância. Trata-se da Conferência de Durban. Como resultante da mesma é elaborado um documento no qual é estabelecido que o Brasil possui responsabilidade em relação a escravidão e as condições de desigualdade social que afeta os descendentes de africanos no país.

nos vários espaços de atuação dos profissionais.

Todavia, segundo Dias (2015) essas situações ainda são pouco debatidas pelo corpo profissional e alguns motivos para isso é a pouca produção teórica sobre o assunto. Ainda há insuficiente assimilação da categoria sobre a importância da inclusão de discussões sobre o quesito cor/raça/etnia.

Para Dias (2015) os debates sobre as relações étnico-raciais sempre foram colocados em segundo plano pela categoria e para muitos assistentes sociais não é entendida como um requisito basilar para a realização de análises que envolvam as relações sociais.

Sobre a produção em Serviço social e as relações étnico-raciais recorre-se a Ferreira (2019), a autora faz uma descrição das publicações na área que mencionam aspectos relacionados a referida temática nas últimas décadas. A autora cita três periódicos do Serviço Social, os quais são: a Revista Inscrita publicada pelo Conjunto CFESS-CRESS, foram 14 edições, no período de 1997 a 2017, nesse período são localizados apenas quatro artigos dedicados as relações étnico-raciais. O segundo periódico é a Revista Temporalis que passou a ser vinculada a partir de 2000. Segundo a autora só foi possível consultar a Revista a partir de 2010, mas somente em 2014 a mesma tem suas duas (2) edições voltadas a questão étnico-racial:

Depois disso, a Temporalis teve mais cinco artigos publicados entre 2015 e 2018. O mais recente número (36, 2018) publicou também os documentos da ABEPSS, “As cotas na pós- graduação: orientações da ABEPSS para o avanço do debate” e “Subsídios para o debate sobre a questão étnico-racial na formação em Serviço Social” (Ferreira, 2019, p. 89).

E por último Ferreira (2019) apresenta os dados coletados na Revista Serviço Social e Sociedade que começa a ser vinculada a partir de 1979, a mesma apresenta um artigo com a temática somente em 2004, enfim de 2004 até 2009 foram apenas três artigos. Entre 2012 e 2016 são mais cinco e em 2018 há a publicação de um dossiê com editorial e mais nove artigos envolvendo a temática. A referida autora aponta que em seu levantamento são encontrados um total de 27 artigos que são produzidos por 36 autoras(es) e a maior parte delas são assistentes sociais. Esclarece Ferreira (2019) que sua pesquisa se restringiu apenas a esses três periódicos, porém ela afirma haver outros artigos em outros periódicos.

A partir da apresentação dos resultados da pesquisa realizada por Ferreira (2019) entendemos que a preocupação em relação a questão étnico-racial sofre um

acréscimo de demanda nos últimos anos, porém não é recente as nítidas desigualdades raciais em nossa sociedade. Conforme Dias (2015) a categoria assume um compromisso de luta em prol da classe que vive do trabalho, compromete-se também com o aprofundamento da democracia, da liberdade e da justiça social, frente a isso não cabe abstinência em relação a discussões sobre as relações étnico-raciais.

Sabe-se que invisibilidade da questão negra acompanha o desenvolvimento da história da sociedade brasileira, porém é necessário buscar respostas para o porquê dessa situação acontecer, isso é o que se espera de uma categoria que tem em sua pauta lutas progressistas.

Para Dias (2015) poucas discussões envolvendo a questão étnico-racial revelam um posicionamento político. Esse tipo de atitude vai na contramão do posicionamento de defesa da classe trabalhadora que é a camada mais empobrecida da população que é composta majoritariamente por minorias sociais, conforme se vislumbra na citação a seguir:

[...] portanto, trata-se então, de que esta categoria atente-se para que a condição da população negra não seja subjugada ou secundarizada por quem se coloca como construtor de uma nova ordem societária, onde não cabem explorações e nem dominações seja elas de qual origem for (Dias, 2015, p. 326).

Dias (2015) revela que poucos debates, ou mesmo a inexistência de conhecimento sobre aqueles que atende, que se revelam em ausências de informações em instrumentos de trabalho do profissional de Serviço Social remetem a uma pouca nitidez sobre as questões étnico-raciais, e situações como essa autora interpreta como “uma posição política de negação [...] se o racismo não for alvo de enfrentamento e combate, certamente as desigualdades raciais marcarão as relações sociais (Dias, 2015, p. 327).

A autora ainda acresce que entende que é por intermédio do desvelar da história e das relações sociais que podem ser realizadas propostas de enfrentamento ao racismo, ao patriarcado, ao eurocentrismo. Nessa perspectiva é importante realizar indagações que se referem ao interior profissional como por exemplo, a quem e porque interessa a omissão em relação a questão étnico-racial? As respostas podem ser obtidas quando refletimos sobre a profissão, sua história e a situamos na trama de todo o contexto social que a cerca.

Dias (2015) ainda sinaliza sobre a importância da elaboração ou fortalecimento de espaços de discussão sobre a questão étnico-racial para compreensão de aspectos que se relacionam a vida da população negra.

Enfim, durante a elaboração desse capítulo muitas foram as definições e compreensões acerca da questão social, porém privilegia-se a interpretação de Lanni, na medida que o autor apresenta múltiplas expressões da questão social, sob a égide das contradições sociais e agrega em sua visão a importância da luta social no campo e nos centros urbanos, a massa de trabalhadores que participa dessas lutas é composta por negros, brancos, indígenas, imigrantes, entre outros e nessa direção a questão social abarca condicionantes raciais, regionais, econômicos, políticos e culturais.

Outro ponto que merece destaque sobre a questão social é que ao refletirmos sobre as concepções elaboradas por demais intelectuais, inclusive os estudiosos do Serviço Social não encontramos menção às comunidades negras e indígenas que conformam a classe trabalhadora no Brasil. Nesse sentido são ignorados os séculos de escravização e seus reflexos na sociedade brasileira, bem como não é mencionado o que ocorreu com esse segmento populacional na pós-abolição. Não são mencionadas as formas de resistência efetuadas por aqueles que compuseram e compõem a maior parcela dos trabalhadores brasileiros.

Em meio a essas reflexões privilegia-se também as colaborações de Gonçalves (2018) que aponta que a maneira interpretativa da questão social pelo Serviço Social merece destaque quando pensamos em relação aos silêncios no que tange a questão étnico-racial. Nesse sentido importante trazer as contribuições de Oliveira (2015):

Compreendo que o grande conflito e contradição pauta-se no entendimento de que a razão do existir do Serviço Social é a questão social consequência do conflito existente entre o capital e o trabalho, analisada a partir da classe social. Assim em sendo o objeto do Serviço Social a questão social, os demais conflitos e contradições sociais passaram a ser compreendidos como expressões da questão social. A partir desse entendimento no debate político gera o discurso profissional de que superando a questão de classe resolveria todos os demais conflitos. Tal situação tacitamente pactuada oculta o tratamento da categoria étnico-racial pela profissão desde o seu processo de formação nas universidades quanto no seu exercício profissional (Oliveira, 2015, p. 28)

Conforme aponta-se na citação acima outra questão que merece destaque é que todos esses apontamentos sobre a questão social repercutem no processo de formação dos Assistentes sociais, o que revela a importância de compreender os

documentos que regem esse processo e é nessa perspectiva que o capítulo a seguir tem início.

4 A INCLUSÃO DE TEMÁTICAS LIGADAS AS RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS NOS PROJETOS POLÍTICOS PEDAGÓGICOS DOS CURSOS DE SERVIÇO SOCIAL DE UNIVERSIDADES PÚBLICAS DO PARANÁ

Nos capítulos anteriores dessa tese a busca foi por dissertar, ainda que de forma resumida, sobre alguns aspectos que considera-se importante destacar sobre a formação sócio histórica do país, nesse processo fica evidente que historicamente as desigualdades vem afligindo a populações indígenas e negra no país, mas é perceptível também que todo esse processo não se desenrolou sem que houvesse resistência e nesse campo destaca-se o protagonismo da luta dos movimentos negros e indígenas como fator que possibilita o alcance de direitos, e novamente ressalta-se a potência da luta da população negra no meio acadêmico e profissional, como no caso do serviço social, conforme destaca-se nesse momento da pesquisa em questão.

Em meio a esse contexto pontua-se que para o Serviço Social é imprescindível a compreensão crítica de toda a dinâmica societal para que se possa identificar como se desenvolvem e se mantem as desigualdades raciais na vida daqueles que são atendidos pelos assistentes sociais. Essa constatação denota a importância de desvelar as múltiplas nuances que compõem as temáticas que envolvam as relações étnico-raciais e o Serviço Social, tanto no que se refere a formação, quanto no que se refere ao exercício profissional.

Nessa esteira, é importante sinalizar que vem ocorrendo debates que envolvem a referida temática e é na perspectiva de entender melhor aspectos que se referem a essa realidade que a seguir evidencia-se a importância das entidades representativas do Serviço Social e sua abordagem no que tange as relações étnico-raciais no Brasil.

4.1 O SERVIÇO SOCIAL E AS ENTIDADES REPRESENTATIVAS DA CATEGORIA E A DISCUSSÃO SOBRE AS RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS

“Existe uma história do povo negro sem o Brasil, Mas, não existe uma História do Brasil sem o povo negro”.
(Januário Garcia)

Conforme já postulado nesse trabalho a questão social se apresenta na vida da população, que por sua vez é compelida a lutar pelo reconhecimento de seus direitos sociais, políticos, econômicos e humanos, conforme apontam Iamamoto e Carvalho (2006) esse processo é composto de conformismo e insurgências e é nesse campo repleto de antagonismos que são incorporados assistentes sociais que acabam por engendram-se de forma direta no desenvolvimento das relações sociais quando planejam políticas ou prestam atendimentos das questões advindas do modo de estruturação da sociedade.

E sobre a importância da apreensão da realidade nos remetemos as relevantes contribuições de Pinto (2003) e Rocha (2014) que esclarecem que o público que busca os serviços ofertados pela profissão é composto de forma majoritária por mulheres e pela população negra, sobre esse referido público:

[...] sabendo que a população negra compõe majoritariamente: 1. O corpo da sociedade que mais sofre com as expressões da “Questão Social”; 2. A massa dos usuários das políticas sociais; 3. A população mais pauperizada do país e 4. A população que mais morre por armas de fogo (vítima da violência) e/ou pelo sucateado SUS. Infelizmente, há um sem número de misérias na qual a mulher ou o homem negro estão à frente no ranking das raças, e infelizmente, é sabido, que essa mesma população não lidera esses rankings quando se trata de alto IDH, emprego e renda, moradia, nível de escolaridade ou anos de estudo, entre outros (Moraes, 2018, s/p).

A partir dos dados apresentados afere-se que a questão étnico racial e de gênero atravessa a vida dos usuários do Serviço Social, o fato do público atendido pela profissão ser em grande maioria composto por pessoas negras, segundo Rocha (2014) já justifica a necessidade de dedicação em relação a compreensão da estruturação dos determinantes sociais que culminam nessa realidade.

Sobre a necessidade de compreender a realidade racial no país pontua Oliveira (2017), que é necessário apreensão, problematização e análise pela categoria profissional de como se desenvolveu a história, bem como o processo de constituição da identidade e resistência para alcance de direitos sociais pela população negra, caso contrário o exercício profissional incorre no risco de contribuir para perpetuação das desigualdades raciais.

É notório que a discussão sobre o serviço social e as relações étnico- raciais historicamente tem sido alavancada por intermédio da luta de assistentes sociais negras e indígenas que vem apresentado a relevância da profissão se ater a essa questão e como fruto dessa situação e de toda conjuntura que compõe o tecido da

realidade social. Na atualidade percebe-se que assistentes sociais, grupos de pesquisa e extensão, coletivos profissionais, bem como as entidades que regem a categoria tem se voltado ao entender como são definidas as situações que se relacionam as populações indígenas e negra no país.

Porém, contribui Pinto (2003) e afirma que em sua maioria as assistentes sociais apresentam defasagem no que tange a desconstrução do modo racista como se estrutura a sociedade, e essa situação acaba por revelar que existem lacunas no que diz respeito a formação profissional no que se refere as relações étnico-raciais.

Em meio a esse contexto reforça-se que a atuação do assistente social deve ser realizada a partir da perspectiva de defesa de direitos em uma sociedade caracterizada pelo antagonismo entre as classes e desigualdade racial, o que demonstra a necessidade de compreensão crítica no que tange a totalidade que compõe a realidade social, conforme expresso na citação a seguir:

É no campo da defesa de direitos que o profissional de Serviço Social é convocado a atuar, e no terreno arenoso da intervenção se defrontará com os limites e possibilidades de se garantir direitos nos marcos da sociedade burguesa. Dessa forma, a apreensão crítica acerca da realidade social e de suas dimensões histórica, econômica, política e cultural possibilitará uma intervenção mais qualificada sob o ponto de vista teórico e técnico operativo, ético e político, sobretudo no que diz respeito à apreensão das expressões da questão social materializada na vida social em desigualdade (Rocha, 2014, p. 26).

A partir desses apontamentos é importante afirmar novamente que a profissão apresenta uma posição, que foi historicamente alcançada, a de defesa da classe trabalhadora, fundamental para essa perspectiva é o profundo processo de renovação no Serviço Social que ocorre a partir de meados da década de 1970³⁴.

Segundo Elpídio e Valdo (2022) sobre o processo de reconceituação da profissão, estudos vem demonstrando que a nova postura que passa a ser gestada no seio do Serviço Social a partir de meados da década de 1970 coaduna com posições críticas assumidas em outros países da América Latina, que também se aproximavam da organização da classe trabalhadora, apontam ainda os autores que a intenção de ruptura com o conservadorismo é parte integrante de um desenvolvimento histórico da América Latina.

³⁴ Sobre o processo de renovação no Serviço Social fizemos breves apontamentos no tópico 3.3 desse trabalho, para maiores aprofundamentos ver PAULO NETTO, José. **Ditadura e serviço social: uma análise do serviço social no Brasil pós-64**. São Paulo: Cortez, 2005.

A compreensão crítica desse movimento se dá a partir da conexão e do aprofundamento teórico em bases marxistas, e a partir daí abre-se o terreno para o Congresso da Virada em 1979 no Brasil. Portanto percebe-se que a mudança de direção no Serviço Social, trata-se de um processo que possibilita o início e a contínua apreensão crítica da realidade por parte da categoria.

Nessa esteira, pontua-se então que o III Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais (CBAS), denominado como o “Congresso da Virada”, se constitui como um marco em relação a direção social que a profissão adota a partir de então, segundo Abramides (2019) os profissionais passam a se ver como partícipes da classe trabalhadora, portanto submetidos ao assalariamento e assim passam a se inserir e a dialogar com lutas e movimentos sociais:

O III CBAS acontece no período da (re)organização dos movimentos sociais, de redemocratização do país, durante a crise da autocracia burguesa, em que se retoma a organização sindical das (os) assistentes sociais, no interior do sindicalismo classista, com mobilizações e greves, por seus interesses imediatos e históricos, articulados às lutas contra a ditadura civil- militar, anticapitalista e anti-imperialista (Abramides; Cabral, 2019, p. 37).

Segundo Moreira (2019) é necessário pontuar que o “Congresso da Virada” possibilitou avanços para a profissão, na medida que o assistente social passa a entender a importância de fazer parte de lutas coletivas o que é um dos elementos que possibilita a construção do Projeto Ético-Político da profissão, no qual se expressa a luta pela construção de uma nova ordem societária.

Pontua-se então que para hegemonia dessa nova direção sociopolítica de atuação existe todo um arcabouço teórico que vem sendo elaborado no seio da profissão, bem como existe um projeto ético-político que ampara o Serviço Social, sobre projetos profissionais:

Os projetos profissionais apresentam a auto-imagem de uma profissão, elegem os valores que a legitimam socialmente, delimitam e priorizam seus objetivos e funções, formulam os requisitos (teóricos, práticos e institucionais) para o seu exercício, prescrevem normas para o comportamento dos profissionais e estabelecem as bases das suas relações com os usuários de seus serviços, com as outras profissões e com as organizações e instituições sociais privadas e públicas (inclusive o Estado, a que cabe o reconhecimento jurídico dos estatutos profissionais) (Netto, 2009, p. 144).

É no caso do Serviço Social:

A dimensão política do projeto é claramente enunciada: ele se posiciona a favor da equidade e da justiça social, na perspectiva da universalização do acesso a bens e a serviços relativos às políticas e programas sociais; a ampliação e a consolidação da cidadania são explicitamente postas como garantia dos direitos civis, políticos e sociais das classes trabalhadoras. Correspondentemente, o projeto se declara radicalmente democrático — considerada a democratização como socialização da participação política e socialização da riqueza socialmente produzida (Netto, 2009, p. 155).

Resta evidente então o posicionamento que deve seguir o Serviço Social e como base nessa perspectiva de atuação é que o corpo profissional vem direcionando suas ações pautada na teoria marxista que defende uma sociedade mais justa e igualitária, esses aspectos recaem na elaboração de uma postura ético-política, técnico operativa e teórico metodológica que devem coadunar entre outras coisas com a defesa daqueles que são explorados na sociedade capitalista.

Conforme Abramides e Cabral (2019) a década de 1990 possibilitará adjudicar maturidade ao processo de ruptura com o conservadorismo tal qual privilegia-se no Projeto Ético-Político da profissão (PEP), uma vez que o mesmo apresenta a perpetuação das premissas do “Congresso da Virada” no que tange a direção social que passa a ser assumida pelo corpo profissional. A partir de uma postura crítica sobre a realidade social o PEP ganha materialidade nas ações da categoria e se assenta em documentos e legislações, a saber: o Código de Ética Profissional de 1993, a lei de Regulamentação da Profissão, as Diretrizes Curriculares dos Cursos de Serviço Social de 1996, bem como as variadas legislações sociais que servem de base para o exercício profissional como a Lei Orgânica da Saúde de 1990, entre outras.

De acordo com Abramides e Cabral (2019) essas documentações são basilares no que tange a formação e o exercício profissional e são presentes nas discussões, bem como baseiam as lutas dos assistentes sociais e estudantes do Serviço Social que se organizam em entidades representativas que dão sustentação as premissas da direção social eleita historicamente pelos profissionais.

As entidades representativas da categoria, a saber são: a Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS); o conjunto do Conselho Federal de Serviço Social (CFESS) e os Conselhos Regionais de Serviço Social (CRESS); a Executiva Nacional de Estudantes de Serviço Social (ENESSO), além de outras entidades que representam os assistentes sociais, bem como sindicatos e demais espaços de luta coletiva. Braz e Teixeira (2009 *apud* Moreira, 2019) esclarecem que nessas instituições político-organizativas são também erigidos de forma coletiva os

aspectos gerais do projeto profissional, espaços nos quais são reafirmados ou não os compromissos e princípios defendidos pela categoria.

É importante ressaltar que a organização política que respalda o PEP também é elaborada, conforme já mencionado, a partir da conexão estabelecida com movimentos sociais e nesse sentido ganha relevância a contribuição de assistentes sociais que se dedicam a estudar a questão étnico-racial e que são participantes dos movimentos da população negra no país:

A presença das mulheres negras foi fundamental na organização da Marcha contra a farsa da Abolição em 1988, e em 1995 da Marcha Zumbi dos Palmares contra o Racismo, pela Cidadania e pela Vida, em que cerca de 30 mil foram às ruas para protestar contra a ausência de políticas de enfrentamento do racismo. Fato histórico importante para a militância negra que resultou na criação dos primeiros grupos de trabalhos para proposição de políticas públicas para o enfrentamento e combate ao racismo. Essa iniciativa, indubitavelmente, foi uma resposta às pressões do Movimento Negro e de Mulheres Negras, que levaram o então presidente Fernando Henrique Cardoso a afirmar a natureza racista do Estado brasileiro. Nesse contexto, outro grupo de assistentes sociais negras ocupam a cena pública, dando o tom antirracista nas entidades da categoria, assim como na produção intelectual: Matilde Ribeiro, Elisabete Aparecida Pinto, Suelma Inês Alves de Deus, Maria José Pereira, Magali da Silva Almeida e Fátima Cristina Rangel Sant'Anna e, no fim da década de 1990, Roseli Rocha, Maria Isabel Assis (Mabel), dentre outras (Almeida; Rocha; Branco, 2018, p. 172).

Percebe-se então que a interlocução com o movimento negro possibilita significativas conquistas e a participação de assistentes sociais engajadas na luta antirracista acabam por evidenciar a dimensão política inserida nesse contexto o qual coaduna com os princípios defendidos no PEP, nota-se também a importância que essas mulheres possuem em relação não somente com a luta coletiva, mas também em relação a incorporação da temática étnico-racial pelas entidades representativas do Serviço Social.

Pontua Moreira (2019) que há que se destacar a dimensão político-organizativa como um elemento que possibilita (ou não) o prosseguimento do norte sócio-político que o Serviço Social vem construindo de modo coletivo e esse posicionamento é afiançado pelas entidades que representam a categoria, e ainda essas instituições auxiliam em relação a articulação com as variadas lutas da classe trabalhadora.

Moreira (2019) destaca que a articulação entre o conjunto CFESS/CRESS, a ABEPSS e a ENESSO são responsáveis por um legado em termos histórico no que tange a profissão e que devem ser reconhecidos, bem como fortalecidos. “Também

se configura enquanto um patrimônio político que contribui, inclusive, para uma cultura política democrática no seio profissional” (Moreira, 2019, p. 137).

Ainda é imprescindível que essas entidades fortifiquem as lutas coletivas, conforme salienta Moreira (2019) pois o ideal é que a perspectiva de união coletiva seja cada vez mais aprofundada. Ainda esclarece o autor que historicamente essa conexão das ações coletivas profissionais e as entidades vem protagonizando diversos momentos importantes para o Serviço Social, como nas mobilizações e discussões para elaboração do Código de Ética Profissional de 1993 e das Diretrizes Curriculares da ABEPSS de 1996 e ainda para a realização de eventos como os Congressos Brasileiros de Assistentes Sociais (CBAS).

Conforme Moreira (2019) no desenrolar histórico variadas ações vêm sendo desenvolvidas por essas entidades como a defesa da educação pública, gratuita e de qualidade, bem como de defesa de condições de trabalho para os assistentes sociais e para a classe trabalhadora como um todo, entre outras lutas acampadas, nesse ínterim os estudantes seguem acompanhando todas as demandas que são reivindicadas pela profissão.

Importante frisar que as relações estabelecidas entre as entidades possuem um cunho político e assim sendo também podem apresentar-se como espaços de disputas, pois distintas forças políticas podem estar à frente dessas instituições, conforme esclarece Moreira (2019), e ainda pode haver diferenças de posições entre as diferentes entidades que compõem as representações do serviço social, uma vez que as relações estabelecidas não estão isentas de tensões, o que faz parte da trama política, nesse sentido:

Compreendemos também que os conflitos podem surgir entre as entidades, bem como no interior de cada entidade, visto que o pluralismo é um fator presente na arena de qualquer luta política e espaço coletivo. Nesse entorno, concordamos com Netto (1999, p.5) que “a afirmação e consolidação de um projeto profissional em seu próprio interior não suprime as divergências e as contradições”. Exatamente por esse motivo, que “o processo de resistência não se constitui como um movimento linear, mas dinâmico, contraditório, marcado por avanços e recuos, conquistas e derrotas” (DUARTE, 2019, p175). Mas compreendemos também que, nesse processo, possuímos responsabilidade ético-política na defesa e manutenção da direção do Serviço Social brasileiro (Moreira, 2019, p. 139).

Moreira (2019) em sua dissertação de mestrado, faz uma pesquisa com pessoas que participam das entidades que representam a categoria e nessa esteira afirma que uma das suas entrevistadas, representante da ABEPSS pontua que no

momento que foram debater a questão da inclusão das ações afirmativas, especialmente na pós-graduação, na gestão (2017-2018) houve opiniões divergentes, segundo o autor situações como essa suscitam questionamentos no tocante a forma com a qual estão sendo conduzidos os pressupostos do Projeto Ético-Político no interior da categoria, nesse sentido se há tensões e recusas no momento de discussões sobre assuntos que se relacionam a temática étnico-racial é preciso retomar e fortalecer coletivamente os princípios do PEP, já que sua direção social é evidente.

Outro sujeito de pesquisa da dissertação de Moreira (2019) que também relata tensões em relação a temática étnico-racial é a representante da ENESSO, que afirma haver muitos estudantes com posturas racistas e isso remete a uma questão fundamental que se refere a como estão sendo elaborados o processo de formação política e profissional dos estudantes, que tipo de suporte em relação a referida temática estão sendo ofertados?

Podemos então pontuar que na formação são inúmeros desafios a serem superados no que tange a compreensão sobre os determinantes do racismo, esse fato exige aprofundamentos que visem esclarecer aspectos concernentes a formação social do país e nessa esteira é importante entender como foram desenvolvidas as relações raciais no decorrer do desenvolvimento histórico do Brasil, conforme pontua-se na citação a seguir:

O Projeto Ético-Político profissional, enquanto um horizonte estratégico calcado num projeto de classe a ser alcançado, precisa ser concebido numa perspectiva de totalidade da realidade social, bem como de todas as contradições que a perpassam — e em nosso caso brasileiro, não tratar do racismo é conforme dito por Moura (1983), escamotear o que estrutura nossa formação [...] (Moreira, 2019, p. 140).

Moreira (2019) esclarece que a formação e a questão étnico-racial exigem profundas reflexões, ainda pontua que é necessário rever a história da profissão e entender porque essa questão foi escamoteada historicamente, esse imperativo ganha evidência sobretudo na atualidade, na qual vivencia-se um momento de conservadorismo acirrado, onde os índices de violência em relação a população negra continuam alarmantes. Nesse contexto fica evidente a necessidade de fortalecimento da direção social do Projeto Ético Político da profissão e isso segundo ele só pode ser alcançado se a luta antirracista fizer parte da formação e do exercício profissional e

ainda esses elementos estão sendo capitaneados pelas entidades representativas da categoria, o que demonstra a posição central e estratégica que essas instituições possuem.

Elpídio e Valdo (2022) ao tratarem sobre a necessidade do aprofundamento das discussões no que tange o racismo e o serviço social apontam que este é um caminho sem volta para o Serviço Social, que vêm incorporando a questão racial e as lutas antirracistas, estes elementos, segundo os autores podem ser interpretados como componentes da maturidade intelectual da profissão que tem sua base numa visão crítica da realidade, essa afirmação, contudo, não anula os silenciamentos, nem os limites que persistem em relação a temática no meio profissional.

Ressalta-se, a partir das contribuições dos autores, que o destaque para as discussões sobre a questão étnico-racial na profissão se relaciona com o acréscimo de assistentes sociais que se autodeclararam negras na profissão³⁵ a seguir os números levantados pelo CFESS sobre a pertença étnico-racial da categoria:

Sobre a pertença étnico-racial das/os profissionais recadastradas/ os, os dados indicam que metade das/os profissionais se auto reconhecem como de cor/raça preta/negra/parda, com 22.255 registros, o que representa 50,34% das/os participantes. Na sequência estão as/os profissionais autodeclaradas/os brancas/os, com 20.771 registros, ou 46,98%. As/os Assistentes Sociais de raça/cor amarela vêm em seguida, com 819 registros (1,85%), seguido de indígenas, com 140 pessoas (0,32%). Outra cor/raça sem identificação específica registrou 227 ocorrências, correspondendo a 0,51% (CFESSa, 2022, p. 30).

Destacam também as conquistas e a luta no passado e na atualidade do movimento negro, que contribuem para o aumento do debate em torno da questão étnico-racial pela categoria. E ainda sinalizam sobre:

[...] os impactos das políticas de ação afirmativa nas universidades públicas, que desde o início dos anos 2000 e com a implementação da lei 12.711/12 evidencia um contingente expressivo, via de regra organizado de jovens negros, que chegam nas universidades alterando demandas, conteúdos e posições antirracistas na formação profissional (MOREIRA, 2020; LEMOS e AZEVEDO, 2021). Outro aspecto relevante, trata da presença hoje de 50.34% do contingente profissional declaradamente negra (Elpídio; Valdo, 2022, p. 320-321).

Sobre o debate que envolve as relações étnico-raciais na academia é preciso

³⁵ Conforme pesquisa realizada pelo Conjunto CFESS/CRESS: “Perfil de Assistentes Sociais no Brasil: Formação, Condições de Trabalho e Exercício Profissional” (Elpídio; Valdo, 2022, p. 321).

pontuar que o mesmo possui um percurso histórico que não pode ser negligenciado, nesse sentido Rocha (2014) aponta sobre a importância da promulgação da Lei Federal nº 10.639/2003³⁶ a qual exige a inclusão de temática que abarque a História da África e Cultura Afro-Brasileira no currículo oficial da rede de ensino. Esclarece que a inclusão no currículo escolar da temática relacionada a História da África e da Cultura Afro-brasileira é uma luta encampada pelo Movimento Negro, que sempre priorizou a necessidade de aprofundamentos sobre essa matéria, a autora ainda aponta que desde os anos quarenta o Teatro Experimental do Negro (TEN) já evidenciava a necessidade de conectar a formação política e o resgate da cultura africana e nesse sentido a educação já despontava como uma prioridade.

Rocha (2014) pontua que a Lei nº 10.639/2023 é um importante instrumento político para a elaboração de um modelo educacional novo, no qual a história da diversidade humana é abordada no que tange o desenvolvimento da sociedade brasileira e ainda nessa esteira normativa acrescenta que a:

[...] promulgação pelo Conselho Nacional de Educação, através de seu Conselho Pleno, da Resolução nº 1, de 17 de junho de 2004, que institui as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Africana. O artigo 1º dessa Resolução preconiza que essas diretrizes devem ser implementadas pelas instituições de ensino, que atuam nos níveis e modalidades da Educação Brasileira e, em especial, por instituições que desenvolvem programas de formação inicial e continuada de professores. [...] (Rocha, 2014, p. 87).

Resta evidente a importância que as instituições de ensino superior possuem em relação ao aprofundamento da temática étnico-racial e nesse sentido é importante pontuar que a discussão sobre as relações Étnico-Raciais e o Serviço Social existem pontos que merecem atenção e nesse sentido, Oliveira (2017) pontua que:

O Serviço Social sempre conceituou as tentativas, as estratégias, as ações e as experiências de implementação profissional acerca das questões étnico-

³⁶ “Esta lei altera a Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (LDB), o seu art. 1o -A, passa a vigorar acrescida dos seguintes artigos: 26-A, 79-A e 79-B: ‘Art. 26-A. Nos estabelecimentos de ensino fundamental e médio, oficiais e particulares, torna-se obrigatório o ensino sobre História e Cultura Afro-Brasileira. § 1o O conteúdo programático a que se refere o caput deste artigo incluirá o estudo da História da África e dos Africanos, a luta dos negros no Brasil, a cultura negra brasileira e o negro na formação da sociedade nacional, resgatando a contribuição do povo negro nas áreas social, econômica e política pertinentes à História do Brasil. § 2o Os conteúdos referentes à História e Cultura Afro-Brasileira serão ministrados no âmbito de todo o currículo escolar, em especial nas áreas de Educação Artística e de Literatura e História Brasileiras’. ‘Art. 79-B. O calendário escolar incluirá o dia 20 de novembro como ‘Dia Nacional da Consciência Negra’”. E, com a promulgação da Lei Federal nº 11.645, de 10 de março de 2008, a História e Cultura dos Povos Indígenas também foi incorporada aos currículos” (Rocha, 2014, p. 86).

raciais, como ações de militância político-ideológica, de uma parte da categoria profissional e não como perspectiva de exercício profissional em se debruçar a responder às demandas sociais dessa parcela populacional, sob um novo prisma das relações societárias (Oliveira, 2017, p. 386).

Oliveira (2017) pontua que o enfrentamento de lacunas que possam haver em relação a questão étnico-racial no Serviço Social há que se haver combate em variadas frentes, porém a autora destaca que uma fonte promissora é a de investir no momento da formação profissional, por intermédio da inclusão nas matrizes curriculares dos cursos de graduação de temáticas que se relacionem as condições de vida, história da população negra, tal qual como determina a lei. Em meio a esse contexto a autora destaca a importância da transversalidade como uma ferramenta educativa e formativa que possibilita o fortalecimento do diálogo e da “construção de pontes ideológicas e permite estabelecer uma perspectiva profissional que enalteça ou respeite as questões étnico-raciais nos currículos dos cursos de Serviço Social” (Oliveira, 2017, p. 388).

A referida autora evidencia que o Código de Ética de 1993 contém em um dos seus princípios fundamentais a:

XI. Defesa pelo “exercício do Serviço Social sem ser discriminado/a, nem discriminar, por questões de inserção de classe social, gênero, etnia, religião, nacionalidade, orientação sexual, identidade de gênero, idade e condição física” (CFESS, 1993, p. 24).

Porém destacamos que no referido princípio não está exposto o elemento raça. Sabemos que o conceito de raça no sentido biológico do termo não existe, todavia é necessário entender o significado histórico e social que o termo implica, nesse sentido “[...] a história da raça ou das raças é a história da constituição política e econômica das sociedades contemporâneas” (Almeida, 2019, p. 18). Frente a essa questão é possível pontuar que para compreender como se desenvolvem as relações raciais no país conceitos como raça e racismo devem ser levados em consideração com o intuito de desvelar os mecanismos de reprodução da ideologia da classe dominante e até mesmo de discursos que negam a existência do racismo em nossa sociedade.

Conforme já pontuamos o racismo auxilia na manutenção do modo de produção capitalista implicando que dentre as situações de pauperismo as populações indígenas e negra formem a maioria. Nesse sentido é um desafio à formação e ao exercício profissional o debate sobre essa questão o que revela a importância da

consideração do elemento raça porque “[...] às vezes, se refere a práticas aparentemente neutras no presente, mas que refletem ou perpetuam o efeito de discriminação praticada no passado” (Bento, 2022, p. 78).

Ainda sobre o referido Código de Ética, elenca-se mais três princípios os quais se referem a uma ordem social mais justa, e sem exploração seja de uma classe sobre a outra, de um gênero sobre o outro e também no qual sejam respeitadas as etnias que compõem a nossa população, bem como a condição sexual de todos, conforme verifica-se no fragmento a seguir:

- V. Posicionamento em favor da equidade e justiça social, que assegure universalidade de acesso aos bens e serviços relativos aos programas e políticas sociais, bem como sua gestão democrática;
- VI. Empenho na eliminação de todas as formas de preconceito, incentivando o respeito à diversidade, à participação de grupos socialmente discriminados e à discussão das diferenças
- VIII. Opção por um projeto profissional vinculado ao processo de construção de uma nova ordem societária, sem dominação, exploração de classe, etnia e gênero (CFESS, 1993, p. 24).

Porém, reforça Oliveira (2017) que somente após transcorridos dezesseis anos da aprovação do referido Código de Ética a ABEPSS incentiva debates que abarcam temas que se relacionam as necessidades dos usuários do Serviço Social marcados pela questão racial e de gênero e para aprofundamentos sobre essa questão é que:

Neste contexto, são criados os GTPs (Grupos Temáticos de Pesquisa), em 2009, que, divididos em áreas, mobilizariam pesquisadores a dinamizar a formação profissional e o florescimento de pesquisas nas áreas temáticas. O GTP 06 Serviço Social, Relações de Exploração/ Opressão de Gênero, Raça/Etnia, Geração, Sexualidades, foi aprovado, por unanimidade, por ocasião do XIV Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço Social (ENPESS), em dezembro de 2014, indicando a inclusão de pelo menos um componente curricular obrigatório na graduação do Serviço Social, que aborde as temáticas relacionadas às relações sociais de classe, gênero, etnia/raça, sexualidade e geração (Oliveira, 2017, p. 386-387).

Para a referida autora a necessidade da inclusão desse componente curricular obrigatório na graduação em Serviço Social advêm não apenas da exigência legal, mas também da compreensão da importância desse debate pela categoria e nesse sentido não há como perder de vista que a questão social é atravessada pelas relações étnico-raciais.

Segundo Souza e Pereira (2020) no tocante as relações étnico-raciais, as entidades representativas do Serviço Social vem marcando seu posicionamento por

intermédio de publicações nos sites oficiais, em encontros e congressos de assistentes sociais, e as mesmas também tem demonstrado a necessidade de que sejam evidenciados a importância da compreensão sobre a questão na realidade social, bem como as referidas instituições tem insistindo na necessidade da discussão e apropriação da temática em relação a formação e no exercício profissional.

Nessa esteira, segundo Oliveira (2017) a partir de 2016 o CFESS elabora uma série de cartilhas denominadas “Assistentes Sociais no combate ao preconceito, cujos temas versam sobre xenofobia, transfobia, preconceito, racismo e discriminação contra a população usuária da saúde mental. De acordo com CFESS (2022) em meio ao aprofundamento do conservadorismo, de constante violações de direitos e de criminalização da pobreza as cartilhas dos Assistentes Sociais no combate ao preconceito trazem à tona a dimensão política do Serviço Social e ainda fortalecem os Princípios Éticos a serem seguidos pela categoria.

Ainda em relação a publicações das entidades representativas da categoria, a ABEPSS publica na gestão 2017-2018, Subsídios para o debate sobre a questão Étnico-Racial na Formação em Serviço Social, segundo Souza e Pereira (2020) o documento é elaborado coletivamente e objetiva adensar o debate sobre as relações étnico-raciais na graduação e na pós-graduação, bem como nos espaços de educação permanente, além de evidenciar a importância da discussão sobre a temática na formação, o documento ainda postula a importância do combate ao racismo na formação e no exercício profissional.

Também divulgado pela ABEPSS é o documento sobre as cotas na pós-graduação, no qual a entidade representativa informa que as políticas afirmativas devem colaborar para a anulação de ações que reproduzam o racismo institucional, e ainda reforça a necessidade de reparação histórica para a população negra, bem como evidencia a importância da supressão de variadas formas de discriminação, conforme verifica-se na citação a seguir:

Diante da complexidade das relações raciais no Brasil, profundamente desiguais, a aprovação de ações afirmativas no âmbito da pós-graduação é uma medida importante, de caráter reparatório frente às atrocidades cometidas contra a população negra. As ações afirmativas são definidas como um conjunto de medidas legais e políticas que tem por objetivo eliminar as diversas formas de discriminação que cerceiam as oportunidades de determinados grupos na sociedade. O que se aplica em relação às cotas no nível de pós-graduação ao possibilitar a aplicação de medidas que permitam evitar que a discriminação racial ocorra no momento do acesso e durante a permanência deste grupo na universidade (ABEPSS, 2017, p. 1).

Em relação a temática Elpídio e Valdo (2022) destacam a publicação de dossiês temáticos nos periódicos de Serviço Social, a saber: “[...] Libertas (UFJF) em 2013, Temporalis (ABEPSS) em 2014, Argumentum (UFES) e Ser Social (UNB) em 2017, Serviço Social e Sociedade e Katalysis (UFSC) em 2018, Serviço Social em Perspectiva (UNIMONTES) em 2019 e Em Pauta (UERJ) em 2020” (Elpídio; Valdo, 2022, p. 8).

Os referidos autores também destacam a campanha do Conjunto CFESS/CRESS, intitulada: “Assistentes Sociais no Combate ao Racismo”, que ocorre na Gestão (2017-2020) e é aprovada no fórum máximo deliberativo do Serviço Social em 2017, e visa promover o debate e ainda maximizar as compreensões sobre as variadas formas de manifestação do racismo no exercício profissional da categoria. Nessa empreitada foram produzidos vídeos, fotos, documentários, cartazes, uma exposição e ainda foi elaborado um livro, no qual são resumidas todas as ações realizadas na referida campanha.

Elpídio e Valdo (2022) ainda evidenciam o 2º Seminário Nacional e Direitos Humanos cujo tema central tem como base o diálogo sobre a questão racial, o mesmo ocorreu nos dias oito e nove de agosto de 2019, na cidade de Salvador e também foi organizado pelo Conjunto CFESS/CRESS. Os autores também citam:

[...] a organização do Sankofa: setorial étnico-racial da Executiva Nacional de Estudantes de Serviço Social (ENESSO) e do encontro realizado pela executiva intitulado: “A virada agora preta”, representam esse movimento de ascensão do debate no seio da profissão. E mais, expressam novas requisições profissionais e nossa capacidade coletiva de dar respostas a esse importante e legítimo movimento (Elpídio; Valdo, 2022, p.324).

Dando sequência as atividades desenvolvidas pelas entidades representativas do Serviço Social, é importante mencionar que em 2023 o CFESS também publica o relatório com o balaço crítico sobre a gestão (2020- 2023), intitulado: Melhor ir à luta com Raça e Classe: em defesa do Serviço Social.

Entre apontamentos que foram realizados em várias frentes, destacamos que no referido documento o CFESS (2023b) anuncia que tem se apresentado como um instrumento para o Serviço Social e que tem estabelecido uma agenda política conectada com variados movimentos sociais que também atuam em defesa da classe trabalhadora, da liberdade e da democracia e que reafirma o compromisso da

categoria com aqueles que são explorados em decorrência de dominações de raça/etnia, gênero, geracional, de sexualidades e de classe e nessa perspectiva a agenda da profissão é organizada tendo em vista um viés político que coaduna com o compromisso do projeto profissional que se coloca contra as variadas formas de exploração do trabalho.

A publicação do CFESS (2023b) também traz apontamentos sobre a realização de debates que incluem as relações de trabalho e a organização política dos trabalhadores e nesse sentido há destaque para a luta antirracista, anticapitalista, feminina e antifascista e nesse sentido o conjunto CFESS/CRESS se posiciona ao lado de variadas entidades nacionais como um espaço histórico de resistência, tendo como prioridade o avanço da garantia de direitos sociais e humanos, nesse sentido foram comemorados pela referida gestão as três décadas do Código de Ética.

Os posicionamentos diante do acirramento dos problemas nacionais também são destacados em CFESS (2023b), no qual é citado que a formação do Brasil se dá a partir de uma desigualdade estrutural e que os mais atingidos, até mesmo em tempos presentes são corpos racializados, sob o quais os índices de violência, brutalidade e assassinato tem alcançado níveis alarmantes em variadas apresentações de estatísticas. Há destaque também para a ocorrência e denúncias de mortes violentas e de extermínios e nesse contexto ainda incorrem massacres, etnocídios, genocídios e ataques a populações indígenas e negras.

Destaca-se ainda no documento as queimadas que afligem o Pantanal, bem como a destruição e violação ambiental que vem ocorrendo na Amazônia, nesse cenário há denúncias por parte do CFESS (2023b) do descaso em relação a saúde das populações indígenas, há denúncias também em relação ao direito da autonomia reprodutiva das mulheres e dos números assombrosos em relação ao feminicídio, o aumento do desemprego e subemprego, bem como também são relatados a fome e as condições de pobreza que assolaram e ainda repercutem no país como lastro das ações de descaso do governo anterior.

O Documento pontua que as ações do triênio (2020-2023) revelam o compromisso ético assumido de combater o preconceito e reafirmam o respeito a diversidade e a necessária participação de grupos que socialmente são discriminados e reforça a importância dos debates que envolvem as diferenças, sobre essas ações:

[...] isso se expressa na escolha da campanha do triênio (2020- 2023), que

centralizando nas mulheres ("Mulheres: assistentes sociais contra o trabalho explorado, toda forma de opressão e em defesa da vida!"), para denunciar as formas de opressão e do trabalho explorado e a escolha do tema alusivo às comemorações do Dia da/o Assistente Social (15 de Maio), que reafirmou o compromisso com a defesa dos povos originários e comunidades tradicionais ("Nosso trabalho em defesa da vida e das políticas públicas, no campo e na cidade") (CFESSb, 2023, p. 11-12).

Em referência a luta antirracista que vem sendo encampada pela instituição, o racismo institucional e religioso também é abordado e nessa conjuntura foram evidenciados casos que tiveram repercussão midiática e:

[...] para garantir a continuidade da campanha de combate ao racismo, foram definidas ações para apoiar iniciativas profissionais quanto a este compromisso, como é o debate do quesito raça/cor, que pode possibilitar identificação do perfil étnico-racial da população que acessa os serviços e as políticas, bem como a criação de comitês antirracistas nos Regionais e no CFESS, como forma de articular espaços de formação, organização e direção política relacionados ao assunto (CFESS, 2023, p. 12).

O CFESS também ressalta que a agenda política foi elaborada de maneira coletiva, e nesse cenário obtiveram relevância ações relacionadas ao exercício profissional do assistente social, como exemplo é citada a luta pela implementação da Lei 13935/2019 que institui a obrigatoriedade de assistentes sociais e psicólogas (os) na educação básica, entre outras reivindicações destaca-se:

[...] a defesa do Estado laico e a incompatibilidade de se recorrer à religiosidade nos instrumentos e técnicas utilizadas pelos/as profissionais, bem como a intolerância religiosa; a defesa dos direitos dos/as imigrantes e o repúdio a todas as formas de tortura, desaparecimentos forçados, execuções extrajudiciais, arbitrárias, sumárias e outras violações praticadas por agentes do Estado, entre outras (CFESSb, 2023, p. 12).

A entidade, reafirma, portanto, a direção do projeto ético-político do Serviço Social postulando a necessidade de uma formação crítica e fortemente ancorada em fundamentos teóricos e políticos que permitam o desvelar da realidade dos variados acontecimentos que se expressam no cotidiano que é atravessado por uma crise que tem como consequência o acirramento das expressões da questão social, fato que revela a importância da formação, que deve sempre estar em conexão com todos os elementos que incidem na realidade social e política, assim sendo temas como racismo estrutural, capacitismo, violências, dentre outros, fazem parte das situações com as quais os assistentes sociais se deparam, por isso é importante compreender sobre essas questões e como as mesmas reverberam na vida dos usuários. E, para além, é

preciso identificar como as instituições lidam com essas situações e nessa esteira destaca-se o protagonismo do conjunto CFESS/CRESS no que tange a organização e a contribuição para uma educação continuada que se dá para além dos muros acadêmicos.

Outro documento que convém mencionar é a Resolução do CFESS nº 1.054 publicada em novembro de 2023, ela estabelece as normas e veda condutas de discriminação ou preconceito étnico-racial no que tange o exercício profissional. Para dar subsídios a suas determinações, na Resolução a princípio são citados vários documentos e legislações como a Declaração Universal dos Direitos Humanos, a Convenção Internacional sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação Racial, da Assembleia Geral das Nações Unidas, o Estatuto da Igualdade Racial, os direitos constitucionais dos povos originários presentes na Constituição Federal de 1988, a Declaração das Nações Unidas sobre os Direitos dos Povos Indígenas.

Enfatiza que a constituição federal que qualifica o racismo como crime inafiançável e imprescritível, a Lei Federal nº 7.716, de 05 de janeiro de 1989, que define os crimes resultantes de preconceito de raça ou de cor, bem como o projeto ético político do Serviço Social e o Código de Ética do/a assistente social, entre outros documentos e legislações para então estabelecer oito (artigos que versam sobre as práticas e condutas a serem seguidas no exercício profissional, a seguir destaca-se o primeiro:

Art. 1º É vedado ao/a assistente social no exercício de sua atividade profissional, incluindo cargos de gestão e cargos genéricos, abster-se de praticar ou ser conivente com condutas discriminatórias e/ou preconceituosas em relação à raça, cor, etnia, na relação com os/as usuários/as, com outros/as assistentes sociais, com outros/as profissionais, estagiários/as e trabalhadores/as (CFESSc, 2023, s/p).

Destaca-se que a publicação desta resolução expressa o longo caminhar histórico das entidades representativas do Serviço Social, no que se refere o reconhecimento do racismo e toda sua funcionalidade a ordem burguesa e como as situações que se dão em decorrência das desigualdades raciais e suas variadas nuances afetam os usuários da profissão, bem como o exercício profissional.

Ainda que tardiamente, reconhece-se a importância da delimitação de práticas racistas como proibidas e passíveis de punição, gostaríamos novamente de ressaltar a importância de assistentes sociais, mulheres engajadas na militância negra e que vem

há muito tempo trilhando e revelando a importância de seguir esse caminho, para a sociedade no geral, mas também para uma profissão que se propõe a construção de uma sociedade igualitária.

Ressalta-se ainda que em meio a discussão sobre as entidades representativas da categoria, as documentações que servem de base para o agir profissional e a apropriação da temática das relações étnico-raciais pela profissão percebe-se que por várias vezes menciona-se a importância da formação e nesse cenário destaca-se a necessidade de reflexões que envolvam as diretrizes curriculares do Serviço Social e sobre esse assunto disserta-se no próximo tópico.

4.2 OS CURRÍCULOS MÍNIMOS, AS DIRETRIZES CURRICULARES DO SERVIÇO SOCIAL E AS EXIGÊNCIAS PARA OS PROJETOS POLÍTICOS PEDAGÓGICOS DOS CURSOS

Conforme pontua Rocha (2014) o processo de elaboração das diretrizes curriculares realizado pela ABEPSS nos anos de 1990 é resultante de uma massiva mobilização da categoria profissional. Nesse contexto ocorreram vários fóruns de debate realizados pelo corpo profissional em todo o país, participaram ativamente professores, pesquisadores e estudantes em prol da preparação de uma proposta nova no que tange a formação profissional, o objetivo era a construção de um currículo mínimo para o Serviço Social.

Iamamoto (1993) informa que esse processo tem início na década de 1980 e se estabelece devido ao imperativo que surge para o Serviço Social de dar novo retorno frente a conjuntura política de intensas batalhas sociais em prol da redemocratização do país, lutas que ganham visibilidade política no final da década de 1970, durante o período de Ditadura Militar (1964 a 1985), conforme aponta-se na citação a seguir:

O ponto de partida é o de que as particularidades da polêmica profissional instaurada no Serviço Social nos anos 80 são tributárias da complexificação histórica do Estado e da sociedade no Brasil, verificada com a expansão monopolista sob a égide do capital financeiro, impulsionada pelas novas condições econômico-políticas criadas com a ditadura militar e sua crise. É no quadro dessas profundas modificações por que passou a sociedade brasileira, que se explica o florescimento de um processo de lutas democráticas cuja visibilidade no cenário político só se dá no último quartel da década de 70. Tal processo condiciona fundamentalmente o horizonte de preocupações emergentes no âmbito do Serviço Social, exigindo novas respostas profissionais. Foi este o solo histórico que tornou possível e impôs como socialmente necessário um amplo movimento de renovação no Serviço

Social, que derivou em significativas alterações no campo de ensino, da pesquisa e da organização político-corporativa dos assistentes sociais (Iamamoto, 1993, p. 102).

Segundo Iamamoto (1993) todo esse processo de redemocratização do país faz com que a profissão de Serviço Social apresente um novo perfil acadêmico e profissional, que segundo a autora se constituiu em um avanço qualitativo no que tange o desenvolvimento histórico da profissão. Conforme a autora, o período de Ditadura Militar possibilitou a profissão um profundo alargamento no circuito universitário, o que fez com a formação em Serviço Social tivesse cada vez mais exigências e experiências em relação à pesquisa e a extensão, também se faz necessário novas posturas no que tange o ensino especializado. E ainda:

[...] a proposta de currículo mínimo, efetuada pela ABEPSS em 1979 e aprovada pelo Conselho Federal de Educação em 1982, foi implementada pelas unidades de ensino a partir de meados da década de 1980. Os desdobramentos da implementação do currículo pleno alteraram substancialmente o debate no campo da História, teoria e método no Serviço Social, assim como permitiram avançar na análise das políticas sociais e dos movimentos sociais (Iamamoto, 1993, p. 103).

Percebe-se então segundo Portes e Portes (2017) que esse momento histórico foi importante para o Serviço Social no Brasil, pois evidencia a elaboração de um processo de revisão no que tange a profissão, tanto no que se refere a formação, como no que diz respeito ao exercício profissional. Segundo as referidas autoras a proposta de reforma curricular tem início em 1978 e como resultado emerge o currículo de 1982, a busca é por irromper com uma leitura de realidade que não leva em consideração as classes sociais e a história. Na medida que esse pressuposto de formação é adotado a direção social que passa a ser assumida vincula-se aos interesses dos trabalhadores.

Em meio a conjuntura política de contestação a ordem estabelecida o currículo de 1982 é aprovado, a revisão curricular em questão é promovida pela Associação Brasileira de Escolas de Serviço Social (ABESS)³⁷ em 1979, tendo como marco a XXI Convenção Nacional da ABESS, o prazo para implantação desse novo currículo nas instituições de ensino é agosto de 1984:

Questionaram-se as diretrizes da formação profissional, seus objetivos e

³⁷ A ABESS foi reestruturada em ABEPSS em 1998.

conteúdos, a estrutura curricular, os estágios e a supervisão. Esse processo teve como respaldo a organização política da categoria profissional. Este currículo traduziu o movimento de apreensão do significado sócio-histórico da profissão, vinculando o exercício profissional a uma perspectiva de transformação da realidade. Categorias como conscientização, organização e mobilização das classes populares foram inseridas nos ementários e na organização curricular como um todo, na tentativa de superar o marco das clássicas metas de assistência e promoção (KAMEYANA, 1989). A crítica mais contundente proferida por essa proposta curricular foi à suposta neutralidade profissional (Portes; Portes, 2017, p. 216-217).

Para Portes e Portes (2017) o referido currículo trata-se de um marco no que tange a formação profissional na medida em que delimita a reflexão sobre a concepção de formação profissional que deverá ser alcançada, nesse sentido propõe a partir de uma visão crítica novos rumos metodológicos que se baseiam em preparo científico para que os profissionais possam responder as demandas sociais emergentes; a produção de conhecimentos; e a capacitação continuada para o enfrentamento das questões que surgem durante o exercício profissional.

Essa proposta de formação profissional leva em consideração, conforme pontuam as autoras, os contextos estruturais das relações sociais que são desenvolvidas no capitalismo monopolista, frente ao acirramento das desigualdades. Entende-se que é exigência a obtenção de uma formação que possibilite apreensão crítica frente os antagonismos próprios da ordem do capital. Nessa conjuntura é requisitado aos profissionais a leitura e a interpretação das necessidades e possibilidades que surgem para elaboração de estratégias de análise e intervenção.

Apesar das autoras em questão não mencionarem, cabe a informação de que na sugestão de ementa para disciplina de antropologia, o currículo de 1982 fazia menção a questão das relações étnico-raciais:

Antropologia: A introdução do estudo da Antropologia no Currículo Mínimo prende-se a necessidade de compreensão das diferentes/ formas de manifestação cultural, incluindo o estudo da Cultura / Popular, formas de religiosidade popular, o estudo antropológico da formação brasileira, das minorias raciais, das características regionais e dos grupos fundamentais (ABESS, 1982).

Percebe-se então, segundo Portes e Portes (2017) que nesse currículo assume-se um compromisso em relação a transformação da realidade, uma vez que se identifica o conflito entre as classes enquanto categorias estruturantes das desigualdades na sociedade capitalista, frente a isso considera-se a necessidade de uma formação teórica e metodológica dos profissionais, a busca era de superação do

tecnicismo e da racionalidade instrumental presentes na formação até os anos de 1980. Porém:

Em que pese todos os avanços e conquistas construídas com o currículo de 1982, no esforço de se romper com o Serviço Social tradicional, as análises tecidas de sua implantação e alcance social e político na formação profissional indicam que o mesmo não conseguiu materializar as premissas analíticas e metodológicas que tinha proposto. Por isso, a revisão curricular não se esgotou, mesmo com a definição e implantação do novo currículo de 1982, uma vez que o processo de avaliação e acompanhamento da implantação sempre buscou responder aos desafios que se apresentaram para o ensino do Serviço Social (Portes; Portes, 2017, p. 217).

Nesse cenário adentra-se na década de 1990, trata-se de um período onde acontecem debates, pesquisas e problematizações que foram sendo elaboradas pelo conjunto da categoria, bem como por suas instituições representativas. Vale destacar segundo Rocha (2014) que nos anos 1990 ocorre variadas transformações econômicas e sociais no Brasil, como a reestruturação produtiva, a reforma do Estado e assim emergem novas formas de enfrentamento a questão social e é nesse solo histórico que o processo de revisão do currículo de 1982 começa:

Após intenso e profícuo debate, a “Proposta nacional de currículo mínimo para o Curso de Serviço Social” foi apreciada na II Oficina Nacional de Formação Profissional e aprovada em assembleia geral da ABESS, entre os dias 7 e 8 de novembro de 1996 (ABESS, 1997, p. 59), na cidade do Rio de Janeiro (Rocha, 2014, p. 93).

Em 20 de dezembro de 1996, conforme pontua Rocha (2014), é aprovada a Nova Lei de Diretrizes e Bases da educação (LDB), nessa conjuntura a proposta do currículo mínimo do Serviço Social é enviada para análise do Conselho Nacional da Educação (MEC).

Segundo a referida autora a princípio as diretrizes curriculares foram elaboradas em um formato de currículo mínimo a ABEPSS indicou uma Comissão de Especialistas de Ensino em Serviço Social, que era composta por Maria Bernadete M. P. Rodrigo, Marilda V. Yamamoto e Mariangela B. Wanderley, as referidas assistentes sociais foram nomeadas pelo MEC para adequar as diretrizes aprovadas pela ABEPSS a uma nova formatação determinada pela LDB e finalmente em 1999 as diretrizes foram enviadas ao MEC para homologação. Todavia:

[...] em 2002, o Conselho Nacional de Educação promulga as diretrizes do

curso de Serviço Social, “mutilando” os principais elementos que expressavam a radicalidade dos conteúdos construídos coletivamente pela categoria profissional. Tal processo ainda hoje recebe duras críticas da ABEPSS e de outros órgãos de representação da categoria, que defendem uma formação profissional crítica e comprometida com um projeto que busque a construção de uma outra ordem societária (Rocha, 2014, p. 93).

Segundo Rocha (2014) o Conselho Nacional de Educação promulga as diretrizes curriculares para o curso de Serviço Social e distorce os elementos progressistas que foram erigidos coletivamente pelos assistentes sociais, nesse sentido o projeto pedagógico que fazia parte das diretrizes curriculares foi reduzido, isso não foi apenas uma adequação, mas representa um projeto de formação menos radical daquele que foi originalmente proposto pela ABEPSS:

Para Abreu e Lopes (2007) a desconfiguração das diretrizes curriculares realizada pelo Conselho Nacional de Educação em relação ao perfil profissional, competência, habilidades e princípios pedagógicos induzem a reducionismos e a distorções do projeto de formação [...] (Rocha, 2014, p. 93).

Em contrapartida, as diretrizes curriculares elaboradas em 1996, conforme Portes e Portes (2017) sinalizam para a defesa de uma nova formação profissional baseada em dimensões interventivas e investigativas como princípios formativos e exigências para a formação. Sobre a formação em Serviço Social Cardoso (2016, p. 432) argumenta que:

[...] envolve ação/reflexão/ação e perpassa os diferentes níveis de apreensão e dimensões da vida, mexendo com a razão, a emoção, os valores, as crenças, a criatividade, entre outras. Formação que reverbera não só na atuação do profissional, mas na vida social como um todo, mostrando a sua estreita relação entre subjetividade e objetividade, uma vez que terá impactos nesses dois planos e se objetivará na ação profissional e política dos futuros profissionais, nas diferentes dimensões de sua vida, por meio dos distintos papéis que exerce.

A autora ainda pontua que a formação há que resultar em profissionais que consigam articular as dimensões constitutivas do exercício profissional, a saber: a técnico-operativa, a ético política e a teórico metodológica. Assim, a mesma deve auxiliar na reprodução de ações ancoradas teoricamente e em conformidade com as normativas que regem a profissão a partir de uma análise crítica e reflexiva da realidade com vistas as possibilidades de construções de pautas coletivas, bem como na objetivação das ações e no enfrentamento das adversidades profissionais

cotidianas.

Os conteúdos que compõem o processo formativo iluminam os futuros processos interventivos e nesse sentido são espaços de disputa de distintos projetos profissionais que se expressam na definição das diretrizes curriculares e posteriormente na matriz curricular de cada instituição de ensino e acabam por refletir também na efetivação da disciplina em sala de aula. Há imbricado nesse processo um liame entre o projeto educacional, profissional, de universidade e de sociedade que não se institui de maneira automática, mas que devido as particularidades históricas e exigências do Serviço Social deve priorizar a defesa de uma formação totalitária e não apenas para a realização das atividades relacionadas ao exercício profissional o que implica na necessidade do fomento do pensamento crítico.

Segundo Cardoso (2016) é notório que desde o início da profissão distintas perspectivas convivem e se expressam nos projetos profissionais construídos coletivamente pela categoria e vão se alternando em relação ao direcionamento ético, político e intelectual adotado pela maioria dos agentes profissionais. A hegemonia de uma ou outra perspectiva se expressa e se constitui a partir da formação acadêmico profissional. Esse fato revela que os projetos políticos pedagógicos também se constituem em espaços de disputa entre distintos projetos profissionais, uma vez que:

Desde 1953 os conteúdos e disciplinas eram organizados na forma de um currículo mínimo, que deveria ser seguido por todos os cursos em nível nacional, ou seja, todos os cursos do Brasil tinham o mesmo currículo-base em andamento (com acréscimos que entendessem necessários), definido coletivamente pelas entidades da categoria e aprovado pelo Ministério da Educação (MEC). Em 2012, por determinação do MEC, num processo de contrarreforma da educação, os currículos mínimos foram substituídos por diretrizes curriculares, mais flexíveis e sem determinação de disciplina, apenas conteúdos mais gerais. A partir de tais diretrizes, cada unidade de ensino organiza seu projeto político-pedagógico e sua matriz curricular, não havendo uma unidade de currículos nacionalmente (Cardoso, 2016, p. 434).

Destarte, cada instituição de ensino tenha autonomia para decidir sobre seu projeto político pedagógico o debate e a definição para elaboração das diretrizes curriculares demonstram o direcionamento intelectual e político que se pretende consumir.

Mesmo que cada unidade de ensino desde 2012 possa organizar seu projeto político pedagógico e sua matriz curricular entende-se como indispensável aprofundar as discussões que envolvam aspectos Étnico-Raciais e o Serviço Social, pois

conforme é realizada menção no escopo teórico desse estudo o Serviço Social só pode ser compreendido de maneira exógena, situado na trama das relações sociais. Só assim é possível entender como se origina, se desenvolve e quais as necessidades prementes para que a profissão mantenha sua instrumentalidade ao longo da história e, para tanto, há que situá-la no desenvolvimento da sociedade capitalista, no âmago das relações antagônicas entre as classes e não há como apartar a história da escravização no Brasil nem o racismo estrutural de todo esse processo.

Na direção do enfrentamento aos desafios que surgem ao serviço social há que se evidenciar a necessidade de que a discussão Étnico-Racial cada vez mais lucre evidência no processo formativo:

Considerando que a questão étnico-racial se constitui como um elemento estruturante das relações sociais e, assim, deve ser apreendida com profundidade e em toda a sua complexidade histórica, é subjacente a necessidade de materializar nos currículos e nas propostas pedagógicas (PPCs) um conjunto de disciplinas e atividades de ensino, pesquisa e extensão que promovam na graduação e pós-graduação uma gradativa e efetiva superação da secundarização ou “tematização” da questão étnico-racial na formação, muitas vezes apreendida no viés culturalista e/ou como um segmento a ser abordado no conjunto da sociedade. Vários estudos apontam para os riscos desta fragmentação e silenciamento/secundarização do debate na formação no Serviço Social no âmbito da graduação e da pós-graduação e, nesse sentido, podemos citar Rocha (2014), Almeida (2016), Dias Almeida (2015), dentre outras (ABEPSS, 2018, p. 16).

Para subsidiar a elaboração dos projetos políticos pedagógicos dos cursos de Serviço Social, necessário pontuar que os núcleos de fundamentos que compõem as diretrizes curriculares têm que estar voltados as disciplinas que produzam uma atuação antirracista, pois exigem:

1. Apreensão crítica do processo histórico como totalidade; 2. Investigação sobre a formação histórica e os processos sociais contemporâneos que conformam a sociedade brasileira, no sentido de apreender as particularidades da constituição e desenvolvimento do capitalismo e do Serviço Social no país; 3. Apreensão do significado social da profissão desvelando as possibilidades de ação contidas na realidade; 4. Apreensão das demandas - consolidadas e emergentes - postas ao Serviço Social via mercado de trabalho, visando formular respostas profissionais que potenciem o enfrentamento da questão social, considerando as novas articulações entre público e privado; 5. Exercício profissional cumprindo as competências e atribuições previstas na Legislação Profissional em vigor (ABESS, 1996, p. 07 *apud* ABEPSS, 2018, p. 18).

E ainda a organização curricular deve se basear em conhecimentos que são apresentados nos núcleos de fundamentação da formação profissional. As

orientações de Eurico (2017 *apud* ABEPSS, 2018) ainda esclarecem que os três núcleos de fundamentos que compõem as diretrizes curriculares, tem que estar baseados em conteúdo que promovam uma formação antirracista. São eles:

- Núcleo de Fundamentos Teórico-Methodológicos da Vida Social:

Este Núcleo é responsável pelo tratamento do ser social enquanto totalidade histórica, fornecendo os componentes fundamentais da vida social que serão particularizados nos núcleos de fundamentação da realidade brasileira e do trabalho profissional. Objetiva-se uma compreensão do ser social, historicamente situado no processo de constituição e desenvolvimento da sociedade burguesa, apreendida em seus elementos de continuidade e ruptura, frente a momentos anteriores do desenvolvimento histórico. O trabalho é assumido como eixo central do processo de reprodução da vida social, sendo tratado como práxis, o que implica no desenvolvimento da socialidade, da consciência, da universalidade e da capacidade de criar valores, escolhas e novas necessidades, e, como tal, desenvolver a liberdade [...] (ABEPSS, 1996, p. 10).

- Núcleo de Fundamentos da Formação Sócio-Histórica da Sociedade Brasileira:

Este núcleo remete ao conhecimento da constituição econômica, social, política e cultural da sociedade brasileira, na sua configuração dependente, urbano industrial, nas diversidades regionais e locais, articulada com a análise da questão agrária e agrícola, como um elemento fundamental da particularidade histórica nacional. Esta análise se direciona para a apreensão dos movimentos que permitiram a consolidação de determinados padrões de desenvolvimento capitalista no país, bem como os impactos econômicos, sociais e políticos peculiares à sociedade brasileira, tais como suas desigualdades sociais, diferenciação de classe, de gênero e étnico raciais, exclusão social etc. [...] (ABEPSS, 1996, p. 11).

- Núcleo de Fundamentos do Trabalho Profissional:

O conteúdo deste núcleo considera a profissionalização do Serviço Social como uma especialização do trabalho e sua prática como concretização de um processo de trabalho que tem como objeto as múltiplas expressões da questão social. Tal perspectiva, permite recolocar as dimensões constitutivas do fazer profissional articuladas aos elementos fundamentais de todo e qualquer processo de trabalho: o objeto ou matéria prima sobre a qual incide a ação transformadora; os meios de trabalho - instrumentos, técnicas e recursos materiais e intelectuais que propiciam uma potenciação da ação humana sobre o objeto; e a atividade do sujeito direcionada por uma finalidade, ou seja, o próprio trabalho. Significa, ainda, reconhecer o produto do trabalho profissional em suas implicações materiais, ídeo-políticas e econômicas. A ação profissional, assim compreendida, exige considerar as condições e relações sociais historicamente estabelecidas, que condicionam o trabalho do assistente social: os organismos empregadores (públicos e privados) e usuários dos serviços prestados; os recursos materiais, humanos e financeiros acionados para a efetivação desse trabalho, e a articulação do assistente social com outros trabalhadores, como partícipe

do trabalho coletivo (ABESS/CEDEPSS, 1995 e 1996) (ABEPSS, 1996, p. 12).

Pontua Rocha (2014) que os núcleos reforçam a ideia de que o conhecimento é indissociável e em sua composição não há uma ordem de importância, apresentam perspectivas de compreensão da realidade social para subsidiar as intervenções profissionais. As matérias e disciplinas devem se vincular a uma perspectiva histórica de totalidade, nesse contexto a formação profissional é composta por uma totalidade de conhecimentos manifestos nesses núcleos.

Reforça a referida autora que a questão étnico-racial é citada no núcleo de fundamentos da formação profissional, concordamos com Rocha (2014), ao pontuar que o mesmo se trata de um elemento estruturante das relações sociais no Brasil e assim ela pode ser entendida como transversal nos demais núcleos. Entretanto há que pontuar que o racismo perpassa todas as relações na sociedade burguesa, Segundo Souza (2020) o mesmo está presente nas relações subjetivas, psicológicas, sexuais e afetivas e assim acaba por se manifestar nos modos de ser dos sujeitos. Complementa a autora que:

[...] Frantz Fanon (2008) afirma: as relações, fundadas pelo colonialismo, demarcam a negação ontológica dos povos colonizados e estabelece a alienação como fundamento das relações sociais, “Falo, aqui, por um lado de negros alienados (mistificados) e por outro de brancos não menos alienados (mistificadores e mistificados)” (FANON, 2008, p. 43). Reconhecê-lo e evidenciar seu movimento concreto é fundamental para combater as relações sociais que o reproduz e que são reproduzidas por ele (Souza, 2020, p. 385).

A autora ainda pontua que para compreender o racismo é necessário situá-lo como determinado e determinante das relações sociais, o que exige a apreensão de suas manifestações individuais e institucionais, e os sujeitos por estarem inseridos nessa realidade acabam por reproduzirem o racismo. Sem contar que a hierarquia social acaba por determinar os lugares destinados a população negra e os indígenas em nossa sociedade e essa subjugação só é obtida a partir de mecanismos ideológicos que tratam de desqualificar essa população e validar os valores eurocentrados. A análise da realidade do país precisa considerar do processo de colonialismo e o escravismo, assim sendo o racismo não precisa apenas ser explicado e combatido, mas seu desvelamento deve ser pontuado nas elaborações teóricas que se propõe ao desvelamento da realidade, nesse interim o mesmo torna-se uma categoria teórica explicativa, que perpassa os determinantes da vida social.

Enfatiza a autora que o racismo enquanto determinante da totalidade das relações sociais exerce influência também na constituição das profissões e o Serviço Social não se afasta dessa realidade, no tempo presente, no qual ocorre a mercantilização da educação e retrocessos no tocante a direitos sociais, o Serviço Social ainda não alcançou uma formação que promova uma compreensão aprofundada sobre o racismo estrutural, ainda que pese todos os avanços advindos do movimento de reconceituação e da intenção de ruptura com o conservadorismo e a adoção da teoria crítica nos currículos:

A invisibilização do debate do racismo e o ocultamento das (os) intelectuais antirracistas de toda uma produção teórica que, há décadas, vêm mostrando o seu papel na reprodução do capital, perpassa todo o campo das Ciências Sociais e se reproduz no âmbito da nossa formação profissional. A análise dos Projetos Político- Pedagógicos dos cursos de Serviço Social, por todo o Brasil, é prova cabal disso, como mostram as pesquisas de: Rocha (2009), Oliveira (2015), dentre outros. Contudo, penso que a lacuna não está, apenas, nos PPPs e, sim, nas próprias Diretrizes Curriculares (Souza, 2020, p. 386).

A referida autora ainda complementa que nas Diretrizes Curriculares do Serviço Social o racismo não é mencionado em nenhum dos três núcleos da formação profissional, e frisa que a questão étnico racial é mencionada no núcleo de Fundamentos da Formação Sócio-Histórica da Sociedade Brasileira. Nesse sentido, não há menção do racismo como estruturante das relações sociais no Brasil. E ainda segundo Souza (2020) se o racismo estrutural não for levado em consideração a formação corre o risco de ser marcada pelo colonialismo e por posicionamentos eurocentrados e nesse sentido a compreensão da realidade social pode ser superficial.

E ainda há que ser pontuado que o colonialismo e o racismo estão conectados nas construções sociais nas quais os profissionais de Serviço Social estão imersos e se isso não for considerado haverá em descompasso entre o avanço na perspectiva teórica adotada pelo Serviço Social e uma formação antirracista. Acresce que se o racismo não for compreendido como categoria explicativa e se não forem apreendidas suas conexões com o colonialismo, com o capitalismo e com o imperialismo que subjuga a América Latina haverá dificuldades para compreensão da dinâmica social em nosso país. Por isso a importância de o racismo ser incorporado como transversal nos três núcleos de formação profissional que compõem as Diretrizes Curriculares.

Segundo Eurico (2017 *apud* ABEPSS, 2018) o perfil profissional e intelectual

almejado exige que o assistente social seja capacitado em termos teórico-metodológico, ético-político e técnico-operativo para decodificar as mediações que compõem a realidade e mantém o exercício profissional com a população negra. É exatamente nesse cotidiano que são gestadas formas e estratégias que permitam maior acesso por parte dessa população a direitos sociais, a formas de organização em prol de lutas coletivas afim de suplantar o racismo institucional.

Necessário pontuar que a inserção nos conteúdos e em atividades curriculares que versam sobre temáticas que envolvem a população negra e a História da África, bem como sobre Educação das Relações Étnico-Raciais é urgente nos cursos de Serviço Social.

O compromisso ético-político que a profissão vem assumindo historicamente de luta por uma sociedade com mais justiça social e com superação da desigualdade entre as classes, requer que as discussões Étnico-raciais não se apartem dos debates que estão sendo realizados, como por exemplo o da contrarreforma do Estado, que incide diretamente sobre a vida da população mais pobre, o da reestruturação produtiva, que impele para as relações de informalidade uma quantidade sem precedentes de trabalhadores; da criminalização da pobreza; e do extermínio da juventude pobre, pois essas manifestações da questão social atingem em maior profundidade a população negra, percebe-se então que a atualidade das Diretrizes curriculares se confirma:

[...] uma vez que o projeto de formação profissional — a despeito dos enormes desafios diante do avassalador processo de mercantilização do ensino superior e dos desafios apresentados à direção social e ao acúmulo do perfil crítico no Serviço Social — tem sido fundamental para o enfrentamento do conservadorismo e dos fortes retrocessos no campo dos direitos sociais com os vorazes ataques à classe trabalhadora nos últimos anos (ABEPSS, 2018, p. 20).

Enfim, os breves apontamentos aqui realizados sobre o Serviço Social permitem afirmar que a profissão não possui um percurso histórico linear e assim cada momento vivenciado obedece a fatores que circundam a realidade social. A partir dessa perspectiva corrobora ABEPSS (2018), ao afirmar que o Serviço Social no Brasil vem alcançando legitimidade como uma profissão que tem o exercício profissional socialmente determinado e que, por conseguinte, seus agentes estão subordinados as determinações e contradições da condição de trabalhador assalariado. Nesse sentido, as transformações societárias incidem sobre os rumos

adotados na profissão, bem como na vida dos profissionais bem como dos usuários dos serviços ofertados:

O atual quadro sócio-histórico não se reduz, portanto, a um pano de fundo para que se possa, depois, discutir o trabalho profissional. Ele atravessa e conforma o cotidiano do exercício profissional do assistente social afetando as suas condições e as relações em que se realiza o exercício profissional, assim como a vida da população usuária dos serviços sociais (Iamamoto, 2009, p. 7).

Na atualidade frente ao acirramento da questão social decorrente da ampliação das bases de políticas neoliberais assiste-se também o reforço de ideias conservadoras e ações repressivas por parte do Estado em relação a classe trabalhadora. Situações que exigem dos profissionais maior aprofundamento teórico metodológico, ético político e técnico operativo como requisito para o enfrentamento dessa realidade:

Com sua interferência na estrutura e na regulamentação das relações de trabalho, nas formas de organização política e jurídica do Estado e das instituições, a ofensiva neoliberal do grande capital diversificou e ampliou a degradação do trabalho e da vida social, atingindo duramente as condições de existência da classe trabalhadora e dos setores marginalizados. Ao materializar-se na exploração, na dominação, na desigualdade, na violência objetiva e subjetiva, a acumulação capitalista e o neoliberalismo criaram as bases concretas para a reprodução social da barbárie manifesta em ideias, valores e comportamentos (Barroco, 2015, p. 626).

Nesse cenário há inúmeros e variados desafios postos aos profissionais de Serviço Social e nesse sentido também se inclui a formação e para buscar compreensão sobre as lacunas que se apresentam em relação a questão étnico-racial e é sobre esse assunto que se inicia o tópico a seguir.

4.3 A INCORPORAÇÃO E OPERACIONALIZAÇÃO DO DEBATE ACERCA DAS RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS NOS PPP'S DOS CURSOS DE SERVIÇO SOCIAL DAS UNIVERSIDADES PÚBLICAS DO PARANÁ

A realidade é composta por uma totalidade de esferas que compreendem aspectos econômicos, sociais, culturais que repercutem nas políticas educacionais e todos esses fatores não podem ser desprezados ao serem elaborados os documentos e normativas que regem as instituições educacionais. Nessa esteira, para a

construção de um projeto político pedagógico de um curso há que ser levado em consideração referências teóricas que se preocupem com o desvelar da realidade social a partir de lentes racializadas, interseccionalizadas a questão de classe e gênero.

A elaboração de um PPP, para além de uma exigência legal, apresenta um posicionamento político, uma maneira de compreender a realidade e a educação. No referido documento é exposta a compreensão sobre a universidade que se pretende, as correntes filosóficas que dão o tom para o desenvolvimento do curso, ainda é exposto a ideia que determinado colegiado apresenta sobre o ensino, a pesquisa e a extensão e como esses elementos se entrecruzam nos currículos. Frente a esses apontamentos percebe-se que o PPP é um documento potente que para além de revelar a posição diante da realidade ainda permite o estabelecimento de estratégias de ação.

A conjuntura política, econômica, social e cultural brasileira é marcada por um passado de quase quatrocentos anos de escravização e isso repercute na vida da população brasileira até o presente, revelada as possibilidades que os Projetos Políticos Pedagógicos apresentam o que nos interessa verificar é como as relações étnico-raciais são abordadas e se destacam nos PPPs dos cursos de Serviço Social das Universidades públicas do Paraná.

É realizado um levantamento de dados nos currículos das Unidades Acadêmicas de Serviço Social das respectivas universidades para facilitar a compreensão da análise, os dados obtidos são oriundos das universidades estaduais e as duas universidades federais. Neste tópico, portanto, são apresentados os resultados da pesquisa documental realizada nos Projetos Políticos Pedagógicos dos cursos de Serviço Social nas universidades públicas do Paraná. Necessário pontuar que os colegiados e departamentos dos cursos de graduação são regidos pelas orientações dispostas no Projeto Político Pedagógico, neste todas as ações em termos de formação estão dispostas.

Conforme já mencionado anteriormente, as universidades públicas estaduais que possuem o curso de Serviço Social são as seguintes: Universidade Estadual de Londrina (UEL), com sede em Londrina; Universidade Estadual de Maringá (UEM), campus de Ivaiporã; Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG), sediada em Ponta Grossa; Universidade Estadual do Oeste do Paraná (UNIOESTE), com campus em Toledo e em Francisco Beltrão; Universidade Estadual do Centro-Oeste

(UNICENTRO), com sede em Guarapuava; Universidade Estadual do Paraná (UNESPAR) com campus em Paranavaí e Apucarana.

As Universidades Públicas Federais que possuem o curso de Serviço Social são as seguintes: Universidade Federal do Paraná (UFPR), no campus de Matinhos e a Universidade Federal da Integração Latino Americana (UNILA), sediada em Foz do Iguaçu.

Nos 10 currículos verificados, sem ter a pretensão de explorar todos os elementos que compõem os PPPs, buscamos averiguar se os cursos de Serviço Social estão em consonância com as diretrizes curriculares da ABEPSS, no que se refere a inserção da temática étnico-racial em seus currículos. Conferimos as ementas das disciplinas que abordam a referida temática, sua carga horaria, se são disciplinas que se dedicam exclusivamente à temática ou se possuem apenas um modulo. Além disso, procuramos verificar em qual série ou semestre a disciplina é ofertada, e ainda se as referências bibliográficas das disciplinas apresentam autoras e autores negros.

Sobre a disposição geográfica das universidades, Szeuczuk e Silva (2022) apontam que as universidades públicas estaduais no Paraná estão localizadas no interior do Estado, e este trata-se de um:

[...] processo decorrente dos interesses políticos na criação dessas instituições com vistas à interiorização, e também devido à pressão social para a criação das faculdades e, posteriormente, transição para as universidades (Szeuczuk; Silva, 2022, p. 760).

As universidades que possuem o curso de Serviço Social estão dispostas, conforme o quadro 01 e o Mapa 02, apresentados respectivamente a seguir.

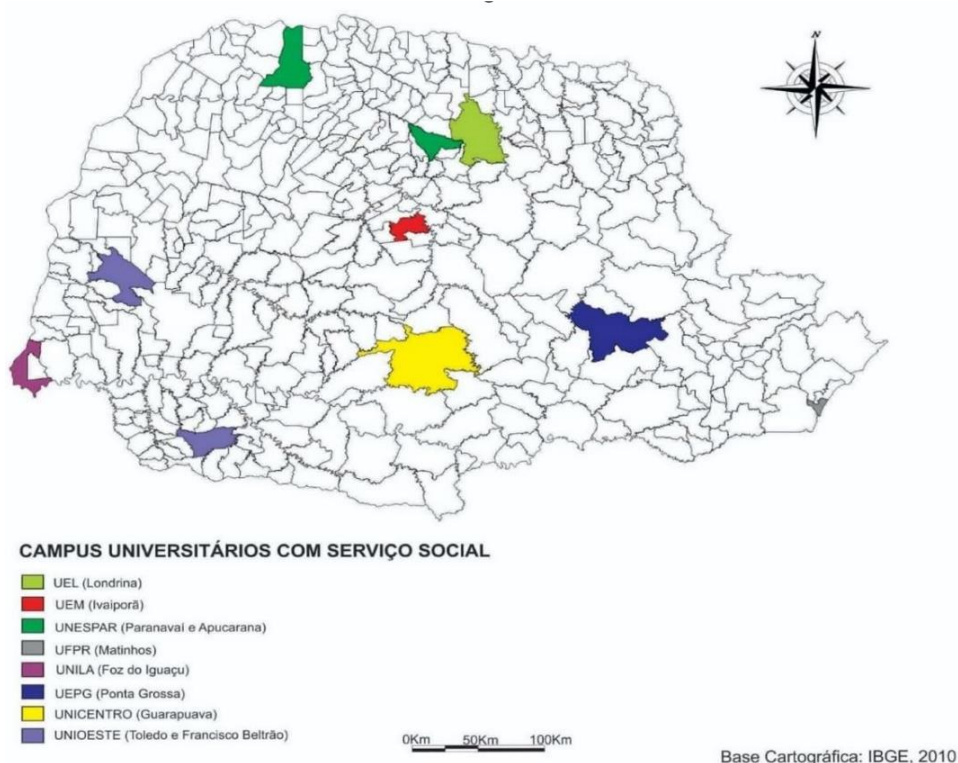
Quadro 1 – Cursos de Serviço Social nas Universidades Públicas por Região

UNIVERSIDADE	CIDADE	REGIÃO
UNILA	Foz do Iguaçu	Oeste
UFPR	Matinhos	Sudeste
UEM	Ivaiporã	Norte Central
UEL	Londrina	Norte
UNESPAR	Apucarana	Centro Norte
UNESPAR	Paranavaí	Noroeste

UEPG	Ponta Grossa	Centro Oriental
UNICENTRO	Guarapuava	Centro Sul
UNIOESTE	Francisco Beltrão	Sudoeste
UNIOESTE	Toledo	Oeste

Fonte: A autora, 2024.

Figura 1 – Espacialização das Universidades Públicas localizadas no Paraná que possuem o curso de Serviço Social



Fonte: A autora, 2021.

Percebe-se que todas as universidades em questão realizam a divulgação de seus atuais Projetos Políticos Pedagógicos a partir de 2021, o que indica terem passado por processos de revisão do PPP a poucos anos, conforme apresenta-se nos quadros 02 e 03.

Quadro 2 – Ano de Publicação do PPP de Serviço Social nas Universidades Públicas do Paraná

UNIVERSIDADE	ANO DE PUBLICAÇÃO DO PPP
UFPR	2023

UNILA	2022
UEL	2022
UEM	2022
UEPG	2021
UNESPAR/Apucarana	2022
UNESPAR/Paranavaí	2022
UNICENTRO	2022
UNIOESTE/Francisco Beltrão	2022
UNIOESTE/Toledo	2022

Fonte: A autora, 2023.

Importante mencionar que a elaboração dos projetos pedagógicos dos cursos de graduação passa a ser uma exigência a partir da promulgação da Lei de Diretrizes e bases da educação em 1996, os PPPs descrevem os objetivos da formação em questão. Além disso, significam a possibilidade de delimitação das ações a serem realizadas, enunciam os compromissos assumidos, bem como o corpo profissional em questão enxerga a realidade.

Segundo Gonçalves (2017) o PPP trata-se de uma estratégia de ensino elaborada coletivamente por intermédio da realização de debates, de reflexões nas quais são definidas prioridades e estratégias de ações para a realidade que se almeja alcançar durante a formação profissional. Para a autora trata-se de um processo educativo e que exige forte comprometimento dos envolvidos, assim sempre devem estar presentes discentes, docentes e outros membros da comunidade acadêmica. Para ela, as propostas devem ser apresentadas pelos envolvidos no processo e por intermédio do diálogo e do confronto de ideias deve-se chegar a um denominador comum, exige-se então posturas éticas e comprometidas. As discussões que envolvem os PPPs expressam uma conquista coletiva que permite o estabelecimento de estratégias para alcance de finalidades, conforme pontua-se na citação a seguir:

O projeto político pedagógico (PPP) de um curso é um documento que imprime uma direção com especificidades e singularidades, apresentando de forma clara o seu funcionamento, determinando suas prioridades, sua inserção no contexto social, econômico e acadêmico do país. É a partir dele que são estabelecidas as metas e estratégias concretas para assegurar a realização de seus objetivos perante a sociedade na qual o curso está inserido. Trata-se de um documento que imprime uma direção com especificidades (Gonçalves, 2017, p. 3).

O que indica que antes da elaboração do PPP, exige-se dos envolvidos no processo a compreensão da direção social presente no projeto profissional de Serviço Social, sobre este evidenciou-se no escopo teórico dessa tese que coaduna com as necessidades da classe trabalhadora, assim sendo os cursos de social devem possuir uma perspectiva crítica que deve ser levada em consideração no momento da elaboração do PPP. Reforçamos ainda a importância do PPP ser construído coletivamente e que nesse sentido a evidencia-se que a participação da comunidade tem que ser estimulada e assim variados pontos de vista devem ser analisados. Segundo a autora, há uma tendência de omitir o termo político no que tange o PPP e sobre esse assunto, ainda pontua que:

[...] a omissão do termo político pode ser mais um fator de distorção, por induzir ao engano de restringir o projeto a uma tarefa técnica, da qual somente especialistas profissionais da área, poderiam participar na elaboração, deixando, portanto, de fora, segmentos importantes como os alunos e comunidade. Ser político significa tomar posição nos conflitos presentes na polis; significa, sobretudo, a busca do bem comum (Vasconcelos, 2004, p. 20 *apud* Gonçalves, 2017, p. 6).

Gonçalves (2017) enfatiza, portanto, que a Lei de Diretrizes de Bases da Educação Nacional preconiza que a sociedade deve participar da elaboração do PPP, essa prática não é comum, pois há instituições de ensino que possuem atitudes autoritárias e ainda há comunidades que não são habituadas a participação, seja por motivos políticos, culturais ou sociais. Porém, ressalta a autora que em um PPP a dimensão política sempre existe. Nesse sentido, conforme destacado no escopo teórico dessa tese, ressalta-se a contribuição de Netto (2009) sobre projetos coletivos e sua dimensão política, uma vez que em um projeto coletivo sempre vai haver relações de poder.

Para Veiga (1998) a elaboração de um projeto sempre apresenta uma dimensão política, uma vez que a realidade é diversa e dinâmica, nesse sentido cada unidade de ensino se insere em um cenário marcado por relações sociais diversas. E ainda:

O projeto busca um rumo, uma direção. É uma ação intencional, com um sentido explícito, com um compromisso definido coletivamente. Por isso, todo projeto pedagógico da escola é, também, um projeto político por estar intimamente articulado ao compromisso sociopolítico com os interesses reais e coletivos da população majoritária. É político no sentido de compromisso

com a formação do cidadão para um tipo de sociedade. "A dimensão política se cumpre na medida em que ela se realiza enquanto prática especificamente pedagógica" (SAVIANI, 1983, p. 93). Na dimensão pedagógica reside a possibilidade da efetivação da intencionalidade da escola, que é a formação do cidadão participativo, responsável, comprometido, crítico e criativo. Pedagógico, no sentido de definir as ações educativas e as características necessárias às escolas de cumprirem seus propósitos e sua intencionalidade (Veiga, 1998, p. 1-2).

Embora saibamos que são as universidades que padronizam a terminologia a ser adotada em relação aos documentos que são elaborados em suas rotinas administrativas nota-se que em relação aos PPPs dos dez cursos de Serviço Social das universidades pesquisadas importante mencionar que em apenas dois (2) deles a palavra Político é utilizada ao apresentar o documento. As oito (08) restantes o nomeiam como Projeto Pedagógico do Curso. Neste trabalho opta-se pela inserção da denominação política no referido documento.

Para análise dos PPPs foi elaborado um quadro contendo resumidamente a Introdução ou apresentação, a base legal, o objetivo geral dos cursos e a forma como a transversalidade da temática étnico-racial é incorporada nos PPPs. Essa ação possibilitou identificar a organização dos documentos. É possível apontar que os dez PPPs tem estruturas particulares, não existe um único padrão de elaboração, todavia semelhanças podem ser apontadas. Em todos há apresentação de dados socioeconômicos sobre a realidade da região atendida pela universidade, bem como do município no qual a universidade se localiza e são apontados a contribuição da universidade e do curso para a região e nesse sentido esse é um dos itens em comum a todas as universidades que justificam a existência dos cursos. A seguir um fragmento que trata da realidade local, extraído do PPP do curso de Serviço Social da UNICENTRO:

Guarapuava compõe a região Centro Sul do Estado do Paraná, juntamente com Pitanga e Palmas, que abrange 29 municípios que estão entre os mais pobres do estado. Nesse sentido, percebe-se que a região "[...] acompanha o padrão brasileiro de má distribuição de renda, tendo em vista que existe nela grande proporção de lucro às grandes empresas, e pouco movimento e oportunidade a médias e pequenas sob diversos setores" (MOROZINI, 2010, s/p). Uma região assim é propícia para práticas clientelistas, pois "[...] a pobreza e a baixa escolaridade mantém a dependência de grande parte do eleitorado. O clientelismo tem aí terreno fértil em que vicejar" (NETO, 2009, p. 04). Nesse contexto, a política e a economia caminham juntas, ambas se influenciando (PRATES, 2016). A questão política tem grande influência na região e vale ressaltar que os elementos da política partidária conservadora (presentes e fortes) no Centro Sul do Paraná não são novidade, são apenas a demonstração do que se tem no Brasil, enquanto política conservadora (PRATES, 2016). Entretanto, como a região é atrasada em relação às demais

regiões do Paraná, atribui-se esse atraso, em grande parte, à presença ainda marcante do coronelismo, do assistencialismo e conservadorismo religioso, político e cultural (Fiuza, 2016, s/p *apud* UNICENTRO, 2022, p. 9).

A base legal que norteia a elaboração dos PPPs se repetiu nos dez documentos pesquisados, em todos há a menção de resoluções, decretos, enfim normativas internas das próprias instituições, e ainda leis federais e estaduais que se referem a educação no país. Mas cabe sinalizar aqui que todos os cursos mencionam as leis que regem a profissão de Serviço Social no Brasil, como por exemplo, entre outras, a Lei. 8.662/93 que regulamenta a profissão e a Resolução CFESS n.º 273/93 de 13 março de 1993 que institui o Código de Ética profissional dos Assistentes Sociais. Há que ser citado que em todos os PPPs pesquisados há destaque para as Diretrizes Gerais para o curso de Serviço Social aprovada pela ABEPSS em 1996.

Segundo Gonçalves (2017) embora as instituições de ensino tenham autonomia para elaboração do seu PPP, as diretrizes curriculares do Serviço Social precisam ser respeitadas, conforme apontamos na parte teórica desse trabalho, são elas que definem os rumos ideológicos e políticos da formação. Nesse sentido, as Diretrizes Curriculares do curso de Serviço Social de 1996 apontam os caminhos a serem seguidos na elaboração do PPP.

Embora cada um dos PPPs pesquisados obedeça a uma estrutura própria de organização e que obviamente respondem a conjunturas sociais próprias, todos respeitam as diretrizes nacionais curriculares do Serviço Social. Assim constatou-se que os dez cursos de serviço Social das Instituições de Ensino Superior (IES) públicas do Paraná baseiam as atividades de ensino, pesquisa e extensão com vistas a qualificação do processo formativo e respeitando as Diretrizes Curriculares do curso de Serviço Social estabelecidas na Resolução CNE/CES n.º 15, de 13 de março de 2002, e todas sem exceção apresentam os itens descritos abaixo:

Art. 1º As Diretrizes Curriculares para os cursos de Serviço Social, integrantes dos Pareceres CNE/CES 492/2001 e 1.363/2001, deverão orientar a formulação do projeto pedagógico do referido curso.:

Art. 2º O projeto pedagógico de formação profissional a ser oferecida pelo curso de Serviço Social deverá explicitar:

1. o perfil dos formandos;
2. as competências e habilidades gerais e específicas a serem desenvolvidas;
3. a organização do curso;
4. os conteúdos curriculares;
5. o formato do estágio supervisionado e do Trabalho de Conclusão do Curso;

6. as atividades complementares previstas (Brasil, 2002, p. 1)

Conforme reflexão realizada no escopo teórico dessa tese os conteúdos que fazem parte do processo formativo revelam uma visão de sociedade, de universidade, de conteúdos decorrentes de construções que vinculam as particularidades históricas da sociedade e do desenvolvimento do Serviço Social. Processos esses que culminaram na adoção da teoria social crítica como método privilegiado sobre a análise da realidade. E, sobre ele, necessário pontuar que os dez PPPs pesquisados afirmam ser a opção que serve de base para o processo formativo, o que evidencia o caráter crítico que objetiva-se obter a partir da formação. Para tanto ressalta-se no fragmento do PPP a seguir importância da adoção da teoria social crítica:

O presente Projeto Político Pedagógico possui uma direção social definida baseando-se na Teoria Social de Marx e na tradição marxista, que ao colocar como objeto de estudo o modo de produção capitalista constrói sua crítica radical. Na teoria social crítica, na qual a obra marxiana e a tradição marxista são as principais referências, pode-se obter claramente, como vários estudos no interior da profissão e fora dela o demonstram, a discussão das chamadas “grandes determinações da sociedade” como, também, as discussões sobre a “relação indivíduo e sociedade, a conjugação entre as dimensões macro e microsocietárias, a articulação entre os planos da objetividade e da subjetividade na vida social e da universalidade, particularidade e singularidade” (IAMAMOTO, 1993, p.108). Este diálogo é que permite, no dizer da autora, elucidar a vida social cotidiana na sua historicidade e ser, pois, uma perspectiva teórico-metodológica que explique o movimento da sociedade capitalista, ou seja, o processo histórico de suas transformações numa perspectiva de totalidade (UNIOESTE, 2022, p. 24).

Conforme evidenciado nesta tese desde a configuração da profissão de Serviço Social variadas correntes teóricas convivem e acabam por influenciar os projetos profissionais que foram sendo elaborados coletivamente pelos assistentes sociais e várias posições éticas, políticas e intelectuais foram sendo adotadas ao longo do desenvolvimento da profissão, o que ocorre até o presente. A sobreposição de uma ou outra perspectiva teórica para além da formação se expressa também no exercício profissional. A existência de distintos posicionamentos no seio da categoria evidencia que a elaboração de um PPP também é um espaço no qual podem ser estabelecidas disputas entre diferentes perspectivas teóricas.

A respeito da presença da transversalidade sobre a temática étnico-racial percebe-se que dos dez PPPs pesquisados quatro não apresentam em seus textos uma discussão sobre a importância da transversalidade da questão étnico-racial, apenas mencionam a obrigatoriedade da presença da temática devido as exigências

das legislações específicas. E, em um total de seis PPPs, ou seja, a maioria, observamos a menção acerca de aprofundamentos sobre a necessidade da questão étnico-racial ser transversal em todo processo formativo. A seguir, dois fragmentos que demonstram como essa questão é incorporada em dois dos PPPs dos cursos pesquisados:

Enfatiza-se, que a intersetorialidade desses temas inscritos na realidade social, perpassam os conteúdos relacionados ao ensino e a formação profissional em Serviço Social para o respeito à diversidade étnico-racial, aos direitos humanos, à educação ambiental e às relações de gênero e orientam o Projeto Político Pedagógico e, também, a formação continuada dos professores que ministram as atividades curriculares e que são responsáveis pela gestão e administração do curso (UNIOESTE, 2022, p. 13).

Ressalta-se que temáticas como relações étnico-raciais; cultura afro-brasileira ambiente e educação ambiental, naturalmente perpassam os núcleos de fundamentos de formação profissional, conforme previsto nas Diretrizes Curriculares do Curso de Serviço Social. Desta forma, tais temas são desenvolvidos de forma transversal nas diversas disciplinas que compõem a matriz curricular. Todavia, ressalta-se que tais temáticas, podem ser desenvolvidas em conjunto com o Centro de Educação em Direitos Humanos (CEDH) da UNESPAR, que tem em seus núcleos essas especificidades. o CEDH é composto por três núcleos: Núcleo de Educação para Relações de Gênero (NERG); Núcleo de Educação Especial e Inclusiva (NESPI); Núcleo de Educação para Relações Étnico-raciais (NERA). Destaca-se que o Centro de Educação em Direitos Humanos (CEDH), tem como objetivo promover ações de apoio e acompanhamento pedagógico aos estudantes com necessidades educativas especiais e grupos vulneráveis (PDI - UNESPAR, 2018) (UNESPAR, 2022, p. 45-46).

Os excertos apresentados demonstram que a questão étnico-racial aparece como temática importante, porém, não são tratadas como parte da lógica que estrutura a formação sócio-histórica brasileira. Desta maneira, o debate é colocado em um lugar periférico, que pode, inclusive, ser ministrado por núcleos gerais da universidade.

Conforme já exposto, nas diretrizes curriculares são indicados núcleos para subsidiar o processo formativo, sendo eles o núcleo de fundamentos da formação sócio-histórica da sociedade brasileira, núcleo de fundamento teórico metodológico da vida social e núcleo de fundamentos do trabalho profissional, a discussão sobre a questão das relações étnico-raciais é evidenciada no núcleo de fundamentos da formação sócio-histórica da sociedade brasileira. Conforme os apontamentos de Rocha (2014), com os quais concordamos, a questão étnico-racial é estruturante das relações sociais no Brasil e a partir dessa perspectiva pode-se afirmar que a referida questão deve ser transversal aos outros dois núcleos que estão presentes nas diretrizes curriculares de 1996.

Observamos ao analisar os PPPs dos cursos de Serviço Social das universidades públicas do Paraná que o núcleo que mais condiciona as disciplinas que tratam da questão étnico-racial nos currículos estudados é o núcleo de fundamentos do trabalho profissional, seguido pelo núcleo de fundamentos da formação sócio-histórica da sociedade brasileira e o que menos condiciona as disciplinas é núcleo de fundamentos teóricos metodológicos da vida social.

Importante mencionar que todos os PPPs estudados enunciam que se baseiam nos núcleos de fundamentos sugeridos pelas diretrizes curriculares da ABEPSS, e são variadas formas de organização, nesse sentido convém mencionar que em quatro PPPs não localizamos o enquadramento detalhado das disciplinas. Inclusive, em um dos PPPs estudados, há a apresentação das demandas que surgem no desenvolvimento do próprio curso e a partir daí são elencados quatro eixos que se entrecruzam e nos quais as disciplinas se desenvolvem.

Também é importante mencionar que a UNILA e a UFPR têm dinâmicas e modos operacionais diferenciados no que tange o processo formativo e assim possuem disciplinas comuns a todos os cursos de graduação que são ofertados em suas respectivas instituições, e em muitas delas há conteúdos que se relacionam a questão étnico-racial, mas para nosso estudo em questão nos detivemos nas disciplinas específicas do Serviço Social. A seguir, apresentamos um quadro, baseado nos próprios indicativos realizados no PPPs, no qual é evidenciado as disciplinas que se referem a questão étnico-racial e como elas estão dispostas nos núcleos de fundamentos sugeridos nas diretrizes curriculares.

Quadro 3 – Núcleos de Fundamentos das Diretrizes Curriculares nos cursos de Serviço Social das Universidades Públicas do Paraná

NÚCLEOS DAS DIRETRIZES CURRICULARES	TOTAL DE DISCIPLINAS QUE ENVOLVEM A QUESTÃO ÉTNICO-RACIAL
Núcleo de Fundamentos da Formação Sócio-histórica da sociedade brasileira	6
Núcleo de Fundamentos Teórico-Metodológicos da Vida Social	4
Núcleo de Fundamentos do Trabalho Profissional	7

Fonte: A autora, 2023.

Ao estudar os PPPs, dos dez cursos de Serviço Social das Universidades

Públicas do Paraná é possível pontuar que o corpo docente que representam os colegiados dos cursos vem elaborando seus PPPs de acordo com suas expectativas no que tange o processo formativo. De acordo com Rocha (2014) os currículos devem conter disciplinas básicas, optativas e atividades complementares, nesse sentido devem favorecer a integralidade em uma perspectiva de totalidade com o intuito de superar um modelo de currículo que apresenta disciplinas isoladas e conteúdos fragmentados, uma vez que o currículo revela tendências políticas, teóricas e metodológicas que revelam a direção social presente em um PPP.

Para verificar o modo como a discussão em torno da temática étnico-racial é operacionalizada nos dez currículos estudados verificamos todas as disciplinas que apresentam relação com a temática em questão, para tanto são consideradas as disciplinas que apresentam em sua ementa referências sobre a questão que envolve categorias como raça, racismo, relação étnico-racial, colonialismo, movimento negro, enfim palavras que se referem a temática estudada. O quadro 4 apresentado a seguir se refere as disciplinas obrigatórias.

Quadro 4 – Disciplinas Obrigatórias que se referem a questão Étnico-Racial nas Universidades Públicas do Paraná

UNIVERSIDADE	DISCIPLINA	EMENTA	PERÍODO	CARGA-HORÁRIA	SÉRIE	BIBLIOGRAFIA
UFPR	Formação Sócio-histórica e Cidadania	Sim, apenas um item	Semestral	60 h	1º sem.	sim
	Fundamentos do Estado Moderno e Sociedade.	Sim, apenas um item	Semestral	60 h	1º sem	sim
	Fundamentos da Questão Social	Sim, apenas um item	Semestral	60 h	3º sem.	sim
	Política Urbana e o Serviço Social	Sim, apenas um item	Semestral	60 h	7º sem.	sim
	Serviço Social, Relações Étnico-raciais e Diversidade Sexual	Sim, apenas em itens	Semestral	60 h	7º sem	sim
	Epistemologias Feministas	Sim, apenas um item	Semestral	60 h	8º sem.	sim

	Direito e Legislação Social	Sim, apenas um item	Semestral	60h	7º sem.	sim
	Projeto de Aprendizagem Reconhecimento do Litoral Paranaense II	Sim, apenas um item	Semestral	60h	2º sem.	não
UNILA	Ética e Ciência	Sim, apenas um item	Semestral	68h	3º sem.	sim
	Questão social na América Latina II	Sim, apenas um item	Semestral	68h	6º sem.	sim
UEL	Questão social, sociabilidade burguesa e lutas sociais	Sim, apenas como item	Semestral	30h	1ª série	Não consta as referências bibliográficas.
	Relações Étnico-Raciais no Brasil I	Sim, toda a ementa	Semestral	30h	1ª serie	Não consta as referências bibliográficas
	Formação Sócio-histórica do Brasil	Sim, apenas como um item	Anual	60h	1ª série	Não consta as referências bibliográficas
	Relações Étnico-Raciais no Brasil II	Sim, toda a ementa	Semestral	30h	1ª série	Não consta as referências bibliográficas
	Espaços sócio-ocupacionais e cotidiano profissional I	Sim, apenas como um item	Anual	60h	3ª série	Não consta as referências bibliográficas
	Direitos Humanos, diversidades e transversalidade nas políticas sociais	Sim, apenas como um item	Semestral	30h	4ª série	Não consta as referências bibliográficas

	Ordem Patriarcal de Gênero e Serviço Social	Sim, apenas como um item	Semestral	30h	4ª série	Não consta as referências bibliográficas
UEM	Classes e Movimentos Sociais	Sim, apenas como um item	Anual	68h	2º série	Não consta as referências bibliográficas
	Serviço Social, Direitos Humanos, Gênero e Raça/Etnia.	Sim, toda a ementa	Anual	136h	4ª série	Não consta as referências bibliográficas
UEPG	Política Social IV	Sim, apenas como um item	Semestral	51h	3ª série	sim
	Serviço Social e enfrentamento as violências	Sim, apenas como um item	Semestral	51h	4ª série	não
UNICENTRO	Diversidade, Gênero e Serviço Social	Sim, toda a ementa	Anual	68h	2ª série	sim
	Formação Sócio-histórica do Brasil	Sim, apenas como um item	Anual	68h	2ª série	sim
	Serviço Social e Questão social	Sim, apenas como um item	Anual	102h	2ª série	não
UNESPAR/ APUCARANA	Formação Sócio-histórica do Brasil	Sim, apenas como um item	Anual	60h	1ª série	sim
	Antropologia	Sim, apenas como um item	Anual	60h	2ª série	sim

	Seminários Temáticos	Sim, apenas como um item	Anual	120h	4ª série	não
UNESPAR/ PARANAÍ	Oficina Profissional: Núcleos Temáticos	Sim, apenas como um item	Anual	120h	4ª série	sim
UNIOESTE/ TOLEDO	Antropologia	Sim, apenas como um item	Semestral	68h	1ª série	Não consta as referências bibliográficas
	Questão Étnico-Racial e Serviço Social	Sim, toda a ementa	Semestral	68h	1ª série	Não consta as referências bibliográficas
	Serviço Social e Formação Sócio-histórica do Brasil e América Latina	Sim, apenas como um item	Semestral	68h	1ª série	Não consta as referências bibliográficas
UNIOESTE/ FRANCISCO BELTRÃO	Antropologia	Sim, apenas como um item	Semestral	68h	1ª série	Não consta as referências bibliográficas
	Formação Sócio-histórica do Brasil e América Latina	Sim, apenas como um item	Semestral	68h	1ª série	Não consta as referências bibliográficas
	Questão Étnico-Racial e Serviço Social	Sim, toda a ementa	Semestral	68h	4ª série	Não consta as referências bibliográficas
	Gênero, Diversidade Sexual e Serviço Social	Sim, apenas como um item	Semestral	68h	4ª série	Não consta as referências bibliográficas

Fonte: A autora, 2024.

A partir do quadro 4 podemos pontuar que em relação aos dez PPPs

analisados, trinta e cinco (35) disciplinas obrigatórias apresentam menção a questão étnico-racial, destas seis (6) tem sua ementa totalmente voltada para a referida temática, nas vinte e nove (29) restantes o assunto aparece apenas com um item a ser tratado no desenvolvimento da disciplina.

Percebe-se que em sua maioria o título da disciplina não evidencia que o conteúdo que se conecta a questão étnico-racial, mas chama a atenção que em vários PPPs o conteúdo é ministrado em seis (6) disciplinas que se vinculam a formação sócio-histórica do Brasil, é o caso dos PPPs da UFPR, UEL, UNICENTRO, UNESPAR – Apucarana, UNIOESTE - Toledo e UNIOESTE - Francisco Beltrão. Este fato indica que há na maioria dos PPPs de Serviço Social das universidades públicas do Paraná uma preocupação em relacionar a história de nosso país e seu passado de colonização e escravização e como estes fatos incidem na atual configuração da realidade brasileira. Fato este que se repete em disciplinas que discutem a formação cultural de nosso país, nesse sentido os PPPs da UNESPAR/Apucarana, UNIOESTE/Toledo e UNIOESTE/Francisco Beltrão apresentam o conteúdo que se vincula a questão étnico-racial na disciplina de Antropologia.

Importante mencionar que aprofundamentos sobre nosso desenvolvimento histórico estão em consonância com os princípios defendidos nas diretrizes curriculares com vistas ao aprimoramento da capacitação teórico- metodológica, ético-política e técnico-operativa para a compreender as particularidades históricas do desenvolvimento do capitalismo e do Serviço Social no Brasil.

Sobre essa questão resta evidente na elaboração deste trabalho a importância que a escravização teve para a consolidação do modo de produção capitalista e nesse ínterim destaca-se como o modelo colonial português logra êxito ao constituir uma rede mercantil no Atlântico Sul, baseada no sequestro seres humanos da costa Africana e como esse comércio abasteceu durante séculos os cofres da metrópole. Além do que essa relação foi determinante para o estabelecimento das relações sociais no Brasil ao longo da história e nesse sentido nossa língua, costumes, religião se conectam a esse passado que repercute até a atualidade em desigualdades raciais vivenciadas em nosso cotidiano. Importante poder constatar que questões como estas tem a possibilidade de serem discutidas no processo formativo em Serviço Social.

Outro dado que chama a atenção ao analisarmos como a questão étnico- racial é abordada nos PPPs de Serviço Social pesquisados é que encontramos apenas uma (1) referência a disciplina de Movimentos Sociais. Importante salientar, conforme

abordado no escopo teórico deste trabalho que a luta, a resistência da população negra esteve presente desde o período do Brasil Colônia e se estende até os dias atuais com a relevância do movimento negro no que tange conquistas sociais como a redemocratização do país, como as ações afirmativas e com a valorização da estética e da cultura da população negra. Importante seria a multiplicação desses elementos em ementas que se vinculam ao estudo dos movimentos sociais. Sobre a relevância da compreensão histórica dos movimentos sociais de resistência negra, bem como sobre a questão social, resta evidente que:

O conhecimento sobre a importância histórica dos movimentos de resistência negra - sem desconsiderar as lutas empreendidas por outros segmentos sociais — no processo de construção da identidade e formação social brasileira é matéria fundamental para qualquer área de formação. Entretanto, para o Serviço Social, que tem a questão social como seu elemento fundante, a apropriação dessa discussão torna-se imprescindível, pois é sobre as múltiplas expressões da questão social que irá atuar. Assim, interrogamos: Quem são os sujeitos sociais historicamente discriminados e alvos preferenciais das ações de violações de direitos? Quem são os sujeitos que mais demandam a intervenção do profissional de serviço social em seus diversos espaços sócio-ocupacionais? E, é sobre quem que as políticas de repressão e controle do Estado agem mais fortemente? Conhecer esses sujeitos vai para além de conhecer o seu “registro de identidade”. É preciso conhecer a sua história e com ela apreender as diversas formas de resistência às opressões que são forjadas individual e coletivamente (Rocha, 2014, p. 109).

Por intermédio do quadro 04 podemos pontuar que do total de trinta e cinco disciplinas elencadas quatro são vinculadas a questão social, são elas: Fundamentos da Questão Social, Questão social na América Latina II, Questão social, sociabilidade burguesa e lutas sociais e Serviço Social e Questão social.

Importante reforçar que ao longo deste trabalho ficou evidente que a questão social é uma categoria de análise da realidade, nesse sentido as contradições que ocorrem na sociedade capitalista revelam as desigualdades que atingem a classe trabalhadora e nesse ínterim destaca-se que a questão racial está imbricada nesse processo, por isso é importante buscar aportes pra compreensão de qual classe trabalhadora estamos nos referindo, nesse sentido é necessário buscar explicações que se vinculam a uma história de relações sociais formatadas a partir do colonialismo, pelo racismo, por séculos de escravização e pelo genocídio das populações indígenas.

A classe trabalhadora brasileira em sua maioria se vincula e se origina dessa realidade segregadora, nesse ínterim se destaca que a questão étnico-racial se vincula a questão social e esse reconhecimento é importante quando tratamos da

centralidade que a questão social apresenta para o Serviço Social, esse reconhecimento pode auxiliar na efetivação da transversalidade da temática das relações étnico-raciais no processo formativo.

Em relação a carga horária, das 35 disciplinas, doze disciplinas possuem carga horária de 60h e mais doze disciplinas de 68h, cinco disciplinas possuem carga horária de 30h, duas disciplinas de 51h, duas disciplinas possuem carga horária de 120h e um disciplina de 136h e uma de 102 horas. A maior parte das disciplinas, ou seja 24 delas são desenvolvidas de forma semestral e 11 são desenvolvidas de maneira anual. Embora esses dados sejam ligados a forma de organização dos cursos, não deixa de chamar a atenção que a minoria das disciplinas é ofertada anualmente e com carga horária de 120, 136 e 102 horas, embora a maior parte dos cursos seja ofertado de maneira seriada.

A seguir, trataremos da materialização desses currículos a partir das percepções das coordenadoras de curso que foram entrevistadas, desta forma buscaremos tecer reflexões sobre como a temática étnico-racial vem sendo vivenciada e discutida nos cursos de serviço social das universidades públicas do Paraná.

Como já informado, entrevistamos oito coordenações de cursos e uma coordenação nos enviou a resposta por escrito, porém consideraremos apenas as respostas obtidas nas entrevistas. Em relação ao tempo de existência do curso observamos diferenças, algumas entrevistadas falam de cursos que existem há 50 anos, enquanto outras mencionam cursos novos com 5 anos a época da entrevista. Na tabela abaixo demonstramos as informações obtidas nas entrevistas e na pesquisa documental:

Tabela 1 – Tempo de Existência do Curso

TEMPO DE EXISTÊNCIA DO CURSO	INFORMAÇÕES DAS ENTREVISTADAS
De 01 a 05 anos	0
De 05 a 10 anos	2
De 11 a 15 anos	2
De 16 a 20 anos	2
21 anos ou mais	2

Fonte: A autora, 2023.

Em relação ao tempo de gestão na coordenação pedagógica dos cursos, a realidade se apresentou de forma diversa. Algumas estavam em sua primeira gestão e outras já demonstravam bastante experiência na gestão e direção dos cursos, como podemos observar na tabela 02:

Tabela 2 – Tempo de Gestão

TEMPO DE GESTÃO	ENTREVISTADAS
Primeira gestão	3
Primeira gestão somada a outras experiências em atividades administrativas (chefia ou vice)	4
Segunda gestão	1

Fonte: A autora, 2023.

Essa diversidade influenciou em percepções sobre a situação atual do curso, pois a maioria delas estava em sua primeira gestão e algumas chegaram a mencionar não terem acompanhado os processos de revisão curricular, portanto, não sabiam detalhar como se deram as reflexões acerca da introdução dos debates sobre as relações étnico-raciais nos currículos. Um fato que chamou a atenção quando discutíamos sobre o tempo que estavam na coordenação é que algumas respostas convergiram para a questão da sobrecarga de trabalho docente. Conforme pode-se constatar nas seguintes respostas:

Eu ingressei na carreira docente em 2014 [...]. Em 2022 devido ao afastamento da Chefe do Departamento para tratamento de saúde eu assumi a vice-chefia no período de 30 de março de 2022 a 17 de fevereiro de 2023 e devido ao quadro de docentes efetivos ser pequeno hoje em exercício temos apenas 3 professoras efetivas, o Departamento conta com 5 professora efetivas, sendo que uma está de licença para tratamento de saúde e a outra está de licença capacitação). [...] Para você ter uma ideia da situação do curso, ano letivo de 2022 eu estava na vice-chefia, na coordenação de estágio 1 e na coordenação de TCC, no NDE. Com projeto de pesquisa, de extensão e terminando o doutorado [...].

É a minha primeira gestão como coordenação de curso, desde setembro de 2022, então agora em setembro eu faço um ano na coordenação. Nós temos lições de aproximadamente 2 anos e a gente vai fazendo o rodízio, porque ela tem bastante sobrecarga de trabalho.

Conforme pontuamos no escopo teórico dessa tese, desde 2008 a crise global se alastra e em meio a esse contexto movimentos conservadores que se dedicam a crítica aos direitos humanos e de defesa do mercado como regulador da economia

são fortalecidos e ainda os julgamentos e opiniões negativas em relação as políticas sociais historicamente conquistadas se avolumam. E assim medidas de cunho ultraliberais vem cada vez mais empregadas no Brasil e a educação não sai ileso desse processo, assistimos um progressivo e contínuo ataque ao direito à educação. Nessa conjuntura as universidades vêm sofrendo acentuados cortes de recursos destinados a pesquisa, a contratação de recursos humanos e materiais e assim professores e técnicos acabam por terem um acréscimo em suas funções e nessa esteira acabam por vezes tendo que assumir vários cargos ou executar funções que historicamente são administrativas. Percebemos por intermédio dessa pesquisa que essa realidade se faz presente nos cursos pesquisados.

Importante mencionar que os grupos políticos que representam a elite econômica pretendem mais do que a alteração da perspectiva de direitos, sua intenção se dilata para o acesso irrestrito não só ao mercado educacional, mas também se acentua o ataque ideológico sobre a função social das universidades e a crítica ao conhecimento científico. Esse tipo de situação pretende além de tentar subjugar as universidades a lógica mercadológica também objetiva incutir no imaginário social a ideia de que as universidades possuem professores bem remunerados com poucas horas de trabalho, quando na realidade o que assistimos é uma sobrecarga de função e profissionais da educação que acabam adoecendo física e mentalmente.

Retomando a apresentação dos dados coletados na pesquisa de campo, iremos continuar a dimensionar elementos levantados pelas entrevistas que apareceram na maioria das entrevistas. Um elemento que merece destaque e que é comum a todas as falas, refere-se à ausência de um levantamento formal realizado pelo colegiados dos cursos de Serviço Social pesquisados sobre a raça/cor dos estudantes. A seguir duas das respostas que exemplificam essa questão:

Então Karima, nós não temos um levantamento formal em relação a isso, só que nós temos poucos estudantes. Então essa... essa questão ela fica muito evidente. São mais estudantes negros. Então a gente tem uma miscelânea temos. Isso fica evidente, mas reconheço que isso é importante, especialmente no contexto [...] O ingresso por cotas raciais é muito recente. A gente tem isso de forma muito recente. É um debate bem recente na universidade como um todo. E agora por último nós tivemos um TCC que debateu sobre o acesso e permanência [...] e especialmente no curso de serviço social e algumas questões vinculadas, especialmente vinculadas a questão financeira dos Estudantes. Foi um dos determinantes pro não acesso para não permanência. posteriormente ao acesso, é muitos desses estudantes com uma situação financeira mais vulnerável são estudantes

negros. Estudantes negras. Então, tem uma, tem uma relação direta. Essa questão classe, gênero, raça. Mulheres. na sua maioria, então isso ficou evidente no TCC, mas, então nós temos estudos, temos debates, mas não levantamento específico.

Não. Fizemos alguns estudos sobre região e de avaliação do PPC anterior, mas a relação de raça do curso nunca foi feito. A coordenação do curso acompanhou 2 quilombolas e 4 indígenas (duas delas se formaram, inclusive, uma delas fez mestrado e ministra aula na universidade indígena) Também foi feito a relação de TCC que aborda a questão racial no ano de 2007 a 2017 dois trabalhos sobre a comunidade quilombola e em 2022 tivemos mais um. Mas tem sido abordado de forma transversal na iniciação científica e TCC, principalmente relacionado as desigualdades de gênero e raça. Esses foram os levantamentos que foram feitos.

Percebe-se que a não existência de um levantamento do quesito raça/cor pode dificultar a compreensão do perfil racial das/os estudantes nos cursos de Serviço Social. Mesmo com o fato de algumas terem mencionado que as instituições de ensino têm iniciado este levantamento do perfil, ainda assim, observamos que ausência de uma elaboração do perfil sistemática traz implicações na compreensão da identidade étnico-racial das/os estudantes e, conseqüentemente, para a elaboração de atividades que versem pelo fortalecimento das ações afirmativas e permanência estudantil. Isso revela que ainda é um desafio pensar um processo formativo em diálogo com a realidade das/dos estudantes.

Márcia Campos Eurico, no documento Nota Técnica sobre o trabalho de assistentes sociais e a coleta do quesito Raça/Cor/Etnia de 2022 nos informa que realizar levantamentos sobre o quesito raça/cor/etnia é imprescindível para a formulação de políticas públicas. Segundo ela, esse tipo de coleta pode auxiliar a compreender aspectos que se conectam as desigualdades raciais e a conexão que existe entre o aprofundamento do modo de produção capitalista e o racismo. Conforme mencionamos ao longo da elaboração dessa tese o racismo é estrutural no capitalismo e auxilia na manutenção das desigualdades sociais e assim coaduna também para que processos ideológicos de dominação se mantenham incólumes.

Segundo o referido documento formular indicadores sobre raça/cor/etnia nos variados espaços sócio-ocupacionais do Serviço Social reflete um fortalecimento das dimensões teórico-metodológicas, ético-políticas e técnico-operativas da profissão, o que acaba por coadunar com os princípios fundamentais presentes no Código de Ética Profissional da/o Assistente Social de 1993.

No decorrer das entrevistas também foi evidenciado que todos os cursos pesquisados apresentam disciplinas que se vinculam as relações étnico-raciais. Este

elemento coaduna com a pesquisa documental na qual pudemos verificar que todos os cursos das de Serviço Social das universidades públicas do Paraná apresentam em seus currículos disciplinas com a referida temática. Porém a maior parte delas possui apenas um modulo que trata do assunto, disciplinas totalmente voltadas a temática existem em número inferior. A partir da pesquisa documental localizamos trinta e cinco disciplinas obrigatórias que fazem menção a questão étnico-racial, destas, apenas seis tem sua ementa totalmente voltada para a referida temática, nas vinte e nove restantes o assunto aparece apenas como parte da ementa. Essa realidade é exposta nas falas das entrevistadas, seguem exemplos:

Existe uma disciplina: núcleo temático, na revisão em 2020 já... já foi incluído no último PPC, foi incluído então aquele item do Conselho, uma exigência .do Conselho Estadual de Educação, para trabalhar com os estudos das relações ético raciais, história e cultura afro-brasileira e africana e indígena também, foram os dois, os dois itens que teve que para até por uma questão para passar pela aprovação de CEP né! A câmara da pró-reitoria de graduação identificou, que tinha essa falha e daí então exigiram que fosse incluído. Então hoje existe, núcleos temáticos na ementa dessa disciplina tem nas referências básicas. E então isso isso tem sido trabalhado, nesse último PPC.

Sim, tem disciplinas, tem uma disciplina que é Diversidade, Gênero e Serviço Social, que trabalha as Relação entre classes sociais, raça- etnia e gênero. Também as lutas feministas e antirracistas e a relação com o Serviço Social, eu vou te mandar ali a ementa pra você dar uma olhada. E também tem a disciplina de Serviço Social e Questão Social, também aborta tanto a questão racial tanto a ambiental.

Sim, agora nós tivemos uma nova matriz curricular que estabeleceu essa disciplina no primeiro ano.

Enfim, a partir das respostas obtidas podemos reafirmar que quando a questão se volta particularmente a oferta de disciplinas específicas sobre relações étnico-raciais, poucas se referem a essa abrangência no currículo, sendo mencionadas disciplinas “Diversidade, Gênero e Serviço Social” e “Serviço Social e a questão étnico-racial”. Outra entrevistada aponta que na nova matriz curricular foi estabelecida uma disciplina específica no primeiro ano, mas não menciona o nome. Mas a maioria menciona que a temática é abordada de forma transversal em disciplinas difusas, que trazem o tema como parte das ementas. Característica essa que deve ser observada com otimismo, mas que ao mesmo tempo nos leva a considerar uma abordagem que pode ser vista como insuficiente, pois é difícil mensurar como isso se dá no cotidiano.

Ao evidenciar essa realidade que permeia a totalidade dos cursos pesquisados podemos também verificar que essa incorporação da temática que se vincula a

questão étnico-racial vem ocorrendo com mais ênfase nesses últimos anos o que repercute no momento da elaboração do PPP e na adoção da temática nos currículos, reconhecemos que a pesquisa documental e a pesquisa de campo apontam que essa discussão está ocorrendo principalmente a partir dos últimos anos, embora as consequências de nosso passado repercutam negativamente e desigualmente na vida da maioria da população negra do país há séculos.

Resta evidente, conforme exposto no escopo teórico dessa tese, que entidades representativas da categoria como o conjunto CFESS/CRESS e a ABEPSS nos últimos anos vem incentivando e fomentando o debate da questão étnico-racial, o que em nosso entendimento revela o protagonismo de assistentes sociais negras que vem há décadas revelando a necessidade e a importância da aproximação com essa temática no que tange a formação acadêmica e o exercício profissional do Serviço Social.

Nesse contexto também não há como deixar de mencionar as políticas afirmativas que vem auxiliando no ingresso de estudantes negros e indígenas nas universidades e o público em questão acaba por dinamizar e oxigenar a referida discussão nos espaços formativos e conseqüentemente junto a categoria profissional. Nossa pesquisa de campo também permite afirmar que a conjuntura de incentivo a esse debate pelas entidades representativas do Serviço Social vem repercutindo no momento da elaboração dos novos PPPs dos cursos, várias falas dos sujeitos de pesquisa revelam que no momento da elaboração dos referidos documentos essa questão vem à tona:

Então a gente discutiu muito para reformulação do PPC. Então agora recentemente né! que foi reformulado o PPC agora em janeiro, fevereiro... nós discutimos bastante essa questão para perpassar... praticamente todas as disciplinas têm alguma temática relacionada.

Então, é isso assim, a gente debateu no momento em que a gente reformulou o PPP do curso, lá em 2021, que aí a gente avaliou que precisava inserir de forma nítida uma disciplina que se referisse diretamente, mesmo com abordagem desse conteúdo em outras disciplinas, mas a gente precisava ter uma disciplina específica, e agora quando a gente inseriu a curricularização da extensão. Essa foi a única disciplina que teve alteração de carga horária, a gente não mexeu nas disciplinas que nós mexemos lá em 2021, mas essa a gente fez essa alteração, considerando que fica difícil. Para dar conta de todo o conteúdo necessário em seis meses, então o próprio professor que ministrou a disciplina ele fez essa avaliação.

Sim, a gente tem discutido, principalmente quando a gente fez o processo de revisão, então quando eu cheguei aqui em 2018 teve primeiro uma jornada de estudos do serviço social, que o tema era: classe, raça, gênero. Aí depois

daquela jornada a gente teve um Seminário de TCC que abordou a questão da diversidade e desigualdade da velhice brasileira na perspectiva étnico-racial, que foi bem legal, foi um evento online, vou te mandar também o link. E a gente também teve um minicurso sobre o Planejamento em Serviço Social numa perspectiva antirracista. Então esses debates eles trouxeram. A discussão pro curso, foi quando a gente criou a disciplina que eu te falei sobre Serviço Social e relações Étnico-raciais, também foi incluído daí naquelas disciplinas. A partir também desse debate o NDE também fez uma discussão sobre as referências bibliográficas das disciplinas pra ver, pra que todo mundo olhasse pra ver se autores e autoras negras nas referências pra gente tentar incluir mais autores negros nas referências. Esse foi feito o debate e aí acabou que influenciou na questão da do novo projeto pedagógico, ne, então também juntou com a discussão do CFESS sobre a campanha, então foi um, esses últimos anos tem crescido assim o debate no curso.

As falas demonstram que o debate sobre as relações étnico-raciais no Serviço Social é importante para a formação crítica dos assistentes sociais, considerando a realidade social brasileira, marcada por desigualdades raciais. Ou seja, houve o reconhecimento da importância do debate étnico-racial para a formação crítica dos assistentes sociais, especialmente considerando o contexto histórico de racismo estrutural no Brasil.

Percebe-se então que as falas descritas acima permitem pontuar que o momento de elaboração e revisão de um PPP se transveste em uma oportunidade para reflexão sobre a sociedade e as demandas que emergem e repercutem na vida da população, esse fato coaduna com as afirmações que realizamos quando afirmamos na pesquisa documental que os PPPs têm uma dimensão política e que ainda revelam a visão e as perspectivas que os membros do colegiado tem sobre a realidade social.

Novamente reafirma-se a importância do incentivo a esse debate pelas entidades representativas da categoria e como essas ações têm repercutindo positivamente para a incorporação da temática étnico-racial como transversal no processo formativo e no próprio exercício profissional. A seguir, uma das falas que se referem a transversalidade:

Sim, o NDE inclusive, o colegiado para incorporação desse debate fez um novo projeto político pedagógico, essa discussão vem não só na discussão de uma experiência específica com disciplina, mas que também ela vem transversal ali também em outras discussões também, outras discussões quando a gente pensa na discussão dos Direitos Humanos, ou quando a gente pensa na disciplina de Formação Sócio-histórica do Brasil, ou quando a gente pensa na disciplina de Movimentos Sociais, tudo vai incorporando aí a questão étnico-racial.

Outro ponto que merece destaque diz respeito a interseccionalidade entre raça, gênero e classe social, que foi mencionada como crucial para entender as realidades sociais enfrentadas por assistentes sociais. O que coaduna com os apontamentos realizados ao longo dessa tese quando pontuamos sobre a interseccionalidade e afirmamos que gênero, classe social, a questão raça/cor e diversidade são elementos que repercutem na vida das pessoas e que revelam situações de desigualdade que perpassam a vida desses grupos específicos. Essas situações de disparidade são encobertas e naturalizadas, por isso é importante considerar os elementos no momento de implementar políticas sociais ou no momento de atender um público de natureza diversa, ou em um momento de planejamento de ações formativas, como no caso da elaboração de um PPP.

Por intermédio da pesquisa de campo também é possível elencar algumas lacunas que podem ser pontuadas e que após debatidas podem contribuir não só para levantamento do perfil dos estudantes do Serviço Social, como também para o desvelar da realidade social do público atendido pelo serviço social. Nesse sentido buscamos compreender se os materiais de estágio nos cursos pesquisados possuem elementos com algum tópico dedicado a temática das relações étnico-raciais, como por exemplo algo que auxilie na identificação da autodeclaração sobre a cor daqueles que são atendidos pelo Serviço Social nos vários campos de estágio dos estudantes, ou mesmo se existem discussões sobre as desigualdades raciais que afligem nosso público-alvo.

E a partir deste aspecto, a pesquisa documental mostra nitidamente essa preocupação em apenas um dos PPP estudados, o que também foi de encontro com a pesquisa de campo, uma vez que em apenas uma das respostas obtidas junto as coordenações é possível ver que existe uma iniciativa que se conecta a referida discussão:

Na verdade, não tem um tópico específico, mas como discute a questão da política pública, o exercício profissional a gente trabalha bastante com os materiais do conjunto CFESS/CRESS, as campanhas do CFESS, então ali tá presente elementos sobre isso. As próprias orientações, que nem esse que eu te citei como exemplo a última sobre a inclusão do quesito raça/etnia nos documentos, então a gente trabalhou isso em Estágio, pra eles observarem em campo e levarem para a supervisora, então. A gente fez uma discussão sobre isso e aí identificou que a maioria não, aí inclusive um aluno de... fez o projeto de intervenção dele pra incluir essa questão e a questão de gênero também, identidade de gênero nos instrumentais. Tem provocado, no Estágio tem vindo mais a partir das necessidades mesmo da atuação profissional e do conjunto mesmo CFESS provocar isso também na formação.

Podemos afirmar que o Serviço Social atua em meio as contradições da sociedade capitalista e esse fato acaba por também gerar possibilidades de apreensão do movimento do real e nessa perspectiva podemos apontar que o espaço do estágio é local privilegiado que pode auxiliar no desvelar das várias nuances que compõem a vida, pode-se então afirmar que o estágio não é apenas uma obrigatoriedade contida na formação em Serviço Social, ele oferece a possibilidade de auxiliar na qualificação do exercício profissional na medida em que promove o processo dialógico entre estudante, supervisor acadêmico e profissional.

Percebe-se então que ainda que o estágio ofereça a oportunidade de primeiro contato com as desigualdades sociais que ocorrem na vida daqueles que são usuários do Serviço Social nos vários espaços institucionais onde o exercício profissional se realiza o mesmo torna-se possibilidade para elaboração de estratégias para enfrentamento dessas mesmas situações, frente essa afirmação pode-se pontuar então que o estágio é um espaço privilegiado de compreensão do que é e como o racismo se perpetua em nossa sociedade.

Pontuamos ao longo dessa tese que as documentações que subsidiam o Serviço Social brasileiro apresentam a importância da adoção da teoria social crítica e nessa esteira a direção social assumida é a de defesa da classe trabalhadora, o que revela a importância de defendermos a compreensão aprofundada de elementos que possibilitam a manutenção das situações de desigualdade étnico-raciais em nossa sociedade.

Ao serem indagadas sobre aspectos que se referem a frequência das discussões sobre as relações étnico-raciais nos respectivos colegiados as respostas foram de que essas questões vêm sendo abordadas sim, porém muitas respostas convergiram para o entendimento de que é necessário maiores aprofundamentos sobre o tema, até mesmo porque a realidade vem exigindo reflexões sobre a temática, conforme exposto nas falas a seguir:

Olha eu acho que avançou, mas ainda há muito a se fazer, ainda tá muito aquém essa discussão no âmbito do colegiado, e o que eu tenho identificado é que essas discussões elas vêm acompanhadas, quando se discute, por exemplo a questão de classe, gênero e etnia [...]. E também a gente tem percebido assim no âmbito institucional que isso acaba também trazendo essas discussões, como das cotas, das ações afirmativas, né! Recentemente teve a banca de hétero identificação racial.

[...] é uma questão que faz mediação com objeto nosso de trabalho, mas se a gente pensar assim em termos: de como que isso abordado pelos professores, a articulação que isso tem com os componentes curriculares ainda é uma discussão muito tímida, pouco discutido, pouco pautado nas reuniões do NDE. Então acho que falta assim, até assim nós vimos que a ABEPSS lançou um material sobre isso, Parâmetros para essa discussão. Mas, assim no nosso curso, na particularidade do nosso curso isso ainda tem sido uma questão pouco pautada.

As relações sociais excludentes marcam o desenvolvimento histórico do país e refletem na atualidade o que evidencia a necessidade dessa realidade ser cada vez mais incorporada na formação em Serviço Social. Por isso, além da compreensão sobre o racismo, sobre as desigualdades raciais evidenciadas facilmente em dados estatísticos é preciso aprofundamentos sobre aspectos que se conectam a questão da branquitude e do mito da democracia racial, pois essas situações perpassam o exercício profissional do assistente social e a vida daqueles que são por ele atendidos. Nesse sentido silenciamentos e invisibilidades sobre essas questões precisam ser mais bem compreendidas, nessa esteira destaca-se a importância da apreensão de como a questão racial é estrutural a questão social e não apenas dela decorrente.

Podemos, portanto, deduzir que entender aspectos que se ligam a luta de classe precisam da incorporação de categorias como raça/etnia enquanto aspectos determinantes do modo de estruturação da sociedade, afinal a classe trabalhadora brasileira é racializada e sexualizada. Entendemos que a incorporação da temática pelos cursos pesquisados vem ocorrendo, ainda que haja o reconhecimento de que é preciso avançar mais, as conquistas que vem acontecendo não podem ser desvencilhadas de um processo que se conecta a luta do movimento negro, e conforme já mencionamos, envolve a presença de assistentes sociais negras que vem há décadas evidenciando a importância da luta antirracista, antipatriarcal e anticapitalista.

Ainda sobre os avanços recentes, os quais já trazem repercussões as entrevistadas mencionam atividades organizadas pela categoria profissional, formações, tal como a realização de eventos que abordam a temática, os quais são de iniciativa de docentes ligados ao tema. Houve a menção ao fato de que a temática étnico-racial aparece em Trabalhos de Conclusão de Curso. Também houve a menção da importância do movimento estudantil como sujeito coletivo que vem provocando o debate e trazendo problematizações importantes. Outro fator de imensa relevância se refere ao resultado das ações afirmativas, que trouxeram por meio das cotas mais

estudantes negros e indígenas, provocando a urgência sobre os debates de forma mais crítica e engajada.

Nessa esteira também um ponto que merece consideração em nossa pesquisa refere-se a importância da existência de docentes nos cursos pesquisados que estão se dedicando ao estudo dessa temática, não há como deixar de mencionar a importância desses profissionais para o incentivo e a denúncia das exclusões e desigualdades que marcam a vida das populações indígenas e negra no país e em todo o sul global. Assim destacamos essas iniciativas e também entendemos que esse é um fator que vem dinamizando o debate em nossas instituições e em toda a região e sabemos que esses profissionais, por vezes enfrentam ambientes conservadores e politicamente desfavoráveis, mas não se calam.

Para além da dedicação a formação, há docentes que atuam em defesa da causa participando por exemplo de instancias representativas da categoria como o Comitê Paranaense de Assistentes Sociais na Luta Antirracista, instância do CRESS/PR 11ª Região. A seguir, um fragmento da pesquisa de campo, evidenciando a importância desses profissionais para o aprofundamento do debate em questão:

Nós tínhamos um professor colaborador que era o professor [...], que é um homem negro, ele inclusive ele saiu do curso porque ele tá fazendo o doutorado sobre a questão racial no poder judiciário, então ele estava nesses debates. Em 2018 ele era professor colaborador quando eu cheguei, também incitou essa discussão e aí ele acabou saindo porque [...] então ele também trouxe também esse debate, inclusive essa discussão do planejamento na perspectiva antirracista foi ele que organizou o minicurso, aí o do envelhecimento foi mais ou menos no mesmo contexto assim sabe? Foi vários anos assim, que foi, que foi feita essa discussão.

Esse contexto também revela o indicativo da importância da existência de projetos de pesquisa e extensão que se ligam a temática étnico-racial. Em nossa pesquisa apenas duas coordenações pesquisadas responderam que existem os referidos projetos, porém todas as coordenações restantes mencionam a transversalidade do tema em diversos projetos de ensino e extensão que ao se dedicarem as mais variadas temáticas acabam incorrendo em questões que envolvem as desigualdades raciais, para exemplificar essas situações seguem as falas a seguir:

Então, diretamente não, mas a gente consegue observar isso a partir, principalmente da discussão de Gênero da interseccionalidade, consubstancialidade que traz a questão de gênero e raça. Também a gente tem um departamento pequeno, como eu falei pra você, nós somos, estamos em cinco efetivas, uma está de licença pra tratamento de saúde e outra está

de Licença Capacitação, e aí, nós estamos em três [...]. Por isso que eu falei, como tá, tem tido bastante a discussão de gênero no departamento, ele tá acompanhado do debate racial. Aí, a gente teve alguns trabalhos de iniciação científica, que estudaram, que abordaram a relação, a questão étnico-racial, teve uma aluna que estudou a feminização da pobreza, também traz toda essa discussão. Duas estudaram a criminalização da pobreza, também traz o racismo como uma questão da criminalização e também o fato das pessoas negras serem mais mortas pela polícia, também toda essa discussão. Teve três alunas que discutiram sobre o trabalho doméstico e de cuidados no Brasil na pandemia que também trouxeram que são as mulheres, traz o debate racial porque são as mulheres negras que mais cuidam, que tão nesse trabalho doméstico, a questão do racismo.

Sim, nós temos projetos de extensão, temos projetos de pesquisa e temos questões transversais. Por exemplo, o meu projeto ele é de desigualdade, então ele não tem a questão racial como foco, mas quando você estuda a desigualdade social a questão étnico-racial está presente, então você tem assim. Por exemplo projeto de pesquisa sobre religiosidade, as religiões africanas de Matriz africanas elas entram, são os projetos que eu faço parte, então assim focado nós temos projetos da professora [...]. Mas, nós temos outros projetos que a temática que acaba sendo transversal.

Sabemos que o ensino superior em nosso país vivencia um contexto de mercantilização da educação, variados programas federais e políticas estaduais visam a expansão do mercado e nesse contexto a modalidade do Ensino a Distância (EAD) se amplia. Nesse caldo as universidades públicas se veem cada vez mais compelidas a se adequarem as regras no mercado, na atualidade a universidade convive cotidianamente com o incentivo cada vez mais presente de arrecadação de fundos no mercado privado. O apontamento dessas questões evidencia que na atualidade a educação está submetida a lógica do mercado e não como um elemento fundamental para o desenvolvimento humano. Cada vez mais assistimos à imposição do incentivo a formação precarizada de acadêmicos que são também trabalhadores.

Todo esse contexto é notório para as pessoas que trabalham ou estudam em universidades públicas, pois é evidente a ausência de condições mínimas para o desenvolvimento dos cursos, por vezes até mesmo os espaços físicos são deteriorados e o número de professores concursados vem diminuindo e em contrapartida há o aumento da contratação de professores colaboradores, que por sua vez possuem direitos trabalhistas reduzidos. No curso de Serviço Social ainda podemos apontar outras dificuldades como a de cadastramento de campos de estágio que por vezes vem sendo preenchidos em sua maioria por cursos da modalidade de EAD.

Sabemos que as universidades são constituídas pelo tripé ensino-pesquisa-extensão, que devem potencializar todo o processo de formação, porém em um

contexto precarizado como vem ocorrendo com a educação, por vezes o tempo ou as condições para a realização da pesquisa e extensão podem ser prejudicados. Essas reflexões sinalizam que a execução da pesquisa e da extensão passa por dificuldades, porém a existência do reconhecimento da transversalidade do tema das relações étnico-raciais nas ações de pesquisa e extensão demonstra que a referida temática transpõe os limites de uma grade curricular e circundam a vida dos estudantes e da comunidade em geral. Esses fatores apontam a importância da multiplicação de projetos de pesquisa e extensão envolvendo a questão étnico-racial, pois isso nos auxilia na compreensão da nossa história, e ainda pode auxiliar na apreensão de novos sentidos no presente, bem como no planejamento de ações para o futuro.

Ao tecerem reflexões sobre os avanços em relação a incorporação da temática étnico-racial na realidade dos cursos, as entrevistas revelam diferentes percepções, mas algo que apareceu com mais tenacidade refere-se à incorporação das disciplinas que se vinculam a questão étnico-racial na matriz curricular. Porém, ao falar sobre os desafios no tocante a referida questão, a entrevista revelou falas que se referem as implicações do contexto sociopolítico regional. Algumas falas são enfáticas em abordar a influência da cultura local e do conservadorismo presente nas regiões onde as universidades estão localizadas e ainda mencionam os limites históricos sobre a apropriação da temática:

[...] têm as implicações aí na universidade, a precarização do ensino... tudo isso eu acho que vai dificultando né! A gente tem um grande número de alunos que deixa o curso porque tem que trabalhar né! e trabalhos precarizados né! então isso tudo tem uma implicação e é um Desafio, um contexto conservador né! você discutir questões da defesa dos direitos humanos, discutir questões étnico- raciais, discutir gênero, classe né! Então tudo isso tem sido num contexto muito difícil né! esse avanço conservador e ultraconservador né! Então acho que o desafio vem aí nesse sentido.

Ah! eu acho que o maior desafio sempre é conhecimento sabe? Conhecimento mesmo dos docentes sobre a temática. Eu acho que é a questão também que impede a sociedade até de avançar né! Até pelo conservadorismo da nossa região. A gente tá aqui na região próxima a região de [...], muito conservadora. E vejo uma região que nasceu da escravidão, na verdade [...] nasceu era um Pelourinho era para venda de escravos, então a gente tem assim uma marca muito grande assim e um preconceito muito grande então é muito complicado. Quando você introduz assim algumas temáticas. Eu percebi que para os professores isso foi muito tranquilo, os professores a discussão fluiu bem, mas acho que o maior desafio é mesmo o entendimento mesmo conhecimento. Também eu acho que toda essa questão do próprio lugar de fala, sabe? Trazer esse debate assim até para os estudantes assim comecem a entender todo esse processo. Então se reconhecer também. A identidade também eu acho que é algo que ainda são desafios ainda para nós.

Uma realidade que a gente vem colocando... de verdade, que a gente vem se questionando, eu acho que é o próprio lugar dado ou constituído para a população... a população negra, pra a população aí também até quilombola, indígena né. Aqui na região, onde também a gente tem alguns indígenas que sobretudo na realidade [...] você quase não enxerga ou não vê no nosso cotidiano pessoas negras. E por não ver, me parece que há uma naturalização. E isso de vez em quando vem nos nossos debates aqui do tipo onde que a gente tem visto essa população? a população indígena está relegada em uma determinada comunidade. E os negros você vê de uma certa forma aqui e acolá em trabalhos, que são trabalhos de nem tão relevância, vamos dizer assim. Então eu acredito muito que o maior desafio é a naturalização que é dada no cotidiano para o lugar que foi destinado. Aos negros, Comunidades Quilombolas e os indígenas, eu acho que é essa naturalização. E o próprio racismo estrutural, é a questão do próprio... enfim, da própria estrutura do racismo, e isso vai ter impacto, do tipo por exemplo, eu acho que a gente tinha um aluno negro no curso. Você está na universidade. Cadê a população negra, os indígenas a própria população Quilombola? (Inaudível) porque é um pouco do desconstruir essa questão ideológica, não é só ideológica, ela é concreta, ela é real, ela é estrutural do racismo na nossa sociedade e ainda mais na região que a gente se encontra.”

E nós aqui estamos numa região muito racista, muito conservadora, com debates mais escassos em relação a esse tema é diferente de a gente tem colegas de outras regiões em que os debates são mais intensos, que isso tá muito mais articulado e aqui na região Sul até os movimentos são menos intensos nesse sentido, então isso acaba entrando menos em pauta, geralmente quando existe o tensionamento é que acaba sendo mais enfático.

Percebe-se nas falas um reconhecimento das particularidades brasileiras que se relacionam com o fato de nossa constituição histórica ser marcada pelo escravismo, pelo colonialismo e pelo racismo estrutural presente nas relações sociais aqui estabelecidas. Nesse contexto podemos afirmar que o conservadorismo também faz parte desse processo e agravando-se ainda mais no período de acirramento da questão social ele passa a ser cada vez acionado como um mecanismo que permite a manutenção e a reprodução da sociedade burguesa. O reconhecimento de que o contexto conservador e as políticas voltadas ao mercado incidem nas realidades locais revelam uma apreensão crítica da realidade. Discursos conservadores tentam omitir ou negar nosso passado colonial, escravista e de genocídio negro e indígena, objetiva-se com isso negar as desumanidades cometidas e assim perpetuar processos de exclusão que marcam a vida dessas populações.

Nessa conjuntura conservadora, grupos de extrema direita têm se fortalecido e nessa esteira meios midiáticos tem auxiliado na manipulação da opinião pública e assim mentiras acabam sendo propagadas com grande velocidade e contribuindo para a despolitização de conflitos sociais. Em nosso cotidiano percebemos tentativas de extinguir na educação pública a perspectiva crítica, para dificultar por exemplo a

identificação de situações de racismo, violência e situações de desigualdades sociais que afligem a vida da maioria da população. Podemos citar como exemplo projetos legislativos como o da escola sem partido, que na realidade busca dificultar ou até mesmo extinguir reflexões críticas nos estabelecimentos educacionais, não é por acaso que Paulo Freire, Marx e uma gama de intelectuais sofrem severos ataques que tentam descreditar suas elaborações teóricas.

Devido a situações como essas é que entendemos como desafiador e algo extremamente importante a continuidade da elaboração de PPPs com um viés crítico e que neles seja incorporada de forma abrangente a questão étnico-racial e sua influência na constituição sócio-histórica de nosso país. Ainda podemos pontuar que entender nossa realidade levando em consideração o colonialismo e o racismo é importante ao longo da elaboração dessa tese mencionamos sobre como valores eurocêntricos fazem parte do nosso cotidiano e moldam as relações em todas as esferas, inclusive no meio acadêmico, nesse sentido romper com essa visão exige esforço e conhecimento, exige que pensemos sobre a história a partir daqueles que foram explorados, subjugados, a partir daí então podemos cada vez mais buscar compreender sobre essas populações e seus modos de resistência.

Outra questão que também é importante pontuar nessa tese sobre a pesquisa de campo refere-se as respostas obtidas quando indagamos sobre as Diretrizes Gerais para o Curso de Serviço Social e se o referido documento indica ser importante que o processo formativo abranja o debate sobre as relações étnico-raciais, a maioria das respostas convergiu para a percepção de que as diretrizes indicam o caminho, abrem essa possibilidade de discussão, mas que o debate têm sido mais fomentado nos últimos anos:

Aí eu acho que essa discussão ela tem sido mais amadurecida de um tempo pra cá né! Se a gente pensa que a diretriz foi de 96 né... aprovado, teve algumas revisões em 2002 .se não me engano e eu ainda acho que é mais no contexto dos Direitos Humanos não especificamente étnico-racial. E aí claro essa questão entra, vai entrando aí no bojo né! Mas, especificamente acredito que não! Eu acredito que não! Isso é uma discussão que o serviço social recentemente acho que tem aí pautado e ainda com algumas, quando essa questão começou nessa perspectiva do estrutural, então ainda acredito que para a gente ter uma herança aí vamos dizer assim uma orientação, uma direção da teoria crítica onde essa perspectiva se pautava mais na classe né! E aí então essas outras questões, elas foram sendo incorporadas eu acho que mais recentemente.

Eu acho que sim! Eu acho que ela traz a abertura. Apesar que as diretrizes serem construídas há quantos anos atrás. Acho que é de 96, eu acho que esse

debate nem tava na baila, então acredito que ela dá a possibilidade, quando ela trata dos princípios, principalmente da construção do Código de Ética e também da ideia do projeto ético político, porém esse caminhar a gente teve que fazer meio solitário... durante todos esses anos através do conhecimento, através do empoderamento desse conhecimento e aí agora que a gente tá conseguindo implantar isso nos currículos eu acho que de 96 vamos dizer para 2023 meu Deus! São quantos anos? 30 anos quase.

As diretrizes são de 1996 então ao que me parece assim isso não é muito enfático lá nas diretrizes. A gente não tem naquela construção. O que as remete a discussão mais geral, a discussão mais geral dos eixos, enfim acaba remetendo essa discussão. O que me parece que fica mais evidente é na parte organizativa. No que tem sido feito, tem ocorrido de debates, tem uma CTT de formação de antirracista em atividade, que inclusive eu acabei me inserindo nesse espaço agora recentemente. O ABEPSS Itinerante desse próximo ano vai ser sobre a formação antirracista, então às diretrizes curriculares construídas pela ABEPSS. Enfim são, colocam uma direção importante para os debates necessários incluindo a questão da formação antirracista, mas isso eu penso que não de forma tão enfática na escrita, mas muito mais no desenvolvimento das ações agora no último período, tanto que quem puxa esse debate dentro da categoria acaba também observando muitas vezes. Essa questão da necessidade de ir disputando os espaços de se colocando, tipo assim a gente tem que conquistar uma mesa inteira lá na oficina Nacional da ABEPSS, então acaba acontecendo um pouquinho isso. Atualmente eu estou na coordenação Regional de graduação da ABEPSS aqui da região sul, então também é um compromisso também espriar um pouco desse debate pras UFAS, para a gente conseguir avançar, mas antes disso eu mesmo preciso me informar um pouco mais. Nesse debate, porque sou uma mulher branca, que vem de famílias que são família de descendência italiana, com pais racistas. Enfim, então precisa avançar. A gente mesmo precisa avançar numa formação mais aprofundada em relação a esse tema para conseguir atuar nele de forma mais enfática e mais organizativa também.

Então, eu até retomei as diretrizes pra responder essa questão, eu vi assim que ela não traz especificamente as relações étnico-raciais, mas que isso está pressuposto, desde a análise crítica da realidade, a questão das relações sociais no Brasil, a própria formação sócio-histórica. Então aqui ela permite que seja trazido a partir desse debate. Eu acho que a questão também é que o conjunto CRESS/CFESS eles têm provocado esse debate, fazendo campanhas, informativos, orientações. Então acaba trazendo isso também pra formação. Exigindo isso da formação. Mas, ainda é bem generalista. As diretrizes curriculares, então elas trazem abertura pra gente discutir a partir das relações étnico-raciais, mas, não é uma obrigatoriedade, então dependendo dos autores que a gente vai discutir sobre a formação sócio-histórica do Brasil não aborda. Outros autores já vão abordar a partir dessas relações. Então, eu acho que lá pressupõe que a gente consiga debater a partir disso.

Percebe-se então uma percepção de que as diretrizes ofertam um espaço de discussão para inclusão da referida temática e assim a partir daí pode haver aprofundamentos sobre o debate. Por intermédio do levantamento teórico elaborado nessa tese podemos aferir a partir de Portes e Portes (2017) que as diretrizes curriculares para o curso de Serviço Social representam um documento importante para a formação profissional e ainda o mesmo indica uma perspectiva crítica que exige aprimorado rigor teórico-metodológico, ético-político e técnico-operativo para que os

assistentes sociais possam dar respostas efetivas as demandas que emergem no cotidiano profissional.

E ainda, a partir do escopo teórico dessa tese podemos pontuar que os conteúdos que fazem parte do período de formação são basilares para os futuros processos de intervenção e que por vezes para definição daquilo que será abordado há disputas entre opiniões contrárias, isso evidencia que o momento da definição de um PPP é um momento de disputa política, embora cada curso tenha autonomia de decidir sobre seu projeto político pedagógico os itens incorporados nesse documento revelam um direcionamento intelectual e político que se pretende alcançar.

Por isso entendemos que a incorporação de aspectos Étnico-Raciais na formação em Serviço Social é importante, a profissão só pode ser compreendida se for situada no contexto das relações sociais que são estabelecidas no desenvolvimento da sociedade capitalista e no antagonismo entre as classes, por isso não há como descartar do processo formativo a história da escravização no Brasil, nem o racismo estrutural, esses elementos precisam cada vez mais serem evidenciados quando estamos nos referindo ao processo formativo.

Conforme já sinalizamos na atualidade vivencia-se um processo de avanço de políticas neoliberais e nessa conjuntura de mercantilização do ensino superior os desafios enfrentados pelo Serviço Social são inúmeros, nesse cenário as Diretrizes curriculares se confirmam como um aporte formativo para o enfrentamento desse contexto de conservadorismo. Nesse ínterim, conforme evidenciado a necessidade do desvelamento da realidade social do Brasil está descrita nos três núcleos de fundamentos que compõem as diretrizes curriculares e eles não estão dispostos a partir de uma lógica de importância e assim sendo as matérias e disciplinas devem estar conectadas em uma perspectiva histórica da totalidade que compõe a vida social. Lembramos que a questão étnico-racial é mencionada no núcleo de fundamentos da formação profissional, porém conforme já evidenciamos em nossa análise repetida vezes a referida questão é um elemento estruturante das relações sociais no Brasil e assim ela pode ser entendida como transversal nos demais núcleos, porém a questão do racismo não é mencionado nas diretrizes curriculares.

As falas obtidas nas entrevistas sobre as Diretrizes Curriculares de que a mesma aponta o caminho, mas que há necessidade de maior aprofundamento sobre a temática pode estar conectada ao apontamento teórico realizado nessa tese quando afirmamos a partir das ideias de Souza (2020) que a categoria racismo não é

mencionada no referido documento, ainda é mencionada a necessidade da incorporação do racismo como uma categoria que pode auxiliar na compreensão da realidade social, uma vez que nossa realidade é marcada pelas consequências do colonialismo e do escravismo.

Pontuamos também ao longo deste trabalho que o racismo é estabelecido em todas as relações sociais de modo objetivo e subjetivo e assim o modo de ser dos sujeitos acaba sofrendo influências do mesmo e nesse sentido os sujeitos acabam por reproduzi-lo e nessa dinâmica as profissões também estão sujeitas a reprodução do racismo, o que revela a importância da incorporação do racismo como categoria nas documentações que contribuem para os processos formativos.

É possível pontuar também que essa ausência nas Diretrizes Curriculares pode contribuir para o enfraquecimento do debate sobre o racismo e ainda é necessário reforçar que durante décadas houve um ocultamento da produção de intelectuais antirracistas que denunciam as situações de desigualdade racial que aflige as populações subalternizadas, esse tipo de silenciamento vem demonstrar como visões eurocentradas sobre a classe trabalhadora no Brasil dificultaram a compreensão da realidade da população marginalizada no país e contribuíram para pouca importância que foi dada para produções teóricas robustas como a de Clóvis Moura, por exemplo.

Ainda no que tange o racismo e a importância dessas discussões no interior dos colegiados a compreensão por parte das coordenações é que o debate vem sendo executado, porém existe a necessidade de ampliação do mesmo e ainda nessa esteira novamente a elaboração dos PPPs logrou evidência enquanto um momento que possibilita a incorporação de temáticas imprescindíveis ao Serviço Social:

Eu lembro de algumas discussões a partir da disciplina de núcleos temáticos o que precisaria incluir mais esse debate, mas ainda eu acho muito artificial assim, muito! Precisa aprofundar mais, sabe precisa ter momentos para a gente discutir mais isso, colocar como também uma questão ali, nessa perspectiva do estrutural né! Eu acho que falta ainda a gente trazer essa discussão, então assim partindo do colegiado foi em momentos de discussão de Matriz, isso que embora não participei ativamente, ali da finalização, mas antes de entrar de licença eu lembro que a gente já começou a discutir a matriz e depois [...] finalizaram. Mas os momentos assim que eu lembro, que eu me recordo é isso, momentos de revisões de matriz. Talvez eu penso que... dentro ali... do âmbito do núcleo estruturante, docente estruturante talvez a gente poderia discutir mais. Trazer essa temática né! Aprofundar nos grupos de pesquisa, nos projetos de extensão, de pesquisa. Então assim... é! Mas, eu penso que ainda muito, muito pouco e artificial essa discussão.

Isso também foi nesse contexto das mudanças nas matrizes, na matriz de 2021 se avaliou a necessidade de ter a disciplina específica e depois agora

nessa Matriz de 2023 a necessidade de ampliação dessa disciplina, mas ainda a gente precisa ampliar o debate. Em relação a formação de antirracista, ainda não é algo que seja muito enfático. E aí um desafio nosso aqui Karima é conseguir construir uma dinâmica fluida do NDE, com encontros quinzenais para a gente debater com calma as questões, como nós somos um quadro muito pequeno. Os professores colaboradores precisam assumir 18 horas semanais em sala de aula. Então as condições não são das melhores. Mas, eles fazem parte do NDE, do colegiado, a gente não tem professores assim todo mundo acaba tendo que participar, então acaba sendo um pouquinho isso.

Já, inclusive como eu falei nessa última reunião que tivemos, última não, na verdade penúltima, nós, inclusive discutimos sobre essa questão e ela, a gente pensou de fazer a semana acadêmica lá no final do ano e que a centralidade seria essa, a questão étnico-racial, mas por questão de mão de obra, somos poucos profissionais a gente acaba que estava sem pernas para fazer a semana acadêmica desse ano. Mas, querendo fazer aí de qualquer forma um debate, aí mais à frente e que para mim eu acho que o novo PPP ele mostra muito a importância dessa temática, a partir do que se traz nas novas disciplinas.

Na verdade, sim, nós estamos num processo de levantar questões, questões marcadoras da evasão escolar e a questão do preconceito ela apareceu como um desses marcadores, então nós estávamos né! Neste processo de discussão de quais ações faríamos de forma coletiva, para discutir, pautar isto.

Percebe-se então que as coordenações reconhecem a centralidade do debate sobre o racismo e nesse contexto podemos pontuar que as leis educacionais, como a lei 10.639/2003, que estabeleceu a obrigatoriedade do ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana nos estabelecimentos educacionais evidenciam o protagonismo do movimento negro que vem há décadas lutando pela obrigatoriedade do ensino da história do continente africano e da população negra em nosso país.

O I Congresso Do Negro Brasileiro, que ocorreu em 1950, promovido pelo Teatro Experimental do Negro (TEN), grupo criado por Abdias Nascimento, já reivindicava essa necessidade. Conforme evidenciamos no transcorrer dessa tese, o movimento negro pressiona historicamente o poder público brasileiro por alcance de direitos e pela necessidade de justiça social. Porém apesar dos avanços legais a proposta de inclusão de temáticas afeitas as relações étnico-raciais necessitam de maiores aprofundamentos para o alcance de uma formação antirracista que objetive proporcionar a nossos estudantes reflexões sobre a inserção da classe trabalhadora brasileira na história.

O reconhecimento da existência de uma lacuna sobre discussões que envolvem o racismo aponta também que está ocorrendo uma mudança de perspectiva

dos profissionais entrevistados o que implica em um reconhecimento da necessidade de resgate e valorização de elementos que se conectam a realidade das populações indígenas e negra em nosso país. Esse tipo de reconhecimento pode fazer emergir e serem consolidadas novas propostas pedagógicas, que sejam comprometidas com a população que historicamente sofreu silenciamentos e genocídio.

Gostaríamos de ressaltar ainda que esse debate precisa ser ampliado na academia, mas também na sociedade em geral, nessa esteira gostaríamos de pontuar que ganha relevância as ações que estão sendo realizadas pelos Núcleos de Estudos Afrobrasileiros (NEABs), que vem fomentado a discussão sobre as desigualdades étnico-raciais e proporcionado também mudanças de perspectivas no interior das universidades e na comunidade em geral.

Um outro ponto que merece destaque em nossa pesquisa refere-se à identificação de que a questão étnico-racial é estrutural a questão social, algumas das falas corroboraram com esse reconhecimento e ainda houve indagação de como inserir esse debate sem prejudicar o debate de classe, conforme destacamos a seguir:

[...] porque eu vejo assim, até na minha dissertação, na Minha tese que eu tava escrevendo, é um dos temas que eu abordei na pesquisa. Que a pesquisa a gente entende como um caráter transversal e tudo mais e aí eu abordei um dos pontos sobre a questão social. Então assim eu acho que trazer o debate étnico-racial ele é fundamental para a gente poder entender a questão social.

Esse ano acho que tem uma instrução normativa, mais específica, o debate começou a aparecer então acho que ano passado, atrasado. Nos encontros da ABEPSS é como uma demanda necessária né! E aí há controvérsias, por exemplo como você vai inserir esse debate sem prejudicar, não sei por falta de palavra melhor o debate da classe. Assim como gênero, a questão de gênero, essas temáticas que são transversais como a gente insere elas? Então a gente tá tentando inserir a partir da luta de classes, como que a questão étnico-racial aparece, de forma inclusive no Brasil de uma forma bem colonialista inicialmente de escravatura e tudo mais e como que na universidade, por exemplo, qual o índice de acesso de estudantes afrodescendentes? Nem se usa, de estudantes e povos originários né! Indígenas, nós temos bastante também aqui, é um estímulo muito forte inclusive aos indígenas, nós temos no curso em torno de uns 8,10.

[...] então eu acho que é muito embrionário, que isso não tá desenhado de forma total, clara e hegemônica. Acho que essa é a palavra, porque uma coisa que tem que ficar muito clara é que não há oposição entre o referencial de classe e a discussão étnico-racial e eu acho que isso ainda não tá muito evidente.

A partir da elaboração dessa tese é possível apreender que Gonçalves (2018) ao realizar reflexões sobre a gênese do Serviço Social no Brasil na década de 1930, explicita que trabalhadores negros nesse período são invisibilizados nos atendimentos

realizados pelos profissionais, essa ação se conecta as políticas eugênicas e ao mito da democracia racial, a profissão então se origina vinculada e reproduz as ideias da classe dominante.

Embora a profissão se mantenha na perspectiva conservadora já na década de 1950 profissionais negros informam a necessidade de discussões sobre a questão étnico-racial no Serviço Social, como é o caso de Sebastião Rodrigues Alves, que já indicava a necessidade de uma disciplina sobre a questão da população negra no processo formativo de assistentes sociais. Nesse contexto Rocha (2022) pontua que ao longo do transcorrer histórico da profissão elaborações teóricas de pessoas negras acabam sendo consideradas irrelevantes o que culmina em invisibilidades como a que ocorreu com a assistente social Maria de Lourdes Nascimento.

Já na década de 1980, quando a profissão já está vivenciando o movimento de reconceituação, Elisabete Aparecida Pinto denuncia a necessidade da incorporação da questão social no processo formativo em Serviço Social e nessa mesma perspectiva Magali da Silva Almeida e outras assistentes sociais também denunciam esse tipo de silenciamento no seio profissional.

Percebemos então que há décadas, inclusive já quando a profissão se conecta a uma visão crítica da sociedade, os silenciamentos e a invisibilidade sobre a questão negra perduram e somente há poucos anos as entidades representativas do Serviço Social começam a incentivar a adoção desse debate. Segundo Gonçalves (2018) uma hipótese para compreender essa conjuntura se liga a dificuldade em reconhecer que a questão étnico-racial é nuclear a questão social.

Os apontamentos realizados nesse trabalho permitem afirmar que a questão racial e o racismo são bases para o aprofundamento do modo de produção capitalista, que se beneficiou por séculos do escravismo para fortalecer o acúmulo de capitais, nessa conjuntura não há como apartar as relações raciais que se estabeleceram no Brasil da questão social e as falas acima demonstram a importância de refletirmos mais sobre essa questão.

A ideia de que as questões étnico-raciais seriam suplantadas por meio apenas da luta do proletariado não evidencia que o racismo também se faz presente entre os trabalhadores de um modo geral, uma vez que o mesmo molda as relações sociais e é multiplicado em todas as instâncias que compõem a vida. Nesse sentido a questão racial não pode ser considerada apenas uma expressão da questão social, ela é sustentáculo do antagonismo entre as classes sociais.

Concordamos que embora muitas discussões tenham sido realizadas pela profissão de Serviço Social sobre a questão social a questão racial foi apartada desses debates, porém entender a realidade da classe trabalhadora brasileira exige o recorte de raça e gênero e dos desdobramentos do racismo, isso fica evidente no decorrer de toda nossa pesquisa.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

É possível pontuar que aqueles que são atendidos pelos Assistentes Sociais advêm de uma realidade que na maioria dos casos refletem exclusão, em termos sociais, econômicos, culturais, educacionais e essa é a realidade de grande parte da população negra que é usuária das políticas sociais. Situação que exige dos profissionais em Serviço Social uma formação pautada em um forte arcabouço teórico-metodológico, técnico instrumental e ético-político e versada também nas contradições que compõem as relações sociais fundadas na exploração de uma classe sobre a outra, um gênero sobre outro e a questão racial não pode ser afastada desse debate e essa apreensão ficou evidente a partir da pesquisa documental e de campo que foi realizada junto as coordenações nas universidades públicas de Serviço Social no Paraná, afim de verificar a integração entre os núcleos fundamentais, as matrizes curriculares e a questão étnico-racial.

Entende-se que as situações de desigualdade que envolvem a população negra só podem ser descortinadas ao se compreender o papel que o racismo exerce na sociedade enquanto sustentáculo de uma relação de poder que uma classe social tem sobre a outra.

Frente a essa compreensão destaca-se a importância de realizar apontamentos sobre a formação social do país, pois através dessa ação foi possível apreender que a influência da escravização de pessoas negras incide em nosso desenvolvimento histórico, uma vez que é possível destacar que o modelo colonial português foi exitoso no que tange a elaboração de uma rede mercantil no Atlântico Sul o que por sua vez foi responsável pelo acúmulo de capitais por Portugal durante séculos, cabe mencionar que essa situação foi fundamental para o desenvolvimento das relações sociais em nosso país e até os dias atuais vivenciamos o resultado do colonialismo, o que reforça a necessidade dessa discussão no processo formativo em Serviço Social.

Na execução dessa tese pontuamos que segundo Williams (2020) o modo de produção capitalista se desenvolve e aprofunda suas bases a partir do lucro proporcionado pelo tráfico negreiro e para tanto era preciso legitimar toda uma lógica racista, podemos então pontuar que historicamente existe uma relação entre a lógica capitalista e o racismo que vem auxiliando na manutenção

da exploração, percebemos então como a inferiorização de seres humanos é instrumento colonial para a submissão de variados povos ao redor do globo terrestre,

nessa esteira destacamos que o movimento e a resistência negra possuem papel de destaque em nossa formação social, apesar desses elementos serem desconsiderados ou pouco elucidados nos espaços de formação educacional no país.

Em meio a esse contexto foram elencados de forma breve pontos referentes a busca por legitimação da escravização e seus desdobramentos para a população negra por intermédio da tentativa de branqueamento populacional. Menciona-se o discurso falacioso de harmonia social como fruto de um processo de miscigenação pacífico que seria o grande responsável pela democracia racial, que se constitui como um mito, mas que funciona como armadilha ideológica de controle social a fim de mascarar a relação de exploração a que são expostos até os dias atuais a maioria da população negra no Brasil.

No decorrer da elaboração dessa tese alcançamos reflexões sobre como a questão social se desenvolve e como a questão étnico-racial é compreendida nesse processo. Ficou evidente a necessidade de pensarmos sobre a questão social a partir de autores como Octavio Ianni que apresentam como a situação racial precisa ser considerada para que possamos compreender a realidade da classe trabalhadora no Brasil. Ainda restou como evidente as conexões entre o Racismo Estrutural e sua Intersecção com a Questão Classe, Raça e Gênero. Também realizamos apontamentos sobre a história do Serviço Social e evidenciamos que a questão social é considerada a base de atuação profissional por variados autores que se dedicam a estudar a profissão, mas há a ausência nessas elaborações teóricas do elemento racial.

Entendemos que as entidades representativas do Serviço Social em anos recentes começaram a promover o fomento a discussão sobre as relações étnico-raciais. E nesse ínterim, embora cada instituição de ensino superior tenha autonomia para decidir sobre seu Projeto Político Pedagógico são as Diretrizes Curriculares Gerais para os cursos de Serviço Social da ABEPSS que apontam o direcionamento a ser seguido.

Os núcleos de fundamentos teórico-metodológicos da vida social, da formação sócio-histórica da sociedade brasileira e de fundamentos do trabalho profissional, que são expostos nas diretrizes curriculares, entre outros elementos apontam a necessidade da compreensão histórico crítica da totalidade que compõem a vida social e a investigação da formação sócio-histórica do Brasil esses aspectos revelam a necessidade da compreensão de elementos étnico-raciais que conformam nossa

realidade.

Destacamos que a questão étnico-racial é mencionada no núcleo de fundamentos da formação profissional, mas não existe um apontamento sobre o racismo e como o mesmo é estruturante das relações sociais, em nosso escopo teórico ainda reforçamos que o racismo precisa realmente ser entendido como estrutural, caso contrário a formação pode não auxiliar a identificar aspectos que se conectam ao colonialismo e ainda pode reforçar ideias eurocentradas e assim a compreensão da realidade social pode ficar comprometida.

Em nosso trabalho também são destacados alguns apontamentos sobre a necessidade de decolonização dos saberes e o epistemicídio negro no ambiente acadêmico. Destaca-se o modo como a Europa se afirma como uma bússola a ser seguida e seu modo de viver passa a ser considerado o civilizado, a partir dessa elaboração a população de países que vivenciaram o colonialismo são julgadas como inferiores e toda a produção de seu conhecimento e seus modos de vida passam a ser desconsiderados, nesse ínterim se destaca a importância da decolonização dos saberes e a importância da adoção das teorias produzidas por autores e autoras negras, nosso trabalho aponta a necessidade da adoção pelo Serviço Social de bibliografias de autores como Abdias Nascimento, Clóvis Moura, Lélia Gonzalez, entre outros.

Em relação a hipótese que versa sobre importância do conceito de questão social se assentar em uma análise que unifica a trajetória de trabalhadores negros é possível observar que a produção de conhecimento do Serviço Social brasileiro tem, em suas diferentes fases, negligenciado a influência das relações étnico-raciais na formação social do país. Característica que decorre da ligação inicial da profissão com elementos da fé cristã, o conservadorismo e a ideia insistentemente propagados por elites políticas e culturais da convivência pacífica entre os povos de distintas etnias no Brasil.

Destacamos ainda que nossas relações sociais são marcadas pelo colonialismo, pelo racismo, por séculos de escravização e pelo genocídio indígena esses fatores conformam a classe trabalhadora brasileira, assim sendo é importante a compreensão de que a questão social imbrica-se com a questão étnico-racial, esse reconhecimento é importante, pois a questão social é objeto de trabalho do Serviço Social, destacamos que esse reconhecimento pode auxiliar na efetivação da transversalidade da temática das relações étnico-raciais no que tange o processo

formativo e ainda quando encontramos silenciamentos e invisibilidades sobre a questão negra na trajetória histórica da profissão é possível pontuar que existe uma dificuldade em reconhecer que a questão étnico-racial é nuclear a questão social.

Observa-se, portanto, que o “mito da democracia racial” influencia perspectivas conservadoras, como também aquelas mais críticas, centradas em uma leitura de luta de classes que exclui os determinantes decorrentes do racismo estrutural no país. Percepção essa que se aproxima do entendimento de como o serviço social está realizando apenas recentemente discussões mais aprofundadas sobre as relações étnico-raciais e implantando de forma tangencial esse debate em seus processos formativos.

Nossa pesquisa possibilita afirmar que todos os PPPs pesquisados mencionam se pautar nas Diretrizes Curriculares gerais para os cursos de Serviço Social e ainda todos os documentos estudados mencionam a transversalidade da temática étnico-racial e para verificar as disciplinas que citam a referida temática consideramos as disciplinas em cujas ementas aparecem categorias como raça, racismo, relação étnico-racial, colonialismo, movimento negro, entre outras.

A partir do levantamento realizado pode-se pontuar que dos dez PPPs analisados, trinta e cinco disciplinas obrigatórias mencionam a questão étnico-racial, porém destas, apenas seis tem sua ementa totalmente voltada para a referida temática, nas vinte e nove restantes a temática aparece como um item.

Também é interessante pontuar que todos os cursos possuem a disciplina de formação sócio-histórica do Brasil, mas a questão étnico-racial é mencionada em seis deles, já nas disciplinas de Antropologia encontradas nos PPPs apenas nos PPPs de três cursos são apresentadas menções ao referido tema, esse indicativo é importante pois interessa para aprofundamentos sobre nossa realidade o estudo da cultura das populações negras e indígenas em nosso país.

Outro ponto que merece destaque a partir da pesquisa refere-se a termos encontrado menção a questão étnico-racial na disciplina de movimentos sociais no PPP de apenas um dos cursos estudados, o que indica necessidade de incorporação de aspectos que se conectam a resistência e luta da população negra em nosso país, isso também reforça a necessidade de ser dado maior destaque ao movimento negro e suas importantes conquistas e lutas como pela redemocratização do Brasil e a adoção das políticas afirmativas pelo Estado brasileiro.

Uma outra questão evidenciada na pesquisa refere-se ao fato das

coordenações entenderem que as discussões sobre a questão étnico-racial estar ganhando mais notoriedade nos últimos anos e esse fato tem influência das entidades representativas da categoria como o CFESS/CRESS, e a ABEPSS que estão fomentando o debate, porém não há como deixar de mencionar que há séculos vivemos o resultado do colonialismo e do escravismo, o que revela uma incorporação tardia de aspectos que se ligam a essa temática.

A pesquisa também revelou a importância das políticas afirmativas que vem possibilitando o ingresso de estudantes negros e indígenas nas universidades e estes, por sua vez vem dinamizando e potencializando o debate das relações étnico-raciais na acadêmica e por consequência junto a categoria. Um outro fato revelado a pesquisa refere-se ao momento da elaboração dos PPPs como um espaço de reflexões e incorporações de demandas sociais emergentes, é o caso da temática étnico-racial, sendo assim percebe-se que a temática em questão é importante para obtenção de uma formação crítica, como exigem as normatizações basilares da profissão.

As coordenações de serviço social entrevistadas relataram a importância da transversalidade do tema para compreensão da realidade social, porém lacunas podem ser citadas como a ausência nos materiais de estágio de um tópico dedicado a temática das relações étnico-raciais, como por exemplo, o incentivo a um levantamento do perfil raça/cor dos usuários do serviço social nos vários espaços sócio-ocupacionais do Serviço Social, o estágio oportuniza a elaboração de estratégias de enfrentamento a questão social e nesse sentido há que se aproveitar essa oportunidade para o entendimento de aspectos que se conectam as situações de desigualdade raciais em nossa sociedade.

Nossa pesquisa também evidenciou a importância de docentes que realizam suas pesquisas e projetos de extensão dedicados a aprofundamentos sobre a questão étnico-racial, esses profissionais são de fundamental importância para oxigenar o debate nas universidades e em toda sociedade.

Ainda sobre a mesma temática ao tratar da questão da existência de pesquisa e projetos de extensão exclusivos sobre a questão étnico-racial ficou evidente de que há muito o que avançar, porém foi reconhecido pela maioria das coordenações que a referida temática acaba por emergir no contexto de projetos de pesquisa e extensão que se conectam a outros temas, o que confirma a transversalidade da questão racial.

Sobre as discussões que envolvem o racismo é possível afirmar que a mesma

vem ocorrendo no interior dos colegiados de Serviço Social pesquisados, porém há que se avançar no debate para que uma formação antirracista se configure. Existe um reconhecimento dos profissionais entrevistados sobre a necessidade de maior incorporação sobre aspectos que se conectam as populações negras e indígenas em nosso país, nesse contexto propostas pedagógicas mais progressistas podem se afirmar.

Enfim, os resultados da pesquisa apontam que foi consensual que o tema étnico-racial ainda não está suficientemente aprofundado nos currículos e na práxis formativa. Ou seja, as coordenadoras veem a discussão sobre relações étnico-raciais como essencial para a formação dos assistentes sociais e para o exercício profissional, mas reconhecem que a discussão no currículo é insuficiente e muitas vezes pontual, refletindo um desafio em tornar essa temática central na formação. Neste sentido, avaliam que embora as diretrizes ofereçam espaço para a inclusão da temática étnico-racial, sua implementação depende do comprometimento dos docentes e da sensibilidade às questões sociais. Foi unânime o reconhecimento sobre a urgência de avançar nessa temática.

REFERÊNCIAS

ABRAMIDES, Maria Beatriz C. **O Projeto Ético-Político do Serviço Social Brasileiro**: ruptura com o conservadorismo. São Paulo: Cortez, 2019.

ABRAMIDES, Maria Beatriz C.; CABRAL, Maria do Socorro R. 40 anos do “Congresso da Virada”. In: SILVA, Maria Liduína de O. (org.). **Congresso da Virada e o Serviço Social hoje**: reação conservadora, novas tensões e resistências. São Paulo: Cortez, 2019.

AGÊNCIA IBGE. População cresce, mas número de pessoas com menos de 30 anos cai 5,4% de 2012 a 2021. **Agência IBGE**, 22 jul. 2022. Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/34438-populacao-cresce-mas-numero-de-pessoas-com-menos-de-30-anos-cai-5-4-de-2012-a-2021>. Acesso em: 24 maio 2022.

ALENCASTRO, Luiz Felipe de. **O Trato dos Viventes**: formação do Brasil no Atlântico Sul. São Paulo: Companhia das Letras, 2021.

ALMEIDA, Magali da Silva; ROCHA, Roseli da Fonseca; BRANCO, Suelma Inês de Deus. Assistentes sociais negras na construção da “virada” do Serviço Social brasileiro. In: SILVA, Maria Liduína de O. (org.). **Congresso da Virada e o Serviço Social hoje**: reação conservadora, novas tensões e resistências. São Paulo: Cortez, 2019.

ALMEIDA, Silvio Luiz de. **Racismo Estrutural**. São Paulo: Sueli Carneiro; Pólen, 2019.

ALVES, Hayda; ESCOREL, Sarah. Massa marginal na América Latina: 99 mudanças na conceituação e enfrentamento da pobreza 40 anos após uma teoria. **Physis – Revista de Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 22, n. 1, p. 99-115, 2012.

AMARAL, Wagner Roberto do; BILAR, Jenifer A. Barroso. A questão indígena no Serviço Social: um debate necessário na profissão. **Em Pauta**, Rio de Janeiro, v. 18, n. 46, p. 180-195, 2020.

ANTUNES, Ricardo. Dimensões da crise e metamorfoses do mundo do trabalho. **Serviço Social e Sociedade**, São Paulo, ano 17, n. 50, 2003.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ENSINO E PESQUISA EM SERVIÇO SOCIAL. As cotas na pós-graduação: orientações da ABEPSS para o avanço do debate. **ABEPSS**, 31 jul. 2017. Disponível em: <https://abepss.org.br/ascotasnaposgraduacaoorientacoesdaabepssparaoavancododebate-97/>. Acesso em: 23 abr. 2025.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ENSINO E PESQUISA EM SERVIÇO SOCIAL. **Diretrizes Gerais para o curso de Serviço Social**. (Com base no Currículo Mínimo aprovado em Assembleia Geral Extraordinária de 8 de novembro de 1996). Rio de Janeiro: ABEPSS, 1996. Disponível em: https://www.abepss.org.br/arquivos/textos/documento_201603311138166377210.pdf

. Acesso em: 23 abr. 2025.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ENSINO E PESQUISA EM SERVIÇO SOCIAL.

Subsídios para o debate sobre a questão étnico-racial na formação em Serviço Social. Vitória: ABEPSS, 2018. Disponível em:

https://www.abepss.org.br/arquivos/anexos/subsidio_debate_uestao_etnico_servico_social-201812041419427146430.pdf. Acesso em: 23 abr. 2025.

AUSÊNCIA de professores negros é ponto crítico em universidades. **UFJF**

Notícias, 29 nov. 2023. Disponível em: <https://www2.ufff.br/noticias/2023/11/29/ausencia-de-professores-negros-e-ponto-critico-em-universidades/#:~:text=O%20docente%20relembra%20o%20n%C3%BAmero,delas%20c>

[hegando%20a%20at%C3%A9%20mais](https://www2.ufff.br/noticias/2023/11/29/ausencia-de-professores-negros-e-ponto-critico-em-universidades/#:~:text=O%20docente%20relembra%20o%20n%C3%BAmero,delas%20c). Acesso em: 24 abr. 2025.

BARRETO, Raquel. Introdução: Lélia Gonzalez, uma intérprete do Brasil. *In:*

GONZALEZ, Lélia. **Primavera para as rosas negras**: Lélia Gonzalez em primeira pessoa. São Paulo: Diáspora Africana, 2018.

BARROCO, Maria Lúcia S. Não passarão! Ofensiva neoconservadora e Serviço

Social. **Revista Serviço Social e Sociedade**, São Paulo, n. 124, p. 623-636, 2015.

Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/sssoc/n124/0101-6628-sssoc-124-0623.pdf>.

Acesso em: 21 jun. 2021.

BEHRENS, Ricardo Henrique B. **A Capital Colonial e a Presença Holandesa de**

1624-1625. 2004. Dissertação (Mestrado em História Social) – Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2004.

BENTO, Cida. **O Pacto da Branquitude**. São Paulo: Companhia das Letras, 2022.

BERTOLINI, Jeferson. O conceito de Biopoder em Foucault: apontamentos

bibliográficos. **Saberes**, Natal, v. 18, n. 3, p. 86-100, 2018. Disponível em:

<https://periodicos.ufrn.br/saberes/article/view/15937>. Acesso em: 31 jan. 2024.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Resolução nº 466, de 12 de dezembro de 2012**.

Brasília, DF: Ministério da Saúde, [2012]. Disponível em:

https://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/cns/2013/res0466_12_12_2012.html.

Acesso em: 23 abr. 2025.

BRAVO, Maria Inês Souza; MATOS, Maurílio Castro de. Projeto Ético-Político do

Serviço Social e sua Relação com a Reforma Sanitária: elementos para o debate. *In:*

MOTA, Ana Elizabete da *et al.* (org.). **Serviço social e saúde**: formação e trabalho

profissional. Rio de Janeiro: Cortez, 2006. p. 197-217.

CARDOSO, Priscila Fernanda Gonçalves. 80 anos de formação em Serviço Social:

uma trajetória de ruptura com o conservadorismo. **Serviço Social e Sociedade**, São

Paulo, n. 127, p. 430-455, set./dez. 2016. Disponível em:

<https://doi.org/10.1590/0101-6628.079>. Acesso em: 8 jul. 2020.

CARNEIRO, Sueli. **Dispositivo de racialidade**: a construção do outro como não ser como fundamento do ser. Rio de Janeiro: Zahar, 2023.

CASTEL, Robert. **As metamorfoses da questão social**: uma crônica do salário. Petrópolis: Vozes, 1998.

CASTEL, Robert. As transformações da questão social. *In*: WANDERLEY, Mariângela B.; BOGUS, Lucia; YASBECK, Maria Carmelita (org.). **Desigualdade e a questão social**. São Paulo: EDUC, 1997. p. 161-190.

CASTELO, Rodrigo. A “Questão Social” nas Obras de Marx e Engels. **Revista Praia Vermelha**, Rio de Janeiro, v. 20, n. 1, p. 85-94, 2010.

CERQUEIRA, Daniel; FERREIRA, Helder; BUENO, Samira (coord.). **Atlas da Violência 2021**. Brasília, DF: Ipea, 2021.

CÉSAIRE, Aimé. **Discurso sobre o colonialismo**. São Paulo: Veneta, 2020.

CHAUÍ, Marilena. **Brasil**: mito fundador e sociedade autoritária. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2001.

COLETIVA DO RIO COMBAHEE RIVER. **Uma declaração feminista negra**. [S. l.: s. n.], 1977.

CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL. **Assistente Social no Combate ao Preconceito**. Brasília, DF: CFESS, 2022.

CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL. **Código de Ética Profissional dos Assistentes Sociais**. Brasília, DF: CFESS, 1993.

CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL. **Melhor ir à Luta com Raça e Classe em Defesa do Serviço Social (2020-2023)**. Brasília, DF: CFESS, 2023b.

CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL. **Perfil de Assistentes Sociais no Brasil**: formação, condições de trabalho e exercício profissional. Brasília, DF: CFESS, 2023a.

CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL. **Resolução CFESS nº 1.054 de 14 de novembro de 2023**. Estabelece normas vedando condutas de discriminação e/ou preconceito étnico-racial no exercício profissional do/a assistente social, referenciadas nos princípios II, VI, XI inscritos na Resolução CFESS nº 273 de 13 de março de 1993, que institui o Código de Ética Profissional do/a assistente social. Brasília, DF: CFESS, 2023c. Disponível em: <https://www.cfess.org.br/arquivos/1054-2023-1.pdf>. Acesso em: 24 abr. 2025.

CORREA, André Henrique Mello. Diretrizes curriculares: “questão social”, questão étnico-racial e realidade brasileira. **Revista Libertas**, Juiz de Fora, v. 22, n. 2, p. 422-445, 2022.

CRENSHAW, Kimberlé. Documento para o encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero. **Revista Estudos Feministas**, ano 10, n. 1, p. 171-188, 2002.

DAVIS, Angela. **Mulheres, raça e classe**. São Paulo: Boitempo, 2016.

DIAS, Adriane Tomazelli. **A “Nova” Questão Social e os Programas de Transferência de Renda no Brasil**. 2006. Dissertação (Mestrado em Política Social) – Programa de Pós-Graduação em Política Social, Universidade de Brasília, Brasília, DF, 2006.

DIAS, Sheila Almeida. Serviço Social e relações raciais: caminhos para uma sociedade sem classes. **Temporalis**, Brasília, DF, v. 15, n. 29, p. 311-333, 2015.

DIEESE. **Brasil: a inserção da população negra no mercado de trabalho**. 2022. São Paulo: DIEESE, 2023. Disponível em: <https://dossies.agenciapatriciagalvao.org.br/dados-e-fontes/pesquisa/brasil-a-insercao-da-populacao-negra-no-mercado-de-trabalho-dieese-2022/>. Acesso em: 21 jun. 2023.

DIEESE. **Trabalho Doméstico no Brasil**. São Paulo: DIEESE, 2022. Disponível em: <https://www.dieese.org.br/infografico/2022/trabalhoDomestico.html>. Acesso em: 22 jun. 2023.

ELPÍDIO, Maria Helena; VALDO, João Paulo da Silva. O Serviço Social na encruzilhada: a questão racial e o projeto de formação profissional. **Revista Libertas**, Juiz de Fora, v. 22, n. 2, p. 316-333, 2022.

EURICO, Márcia Campos. **Nota Técnica sobre o trabalho de assistentes sociais e a coleta do quesito Raça/Cor/Etnia**. Brasília, DF: CFESS, 2022. Disponível em: <https://www.cfess.org.br/arquivos/nota-tecnica-raca-cor-2022-nov.pdf>. Acesso em: 24 abr. 2025.

FERNANDES, Florestan. **A integração do negro na sociedade de classes**. 5. ed. São Paulo: Globo, 2008.

FERNANDES, Florestan. **O negro no mundo dos brancos**. 2. ed. São Paulo: Global, 2007.

FERREIRA FILHO, José M. M. **Arquitetura espacial da plantation açucareira no Nordeste do Brasil (Pernambuco, século XX)**. 2016. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2016.

FERREIRA, Camila Manduca. Entre o passado e o futuro: o debate da questão étnico-racial no Serviço Social brasileiro. *In*: EMANCIPA: o cotidiano em debate. Revista do Conselho Regional de Serviço Social de São Paulo - CRESS 9ª Região. São Paulo: CRESS 9ª Região, 2016. p. 80-93.

FERREIRA, Camila Manduca. **O negro na gênese do Serviço Social (Brasil, 1936-1947)**. 2010. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) – Programa de Pós-Graduação em Serviço Social, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2010.

FERRUGEM, Daniela; MACHADO, Loiva Mara de Oliveira. Questão Social e Questão Racial na Formação em Serviço Social: debate necessário. **Ser Social**, v. 24, n. 51, p. 446-463, 2022.

FORTI, Valéria. **Ética, crime e loucura**: reflexões sobre a dimensão ética no trabalho profissional. 3. ed. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2013.

GÓES, Weber Lopes. **Racismo, eugenia no pensamento conservador brasileiro**: a proposta de povo em Renato Kehl. 2015. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) — Universidade Estadual Paulista, Marília, 2015.

GONÇALVES, Maria da Conceição Vasconcelos. Anotações sobre Projeto Pedagógico e Serviço Social. *In*: JORNADA INTERNACIONAL DE POLÍTICAS PÚBLICAS, 8., 2017, [s. l.]. **Anais [...]**. [S. l.: s. n.], 2017. Disponível em: <https://www.joinpp.ufma.br/jornadas/joinpp2017/pdfs/eixo13/annotacoessobreprojeto pedagogicoeservicosocial.pdf>. Acesso em: 7 fev. 2023.

GONÇALVES, Renata. Quando a questão racial é o nó questão social. **Revista Katálysis**, Florianópolis, v. 21, n. 3, p. 514-522, 2018.

GONZALEZ, Lélia. Por um Feminismo Afro-Latino-Americano. **Caderno de Formação Política do Círculo Palmarino**, n. 1, p. 12-20, 2011.

GONZALEZ, Lélia. **Primavera para as rosas negras**: Lélia Gonzalez em primeira pessoa. São Paulo: Diáspora Africana, 2018.

GONZALEZ, Lélia. Racismo e Sexismo na Cultura Brasileira. **Revista Ciências Sociais Hoje**, p. 223-244, 1984.

GUIMARÃES, Antonio Sérgio Alfredo. **Racismo e anti-racismo no Brasil**. São Paulo: Editora 34, 1999.

HASENBALG, Carlos Alfredo. Raça, classe e mobilidade. *In*: GONZALEZ, Lélia; HASENBALG, Carlos (org.). **Lugar de Negro**. 3. ed. Rio de Janeiro: Marco Zero, 1982. p. 67-100.

IAMAMOTO, Marilda Vilela. As dimensões ético-políticas e teórico- metodológicas no serviço social contemporâneo. *In*: MOTA, Ana E. *et al.* (org.). **Serviço Social e Saúde**: Formação e Trabalho Profissional. São Paulo: Cortez, 2009.

IAMAMOTO, Marilda Vilela. **O Serviço Social na contemporaneidade**: trabalho e formação profissional. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2006.

IAMAMOTO, Marilda Vilela; CARVALHO, Raul de. **Relações sociais e serviço social no Brasil**: esboço de uma interpretação histórico-metodológica. 19. ed. São Paulo: Cortez, 2006.

IAMAMOTO, Marilda. Ensino e pesquisa no Serviço Social: desafios na construção de um projeto de formação profissional. **Cadernos ABESS**, São Paulo, n. 6, 1993.

IANNI, Octavio. A dialética da globalização. *In*: IANNI, Octavio. **Teorias da globalização**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2004.

IANNI, Octavio. A questão social. **São Paulo em Perspectiva**, São Paulo, v. 5, n. 1, 1991.

IANNI, Octavio. **Escravidão e racismo**. São Paulo: Hucitec, 1988.

IANNI, Octavio. O negro e o socialismo. *In*: IANNI, Octavio *et al.* **O negro e o socialismo**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2005. p. 7-14.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua**. Rio de Janeiro: IBGE, 2018.

JAMES, Cyril Lionel Robert. **Os Jacobinos Negros**: Toussaint L'Ouverture e a revolução de São Domingos. São Paulo: Boitempo, 2010.

LANZA, Liria Maria Bettiol; SANTOS, Amanda de Barros; RODRIGUES, Julia Ramalho. Imigração, território e as políticas de seguridade social. **Argumentum**, Vitória, v. 8, n. 3, p. 54-66, 2016.

LIMA, Martonio Mont'Alverne Barreto; DIAS, Thaís Araújo. Hospitalidade universal mitigada: políticas raciais e pensamento constitucional brasileiro. **Revista Direito e Práxis**, Rio de Janeiro, v. 12, n. 4, p. 2569-2600, 2021.

MARCONDES, Renato Leite; MOTTA, José Flávio. As viagens do Conceição Esperança: tráfico de escravos entre São Paulo e Moçambique (1820-1822). **Resgate**: Revista Interdisciplinar de Cultura, Campinas, v. 25, n. 2, p. 27-56, 2017.

MARIANO, Jorge Luís M.; FERRO, Eduardo G. Os reflexões da escravidão no período colonial das Américas. **Colloquium Humanarum**, v. 11, p. 1167-1174, 2014.

MARX, Karl. **O capital**: crítica da economia política. Livro I: O processo de produção do capital. São Paulo: Boitempo, 2013.

MBEMBE, Achile. **Necropolítica**. São Paulo: N-1 Edições, 2018.

MIGNOLO, Walter D. Colonialidade: o lado mais escuro da modernidade. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 32, n. 94, p. 1-18, 2017.

MINAYO, Maria Cecília de Souza (org.). **Pesquisa Social**: teoria, método e criatividade. 2. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2001.

MORAES, Giselle. A Formação em Serviço Social e a Questão Étnico-Racial: Primeiras impressões sobre a formação da Escola de Serviço Social da Universidade Federal do Rio de Janeiro. *In*: CONGRESSO BRASILEIRO DE PESQUISADORES/AS NEGROS/AS, 10., 2018, Uberlândia. **Anais [...]**. Uberlândia: COPENE, 2018.

MOREIRA, Tales Willyan F. **Serviço Social e Luta Antirracista**: contribuição das entidades da categoria no combate ao racismo. 2019. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2019.

MOURA, Clóvis. **Dialética Radical do Brasil Negro**. 3. ed. São Paulo: Anita Garibaldi, 2021.

MOURA, Clovis. Escravidão, Colonialismo, Imperialismo e Racismo. **Revista Afro-Ásia**, Salvador, n. 14, 1983.

MOURA, Clóvis. O racismo como arma ideológica de dominação. **Revista Princípios**, n. 34, p. 28-38, 1994.

MOURA, Clóvis. **Rebeliões da Senzala**: quilombos, insurreições, guerrilhas. 3. ed. São Paulo: LECH, 1981.

MOURA, Clóvis. **Sociologia do Negro Brasileiro**. 2. ed. São Paulo: Perspectiva, 2021.

NASCIMENTO, Abdias. **O genocídio do negro brasileiro**: processo de um racismo mascarado. 3. ed. São Paulo: Perspectivas, 2016.

NASCIMENTO, Abdias. **O quilombismo**: documentos de uma militância Pan-Africanista. 3. ed. São Paulo: Perspectiva, 2019.

OLIVEIRA, Juliana Marta Santos de. **A transversalidade da questão étnico-racial nos currículos dos cursos de graduação em Serviço Social das universidades federais brasileiras**. 2015. Dissertação (Mestrado em Estudos Interdisciplinares sobre a Universidade) — Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2015.

OLIVEIRA, Juliana Marta. Serviço Social e o silenciamento sobre as questões étnico-raciais. **SER Social**, Brasília, DF, v. 19, n. 41, p. 385-397, 2017.

OLIVEIRA, Otair Fernandes de. Intelectualidade Negra e Produção do Conhecimento na Educação Brasileira. **Revista Ensaios e Pesquisa em Educação**, v. 1, p. 106-118, 2016.

OLIVEIRA, Rafael Gustavo de. Resenha: Barbosa, G. (2022). *The Best of Hard Times: Palestinian Refugee Masculinities in Lebanon*. Syracuse, New York: Syracuse University Press. 360 pp. **Campos**, v. 23, n. 2, p. 218-221, 2022.

PASSOS, Joana Célia dos. Relações raciais, cultura acadêmica e tensionamentos após ações afirmativas. **Educação em Revista**, Belo Horizonte, v. 31, n. 2, p. 155-182, 2015.

PAULO NETTO, José. A construção do projeto ético-político do Serviço Social. *In*: MOTA, Ana Elizabete da *et al.* (org.). **Serviço social e saúde**: formação e trabalho profissional. Rio de Janeiro: Cortez, 2009.

PAULO NETTO, José. A construção do projeto ético-político do Serviço Social. *In*:

MOTA, Ana Elizabete da *et al.* (org.). **Serviço social e saúde: formação e trabalho profissional**. Rio de Janeiro: Cortez, 2006.

PAULO NETTO, José. **Capitalismo monopolista e serviço social**. São Paulo: Cortez, 2007.

PAULO NETTO, José. **Ditadura e serviço social: uma análise do serviço social no Brasil pós-64**. 8. ed. São Paulo: Cortez, 2005.

PERICÁS, Luiz Bernardo. José Carlos Mariátegui e o Brasil. **Estudos Avançados**, v. 24, n. 68, p. 335-361, 2010.

PINTO, Elisabete Aparecida. **O Serviço Social e a questão racial: um estudo da relação do serviço social e a clientela negra**. São Paulo: Terceira Miragem, 2003.

PORTES, Melissa Ferreira; PORTES, Lorena Ferreira. A formação profissional em Serviço Social no Brasil: uma trajetória construída por avanços e desafios. **Em Pauta**, Rio de Janeiro, v. 15, n. 40, p. 213-227, 2017.

PRADO JR., Caio. **Formação do Brasil contemporâneo**. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.

QUIJANO, Aníbal. Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. *In*: LANDER, Edgardo (org.). **A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas**. Buenos Aires: CLACSO, 2005. p. 117-142.

RIBEIRO, Débora. Decolonizar a educação é possível? A resposta é sim e ela aponta para a educação quilombola. **Identidade**, v. 22, n. 1, jan./jul. 2017.

ROCHA, Andréa Pires. Assistente Social Maria de Lourdes Nascimento: antirracismo e defesa da infância em 1940-1950. **Temporalis**, Brasília, DF, ano 22, n. 44, p. 269-284, jul./dez. 2022.

ROCHA, Andréa Pires; SANTOS, Jorge Willian da Silva. Protagonismo Negro de Maria de Lourdes Nascimento e Sebastião Rodrigues Alves: Serviço Social 1940-1950. *In*: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISADORES EM SERVIÇO SOCIAL, 17., 2022, Rio de Janeiro. **Anais [...]**. Rio de Janeiro: ENPESS, 2022. Disponível em: <https://www.abepss.org.br/enpess-2022/anais/>. Acesso em: 25 jul. 2023.

ROCHA, Roseli da Fonseca. **A incorporação da temática étnico-racial no processo de formação em Serviço Social: avanços e desafios**. 2014. Tese (Doutorado em Serviço Social) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2014.

SAID, Edward. **Orientalismo: o Oriente como invenção do Ocidente**. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

SANCHEZ, Beatriz Rodrigues. De volta às origens: mapeando os caminhos percorridos pelo conceito de interseccionalidade. **Teoria & Pesquisa: Revista de Ciência Política**, v. 31, n. 3, 2022.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **La globalización del derecho**: los nuevos caminos de la regulación y la emancipación. Bogotá: UNIBIBLOS, 1998.

SANTOS, Boaventura de Sousa; MENES, Maria Paula (org.). **Epistemologias do Sul**. Coimbra: Almedina, 2009.

SANTOS, Maria do Carmo Rebouças dos; SANTOS, Richard. Intelectuais negras(os) e epistemicídio acadêmico. *In*: TUGNY, Rosângela Pereira de; GONÇALVES, Gustavo (org.). **Universidade Popular e encontro de saberes**. Salvador: EDUFBA; Brasília, DF: Instituto de Inclusão no Ensino Superior e na Pesquisa, 2020.

SANTOS, Sônia Beatriz dos. A saúde da mulher negra sob a perspectiva de um novo modelo de um novo modelo de compreensão. *In*: SILVA, Maria das Graças S. N.; SILVA, Joseli Maria (org.). **Interseccionalidades, gênero e sexualidades na análise espacial**. Ponta Grossa: Toda Palavra, 2011.

SETUBAL, Aglair Alencar. **Alguns aspectos da história do Serviço Social no Brasil**. 1983. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) – Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 1983.

SILVA, Ana Paula Procopio da. Resistências negras e amefricanidade: diálogos entre Clóvis Moura e Lélia Gonzalez para o debate antirracista das relações de classe na América Latina. **Revista Fim do Mundo**, Marília, SP, v. 2, n. 4, p. 42-59, 2021.

SILVA, Eliana Pereira. Lutas e resistência de mulheres negras na periferia da Zona Sul de São Paulo. **Revista Goitacá**, v. 1, n. 2, p. 1-14, 2022.

SILVA, Ivone Maria Ferreira da. **Questão Social e Serviço Social no Brasil**: fundamentos sócio-históricos. 2. ed. Campinas, SP: Papel Social; Cuiabá, MT: EdUFMT, 2014.

SKIDMORE, Thomas E. **Preto no branco**: raça e nacionalidade no pensamento brasileiro (1870-1930). Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2012.

SOUZA, Cristiane Luiza Sabino. Racismo, Conservadorismo e Serviço Social. **Libertas**, Juiz de Fora, v. 20, n. 2, p. 373-391, 2020.

SOUZA, Dyana Helena de; PEREIRA, Lucélia Luiz. Formação profissional e debate sobre a questão racial no curso de Serviço Social da UNB: percepção das/os formandos/os e egressas/os do curso. **Em Pauta**, Rio de Janeiro, v. 18, n. 45, p. 224-238, 2020.

SOUZA, Merllin; VICENTE, Jonathan. Precisamos falar urgentemente sobre a saúde das mulheres negras. **Brasil de Fato**, 21 mar. 2023. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2023/03/21/precisamos-falar-urgentemente-sobre-a-saude-das-mulheres-negras/>. Acesso em: 1 maio 2025.

SUANNO, João Henrique. Ecoformação, transdisciplinaridade e criatividade: a escola e a formação do cidadão do século XXI. *In*: MORAES, Maria Cândida (org.). **O pensar complexo na educação**: sustentabilidade, transdisciplinaridade e criatividade. Rio de Janeiro: Wak, 2014. p. 171-180.

SUCHANEK, Maria Gomes O. Povos Indígenas no Brasil: de escravos à tutelados: uma difícil reconquista da liberdade. **Confluências**, Niterói, v. 12, n. 1, 2012.

SZEUCZUK, Anderson; SILVA, João Carlos da. 30 anos da gratuidade nas universidades públicas paranaenses: avanços e desafios. **Revista Diálogo Educacional**, Curitiba, v. 22, n. 73, p. 750-776, abr./jun. 2022. Disponível em: <http://educa.fcc.org.br/pdf/de/v22n73/1981-416X-rde-22-73-750.pdf>. Acesso em: 7 fev. 2023.

TAYLOR, Keeanga-Yamahtta. Raça, classe e marxismo. **Revista Outubro**, n. 31, p. 179-196, 2018.

TEIXEIRA, Ana Cláudia Vidal. Racismo Institucional e Saúde das Mulheres Negras. **Correio Brasiliense**, 20 ago. 2022. Disponível em: <https://www.correiobraziliense.com.br/opiniao/2022/08/5030695-artigo-racismo-institucional-e-saude-das-mulheres-negras.html>. Acesso em: 24 jun. 2023.

TELLES, Edward. **Racismo à brasileira**: uma nova perspectiva sociológica. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 2003.

TERRA, Livia Maria Terra. Na interseccionalidade que se acha a questão: raça, gênero e educação na produção de identidades negras femininas. **Revista do PPGCS**, v. 2, n. 2, p. 150-171, 2019.

TRAPP, Rafael Petry. Oliveira Vianna e Gilberto Freyre no Pelourinho: antirracismo e rejeição intelectual. **Revista de Teoria da História**, ano 5, n. 9, 2013.

UEL. **Projeto Pedagógico do Curso de Serviço Social**. Londrina: UEL, 2022.

UEM. **Projeto Pedagógico do Curso de Serviço Social**. Maringá: UEM, 2022.

UEPG. **Projeto Pedagógico do Curso de Serviço Social**. Ponta Grossa: UEPG, 2021.

UFPR. **Projeto Pedagógico do Curso de Serviço Social**. Matinhos: UFPR, 2023.

UNESPAR. **Projeto Pedagógico do Curso de Serviço Social**. Apucarana: UNESPAR, 2022.

UNESPAR. **Projeto Pedagógico do Curso de Serviço Social**. Paranavaí: UNESPAR, 2022.

UNICENTRO. **Projeto Pedagógico do Curso de Serviço Social**. Guarapuava: UNICENTRO, 2022.

UNILA. **Projeto Pedagógico do Curso de Serviço Social**. Foz do Iguaçu: UNILA, 2022.

UNIOESTE. **Projeto Político Pedagógico do Curso de Serviço Social**. Francisco Beltrão: UNIOESTE, 2022.

UNIOESTE. **Projeto Político Pedagógico do Curso de Serviço Social**. Toledo: UNIOESTE, 2022.

VEIGA, Ilma Passos da. Projeto político-pedagógico da escola: uma construção coletiva. *In*: VEIGA, Ilma Passos da (org.). **Projeto político-pedagógico da escola: uma construção possível**. Campinas: Papirus, 1998. p. 11-35.

WACQUANT, Loïc. **As Prisões da Miséria**. [S. l.]: Sabotagem, 1999.

WILLIAMS, Eric. **Capitalismo e escravidão**. São Paulo: Companhia das Letras, 2020.

XAVIER, Lúcia. Racismo: criminalização e genocídio da população negra. Quando vamos começar a respirar? **Revista Em Pauta**, Rio de Janeiro, v. 18, n. 46, p. 18-37, 2020.

ZÁRATE, Maria Rodó de. Interseccionalidad y malestares por opresión a través de los Mapas de Relieves de la Experiencia. *In*: SILVA, Maria das Graças S. N.; SILVA, Joseli Maria (org.). **Interseccionalidades, gênero e sexualidades na análise espacial**. Ponta Grossa: Toda Palavra, 2011.

APÊNDICES

APÊNDICE A**INSTRUMENTO DE PESQUISA UTILIZADO NA COLETA DE DADOS**

- 1) Há quantos anos existe o curso na universidade?
- 2) Há quanto tempo está na coordenação do curso desta universidade?
Trata-se de sua primeira gestão?
- 3) Existe um levantamento sobre o quesito raça cor em relação aos estudantes matriculados no curso?
- 4) Existe no currículo um módulo ou uma disciplina que trabalhe com as relações étnico-raciais?
- 5) Tem ocorrido debates acerca dessa temática pelo colegiado/departamento do curso? Se sim, cite exemplos?
- 6) Há projetos de ensino, extensão ou de pesquisa que envolvam a temática das relações étnico raciais desenvolvidas pelos docentes do curso?
- 7) O colegiado/departamento já se questionou se as discussões que envolvem o racismo que acontecem no curso são suficientes ou necessitam de maior aprofundamento? Se esse fato já ocorreu, de que maneira se deu?
- 8) Os materiais e eventos ligados ao estágio supervisionado tem algum tópico dedicado a temática das relações étnico-raciais?
- 9) Quais avanços e desafios podem ser identificados em relação a implementação da discussão sobre a questão étnico-racial no projeto político pedagógico do curso e da matriz curricular?
- 10) Avaliam que as diretrizes curriculares para o curso de Serviço Social indicam ser importante que o processo formativo abranja o debate sobre as relações étnico raciais?

APÊNDICE B

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Convite para participação em pesquisa

Prezada (o)

Você está sendo convidada (o) a participar da pesquisa “Relações Étnico-Raciais e os Projetos Políticos Pedagógicos dos Cursos de Serviço Social das Universidades Públicas do Paraná”, desenvolvida no Programa de Pós-Graduação em Serviço Social e Política Social (PPGSS) pela discente Karima Omar Hamdan, sob a orientação da Prof.^a Dr.^a Andréa Pires Rocha do Centro de Estudos Sociais Aplicados (CESA) da Universidade Estadual de Londrina (UEL).

O objetivo da pesquisa em questão é analisar como a discussão sobre as relações Étnico-raciais é incorporada e operacionalizada nos Projetos Políticos Pedagógicos dos cursos de Graduação em Serviço Social das Universidades Públicas do estado do Paraná. A temática em questão desperta o interesse da pesquisadora durante o processo de revisão da matriz curricular na universidade na qual leciono e de um modo mais geral nas vivências cotidianas no universo acadêmico e impelem a compreender o lócus destinado as relações Étnico-Raciais nos Projetos Pedagógicos dos Cursos de Serviço Social no Paraná, fato este que revela o motivo da opção pela escolha da participação das coordenações dos respectivos cursos na pesquisa.

Frente ao exposto contamos com sua colaboração na participação da pesquisa, por intermédio de uma entrevista, a ser realizada em data a ser definida por ambas as partes envolvidas na pesquisa, via aplicativo Google Hangouts Meet, no qual haverá um roteiro de questões semiestruturadas sobre as relações Étnico-Raciais e o processo formativo em Serviço Social.

Sua participação é muito importante e é voluntária. Você poderá se recusar a participar ou a responder algumas das questões a qualquer momento, não havendo nenhum prejuízo pessoal se esta for a sua decisão. As informações obtidas através dessa pesquisa serão confidenciais e asseguramos o sigilo sobre sua identificação.

Os resultados obtidos com a realização da pesquisa de campo em questão farão parte da Tese de Doutorado da Pesquisadora.

Caso você tenha dúvidas ou necessite de maiores esclarecimentos poderá nos contatar: Karima Omar Hamdan, Rua Umuarama, nº. 180, Maringá-PR, fone:

(44) 99126-0256, ou pelo e-mail karimahamdan2017@yahoo.com. Ou ainda, procurar o Comitê de Ética em Pesquisa Envolvendo Seres Humanos da Universidade Estadual de Londrina, situado junto ao prédio do LABESC – Laboratório Escola, no Campus Universitário, telefone 3371-5455, e-mail: cep268@uel.br. Teremos o prazer em prestar informações adicionais. Obrigada pela sua colaboração.

Karima Omar Hamdan
Pesquisador Responsável
RG: 12.900.500-9

ANEXOS



Comitê de Ética em
Pesquisa Envolvendo
Serres Humanos

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE
LONDRINA - UEL



PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

DADOS DO PROJETO DE PESQUISA

Título da Pesquisa: Relações Étnico-Raciais e os Projetos Políticos Pedagógicos dos Cursos de Serviço Social das Universidades Públicas do Paraná

Pesquisador: KARIMA OMAR HAMDAN

Área Temática:

Versão: 2

CAAE: 58308122.1.0000.5231

Instituição Proponente: CESA/SERVIÇO SOCIAL/Prog. de Pós-Graduação em Serviço Social e Política

Patrocinador Principal: Financiamento Próprio

DADOS DO PARECER

Número do Parecer: 5.502.350

Apresentação do Projeto:

Trata-se de pesquisa de doutorado. Visa a analisar como a discussão sobre as relações Étnico-raciais é incorporada e operacionalizada nos Projetos Políticos Pedagógicos dos cursos de Graduação em Serviço Social das Universidades Públicas do estado do Paraná. Trata-se de uma pesquisa social de natureza qualitativa, que seguirá os seguintes passos: uma revisão bibliográfica, bem como uma pesquisa documental e ainda uma pesquisa de campo. Na fase de campo objetiva-se conhecer como as coordenações dos cursos de Serviços Social das Universidades Públicas do Paraná tem operacionalizado debates sobre questões que envolvem as relações étnico-raciais nos projetos políticos pedagógicos de seus respectivos cursos. Nessa fase serão efetivados contatos via online por intermédio de correio eletrônico com as respectivas coordenações, com o objetivo de ter acesso aos Projetos Políticos Pedagógicos dos Cursos de Serviço Social e demais documentações necessárias a conclusão da tese. São ao todo dez (10) cursos de Serviço Social existentes em oito (8) instituições públicas paranaense que serão investigados, a saber : Universidade Federal do Paraná (UFPR) - Campus Matinhos, Universidade Federal da Integração Latino Americana (UNILA) – Foz do Iguaçu, Universidade Estadual de Maringá (UEM) – Campus Ivaiporã; Universidade Estadual de Londrina (UEL); Universidade Estadual do Paraná (UNESPAR) – Campus de Apucarana e Paranavaí, Universidade Estadual do Centro Oeste (UNICENTRO) – Campus Guarapuava, Universidade Estadual do Oeste do Paraná (UNIOESTE) - Campus de Francisco Beltrão e Toledo e Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG). Foram

Endereço: LABESC - Sala 14

Bairro: Campus Universitário

UF: PR

Município: LONDRINA

CEP: 86.057-970

Telefone: (43)3371-5455

E-mail: cep268@uel.br



Comitê de Ética em
Pesquisa Envolvendo
Seres Humanos

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE
LONDRINA - UEL



Continuação do Parecer: 5.502.350

convidados a participar da pesquisa todos os 10 cursos, porém somente 9 confirmaram participação até a presente data. A autora do projeto esclarece que caso ocorra o aceite de participação de mais uma (da UEPG) pretende-se efetuar a pesquisa nessa instituição também, por isso manteve, nas Informações Básicas, o número de sujeitos de pesquisa em 10. A proposta é entrevistar por meio do aplicativo Google Hangouts Meet a totalidade das (os) coordenadoras (es) desses cursos. Será utilizado como instrumento de coleta de dados na entrevista um roteiro de questões semi-estruturadas, com um total de dez (10) questões. A hipótese inicial que move a pesquisa é de que a produção de conhecimento do Serviço Social brasileiro tem, em suas diferentes fases, negligenciado a influência das relações étnico-raciais na formação social do país.

Objetivo da Pesquisa:

Objetivo geral: Analisar como a discussão sobre as relações Étnico-raciais é incorporada e operacionalizada nos Projetos Políticos Pedagógicos dos cursos de Graduação em Serviço Social das Universidades Públicas do estado do Paraná.

Objetivos específicos: Refletir como o racismo estrutural se mostra como determinante na formação das relações sociais brasileiras. Discutir a essencialidade do debate sobre a questão étnico-racial na formação em Serviço Social. Compreender o conceito de questão social adotado no serviço social e como se dá a sua interface com as relações raciais estabelecidas no Brasil; Estudar os Projetos Políticos Pedagógicos dos cursos de Serviço Social das universidades estaduais do Paraná afim de identificar elementos ligados a história, vivências, cultura e resistência da população negra; Conhecer como as coordenações dos cursos de Serviços Social das Universidades Públicas do Paraná tem operacionalizado debates sobre questões que envolvem as relações étnico-raciais nos projetos políticos pedagógicos de seus respectivos cursos.

Avaliação dos Riscos e Benefícios:

Riscos: são mínimos e referem-se a situações que podem envolver descontentamento, desconforto ou constrangimento, e ainda pode ocorrer algum mal-estar físico decorrente da saúde dos participantes ou até mesmo pode haver a existência de cansaço ao responder às questões. Porém, se acontecer situações dessa natureza, a pesquisadora encontra-se preparada para encerrar a entrevista e se colocar à disposição do entrevistado. Benefícios: A pesquisa em questão pode contribuir para o debate acerca da desigualdade racial no Brasil e nesse sentido pretende-se propiciar o aprofundamento do conhecimento na área para comunidades que vivenciam as sequelas do desenvolvimento desigual em termos social e econômico no Brasil. Importante

Endereço: LABESC - Sala 14

Bairro: Campus Universitário

UF: PR

Município: LONDRINA

CEP: 86.057-970

Telefone: (43)3371-5455

E-mail: cep268@uel.br



Comitê de Ética em
Pesquisa Envolvendo
Seres Humanos

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE
LONDRINA - UEL



Continuação do Parecer: 5.502.350

mencionar que a realização da pesquisa também pode favorecer para que haja elucidações de questões referentes a formação em Serviço Social no que tange populações que são público alvo dos serviços ofertados pelas políticas.

Comentários e Considerações sobre a Pesquisa:

A proposta é muito interessante, analisar como a discussão sobre as relações Étnico-raciais é incorporada e operacionalizada nos Projetos Políticos Pedagógicos dos cursos de Graduação em Serviço Social das Universidades Públicas do estado do Paraná. A pesquisadora parte de uma experiência aparentemente vivida por ela, a discussão do projeto político e pedagógico do curso de Serviço Social da Universidade Estadual do Paraná (UNESPAR), campus de Paranavaí. A justificativa do projeto é bem fundamentada, apoia-se em dados do IBGE e em bibliografia secundária clássica sobre o assunto. Os resultados dessa pesquisa serão de grande auxílio para as Universidades públicas estaduais e federal do Paraná refletirem sobre os seus cursos de Serviço Social.

Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória:

A pesquisadora apresenta todos os termos necessários para o tipo de pesquisa. A Folha de rosto assinada por ela, Karima Omar Hamdan, e pela Coordenadora do Programa de Pós-graduação em Serviço Social da UEL, Eliane Christine Santos de Campos. É um projeto de doutorado. O financiamento é próprio e os gastos estão detalhados. As informações básicas estão completas. No cronograma de execução da pesquisa só consta um item: o início da pesquisa de campo para 01/07/2022. No projeto (brochura) o cronograma está bem detalhado. O projeto que será custeado pela própria pesquisadora. Está indicado 10 o número de participantes da pesquisa, bem como o número de indivíduos. Serão entrevistados os coordenadores/as de todos os cursos de Serviço Social das universidades públicas do Paraná. Em "outras informações", porém, a pesquisadora registra que dos 10 cursos que foram convidados para a pesquisa, apenas 9 haviam respondido até o registro do projeto na plataforma Brasil (Universidade Federal do Paraná (UFPR) - Campus Matinhos, Universidade Federal da Integração Latino Americana (UNILA) – Foz do Iguaçu, Universidade Estadual de Maringá (UEM) – Campus Ivaiporã; Universidade Estadual de Londrina (UEL); Universidade Estadual do Paraná (UNESPAR) – Campus de Apucarana e Paranavaí, Universidade Estadual do Centro Oeste (UNICENTRO) – Campus Guarapuava, Universidade Estadual do Oeste do Paraná (UNIOESTE) - Campus de Francisco Beltrão e Toledo e Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG)). A coordenadora da UEPG ainda não respondeu. Entretanto, a autora do projeto afirma que manteve, nas Informações Básicas, o número de 10 participantes na pesquisa prevendo um possível aceite de participação dessa instituição. O projeto (brochura), é mais

Endereço: LABESC - Sala 14

Bairro: Campus Universitário

UF: PR

Município: LONDRINA

CEP: 86.057-970

Telefone: (43)3371-5455

E-mail: cep268@uel.br



Comitê de Ética em
Pesquisa Envolvendo
Seres Humanos

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE
LONDRINA - UEL



Continuação do Parecer: 5.502.350

completo e claro do que as Informações Básicas. A pesquisadora apresenta o TCLE em forma de convite, esclarecendo o objeto da pesquisa, a metodologia, a possibilidade de desistência e confirma a confidencialidade e sigilo das informações. A linguagem é clara para o público a que é dirigida. Ao final indica formas de contactá-la e ao CEP. Vale pontuar que não informa o que fará com a gravação. No projeto (brochura) e nas Informações Básicas a pesquisadora registra que após a coleta de dados se compromete a realizar o download dos dados coletados para um dispositivo eletrônico próprio, com a finalidade de excluir todo e qualquer registro da plataforma virtual, ambiente compartilhado ou em “nuvem”. Porém, não há informação sobre o que será feito com esse arquivo criado num “dispositivo eletrônico próprio” após utilização dos dados que ali constam. Estão anexadas nove (9) declarações de concordância dos coordenadores dos cursos de Serviço Social de sete (7) universidades públicas do Paraná. A única prevista no projeto mas que não consta, trata-se da declaração da coordenadora do curso da Universidade Estadual de Ponta Grossa.

Recomendações:

Recomendação 1: O projeto (brochura) está claro e bem escrito. Porém, sugerimos que a autora revise os dados que apresenta na página 6: “Em 2018, entre os 10% da população com os maiores rendimentos, apenas 27,7% eram Pretos ou Pardos. Por outro lado, os Brancos representavam 75,2% do grupo formado pelos 10% da população com os menores rendimentos (BRASIL, 2018)”.

Recomendação 2: Incluir no TCLE a informação sobre o que será feito do arquivo criado num “dispositivo eletrônico próprio” após utilização dos dados que ali constam. Ele será guardado em alguma instituição? Será destruído?

Recomendação 3: A proposta de pesquisa é muito interessante e pertinente social e profissionalmente. Recomendamos que os resultados da pesquisa sejam discutidos com os coordenadores dos cursos de Serviço Social entrevistados uma vez que essa ação representará num benefício direto e imediato para os cursos que coordenam e para a própria proponente deste projeto.

Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:

Não há pendências.

Considerações Finais a critério do CEP:

Prezado(a) Pesquisador(a),

Este é seu parecer final de aprovação, vinculado ao Comitê de Ética em Pesquisas Envolvendo Seres

Endereço: LABESC - Sala 14

Bairro: Campus Universitário

UF: PR

Município: LONDRINA

CEP: 86.057-970

Telefone: (43)3371-5455

E-mail: cep268@uel.br



Comitê de Ética em
Pesquisa Envolvendo
Serem Humanos

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE
LONDRINA - UEL



Continuação do Parecer: 5.502.350

Humanos da Universidade Estadual de Londrina. É sua responsabilidade apresenta-Lo aos órgãos e/ou instituições pertinentes.

Ressaltamos, para início da pesquisa, as seguintes atribuições do pesquisador, conforme Resolução CNS 466/2012 e 510/2016:

A responsabilidade do pesquisador é indelegável e indeclinável e compreende os aspectos éticos e legais, cabendo-lhe:

- conduzir o processo de Consentimento e de Assentimento Livre e Esclarecido;
- apresentar dados solicitados pelo sistema CEP/CONEP a qualquer momento;
- desenvolver o projeto conforme delineado, justificando, quando ocorridas, a sua mudança ou interrupção;
- elaborar e apresentar os relatórios parciais e final;
- manter os dados da pesquisa em arquivo, físico ou digital, sob sua guarda e responsabilidade, por um período mínimo de 5 (cinco) anos após o término da pesquisa;
- encaminhar os resultados da pesquisa para publicação, com os devidos créditos aos pesquisadores e pessoal técnico integrante do projeto;
- justificar fundamentadamente, perante o sistema CEP/CONEP, interrupção do projeto ou a não publicação dos resultados.

Coordenação CEP/UEL.

Este parecer foi elaborado baseado nos documentos abaixo relacionados:

Tipo Documento	Arquivo	Postagem	Autor	Situação
Informações Básicas do Projeto	PB_INFORMAÇÕES_BÁSICAS_DO_PROJETO_1925586.pdf	15/06/2022 17:23:15		Aceito
Outros	CARTARESPOSTA.pdf	15/06/2022 17:22:01	KARIMA OMAR HAMDAN	Aceito
Projeto Detalhado / Brochura Investigador	PROJETOREVISADO.pdf	15/06/2022 17:19:51	KARIMA OMAR HAMDAN	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	TCLE.pdf	15/06/2022 17:18:05	KARIMA OMAR HAMDAN	Aceito
Outros	questoespesquisadecampo.pdf	29/04/2022 15:07:46	KARIMA OMAR HAMDAN	Aceito

Endereço: LABESC - Sala 14

Bairro: Campus Universitário

CEP: 86.057-970

UF: PR

Município: LONDRINA

Telefone: (43)3371-5455

E-mail: cep268@uel.br



Comitê de Ética em
Pesquisa Envolvendo
Serres Humanos

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE LONDRINA - UEL



Continuação do Parecer: 5.502.350

Outros	9autorizacaoivaipora.pdf	29/04/2022 15:05:31	KARIMA OMAR HAMDAN	Aceito
Outros	8autorizacao guarapuava.pdf	29/04/2022 15:05:03	KARIMA OMAR HAMDAN	Aceito
Outros	7autorizacao fobeltrao.pdf	29/04/2022 15:04:31	KARIMA OMAR HAMDAN	Aceito
Outros	6autorizacao matinhos.pdf	29/04/2022 15:04:09	KARIMA OMAR HAMDAN	Aceito
Outros	5autorizacao londrina.pdf	29/04/2022 15:03:35	KARIMA OMAR HAMDAN	Aceito
Outros	4autorizacao toledo.pdf	29/04/2022 15:03:05	KARIMA OMAR HAMDAN	Aceito
Outros	3autorizacao apucarana.pdf	29/04/2022 15:02:39	KARIMA OMAR HAMDAN	Aceito
Outros	2autorizacao paranavai.pdf	29/04/2022 15:02:16	KARIMA OMAR HAMDAN	Aceito
Outros	1autorizacao foz.pdf	29/04/2022 15:01:51	KARIMA OMAR HAMDAN	Aceito
Folha de Rosto	folhaDeRosto.pdf	29/04/2022 14:25:07	KARIMA OMAR HAMDAN	Aceito

Situação do Parecer:

Aprovado

Necessita Apreciação da CONEP:

Não

LONDRINA, 30 de Junho de 2022

Assinado por:

**Adriana Lourenço Soares Russo
(Coordenador(a))**

Endereço: LABESC - Sala 14

Bairro: Campus Universitário

UF: PR

Município: LONDRINA

CEP: 86.057-970

Telefone: (43)3371-5455

E-mail: cep268@uel.br